PoAncestral
MUITO ALÉM DE 250

250 PoAncestral muito além de

2ª ED.

Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739

PoAncestral: muito além de 250 / organização de Marco Mello, Roselena Colombo, Claudia Aristimunha ... [et al.] 2ª ed. - Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2023.
163 p. : il.

ISBN: 978-65-996311-3-9

1. Porto Alegre (RS). 2. Ancestralidade. 3. Memória social. 5. Comunidade quilombola. 6. Povos indígenas. 7. Ensino de história. I. Mello, Marco. II. Colombo, Roselena. III. Aristimunha, Claudia. IV. Perussatto, Melina. V. Vicentini, Inês. II. Título.

CDU – 981.651
930(816.51)

Elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

PoAncestral - muito além de 250 é uma iniciativa conjunta do Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) e da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA), com apoio do Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS (LHISTE), Observatório das Metrópoles (Núcleo Porto Alegre), Museu da UFRGS, Observatório Astronômico, Curso de Museologia (UFRGS), Faculdade de Educação (UFRGS) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UFRGS).

COMISSÃO EDITORIAL
Claudia Aristimunha
Inês Vicentini
Marco Mello
Melina Perussatto
Roselena Colombo

COORDENAÇÃO DO POANCESTRAL (2022)
Ana Celina Figueira (Museologia/UFRGS);
André Pares (Jornalista, Canal LUDE Comunicação e EMEF N.Sra. do Carmo);
Caroline Pacievitch (Faced/UFRGS);
Claudia Aristimunha (Museu da UFRGS);
Ezequiel Carvalho Viapiana (EMEF Lidovino Fanton, Direção ATEMPA);
Inês Vicentini (Professora da RME, aposentada);
Marco Mello (EMEF Saint Hilaire, Coord. CPHIS);
Marcus Vianna (EMEF Martim Aranha, Direção ATEMPA);
Maria José da Silva (Direção ATEMPA);
Melina Perussatto (Faced/UFRGS);
Paulo Roberto Rodrigues Soares (Geo/UFRGS, Observatório das Metrópoles);
Rodrigo Souza dos Santos (EMEF Pepita de Leão, Coord. CPHIS);
Roselena Colombo (Professora da RME, aposentada)

DIRETORIA ATEMPA (2019-2022)
Direção Geral: Ezequiel Carvalho Viapiana, Marcus Vinicius Martins Vianna e Maria José da Silva
Direção Financeira: Carolina Hugo
Direção Administrativa e Organização: Simone de Lima Amaral
Direção Sindical: Luciana Vivian da Cunha
Direção de Imprensa e Divulgação: Vanessa Mendes Pedroso
Direção de Assuntos Educacionais: Adriana Killes Barcelos Barbosa
Direção de Saúde e Condições de Trabalho: José Ivan Rodrigues dos Santos

REVISÃO
André Luis Araújo Nascimento

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Júlia Ramos de Carvalho
juliardcarvalho7@gmail.com

ARTE DA CAPA
Logotipo PoAncestral. Maia Menna Barreto (desenho); Roselena Colombo (concepção),
Julia Ramos de Carvalho (tratamento digital).

CONTATOS
atempa@atempa.org.br
https://www.facebook.com/Atempa
cphis.poa@gmail.com
https://www.facebook.com/CPHIS/

REDES SOCIAIS
https://facebook.com/PoAancestral
https://instagram.com/poaancestral
https://www.ufrgs.br/poancestral/

SUMÁRIO

3 POVOS ORIGINÁRIOS

4 PORTO ALEGRE QUILOMBOLA

5 DITADURA CIVIL-MILITAR

PREFÁCIO

POANCESTRAL - MUITO ALÉM DE 250

Allan Alves Britto
Astrofísico baiano, homem negro, escritor, bacharel em física (UEFS), mestre e doutor em ciências (USP), com estágios de pós-doutorado no Chile e na Austrália. Professor Adjunto no Instituto de Física e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos, ambos da UFRGS.

O livro *PoAncestral – muito além de 250* é uma crônica sobre Porto Alegre. Um manifesto coletivo pautado na ancestralidade, pois, tal qual o pássaro mítico Sankofa da cultura Adinkra, a história contada no livro *voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás, carregando no seu bico um ovo, o futuro, o ovo que é símbolo da vida*. De forma crítica, reflexiva e sensível, e sem perder o encantamento, o livro *PoAncestral* materializa-se em ferramenta política, cultural, didática e pedagógica de divulgação de ciências, pois tece escritas, oralituras e escrevivências sobre os *muito além dos 250 anos de Porto Alegre*, contrapondo-se de forma corajosa às narrativas cosmofóbicas.

Por meio da palavra — axé ancestral — o livro é um dos mais significativos presentes para a cidade de Porto Alegre neste seu aniversário simbólico celebrado em 2022. Livro necessário para estes tempos brutos em que, de um lado, a necropolítica se exacerba e, do outro, ganhamos consciência coletiva sobre a necessidade de repensarmos as vias de opressão que colonizam o pensamento e naturalizam processos sociais, culturais e políticos de silenciamento, extermínio e folclorização. Em conjunto, esses elementos desconsideram a história dos povos originários, bem como as lutas das pessoas negras afrodescendentes, das/os trabalhadoras/es e de todos os moradores periféricos da cidade de Porto Alegre.

Enquanto os dados históricos e as narrativas hegemônicas dão conta de que a capital gaúcha foi fundada no século 18 (1772) por portugueses açorianos enviados ao sul do Brasil pelo então rei de Portugal, com o intuito de contribuir com o povoamento da região, o livro reafirma, sem medo e com compromisso ético, que Porto Alegre é uma griô, uma mais velha ancestral que tece e conta histórias para além de 250 anos. É preciso, portanto, que cada um e cada uma empreste ou doe os seus ouvidos e os seus corações para escutar e sentir essas histórias libertadoras. Histórias ancestrais que acompanham os 13,8 bilhões de anos do Universo e acalentam a vida que passa a ser potencialmente possível nos 4,5 bilhões de anos da Terra. Histórias que dão forma a estes territórios urbanos que hoje denominamos "Porto Alegre", enraizados em um tecido natural de 800 milhões de anos, começando não apenas pelas rochas mais antigas, pela geomorfologia, hidrografia, fauna e flora. Começando, principalmente, pelos mundos visíveis e invisíveis dos povos originários que viveram nestes territórios muito antes que os invasores europeus aqui chegassem com suas *fumaças patogênicas*.

Em cada uma das palavras, o axé de fala circunscrito no livro nos convida a rememorar os jeitos de ser e de viver de quilombolas, indígenas e da população de rua; a nos deixar afetar pela luta incansável das pessoas negras, LGBTQIA+ e das mulheres, mortas por serem quem são; a nos instigar à desconstrução da segregação étnico-racial arquitetônica e cartográfica da cidade de Porto Alegre; a redimensionar os mais de 12 mil anos de ocupação indígena que, em pleno século 21, meio à luta pela vida, retomam os seus territórios. O livro ainda nos faz passear pelos caminhos violentos da *dita-dura* que não apenas aprofundaram nossas desigualdades, mas tentaram sangrar as nossas liberdades, que são chamados ancestrais. O livro, por ele mesmo, pavimenta a importância da terra e dos territórios, corpos-pensamentos e cosmopolíticos dos povos originários e tradicionais que compõem a matriz epistêmica

e cultural da nossa cidade; e, por fim, poderemos encontrar o convite provocador e ao mesmo tempo perturbador de coletivamente imaginarmos outra Porto Alegre, renovando as utopias meio às distopias dos 250 anos. Fica então a pergunta: ousaremos querer uma outra cidade que, em seu encantamento ancestral, reafirma os compromissos de liberdade e de equidade todos os dias por meio do seu belo pôr do sol, protagonizado por uma estrela que seguirá semeando vida por mais 5 bilhões de anos?

A partir da chave conceitual *ancestralidade*, o livro *PoAncestral – muito além de 250* nos convoca à desintoxicação dos pensamentos e ao enfrentamento da colonialidade do saber, que estão atrelados ao racismo epistêmico, ao historicídio e ao epistemicídio. Por meio das ancestralidades negras e dos povos originários, o livro desafia todas as pessoas a recuperarem a história da cidade de Porto Alegre para que, em um movimento de transformação e de deslocamento para o outro, sintam-se finalmente parte desse projeto, responsáveis no presente-passado pela construção de um futuro outro.

O livro enseja que os festejos de 26 de março de 2022 nos devolvam identidade histórica, cultural e psicológica – o que somente poderá ser atingido a partir da ancestralidade enquanto categoria de relação, ou seja, reconhecendo que, até aqui, a nossa história foi marcada pelos privilégios de minorias em espaços de poder meio a opressão de maiorias silenciadas. A ancestralidade corporificada em cada história contida no livro também nos sugere novos caminhos de interpretação e produção material e simbólica de realidades a partir da proposição de novos modelos e formas de *con-viver* e de *bem-viver*. E, nesse sentido, é impossível não reconhecer e reverenciar os que vieram antes; não valorizar os nossos antepassados que vivem em comunhão com esse território no qual hoje habitamos e que insiste em ser tão cruel com as suas matrizes contra-hegemônicas. As lutas e as formas de re(existir) dos nossos antepassados estão também *en-cantadas* na resiliência das estrelas do céu de Porto Alegre, que insistimos em apagar, em diminuir o seu brilho lentamente, fingindo que não estão lá fora, todas as noites, a brilhar pelas histórias nelas plasmadas dos povos Guarani, Kaingang, Xokleng, Charrua, os povos negros em diáspora, entre outros, que re(existem) e nos reeducam.

Como a cidade de Porto Alegre, por vezes denominada de Capital Informal do Mercosul — *nosotros*, gaúchos! —, segue reafirmando cotidianamente sua matriz européia, o livro *PoAncestral* nos brinda assim com outras formas de experimentarmos a ancestralidade como lugar de pertencimento e expressão, em que as africanidades e as amefricanidades potencializam a humanidade que a colonialidade do ser insiste em nos roubar. Nesses movimentos, a ancestralidade, conforme nos aponta Eduardo Oliveira, faz-se presente pela estética, pedagogia, alteridade, revolta, fuga para a organização política, retomada, reexistência e pela rua como uma encruzilhada epistêmica. Ética e liberdade, dois preceitos dos caminhos ancestrais, constroem assim uma ontologia da diferença em espaços-tempos e em corpos-territórios que apontam futuros cheios de poesia concreta.

O *livro-manifesto* ressalta a vocação ancestral de Porto Alegre de ser *cidade-árvore*. As mesmas árvores que, segundo nos ensina Paulina Chiziane e os povos da terra, carregam em si as três dimensões da ancestralidade: as raízes são a terra que nos conectam ao passado; os troncos e as sombras das árvores nos direcionam para o presente, para o nosso dia a dia e para as questões contemporâneas da sociedade; e, as folhas, são tecnologias do futuro. Passado, presente e futuro em uma dança cósmica, cujos compassos são ancestrais.

O *livro-manifesto* é uma carta de amor a Porto Alegre, que nos conclama a não termos medo de assumirmos o nosso compromisso ético pelo desmantelamento do racismo estrutural, institucional e epistêmico em todas as suas faces e estratégias de extermínio.

APRESENTAÇÃO

POANCESTRAL - ORIGEM, CONCEPÇÃO E HORIZONTE

Claudia Aristimunha, Inês Vicentini, Marco Mello, Melina Perussatto, Roselena Colombo
(Organizadores)

Como nascem as coisas que não existem? De onde vem o que antes não era o que hoje é? Onde se localiza a energia indispensável à vida, que ativa a criação libertária e faz o moinho da Utopia girar? O que é gerador de algo novo senão a negação do existente? Do que é insuficiente? Daquilo que brota da angústia-inquietação diante do que falta? Da indignação com o *povo da mercadoria* que causa, de forma intencional e perversa, a dor-sentida-da-negação-e-da-invisibilidade?

São das contradições, expostas *no osso*, que se revela os podres poderes e seus desejos insaciáveis de barbárie, a repetir mentiras para enganar os ingênuos e manter privilégios e status para si, para sua prole, para os senhores da casa-grande - barões do agronegócio, da especulação imobiliária, dos bancos, da grande mídia burguesa, das grandes redes comerciais - vendilhões nos templos das ilusões.

Em meio a esse caos, uma de nós teve a ideia inicial sobre o Projeto. Ali já havia o que há no ato de criar - passado/presente/futuro sob a irradiação de energias que expressam o acúmulo de ações e sonhos coletivos. Outras, outros se aproximam, conspiram e, com um vigoroso passo à frente, pela esquerda, em alto e bom som, bradam: *Não! Não em nosso nome!* Algo diferente acontece.

SOB A FOGUEIRA

Um sopro poderoso e insurgente vindo de muito longe, como uma baforada em um velho cachimbo mbya-guarani, *petyngua*, feito de um galho de guajuvira, atiça a brasa que fez reacender a grande fogueira ancestral.

Nessa fogueira, em uma clareira na mata, sob paus de angico e cabreúva, apresenta-se um grupo de caboclos altivos, e com eles o senhor das encruzilhadas, a abrir os caminhos. Chegam guerreiras e guerreiros, paramentados, de várias gerações, com suas lanças e cantos primordiais. Logo atrás, o povo da mata, encantados, quilombolas fugidios, sem terras e sem tetos, em marcha com suas bandeiras suspensas em grandes taquaras, operários que outrora foram lideranças insurgentes nos primeiros tempos de resistências fabris. São sequenciados por militantes da esquerda de várias matizes e estudantes, perseguidos e torturados por tristes ditaduras nesse país de tradição autoritária. No entorno dessas fogueiras muitos vieram sentar sob os troncos velhos, a matutar entre um mate e outro, que passa de mão em mão, e a reviver sonhos e projetos de liberdade, na larga passada de tempos imemoráveis. Renasce uma insurgente PoAncestral! Alguém pergunta, se acercando com curiosidade, ainda ignorando o que não pode ser esquecido:

O QUE É MESMO O POANCESTRAL?

Um coro de vozes entrelaçadas se faz ouvir, quase ao mesmo tempo.

PoAncestral é o abraço acolhedor - belamente registrado pelo olhar sensível de Alass Derivas - das mulheres indígena e quilombola na luta pela Retomada para assegurar o direito à Casa de Estudantes Indígenas na UFRGS.

PoAncestral é dona Iracema Gãh Té Nascimento fazendo o pão e mostrando o livro de ensinamentos em línguas Kaingang e Guarani; é Angélica Nínhpryg Domingues e Luana Kaingang nos explicando o quanto os modos de ser e viver indígenas necessitam ser respeitados. PoAncestral é o Cacique José Cirilo, da Aldeia Anhenteguá, na Lomba do Pinheiro, a falar em como seu povo precisa acompanhar o curso dos rios, caminhando com as águas. É Jacimara Machado Heckler, à frente da EEIEM

Anhenteguá a denunciar a truculência da destruição de sítios arqueológicos indígenas. É o professor e cineasta João Maurício explicando como os assentamentos indígenas têm garantido a existência - ainda - de matas na região metropolitana de Porto Alegre e o que os nomes dos rios do estuário do lago Guaíba nos dizem sobre a milenar ocupação ameríndia.

PoAncestral é a professora Perla Santos com seus materiais pedagógicos afrocentrados exaltando a autoestima negra; é o babalorixá Baba Diba de Yemonja denunciando o racismo religioso e afirmando o *terreiro* como lugar de solidariedade e pertencimento; é Lara Bittencourt, a cartografar e anunciar o incrível trabalho coletivo que gerou o Atlas Quilombola de Porto Alegre. É Allan Alves Britto nos encantando com seu texto poético a nos explicar o significado profundo da Ancestralidade.

PoAncestral é Nikaya Vidor *trans-formando* nossas mentes héteros e cisnormativas; É Nega Lu, que ganha as páginas e a vida sob a homenagem que lhes prestam Ana Carolina Gelmini de Faria e Marlise Giovanaz. É Nanashara Sanches, Bárbara Rodrigues, Júlia Foschiera e as bravas guerreiras da Ocupação Mirabal, agora Casa de Referência Mulheres Mirabal, afirmando a luta contra a violência às mulheres.

PoAncestral é Geneci Flores, do Quilombo Flores, trazendo sua voz potente e rimada para dizer que a luta todo dia é pelo direito de existir; PoAncestral é Onir Araújo, da Frente Quilombola no RS, nos falando do quanto a cidade capitalista - assentada em séculos de trabalho dos/das escravizados/das e no racismo - é cidade-túmulo.

PoAncestral é também aquela na qual intelectuais com um largo lastro de militância na esquerda se reencontram com suas origens, com seu povo, em uma comunidade de destino a partilhar o que de melhor temos. Ali estão como sábios/as pesquisadores-ativistas Sílvio Jardim, Magali Menezes, Rualdo Menegat, Jacqueline Custódio, Caroline Pacievitch, Camila Silva - paciência temperada com a justa ira, a dizer aos mais novos, às mais novas: aqui há um caminho, mas precisamos desbravar juntas/os. Ela está presente no texto de Rafael Guimaraens, instigando a que Porto Alegre reencontre a sua alma, não nos empreendimentos imobiliários, mas onde a vida real acontece: na Restinga, na Lomba, na Bonja, no Rubem Berta, nas ações dos poetas, seresteiros, namorados, nos artistas, nas lutas dos inconformados, na bancada negra, nas livrarias, nas editoras, nos que nadam contra a maré. PoAncestral é Liliane Ferrari Giordani e Aline Lemos da Cunha Della Libera, reafirmando como educadoras e gestoras a defesa incondicional da justiça de gênero e a necessidade de um sistema educacional que acolha todos/todas/todes em suas diferenças.

PoAncestral é aquela que olha, escuta, investiga, pensa, denuncia, sistematiza e socializa conhecimentos em uma rede colaborativa que tem na Universidade Pública seu esteio. PoAncestral está no Observatório das Metrópoles que nos dá o privilégio de ter as análises críticas de Paulo Roberto Rodrigues Soares, Mario Leal Lahorgue, Betânia de Moraes Alfonsin, Henrique Dorneles de Castro, Luciano Fedozzi, Judite Sanson de Bem, Moisés Waismann, Heleniza Ávila Campos, André Coutinho Augustin e Vanessa Marx.

PoAncestral - porque assentada em memórias que não podem ser esquecidas - é aquela que lembra os longos e penosos anos de arbítrio recentes sob os quais nosso país passou: a ditadura civil-militar (1964-1985). Ali estão a trazer suas lentes de análise sobre Porto Alegre: Anita Carneiro, Raul Ellwanger, Adriana Ávila Bleggi, Marcus Vianna, Amanda Gabriela Rocha Oliveira, Gabriel Ribeiro da Silva, Greice Adriana Neves Macedo e Tairane Ribeiro da Silva.

PoAncestral é aquela que combina tradição e mudança, como fazem Andressa Silveira, Jonas Silveira da Silva e Melina Kleinert Perussatto, que nos provocam a que nos interroguemos sobre a branquitude no ensino de história. Inquietações que se traduzem em propostas como a construção de uma plataforma de conteúdo destinado ao apoio à prática docente através do projeto de extensão universitária junto à UFRGS, como apontam Claudia Aristimunha e Melina Perussatto. Inquietações que levam Ana Celina Figueira e suas parceiras de texto a questionarem sobre a articulação estendida da universidade às necessidades das comunidades.

PoAncestral é polifônica e decolonial. Zita Possamai nos convida a pensar o quanto as memórias visuais podem ser potentes na reconstrução de narrativas sobre o passado, no cruzamento entre territórios e grupos periféricos através de imagens fotográficas. Anália Martins e Marco Mello trazem o 'Boca de Rua' como expressão, voz e força da população em situação de rua na cidade excludente. É Anderson Ferreira, do Movimento Nacional da População de Rua - RS, que nos fala da ausência e da necessidade de políticas públicas de educação e geração de renda construídas

junto com os moradores de rua. É a Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ALICE) a afirmar a importância vital de projetos de comunicação popular autogestionáveis como instrumentos de transformação, como o jornal Boca de Rua, apoiado pela organização desde seu nascedouro.

PoAncestral tem a cara de Lúcia Brito Pereira, nossa Oya querida, mensageira que vem de longe, a evocar a luta de resistência das religiões de matriz africana e da educação antirracista; de André Pares, comunicador das encruzilhadas-jornalista-filósofo por excelência; de Eli Fidélis (Kaingang), agora do outro lado da mata grande, reverenciado com justiça e sensibilidade por Rosa Maris Rosado, Rodrigo Ciconet Dornelles e Luana Emil. É Kunã Yporã (Raquel Tremembé) que, desde o Maranhão reencontrou os *parentes* como o mbyá-guarani Diego Benites (Karai Popygua) e Luana Kaingang.

PoAncestral é aquela que se liga à *Pachamama* em múltiplas linguagens, sob a batida poderosa do tambor do Sopapo. Lá está Richard Serraria - o poeta da cidade (na escrita de Marco Mello, André Pares e Rodrigo Souza dos Santos) - abrindo o cortejo, junto com Maia Mena Barreto e Rose Colombo, a recuperarem grafias de ontem para tecer o amanhã. Também estão à escutá-la e pesquisá-la em suas peles e camadas, as arqueólogas-historiadoras Mariana Neumann e Melina Kleinert Perussatto, assim como Carolina Gerlach Llanes, Roberto Venturela Verna, Vanessa Fagundes Rodrigues, Afonso Cavagnoli. Já Inês Vicentini nos fala do desejo latente de se rebelar ao calendário oficial da cidade, expresso no video de pré-lançamento do PoAncestral em dezembro/21. Lá estão, entre nós, Ana Celina Figueira, Carla Marlize Silva, Jussara Martins, Maria José da Silva, Paulo Klein, Perla Santos anunciando o ano novo rebelde, muito além de 250. Rebeldia que reverbera nos 'Cantos do Sul da Terra' , latino-americana, de nosso amigo Demétrio Xavier.

UMA OUTRA CIDADE POSSÍVEL

Uma outra cidade possível, na qual caibam todos os mundos, nasce do reconhecimento e valorização de nossas raízes ancestrais e insurgentes!

PoAncestral insurgente e potencialmente subversiva à ordem vigente é aquela construída cotidianamente pelas gentes indígenas, negras, quilombolas e periféricas, que trabalham nos canteiros de obras, na limpeza, na saúde, nas escolas, nas feiras, no transporte público na cidade.

Gentes às centenas de milhares, que tem nomes, sobrenomes, memórias, cicatrizes, desejos, direitos, que não cabem em uma caixinha dos 250 anos de uma cidade que, sob uma coalizão declaradamente privatista e elitista, vira às costas aos interesses e necessidades da população trabalhadora.

AGRADECIMENTOS NECESSÁRIOS

Sem a organização coletiva pouco ou quase nada seria possível realizar. O CPHIS (Coletivo de Professoras e Professores de História da RME) e a ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município/ PoA) deram o suporte e caminharam juntes na construção do PoAncestral, desde os primeiros passos. Em especial queremos agradecer o empenho generoso das trabalhadoras da ATEMPA Elizandra Consolata Dias e Caline Gambin. As parcerias e o apoio recebido ao longo da jornada ampliaram o alcance e fortaleceram a iniciativa. Nossa gratidão pela parceria institucional, adesão e participação de servidoras e servidores (técnicas e docentes) e estudantes de diferentes unidades, órgãos e núcleos da UFRGS: Laboratório de Ensino de História e Educação da Faculdade de Educação (LHISTE/FACED), Faculdade de Educação (FACED), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), Instituto de Geociências (IGEO), Instituto de Física (IF), Instituto de Letras (IL), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Museu da UFRGS, Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI), Observatório Astronômico e Observatório das Metrópoles (Núcleo Porto Alegre). Júlia Ramos de Carvalho, como webdesigner, fez um trabalho de maestria no projeto gráfico, criação da capa e diagramação, que valorizou ainda mais a sistematização por nós realizada. André Araújo como revisor, em tempo exíguo, também integrou a grande família do PoAncestral, assim como a equipe da Biblioteca Central da UFRGS, que colaborou na confecção da ficha catalográfica.

A FAGULHA NASCE DENTRO DA GENTE

A cada dia, com o despontar à leste do astro que é fonte de luz e calor, ainda insones e bebericando xícaras de café, estão educadoras/es a recomeçar a vida no que ela tem de mais generosa: a possibilidade de refazer-se, de encantar-se com o que brota da consciência, que constrói o desejo de *ser mais*, como nos ensina Paulo Freire. Algumas delas/ deles, tomados de uma energia admirável, nas escolas, nos laboratórios e bancos das universidades, nos movimentos sociais e

populares, nas ocupações, nas retomadas dos territórios tradicionais, nas manifestações de rua, na solidariedade a outros movimentos, cochicham, tecem e armam novos mundos.

A *todes* esses educadores e educadoras, sobretudo das redes públicas, dedicamos esta publicação, construída à muitas mãos e trançada com o elemento que melhor representa a cultura de nossa classe: a solidariedade! Solidariedade que reparte os saberes, a projetar mundos libertos da dominação e da cobiça egóica, que apequenam o ser humano.

Que esta obra possa inspirar muitas aulas e projetos educativos, quiçá uma outra cidade possível, na qual o efetivo diálogo de saberes e o compromisso com a justiça social, ambiental e curricular estejam no centro de nossos fazeres. Ali, tenha certeza, ressurgirá uma fogueira ancestral. A fagulha original disparadora é aquela que nasce dentro da gente e nos projeta, como no vórtice que simboliza o PoAncestral, a dizermos nossa palavra e darmos um passo à frente, pela esquerda.

Soprará um vento forte e renascerá o PoAncestral! E ali estaremos, com a *nossa gente*, com a *nossa classe*, contigo.

PARA COMEÇO DE CONVERSA

POANCESTRAL E REBELDE: GRAFIA & GRAFISMO

Maia Menna Barreto
Artista visual e arte educadora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.
Co-criadora da logomarca do Projeto e integrante da Comissão cultural do *PoAncestral*.

Roselena Leal Colombo
Professora de História na Rede Municipal de Porto Alegre. Mestre em História (PUCRS).
Idealizadora do Projeto *PoAncestral* e uma das integrantes de sua Coordenação.

Nossa espécie é, como sabemos, dotada da capacidade de criar. Tivemos que aprender a inventar já que nossa anatomia, diferente de outras espécies, não dispõe de mecanismos de autodefesa. Nossos antepassados foram empurrados numa jornada de contínua criação para sobreviver. Ao adotarmos a dimensão ecossistêmica, é perceptível o quanto natureza e cultura foram se retroalimentando: aquilo que se elabora no processo de hominização, "(...) é a aptidão natural para a cultura e a aptidão cultural para desenvolver a natureza humana (...)" (MORIN, 1975:92). Desde nosso berço civilizatório – o continente africano - lá se vão algumas centenas de milhares de anos perambulando, adaptando e desenvolvendo as condições materiais e subjetivas de nossa existência. Em vários sentidos - apesar da atual etapa de barbárie capitalista em curso - somos *todes* artistas e intelectuais. A falsa divisão entre trabalho 'manual' e 'intelectual' desconstitui nosso fazer cotidiano. Toda ação humana requer um pensar, um planejar assim como todos dispomos de ferramentas sensitivas para produzir arte. Ou seja, adquirimos em nosso processo evolutivo um cérebro capaz de elaborar e inventar mundos e futuros possíveis.

Nos construímos como criaturas que utilizam - no tempo histórico específico de nossa vivência - o patrimônio cultural e tecnológico criado por nossos antepassados. O simples ato de acender uma luz sem entendermos como se dá todo o processo de energia elétrica é um exemplo dessa herança cultural no cotidiano, sem esquecermos que em uma sociedade como a nossa, capitalista, a disponibilidade de acesso a esse patrimônio depende das condições sociais em que estamos inseridos. Se existe alguma 'essência' em nossa espécie - além da necessidade de socialização - é que somos seres dotados de cultura, enquanto capacidade de trabalho, de transformação a partir dos elementos dispostos na natureza. No entanto, essa característica universal inerente à condição humana – capacidade de criar - foi sendo fragmentada, alienada e expropriada de forma mais radical no processo de privatização dos meios de produção pela burguesia ascendente, que se consolidou como classe dominante. A expropriação desses meios de produzir a vida material e subjetiva veio acompanhada por um processo de globalização normativa do pensamento ocidental judaico-cristão, mais tarde apoiado na ciência positivista. Sabemos também que se o 'engavetamento' em especializações - o edifício teórico do racionalismo academicista – por um lado permitiu descobertas e avanços tecnológicos, o fez 'roubando' saberes da própria classe trabalhadora e discriminando preceitos filosóficos não-europeus. Isso explica em parte o apagamento de conceitos tão importantes quanto o de ancestralidade contra-hegemônica. Em nosso país, especificamente, a 'demonização' de pensamentos e práticas vinculadas às ancestralidades dos povos originários e africanos procura ocultar a percepção do quanto, nos diferentes aspectos do cotidiano e conhecimentos (em que tudo se conecta, em que passado, presente e futuro se encontram interligados) esses saberes se apresentam tão nitidamente necessários diante da destruição em curso da vida no planeta.

Particularmente nesta conjuntura histórica o conceito de ancestralidade desses povos toma um lugar de centralidade na negação ao apagamento planejado pelo pensamento de matriz eurocêntrica e colonialista, que impede a reparação histórica aos que construíram e constroem nosso país.

A partir desses referenciais acima nascem juntas a ideia e a ação potencial - *PoAncestral* – como título de projeto, como expressão de histórias acumuladas, como fluxo de consciência, como indignação diante da escassez contínua de materiais pedagógicos adaptados ao Ensino Fundamental; como alternativa ao farsante aniversário de 250 anos e seu logo alegre. Tudo isso somado a uma certa fixação por criar títulos e à certeza de não estar sozinha nisso tudo. Deu no que deu: um bate-papo aqui e ali e da grafia veio, como uma espiral, o grafismo da artista visual.

Segundo os materiais pesquisados e citados ao final deste texto - para os povos Guarani Mbya, habitantes ancestrais desta região que hoje chamamos Porto Alegre, os grafismos representam gestos e imagens de uma experiência coletiva, relacionada à natureza, refletindo respeito e aprendizagem cotidiana numa percepção profunda em que todos os elementos que a compõe são parentes e dotados de vida tão significativa quanto a dos humanos. Eles são a expressão do seu pensamento cosmológico, que se recria e se mantém dentro de uma relação de rito-mito na arte indígena, onde buscam preservar e manter as raízes tradicionais que vão passando de geração em geração. Mesmo antes e independentemente de construírem um sistema de escrita e alfabeto como instrumento de transmissão de conhecimento e tradições culturais, os grafismos já cumpriam sua atual função pedagógica, sendo o meio pelo qual se conectam com o mundo, expressam laços de solidariedade e constroem significados culturais. É o próprio sistema de se manifestar e mostrar sua identidade, seus costumes, crenças e suas tradições. O grafismo no artesanato indígena vai muito além de representar características de um animal ou elemento da natureza, ou simplesmente uma decoração no objeto. Ele tem a função de informar às pessoas valores culturais imateriais, sua religiosidade, ritos e mitos, como nos rituais de passagem, em que as pinturas corporais devem ser executadas por alguém especial como a mãe, o parceiro matrimonial ou o líder religioso. Um exemplo é o da pintura ‘*yxy*´ - usado tanto por meninos como por meninas nas passagens da vida adulta. No rosto ou no pulso da menina após virar moça, é pintada em ambas as faces. Já o grafismo Guarani Mbya denominado ‘*araku pyxã*’ (dedo da saracura) ou ‘*araku pypo*’ (rastro da saracura) era usado pelas mulheres para afastar as doenças ou até mesmo almas dos parentes próximos. Mulheres também usam nas articulações após o parto.

O ‘*yxy*’ dos ‘*avvakue*’ (homens) era o motivo ‘*kuruxu*’ – cruz pintada nos pulsos e na planta dos pés – com o objetivo de afastar o perigo que existe em vários lugares.

Especificamente para o logotipo do *PoAncestral*, foi usado - dentre os grafismos Mbyá Guarani - o ‘*teko puku*´ que também segundo a pesquisa, está presente na cestaria, representando a vida longa, o caminhar permanente, o futuro - traços que apontam a direção - simbolizado na flecha, projetada no tempo e no espaço. Mas o ponto de partida para a criação dessa arte foi o vórtice e a espiral, presentes na natureza e representados em quase todas as culturas tradicionais mundo afora e muito significativa para os vários povos da América Latina. Esta forma pode traduzir um movimento ascendente e progressivo de evolução a partir de um ponto inicial e pode também representar o movimento arquetípico espiralado da água, que arrasta para a origem no seu ritmo de turbilhão, todo o material de sua proveniência. A espiral estava presente nas construções da cultura Nazca nos ‘*puquios*’, estruturas hidráulicas espiraladas construídas com pedras que permitiam armazenar água para o ano todo nas regiões desérticas do Peru, e recentemente passou a ser usada como logotipo deste país, simbolizando a ‘*Pachamama*’. Também a espiral foi encontrada nos grafismos da arte rupestre na Pedra do Arco, no Parque Nacional Serra da Capivara no Piauí e nos grafismos decorativos da cerâmica Kadiwéu, centro-oeste do Brasil. Isso sem falar no continente africano, em que culturas milenares como a egípcia (mais conhecida) já a utilizavam associando, entre outras simbologias, à criação do mundo e expansão da vida.

Ao final do processo criativo, a grafia e o grafismo no logo do *PoAncestral – muito além de 250* se complementam visualmente como expressão estética de um compromisso ético. Na espiral da vida em permanente mudança, '*teko puku*' aponta para um futuro possível a ser construído. Para seguir em frente, é preciso olhar para trás e defender a importância dos povos originários que aqui estão há muitos séculos antes dos europeus chegarem. Assim como dos africanos e afrodescendentes que construíram a cidade com sua força de trabalho e das mulheres que estiveram à frente em todas as estruturas sociais mas cujos saberes foram e são desconsiderados. É preciso defender as diferentes comunidades que foram sendo "colocadas" nas periferias geográficas, simbólicas e participativas (como as comunidades lgbtqia+) em condições muito precárias, injustas e de invisibilidade. É preciso aprender formas de cuidado nos diversos ciclos da vida, sem destruir nosso ambiente, preservando as florestas e quiçá o planeta. Aprendizados que estão fora dos planos do sistema capitalista, de cujo fim depende a continuidade da imensa aventura que é a vida no planeta. Aventura essa que necessita, para que haja futuro, de ancestralidade e rebeldia.

REFERÊNCIAS

MARIANO, Laércio. **Escuta: Conversa com Laércio Mariano**. Laércio Guarani. Estudante de História da UFRGS, Guarani Mbyá.

MORIN, Edgar. **O enigma do homem**: para uma nova antropologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

RIBEIRO, Katúscia. **O futuro é ancestral**. Acervo on line. Le Monde Diplomatique, Nov/2020.

SILVA, Alexandrina da. **O Grafismo e Significados do Artesanato da Comunidade Guarani da Linha Gengibre (desenhos na cestaria)**. Trabalho de Conclusão de curso em Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História da UFSC.

SILVA, Sergio Baptista da. Iconografia e ecologia simbólica: retratando o cosmos guarani (Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT)/UFRGS) *In*: PROUS, A. & LIMA, T.A. **Ceramistas Tupiguarani**. IPHAN, 2011.

ATEMPA PRÁ LUTAR!

NA DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, ANTI-OPRESSÕES E DE QUALIDADE

Direção da ATEMPA
Gestão 2019-2022

A Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) saúda a produção do livro do projeto *PoAncestral - muito além de 250*, em alusão crítica ao aniversário da cidade de Porto Alegre.

A ATEMPA representa há mais de trinta anos as/os trabalhadoras/es em educação do município, fazendo a defesa de uma educação pública gratuita, laica, anti-opressões e de qualidade. Nesse sentido, fomos protagonistas de múltiplas e distintas formas de resistência das comunidades escolares na defesa de uma cidade com a prestação de serviços de qualidade à população e valorização das servidoras e servidores públicos.

250 anos marcam a história da cidade de Porto Alegre, contudo, em nossas últimas denúncias, expomos uma Porto Alegre que tem muito a avançar. Nesses 250 anos, mais de 5.800 crianças de educação infantil, de zero a cinco anos, estão sem escola; e os mais de 60 mil estudantes da Rede Municipal, apesar de apontadas as necessidades, tiveram nos dois últimos anos na Educação um cenário de insegurança alimentar e da falta da inclusão digital, prejudicando seu desenvolvimento escolar. A comunidade escolar, em plenos 250 anos, luta por direitos básicos de moradia, de segurança, de acesso ao emprego e à renda, pelo transporte público e acesso à cultura e lazer, direitos que, embora resguardados na Constituição Federal, são ilusões no dia a dia da comunidade porto-alegrense.

Estamos presentes, como unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, em 98 territórios da cidade, situados em periferias, da Zona Norte à Zona Sul, em escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Nosso público é plural,

composto por pessoas de diferentes condições socioeconômicas, etnias e raças, diferentes sexualidades e credos. Lutamos para que a Educação seja plural e forme cidadãos e cidadãs autônomas e com responsabilidade social, para que nos próximos 250 anos tenhamos muito a comemorar.

Nosso agradecimento a todas as pessoas e organizações envolvidas nesse projeto. A ATEMPA partilha das lutas e resistências expressas nesta obra coletiva e evoca a construções de muitos outros espaços e ações tão grandiosas como essa.

PORTO ALEGRE 250 ANOS NA VISÃO DO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Observatório das Metrópoles
Núcleo Porto Alegre

No dia 26 de março de 2022, Porto Alegre completou oficialmente 250 anos. Dizemos "oficialmente", pois o povoamento do território pelos povos originários do que veio a ser a Porto Alegre iniciou-se muito antes e esta localização estratégica não foi obra do acaso ou da "inteligência superior" dos colonizadores.

Contudo não nos interessa aqui regredirmos tanto na história, pois nós do Observatório das Metrópoles - Núcleo Porto Alegre, estudamos e pesquisamos os atuais e recentes processos de produção espacial e gestão urbana da metrópole. Evidentemente, sem que esqueçamos da história, de todos os processos de ocupação e produção espacial anteriores, cuja Porto Alegre de hoje combina desigualmente os eventos e formas do passado com as circunstâncias e a conjuntura do tempo presente.

E na "Semana de Porto Alegre" de 2022 a Prefeitura Municipal e os agentes hegemônicos da cidade trataram de realizar o "seu" balanço desta trajetória de desenvolvimento urbano, avaliando os feitos do passado, exaltando o presente e chamando por um futuro no qual a metrópole se inserirá de forma competitiva em uma economia global, de inovação, a partir da sua elite e de novos grupos sociais "inovadores e empreendedores", colocando "definitivamente" a cidade no século XXI.

Tivemos a exaltação do atual momento de grandes projetos e obras de impacto na estrutura urbana da metrópole, especialmente no que concerne à Orla do Guaíba, para qual, segundo as narrativas hegemônicas, a cidade esteve "de costas" tanto tempo. Na nossa visão, não foi a cidade que esteve de costas, mas setores da elite que não viam a orla como um "filão de negócios" como temos hoje. Porém, não somente a orla está inserida nesse contexto, temos também o Quarto Distrito (antigo setor industrial da cidade), o Centro Histórico – que segundo os discursos também necessita ser "revitalizado" e reocupado, e a questão da revitalização do Cais Mauá (o porto da cidade) e a reinserção do seu uso produtivo, agora não mais como porto comercial, mas como área de turismo, lazer e compras para setores elitizados, que redescobriram a cidade e o quanto seu patrimônio construído e seu capital cultural podem render.

Por isso nos interessamos em fazer um balanço para além dos discursos e narrativas ufanistas da cidade, no sentido de uma revisão desta trajetória que incorpore a cidade como um todo: todos seus territórios, centrais e periféricos, seus espaços "luminosos" e "opacos", seus habitantes visíveis e invisibilizados. Uma Porto Alegre una, contraditória, complexa e diversa.

Como foi afirmado em outro espaço por um pesquisador do nosso grupo, nossa pesquisa está interessada em mudar a lógica urbana atual para outra situação, em que o processo de produção da cidade seja mais justo, mais democrático e sustentável. Para que isso ocorra, o processo de produção da metrópole tem que ser participativo, democrático e inclusivo de toda a sua diversidade de classe, étnica-racial, cultural, de gênero e de todos os seus territórios. Por isso nos engajamos na luta pela reforma urbana e na construção de uma agenda urbana que resgate a democracia participativa e a inclusão social nas decisões da cidade por meio de mecanismos de participação cidadã. Os projetos para a cidade precisam ser discutidos com a população.

É esta avaliação que este conjunto de artigos traz para esta publicação. Esperamos que eles consigam fomentar o debate sobre nossa cidade/metrópole e contribuam para a formação de uma consciência urbana e metropolitana necessária para que tenhamos o direito à cidade para todas e todos aqui. Agradecemos à ATEMPA por esta oportunidade.

PELO DIREITO DE "SER MAIS": POANCESTRAL PELA JUSTIÇA DE GÊNERO

Liliane Ferrari Giordani
Diretora da FACED/UFRGS

Aline Lemos da Cunha Della Libera
Vice-diretora da FACED/UFRGS

Ainda inspiradas pelo Centenário de Paulo Freire, evocamos o "ser mais" como indicativo de nossas reflexões sobre a atualidade e as perspectivas de transformação das realidades. Freire (2018) afirmou: "a minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de 'ser mais' inscrito na natureza dos seres humanos" (p. 74). Com ele e com outras vozes, também pretendemos que estes escritos se tornem manifesto de nossos sonhos possíveis e projetos de cidade, estado e nação. Neste caminho, o "ser mais" e a justiça de gênero são elementos cruciais para a mudança e para a saída da situação de desamparo e medo que se espalhou nos últimos anos.

A presença das mulheres na política, na gestão pública e em cargos de liderança é histórica. Entretanto, também acompanha esta assunção das mulheres - esse desejo coletivo de "ser mais" - investidas para retomada de um lugar subalternizado, dócil e inexpressivo para elas. A insurgência feminista que, no Brasil, é representada por mulheres do passado e contemporâneas, se faz com justa raiva diante das desigualdades e destas ações que retiram o direito de ser e existir.

A justiça de gênero (FRASER, 2007) a qual podemos entender, no momento atual, afastando-se como o horizonte durante a nossa caminhada, é necessidade primeva para a retomada da democracia no contexto brasileiro. É fundamental que os questionamentos sobre os lugares ocupados pelas mulheres permaneçam e sejam ampliados. Na política, que para Davis "não se situa no polo oposto ao de nossa vida" (2017, p. 53), pela conquista de espaço nas decisões, as mulheres puseram na agenda estatal questões que antes eram consideradas privadas como, por exemplo, a violência familiar e doméstica. Sendo assim, além do contingente, é preciso que se amplie, no âmbito das concepções, lógicas representativas de uma agenda por direitos humanos e justiça, em muito, defendida pelas mulheres em seus movimentos. A defesa do direito à terra, à segurança alimentar, à educação, à saúde tem a marca das mulheres. Ressaltamos aqui, que nos parece oportuno para tratar da educação e da inclusão (duas pautas que compõem as nossas urgências) Antonieta de Barros e Nise da Silveira.

Antonieta de Barros, professora e parlamentar negra catarinense da década de 30, afirmou: "se educar é aprender a viver, é aprender a pensar. E nessa vida, não se enganem, só vive plenamente, o ser que pensa (...)". Em seu tempo, Antonieta de Barros "lia" este fenômeno contrapondo-se a uma educação que buscava limitar o ensino às prescrições de cartilhas e manuais. Seu pensamento é atual e ainda deve ser motivador de nosso posicionamento contrário aos movimentos que cerceiam a liberdade de cátedra, limitam o pensamento crítico e a participação popular. Por outro lado, embora denunciando contextos adversos, Antonieta era esperançosa.

> Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor (...), onde as conquistas da inteligência não se degenerem em armas de destruição, de aniquilamento; onde os homens, enfim, se reconheçam fraternalmente. Será, contudo, quando houver bastante cultura e sólida independência entre as mulheres para que se considerem indivíduos. Só então, cremos existir uma civilização melhor.

Igualmente, esta professora e parlamentar, anima ao lembrar que as realidades mudam e que os contextos "estão", mas não "são" prontos e acabados. O deserto é presente, mas não será eterno. Contrapõe, mais uma vez, seu pensamento humanista às lógicas bélicas e de extermínio. Antonieta de Barros, por fim, nos faz pensar que a presença das mulheres é a marca do que se entende como desenvolvimento. Não há sociedade melhor, sem que haja justiça de gênero.

Nise da Silveira, foi uma médica que revolucionou o tratamento mental no Brasil. Antes de revolucionar a psiquiatria, Nise da Silveira já deixava sua marca na Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi a única mulher em uma turma de 158 alunos. Disse ela: "Para navegar contra a corrente são necessárias

condições raras: espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão" (GAI, KROTH, CAMILOTTI, 2018). Seu legado é de ousadia. Nos inspira neste momento em que lutamos contra a violação de direitos e, sobretudo, a favor de um projeto de educação plural, democrática e cidadã.

Educadores/as da cidade de Porto Alegre, têm reafirmado que o conhecimento se constrói com o grupo, nas trocas possíveis e incitadas pelas questões que o meio coloca, compreendendo, de forma ampliada, a possibilidade de permanência e de construção de conhecimento que é também individual e singular. Na relação com os/as alunos/as acompanhamos, com estes educadores/as, a defesa de numa lógica plural, com currículos dinâmicos e flexíveis, numa diversidade de olhares, ações e intervenções que viabilizem verdadeiramente as aprendizagens. A trajetória e o investimento qualificado na educação, também passa pelo defesa incondicional da justiça de gênero, não só considerando o expressivo número de mulheres no magistério, mas sobretudo compreendendo a luta delas pelo acesso ao direito à educação que lhes foi cerceado durante séculos.

Em 2020 fomos sugados para fora do cotidiano dos abraços, ausentes da presencialidade. Inauguramos as aulas remotas, as tele-chamadas, as reuniões intermináveis. Inauguramos um tempo de saudades. Um tempo, que ainda marca perdas, dores, tensionamentos. Um tempo que precisa ser alimentado pelo fortalecimento de vínculos, reafirmado em cada novo encontro nas escolas. Temos que, permanentemente, reafirmar em rodas de professores/as que nenhum estudante poderá "ser menos", quando não puder dar conta do que a escola destinou para ele/a e este é o maior ensinamento compartilhado pela experiência, pela pesquisa e pelo querer bem na prática educativa. Para nós, que somos ativistas da valorização da diferença, o slogan atual pautando o "novo normal" nos desafia a explicitar ainda mais as distorções causadas pela pretensa normalidade através dos tempos.

Vivemos momentos de incertezas sobre as condições de vida futura e a manutenção das relações sociais se encontram sob suspeita. Reinventar as possibilidades de diálogo e luta parece nos ser a condição de sobrevivência e de efetivação dos direitos sociais. Pode-se afirmar que a proposição de uma educação plural e democrática com seus desdobramentos político-pedagógicos ainda precisam avançar muito na construção de um cenário educacional mais plural em nossa cidade, haja vista os retrocessos vividos nos últimos anos. O direito à escola é apenas o primeiro passo em direção à criação de uma política que ofereça condições para que os/as estudantes possam desenvolver suas potencialidades e que a cidade seja transformada. Um sistema educacional pensado para todos/todas/*todes*, acolhe as diferenças em sua plenitude, reafirmando a importância do convívio para impulsionar o desenvolvimento do ser humano e para a constituição de cada sujeito com parâmetros onde ser diferente é considerado um valor.

Dos tempos vividos, precisamos nos recolocar como professores/as autores/as do que acreditamos ser aprendizagem e nos desafiarmos à transformação. Que retomemos a nossa cidade! Que avancemos na compreensão do lugar que ocupamos e não aceitemos as tentativas de nos "fazer menos"! Que este tempo nos ensine a sermos escola de menos tarefas e mais compartilhamento de idéias! Que possamos valorizar os encontros, os risos dos corredores, a chegada, as rodas de conversa, o joelho ralado na quadra de esportes! Que a infância, a juventude e a vida adulta sejam tempos de aprendizagens e ensinagens!

Essas breves palavras buscam fomentar um debate. Abrir espaços para o pensamento crítico, no entendimento de que não seremos silenciadas, nem esquecidas. Eles passarão! Nós, voaremos!

REFERÊNCIAS

CARMINATTI, Luciane. De deputada para deputada, viva Antonieta! Disponível em: <*https://catarinas.info/de-deputada-para-deputada-viva-antonieta/*>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento

e à representação. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2007, v. 15, n. 2 [Acessado 20 Maio 2022] , pp. 291-308. Disponível em: <*https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002*>. Epub 27 Nov 2007. ISSN 1806-9584.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 56. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GAI, D. N., KROTH, V. J., CAMILOTTI, A. G. Navegar com arte, saúde e educação: ventos que movem o projeto geringonça. **Saberes Plurais**: Educação na Saúde, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 70–81, 2018. DOI: 10.54909/sp.v2i2.85499. Disponível em: <*https://www.seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/85499*>. Acesso em: 20 maio. 2022.

GOMES, Amanda, SODRÉ, Bruno, JESUS, Carlos Alexandre de, SILVA, Larissa da. **Vozes insurgentes de mulheres negras**: Antonieta de Barros. Disponível em: <*https://projetovozesinsurgentes.blogspot.com/2019/09/antonieta-de-barros.html*>.

PORTO ALEGRE MUITO ANTES DE 26 DE MARÇO DE 1772

Claudia Porcellis Aristimunha
Historiadora e técnica do Museu da UFRGS

Ezequiel Viapiana
Professor da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e diretor da ATEMPA

Roselena Colombo
Professora aposentada de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e integrante do CPHIS

Adaptação de texto publicado no Jornal Extra Classe, em 24 de março de 2022

Foto: PoAncestral/Marco Mello

Oficialmente neste mês de março serão comemorados os 250 anos de Porto Alegre, apesar dos intensos debates e questionamentos historiográficos que já vêm de longa data.

Para nós - do Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) e Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) - evidencia-se uma comemoração descontextualizada, eurocêntrica, cuja tradição inventada provoca o apagamento de uma longa história de ocupação humana da cidade por povos originários, assim como das populações africanas, afro-brasileiras e periféricas.

A memória é, como sabemos, um campo de disputa privilegiada e, sob a lógica dos atuais governantes no Paço Municipal, conglomerados midiáticos e empresariais, a Porto Alegre da atualidade é marcada pela 'inovação, e empreendedorismo'. Como passado e presente se conectam e atuam sobre como se percebe e conta o vivido, o 'aniversário' da cidade e sua incorporação como verdade histórica nos mais diferentes setores denuncia um presente que reafirma o quanto dos traços colonialistas não foram rompidos. Ao contrário, essa naturalização reforça a permanência do que há de pior na nossa história - um colonialismo grotesco, provinciano e segregacionista. Tal celebração com raízes fortemente vinculadas à herança, ocupação e colonização portuguesa - concretiza o apagamento de povos e saberes.

Mas se por um lado tal lógica historiográfica é a regra - não somente em nossa cidade, mas em todo o país - por outro

lado há centenas de experiências pedagógicas, projetos, pesquisas e estudos nos mais diversos setores sociais na cidade que se debruçam a desvelar essas relações de poder e a dar visibilidade às nossas ancestralidades ameríndias e africanas. No entanto, carecemos de uma plataforma comum de pesquisa, socialização, construção de experiências e de materiais didáticos pedagógicos que transcenda nossos espaços específicos de trabalho e pesquisa.

PoAncestral se propõe a criar um espaço comum, amplo e plural dos diferentes coletivos, setores, pessoas e grupos de pesquisa – que trabalham as questões indígenas, afrodescendentes e de setores excluídos da história oficial – para atuar com um calendário de atividades, apoiando as lutas populares, promovendo ações e formações e também um portal/repositório dessas diferentes frentes de atuação na capital.

APAGAMENTO DA HISTÓRIA

Um exemplo do peso da historiografia oficial e de seu discurso pode ser sentido ao ler artigo publicado na seção *Almanaque Gaúcho*, do jornal Zero Hora de 23 de março sobre as antigas polêmicas envolvendo o marco de fundação da cidade. Impressiona a naturalização absoluta do apagamento da história mesma da cidade. Sim, não é algo simplesmente teórico.

Ao esconder a nossa história, nos perdemos de nós mesmos, não conseguimos nos entender; muito menos perceber a/o outra/o. Ficamos à deriva num espaço fictício e, destituídos de nosso passado, não conseguimos construir pontes e novas possibilidades de viver a cidade.

POVOS ORIGINÁRIOS

Ao ocultar a ocupação milenar de povos originários (guaranis, kaingangs, charruas, minuanos, xoklengs), se omite o quanto de tecnologias e saberes esses povos nos deixaram de herança. Saberes que usufruímos no dia a dia e que ignoramos pelo apagamento intencional. Porto Alegre, ser e estar aqui remonta à inteligência ocupacional desses povos que se instalaram às margens do lago.

O próprio nome – Guaíba, algo como "encontro das águas" do tronco tupi-guarani – soa estranho e deslocado tendo como horizonte a historiografia oficial. No artigo que se propõe a fazer um resumo desse debate, é citado o historiador e arquiteto Riopardense de Macedo, que em seu livro *O Aniversário de Porto Alegre* defendeu a data de 26 de março de 1772 como marco fundacional e base para a Lei 3609/71 que estabeleceu a data oficial do aniversário da capital. No mesmo texto, que também traz o envolvimento à época, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) na defesa da data – em nenhum momento entra em cena a construção deste espaço às margens do Guaíba por povos originários.

Já no item 7 da Síntese *Cronológica da Evolução da Capital, de 1725 a 1925*, de Amyr Borges Fortes o fato de um Edital Eclesiástico (enquanto poder do Estado Colonial) "elevar a capela de Francisco dos Casais à categoria de freguesia, desmembrando-se da freguesia de Viamão" era e é considerada referência totalmente justificável para demarcar o início da história da cidade.

GAUCHISMO CONSERVADOR

Alguns que entendem ser esse debate desnecessário ou secundário, dirão que Porto Alegre sempre foi acolhedora de todos os povos. Tal narrativa romantizada constrói uma tradição que omite as bases profundamente desiguais e violentas que constituíram a formação histórica de nossa cidade. Nesse processo de renovado perfil colonialista forjaram-se 'conscientes coletivos' que procuram legitimar a história contada oficialmente. Nesse sentido, o discurso mitificado do gauchismo surge para amenizar a violência que se alastrava por todas as querências contra povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Essa tradição inventada sucumbe aos dados: Porto Alegre é a capital mais segregacionista de nosso país.

Num esforço de desalienação em relação às paisagens tão nossas, cotidianas, podemos nos perguntar, admirando os espaços verdes que ainda sobrevivem na cidade, o quanto deles se deve aos modos de vidas não predatórios dos povos indígenas. Por isso, vamos, sim, celebrar nossa cidade. E para fazer jus à sua história, a de todas e todos que a construíram, precisamos trazer à tona as histórias desses povos, que assim como os quilombolas e demais comunidades periféricas, constroem, sustentam e dão vida a Porto Alegre. Precisamos também defender suas lutas – como a legalização definitiva dos 11 Quilombos urbanos e dos territórios indígenas retomados, a construção de escolas indígenas e a Retomada da Casa do Estudante Indígena contra os atuais governos federal, estadual e municipal que atacam cotidianamente a população trabalhadora.

Mais que isso, queremos e necessitamos de uma cidade que recupere a sua larga tradição

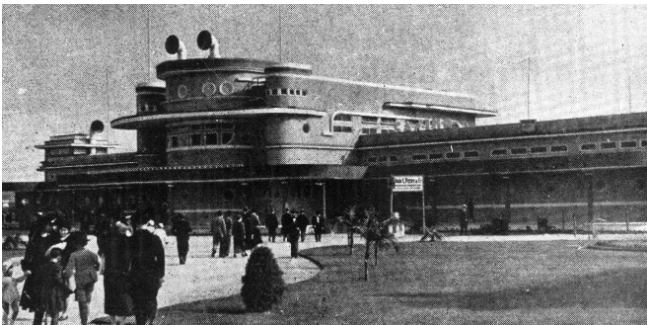
de lutas populares. Que não seja governada para os interesses dos ricos e poderosos, das grandes empreiteiras e especuladores imobiliários, de uma minoria privilegiada.

Hoje, o que vemos é uma cidade cuja maioria da população sofre com problemas vitais como a fome diária, o desemprego avassalador, a falta de água, transporte público de péssima qualidade e tarifas exorbitantes, carência de espaços de lazer e entretenimento.

Oxalá que Porto Alegre não sucumba aos ventos fascistas que anunciam dias piores e que possa, num futuro próximo, caminhar na direção de outra estrutura social – um ecossocialismo – no qual quem produz as riquezas seja também seu proprietária/o e cuja lógica de funcionamento parta do respeito às ancestralidades e suas sabedorias, sem nenhum tipo de opressão nem exploração! Voltada para a população trabalhadora, que verdadeiramente fez e faz, todos os dias, essa cidade acontecer, de verdade!

A ALMA DE PORTO ALEGRE

Rafael Guimaraens
Jornalista e escritor

Publicado no Jornal Correio do Povo, em 26 de março de 2022

O Brasil prestava atenção em Porto Alegre e a grandiosa exposição do Centenário Farroupilha buscou articular um passado idealizado com um futuro pretendido'
Foto: CP Memória

Datas redondas servem para isso: para celebrações e – por que não? – para reflexões que tendem a se tornar nostálgicas em demasia, dependendo do entendimento quanto ao ponto em que nos encontramos. Podemos partir de um consenso: Porto Alegre é uma cidade boa de se viver, mas já foi melhor – ou alguém discorda? 250 anos talvez não seja muito, nem pouco, mas as experiências coletivas vividas neste quarto de milênio deixam rastros que permitem formular algumas inquietações. Por exemplo, o que impediu e ainda impede Porto Alegre de se tornar a metrópole cosmopolita que sempre pretendeu ser? Por que não conseguiu manter-se como uma cidade relevante no país, conhecida no mundo, desenvolvida do ponto de vista econômico, cultural, ambiental e humano, conectada com o que há de mais moderno sem perder as características que a tornam peculiar?

Nos primeiros anos do século 20, Porto Alegre experimentou mudanças extraordinárias. Em curtíssimo espaço de tempo, a cidade incorporou os principais avanços tecnológicos: o bonde elétrico, os primeiros automóveis, o cinematógrafo e o gramofone. Os simplórios sobrados portugueses foram rapidamente atropelados pela majestosa arquitetura alemã. As indústrias multiplicaram-se pelos bairros da Zona Norte, produzindo quase tudo que a cidade precisava: móveis, vestuário, cobertores, panelas, cervejas e chocolates. O que faltava, era trazido por um vigoroso comércio de importação. Cafés e lojas chiques davam ao centro uma atmosfera europeia. Uma brilhante geração de escritores, abastecida pela Livraria Americana, sob os auspícios do positivismo modernizador, desfilava seu talento pela Rua da Praia como se estivesse em Champs Elyseés.

A Belle Epòque porto-alegrense enunciava uma vocação para o contemporâneo, que alcançaria seu auge a partir da revolução de 1930. A euforia pela vitória de Getúlio Vargas impulsionou uma vigorosa mobilização social que espraiou-se por todos os aspectos da vida urbana, avalizada pela impressionante trajetória da Livraria do Globo, que trouxe o mundo para a cidade e tornou-se a maior editora do país, suplantando as gigantes estabelecidas do eixo Rio-São Paulo. O Brasil prestava atenção em Porto Alegre e a grandiosa exposição do Centenário Farroupilha buscou articular um passado idealizado com um futuro pretendido.

Esse processo seria bruscamente interrompido por dois fatores extemporâneos: a guerra, que afetou os negócios do Estado, já que envolveu dois de seus principais mercados,

a Alemanha e a Inglaterra, e a enchente de 1941, que destroçou a economia da capital, a qual levaria um bom tempo para se recuperar. Assim, o colorido dos anos 1930, mesmo que às vezes exagerado, empalideceu nas décadas seguintes.

A natureza foi generosa e os feitos sociais ao longo de sua história não são nada desprezíveis. Vejamos o século 20. Porto Alegre revelou-se como cidade solidária nas envolventes campanhas de auxílio às 70 mil pessoas flageladas pela enchente de 41. Consagrou-se como cidade politizada quando o povo se concentrou diante do Palácio Piratini em apoio à Campanha da Legalidade de 1961. Destacou-se como cidade ambientalista a partir das pioneiras lutas ecológicas da década de 1970. Por fim, na década de 1990, obteve o reconhecimento internacional como cidade democrática com a implantação de práticas originais de participação popular, que produziram resultados expressivos na qualidade de vida de seus moradores, comprovados pela elevação dos Índices de Desenvolvimento Humano.

Porto Alegre dialogava com o mundo, tornara-se relevante, sede do Fórum Social Mundial, por estabelecer padrões qualificados e produtivos de relação entre governo e comunidade. Neste período, adotou políticas culturais criativas de apoio aos artistas e de visibilidade das comunidades. E ensaiou avanços tecnológicos como a implantação do Ceitec, concebido para ser o maior produtor de semicondutores da América Latina.

O que foi feito deveras? Uma cidade solidária, politizada, preservacionista, participativa, com ênfase na Cultura e na qualidade de vida pode ser muito boa para a população que nela vive, mas não ajuda nos "grandes negócios", o binômio privatizações-incorporações imobiliárias. Para ele funcionar, é mais conveniente uma cidadania apática, individualista, desinteressada e indiferente ao que acontece à sua volta. E esta vem sendo a rotina de Porto Alegre: serviços públicos precarizados, fileiras impressionantes de torres para público de alto poder aquisitivo, assediando espaços públicos, terrestres ou aéreos e construindo muros. Na grandiosidade das torres, a cidade apequenou-se.

Antes de projetar o seu futuro, talvez Porto Alegre precise reencontrar a sua alma e ela não está nas promessas impressas nos folders das grandes incorporadoras, nem nos leilões de venda das empresas públicas. Está, sim, onde a vida real acontece. Na Restinga, na Lomba, na Bonja, no Rubem Berta, no Bonfim, na Cidade Baixa, no Brooklyn. A alma da cidade está nos poetas, seresteiros, namorados, nos artistas que perderam o apoio, mas não o talento e a dignidade. Está nos inconformados e nos que se importam. Na riqueza de sua diversidade. Está viva no Slam das Minas, na bancada negra, nas livrarias, nas editoras, nos que nadam contra a maré, nos que resistem. Está em qualquer lugar onde alguém esteja ensinando, cuidando, escrevendo, desenhando, pintando, tocando, dançando, trabalhando duro, formulando ou protestando, fazendo planos ou fazendo amor. Haverá de estar de volta ao cais, fechado por cadeados privatistas, com seus armazéns corroídos pela ferrugem e pelo descaso, o cais que, algum dia, alguém com poder e decência haverá de devolver à cidade.

É confortante pensar que Porto Alegre tem um encontro marcado com suas vocações. Depende dos porto-alegrenses definir quando ele ocorrerá.

CIDADE OCULTA

Roselena Colombo
Professora de História e Mestre em História Ibero-Americana (PUCRS)

Olha a água turva. Ela, em líquidas incertezas, não sabe se chega ou parte. Gosta de ficar assim, indefinida entre ir e vir. Olha para a cidade e vê uma estranha, como se fosse a pintura de outro lugar. Assim também se vê às vezes – uma estrangeira a habitar seu corpo. Como ela, há algo na cidade que oculta sua natureza íntima, suspensa entre o céu em gomos e o lago escuro. Por detrás do muro ela e a cidade se movimentam em pulsações de vida e morte. Em suas esquinas e curvas transitam fósseis escondidos e subterrâneas presenças. Às vezes, perto do cais, dá para sentir os ventos ancestrais dos que a habitaram muito antes dos açorianos. Agitam o lago com sua presença indígena. Na praça da forca é possível escutar os tambores dos povos escravizados, cheios de virtude. Ecoam pelo templo cristão para sempre inacabado.

Em suas andanças pela cidade ela também deixa rastros de si, pedaços de sua vida entre as gentes e lugares por onde andou. Lembra como seus pés pequenos tentavam se equilibrar, cambaleantes, entre as pedras das calçadas e os ferros lineares dos trilhos, fragmentos deixados pelo caminho. Lembra da fogueira enorme de São João naquela quadra em declive cheia de casas e crianças, perto da chaminé. De como ela e a cidade foram mudando seus corpos ao longo do tempo. Imagens e memórias nebulosas se misturam nesse espaço de chegada e partida. Por detrás do Porto ela e a cidade deságuam por entre fendas como uma enchente que nunca termina. Nada é sólido ali – nem o muro que finge protegê-las nem a torre fálica em desuso. Olha a água turva. Aqui, onde a terra acaba, não sabe se parte ou chega. Ela e a cidade, ocultas.

Foto: Victor Ghiorzi

GÊNERO, RAÇA E CLASSE

8 DE MARÇO: MUITO ALÉM DA OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO!

Coletivo PoAncestral - muito além de 250

Em todo o mundo milhões de mulheres saem às ruas hoje para dizer mais uma vez: Basta! Seja em 'tempos de paz' ou em guerras - como a atual invasão russa à Ucrânia - as mulheres trabalhadoras são sempre umas das principais vítimas de um sistema que coloca o lucro acima da vida.

Muitas de nós não sabemos - porque não interessa ao capitalismo - que o Dia Internacional da Mulher surgiu para unir as trabalhadoras do mundo inteiro, no Congresso de Mulheres Socialistas, em agosto de 1910. Entre meados do século XIX e início do XX as trabalhadoras (principal força de trabalho das I e II Revoluções industriais, junto às crianças) se insurgiram contra a superexploração capitalista numa onda feminista que atravessou oceanos. Não à toa, foram protagonistas, em 08 de março de 1917 (27 de fevereiro no calendário russo) da greve de tecelãs que foi o estopim da primeira revolução operária do século XX. Assim, apesar de todas as tentativas do sistema em transformar o dia numa celebração genérica e conformista, gerações de jovens e trabalhadoras têm mantida acesa a chama do feminismo classista.

Aqui em PoA, a comemoração oficial dos 250 anos da cidade está inserida nessa mesma lógica de apagamento da história das mulheres trabalhadoras que a construiram, historicamente. Nesta terra - que é ocupada por povos originários há milhares de anos - as mulheres indígenas e todos seus saberes filosóficos e técnicos são ignorados, discriminados e invisibilizados pela história oficial. O mesmo podemos dizer das mulheres africanas e suas descendentes livres, libertas ou escravizadas - cujo trabalho levantou, tijolo por tijolo, as bases do que veio a ser esta cidade. Mesmo as mulheres açorianas - que vieram para cá com a promessa de dias melhores e ao chegarem aqui nos anos 1750 ficaram à deriva. De toda forma, a marcação étnico-racial das mulheres indígenas e negras as colocam numa situação de muito maior vulnerabilidade no tempo presente, pela combinação de machismo e racismo.

Enfim, somos muitas. Somos as que constróem esta cidade, hoje. Somos as descendentes dessas mulheres trabalhadoras cujas vozes foram silenciadas. Somos mulheres muito além da opressão e exploração! Por isso hoje dizemos Basta! O Projeto PoAncestral veio para se somar às vozes rebeldes; procurar vestígios de nosso passado ancestral para alimentar sonhos de um mundo melhor!

Basta de exploração, de machismo, de feminicídio, de violência e fome.
Queremos emprego e renda!
Exigimos condições dignas de existência e respeito aos nossos corpos!
Fora Bolsonaro! Bolsonaro nunca mais!

PORTO ALEGRE E AS ANCESTRALIDADES INSURGENTES

Inês Vicentini, Marco Mello, Maria José da Silva, Roselena Colombo
Educadoras/es da RME/Porto Alegre e integrantes da
Coordenação do Projeto *PoAncestral – muito além de 250*

Adaptado da publicação no Jornal Brasil de Fato em 07 de março de 2022

Muito além de 250, a história oficial de nossa cidade, ao apagar a riqueza de modos de viver e pensar milenares dos povos originários e das comunidades africanas e afro-descendentes, invisibiliza também - com sua matriz colonialista - as formas de ocupação violenta da cidade. A expulsão contínua dessas comunidades e de outras populações periféricas, e a destruição de vestígios dos seus legados tecnológicos e culturais mantém-se no tempo presente em que os projetos de “revitalização” desrespeitam tradições e os modos de vida dessas populações. Além disso, os traços fortemente colonialistas se atualizam em projetos ‘modernizantes’ cujas características não só mantém como aprofundam o apagamento e violência sobre setores da população como são os casos das mulheres e comunidades LGBTQIA+. Os dados sobre desigualdade e violências físicas e psicológicas envolvendo essas populações são alarmantes. Nesse sentido *PoAncestral* também se propõe a divulgar movimentos, pesquisas e propostas pedagógicas que denunciem, questionem e colaborem com as lutas contra toda forma de opressão e exploração.

8 DE MARÇO: CONCENTRAÇÃO, HOJE, PARA CELEBRAR O AMANHÃ!

Uma das primeiras ações do calendário do *PoAncestral* para o ano começa hoje, 7 de março, com uma *live*, que celebra o Dia Internacional da Mulher! E entrevistará mulheres que participam dos movimentos sociais por visibilidade e conquistas de direitos LGBTQI+, em especial das mulheres trans e das lutas das mulheres negras. Trazemos, também, um exemplo de organização da Casa para o Acolhimento das Mulheres Vítimas de Violência na Ocupação das Mulheres Mirabal. Por fim, teremos o relato do Movimento das Meninas Crespas e a construção de material pedagógico Afrocentrado.

PROGRAMAÇÃO INTENSA E TRANSVERSAL

A Programação do *PoAncestral* envolve várias ações que terão decorrência ao longo do ano, e quiçá seja perene. Ela inclui um conjunto de *lives*, podcasts, plataforma de subsídios didáticos e uma publicação, além de trabalho de parceria com a escola básica e a universidade.

Entre as *lives*, que serão semanais, e às segundas-feiras a noite, estão confirmados temas como: *12.000 anos de história, os povos originários e a especulação urbana em Porto Alegre, Ancestralidade negra na cidade quilombola com maior segregação racial do pais, Caminhos da Ditadura Civil-Militar em Porto Alegre e as ameaças do fascismo hoje, Terra livre: O que conhecer e como apoiar as lutas dos povos indígenas e A Porto Alegre que queremos e precisamos construir*.

As *lives* têm caráter formativo e contarão com especialistas nos temas, bem como representantes de movimentos sociais e populares, além de educadoras/es, com uma co-promoção ATEMPA e CPHIS em parceria com o Programa Professores Diáries – Série PoAncestral. Canal no Youtube: Lude Comunicação.

SOMOS MUITAS! E CONTINUAMOS NA LUTA!

Enfim, somos muitas. Somos as que constroem esta cidade, hoje. Somos as descendentes destas mulheres trabalhadoras cujas vozes foram silenciadas. Somos mulheres, muito além da opressão e exploração! Por isso hoje dizemos: basta! O projeto *PoAncestral - muito além de 250* veio para se somar às vozes rebeldes; procurar vestígios de nosso passado ancestral para alimentar sonhos de um mundo melhor!

Basta de exploração, de machismo, de feminicídio, de violência e fome.
Queremos emprego e renda!
Exigimos condições dignas de existência e respeito aos nossos corpos!
Fora Bolsonaro! Bolsonaro nunca mais!

Live: **PoAncestral e as mulheres – muito além de 250**
19h, Canal do Youtube: *https://www.youtube.com/watch?v=gDC9NkR5_S0*

Participe! Venha com a gente!
Nos siga nas redes sociais

PoAncestral - muito além de 250
https://www.facebook.com/PoAancestral
https://instagram.com/poaancestral

POR ELAS, POR MIM, POR NÓS: A LUTA DA CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL PELA VIDA DAS MULHERES

Nanashara D'Ávila Sanches
Professora na Rede Estadual de Ensino, Coordenadora da Casa de Referência Mulheres Mirabal e do Movimento de Mulheres Olga Benário

Bárbara Rodrigues Marinho
Arquiteta e Urbanista, mestranda em Planejamento Urbano e Regional na UFRGS, Coordenadora da Casa de Referência Mulheres Mirabal

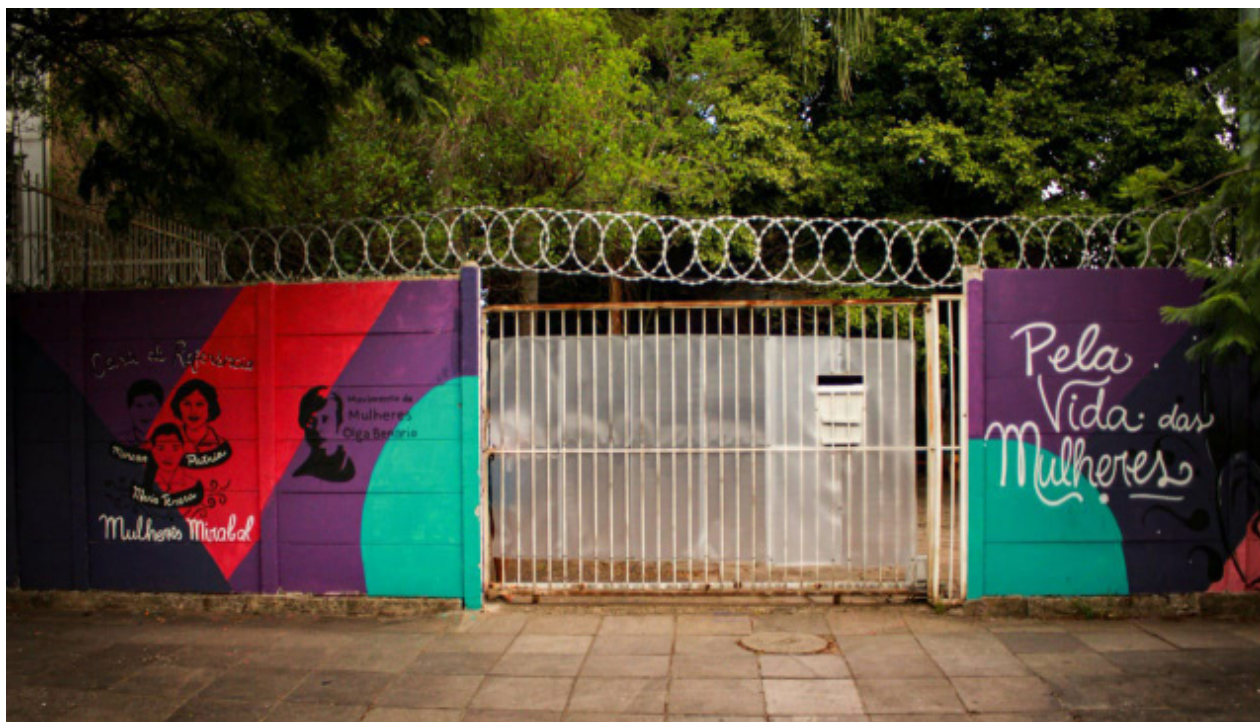
Júlia Foschiera dos Santos
Militante do Movimento de Mulheres Olga Benário, integrante da Equipe de Acolhimento e Coordenação da Casa de Referência Mulheres Mirabal

Assim como na República Dominicana, as irmãs Mirabal, conhecidas como "mariposas", lutavam pelo fim da violência e todo o tipo de opressão contra as mulheres (motivo pelo qual foram assassinadas durante a ditadura de Trujillo, em 1960). Nós do *Movimento de Mulheres Olga Benário* colocamo-nos nesta fronte. Homenageando essas três importantes figuras da nossa história realizamos no dia 25 de novembro de 2016 em Porto Alegre, a segunda ocupação de mulheres da América Latina que reivindica não só uma Casa de Referência para mulheres em situação de violência, como também políticas públicas de enfrentamento à violência no Brasil. Nomeada inicialmente de Ocupação Mulheres Mirabal é hoje de Casa de Referência Mulheres Mirabal.

O Movimento de Mulheres Olga Benário, que nasce sob o compromisso de lutar pelo fim de qualquer violência, exploração e opressão, é um Movimento Nacional fundado em 2011, a partir da necessidade de nos organizarmos politicamente contra esse sistema incompatível com nossa vida digna.

Ao fazer esta homenagem às irmãs Mirabal e colocando-nos nesta fronte de atuação feminista, buscamos lembrar a história de mulheres que nos inspiram e chamar as demais mulheres à luta pela vida de todas nós. Hoje somos uma rede: criamos dez Casas de Referência que conformam espaços de luta, resistência e muito acolhimento pelo Brasil.

Somos muitas mulheres engajadas na construção diária deste trabalho e convencidas da sua necessidade. Acabamos por trazer mulheres que antes estavam em situação de violência para junto desta luta coletiva.

Em Porto Alegre, completamos mais de cinco anos de existência, desde 2016, ano que foi marcado pelo fim da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres no Rio Grande do Sul. Com isso, estamos trazendo

à tona tal pauta por não aceitarmos mais vermos milhares de nós morrerem todos os dias devido a lógica machista e misógina do sistema capitalista. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo, estatística que demonstra que apesar dos dados alarmantes não há a atenção necessária por parte das gestões públicas que por sua negligência se tornam coniventes.

Para se ter uma ideia desses números, somente no Estado do Rio Grande do Sul, durante o ano de 2021, foram registrados 26.309 casos de ameaça, 14.350 casos de lesão corporal, 1.676 casos de estupro, 83 casos de feminicídio consumado e 210 tentativas de efetivá-lo. Enquanto isso, somente na capital, Porto Alegre, no ano de 2021, foram registrados 2.708 casos de ameaça, 1.978 casos de lesão corporal, 226 casos de estupro, 42 tentativas e 8 feminicídios consumados.

Além disso, o número de peticionamentos (solicitações feitas pelos defensores públicos à justiça) referentes à casos de violência doméstica foi de 25 mil. Esse total compreende um aumento de 257% em comparação com o período de outubro de 2019 e setembro de 2020. Já em 2020, o número de peticionamentos para casos de violência doméstica foi de 7 mil. Os números, como se sabe, não refletem a realidade, considerando que também existe um considerável número de subnotificações.

Outro dado alarmante é a quantidade insuficiente de estrutura para atendimento, acolhimento e abrigamento de mulheres em situação de violência. Ao consultar dados levantados pelo IBGE, nos anos de 2018 e 2019, chega-se à informação de que as Casas-Abrigo, essenciais para o rompimento do ciclo de violência e para segurança das mulheres com risco iminente de feminicídio, mantidas pelas gestões municipais, estão presentes em apenas 2,7% das cidades brasileiras. Além disso, dos 5.568 municípios brasileiros, somente 417 contavam com delegacias especializadas, o que equivale a apenas 7,5% do total de municípios existentes no nosso país. Quanto aos serviços especializados, em torno de 20,9% dos municípios dispunham de serviços de enfretamento à violência contra mulheres e somente 9,7% ofereciam serviços de atendimento à violência sexual (IBGE, 2021).

Recai sobre as mulheres o acúmulo de responsabilidades invisibilizadas que permitem a reprodução da força de trabalho, o que coloca assim a mulher para dentro do espaço privado e muitas vezes sob a dominação de um homem com o qual pode vir a ter uma relação abusiva e violenta. Os homens da classe trabalhadora, por sua vez, podem reproduzir dentro da relação familiar a violência e opressão que sofrem nas relações de trabalho, projetando-as sobre as mulheres, as quais estão na posição desfavorável dentro de casa.

Falamos de ciclo de violência, pois na imensa maioria das situações em que a violência se dá por um parceiro íntimo ou outro familiar, ocorrem etapas de forma cíclica ("lua de mel", acúmulo de tensão, explosão, recomeço) de forma a permitir a manutenção destas relações. Contudo, ainda há fatores

como dependência emocional, dependência econômica, falta de apoio de pessoas próximas, falta de acesso à informação, baixa autoestima e, principalmente, a falta de um local seguro de acolhimento e abrigamento para proteção.

Entendemos que enfrentando a lógica

de que a propriedade privada é absoluta, podemos reivindicar para que os imóveis cumpram sua função social, sendo direito nosso ocupar os espaços que forem necessários como o que construímos através da Casa de Referência Mulheres Mirabal. Foi desta forma que desacomodamos instituições públicas e privadas a respeito das nossas reivindicações e conquistamos o espaço em que estamos hoje, antiga escola que foi destinada para nós através de muita negociação resultante de nossa luta árdua, mas que posteriormente precisou ser exigido também através de nova ocupação, pois a Prefeitura mais uma vez demonstrou não ter responsabilidade com a vida das mulheres e não valorizar o trabalho já constituído que apresentávamos naquele momento.

Sentem-se atacadas as gestões que nada fazem, enquanto um Movimento Social se propõe não só a denunciar tal descaso, como agir diante disso mostrando ser possível construir outras formas de acolhimento e enfrentamento à violência, com esse trabalho desenvolvido através do poder popular e a força das mulheres organizadas. Não temos intuito ou pretensão de assumir o papel do Estado, mas não podemos esperar sentadas por uma solução que parta de uma instituição machista e misógina enquanto milhares de mulheres estão morrendo e outras tantas não tem para onde ir ou a quem recorrer para sair de um ciclo de violência.

Por ora, seguimos ao mesmo tempo que acolhemos e abrigamos mulheres que não tem para onde ir, enfrentando os ataques institucionais que dificultam a regularização do imóvel em que atualmente a Casa de Referência funciona. Também lutamos para que o serviço prestado seja formalmente reconhecido, tendo em vista as procuras e encaminhamentos que seguem sendo feitos por espaços institucionais e “formais” de combate à violência e acolhimento de mulheres.

Hoje, quem vive em nossa cidade entende que a Mirabal representa um capítulo importante da história de Porto Alegre. São não só as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, Carolina Maria de Jesus, Tina Martins, Antonieta de Barros, Preta Zeferina, Helenira Preta, Laudelina de Campos Melo, Soledad Barret e Almerinda Gama, que dão nome às nossas Casas. Queremos trazê-las à tona como exemplos de luta, assim como as mulheres que fizeram o 8 de março se tornar uma data tão potente de luta. Foram as lutadoras incansáveis que um dia tornaram possível a construção de uma realidade diferente quando estiveram na linha de frente da construção da revolução de outubro que deu origem posteriormente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Lutamos pela vida das mulheres e como Olga Benário nos deixou de legado: “pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”.

REFERÊNCIAS

DEFENSORIA Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório Anual 2021: Prestação de contas. Disponível em: *https://www.defensoria.rs.def.br/relatorio-anual*. Acesso em: 15 de abril de 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório Anual 2020: Prestação de contas. Disponível em: *https://www.defensoria.rs.def.br/relatorio-anual*. Acesso em: 15 de abril de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <*https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf*> Acesso em: 10 de abril de 2022.

SER TRANS: FORMAS DE SER NA CIDADE EXCLUDENTE

Nikaya M. Vidor Moura
Mulher trans, estudante de Ciências Sociais/UFRGS

Este texto tem como objetivo estabelecer um panorama social simples de análise da situação da população trans feminina em Porto Alegre. Serão considerados os aspectos sociais, econômicos e, dentro das possibilidades, os aspectos culturais. O panorama será bem limitado, na medida que irá se fundamentar nos dados nacionais da população trans feminina, que dão um indicativo das condições laborais e sociais dessa população. Tentará dentro das suas limitações apresentar a forma de como este movimento se formou em Porto Alegre, lembrando que é ainda muito preliminar, dado o fato de que a minha inserção no tema ainda é incipiente e que os dados sobre a condição socioeconômica da população trans feminina são pouco significativos. Isso se dá por conta da ausência de pesquisa e também por considerarmos que para um panorama melhor consolidado é necessário ter mais material empírico que fundamente ele.

Foto: Nikaya Vidor

CONTEXTO SOCIAL

De acordo com a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% das mulheres trans e travestis no Brasil estão na prostituição, apenas 6 % adquire trabalho informal (sem carteira assinada, trabalho precário, sem estabilidade) e somente 4 % dessas mulheres têm emprego formal (carteira assinada). Vale ressaltar que a Antra ainda tem limites de coleta de dados para fazer uma amostra mais categórica em relação à realidade da população trans brasileira, sobretudo porque o Estado não reconhece a necessidade de produzir estatística com relação a essa população.

O Brasil é o país que mais mata população trans no mundo, metade dos assassinatos de população trans que se consegue mapear no planeta inteiro acontecem no Brasil. Nesse macabro ranking de violência nosso país tem se mantido no topo, segundo Relatório de 2021 do 'Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI+ no Brasil'. Já aqui no RS mesmo considerando dados desatualizados, o Relatório de 2019 da Comissão Especial para análise da violência à população LGBTI+ da Assembléia Legislativa confirma a dinâmica nacional. Os assassinatos em sua maioria ocorrem com a população trans profissional do sexo, e a grande maioria das mortes aparece com resquícios de crueldade – espancamentos, estupros, estrangulamentos e corpos incendiados. De acordo com Dossiê da Antra, a maior parte dos assassinos de mulheres trans são homens cisgêneros heterossexuais e que se relacionavam com a vítima. 81 % das mortes de mulheres trans que acontecem no Brasil ocorrem com mulheres trans negras. A expectativa de vida das mulheres trans no Brasil é menor de 35 anos.

FORMA DO MOVIMENTO SOCIAL TRANSGÊNERO EM PORTO ALEGRE

Porto Alegre tem organizações sociais e algumas políticas públicas que refletem o grau de resposta à toda violência que vivenciamos historicamente. Foram e são lutas pelo nosso direito de existir, de estar nas ruas, de cuidar de nossa saúde e ter condições dignas de existência. Movimentos, pessoas e agrupamentos, mesmo que subterranea mente e de forma fragmentada se afirmam na cidade excludente. Apesar da carência de dados, podemos observar no dia a dia da vida TRANS a mesma dinâmica dos

dados apontados nacionalmente - altíssimos índices de desemprego e prostituição - em que a pandemia veio para aumentar a precariedade das condições de vida TRANS.

Historicamente, um movimento que se formou em Porto Alegre, a partir da luta das mulheres trans no contexto histórico da crise da AIDS, foi a organização *Igualdade*. Lutando contra toda estigmatização que a população trans e a população LGBT em geral sofrem e sofreram no passado – como serem caluniados como os principais disseminadores da AIDS, propaganda que o Estado e que a Igreja muito fizeram na década de 1980 e 1990. A ONG *Igualdade* em Porto Alegre se formou no ano de 1999 a partir de um grupo de apoio, que era o GAPA/RS (Grupo de Apoio à Prevenção de AIDS), o qual posteriormente veio a formar a *Igualdade*.

REFLEXÕES SOCIAIS

Vale ressaltar que ausência de dados e pesquisas sobre a violência da população trans em Porto Alegre e no RS ainda indicam não só uma negligência dos Estados e das instituições em relação às necessidades dessa população, mas também expressa a quantidade pequena de pessoas que estão dispostas a contribuir em expressar as necessidades dessa população com a elaboração dessas estatísticas. Isso, evidentemente, não inclui apenas a população LGBT, mas também a população cisgênero e heterossexual. Nesse sentido, há necessidade de apontar que o Movimento Trans necessita de maior apoio da população heterossexual e cisgênero para fazer a luta por suas necessidades.

Ademais, observando os dados e o enfrentamento histórico que essa população teve, podemos analisar alguns aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da forma da sociedade brasileira. Uma sociedade onde a imensa concentração de riqueza gera pobreza em igual proporção; onde a herança colonial se expressa nos dados sobre genicidio de indígenas e afro-descendentes e onde a homo e transfobia se traduz na escalada de violência e assassinatos. Nos poucos dados coletados se deduz também a forma como as pessoas agem e pensam. Ou seja, para além da questão institucional em si, há toda uma construção ideológica que naturaliza o preconceito generalizado, como no caso das pessoas LGBTQIA+. Uma sociedade capitalista que mata e joga essas comunidades no desemprego massivo e na prostituição, tudo para aumentar o lucro de uma minoria de ricos brancos hipócritas.

Por conseguinte, fica a minha reflexão aqui de como podemos pensar uma outra forma de sociedade, como podemos consolidar um outro poder político onde quem mande não seja o dinheiro e o prestígio racial e sexual da pessoa, mas quem mande e organize a sociedade sejam todos aqueles que vivem formas de exploração do trabalho e discriminação social.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. (Org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2022.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. Movimento de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul, Brasil: vitórias históricas e limites atuais. *In*: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, 2018, Florianópolis.

NEGA LÚ: UM FRENESI NA MALDITA PORTO ALEGRE

Ana Carolina Gelmini de Faria
Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Docente do Curso de Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade (PPGMusPa/UFRGS).
Endereço eletrônico: *carolina.gelmini@ufrgs.br*

Marlise Giovanaz
Historiadora (UFRGS), mestre em História (UFRGS). Docente do Curso de Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS). Endereço eletrônico: *mgiovanaz@gmail.com*

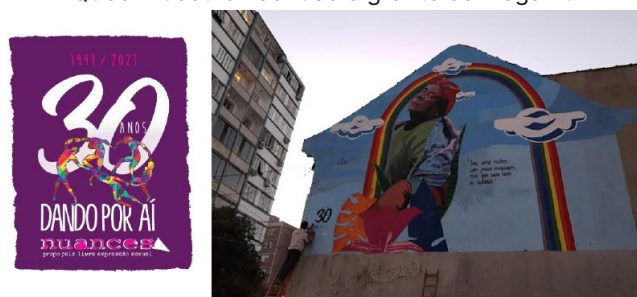
Em janeiro de 2021 foi divulgado, pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Rio Grande do Sul (PRDC/RS), órgão do Ministério Público Federal, o edital Eu Sou Respeito (figura 1). A ação foi um exercício de reparo feito à comunidade porto-alegrense, resultante dos R$247 mil em recursos provenientes de multa paga pelo Santander Cultural em 2019 por não cumprir na íntegra o acordo extrajudicial assinado junto ao MPF-RS, referente ao encerramento da exposição *QueerMuseu* em 2017. Ele é o ponto de partida da experiência museal construída de forma colaborativa nas ruas de Porto Alegre, que foi intitulada *Nega Lú: um frenesi na maldita Porto Alegre*.

Figura 1 - Edital Eu Sou Respeito

Fonte: Ministério Público Federal, 2021.

O edital dirigiu-se a proposições de promoção da igualdade de direitos, da tolerância e do respeito à diversidade. Quando ocorreu sua abertura o Curso de Museologia e o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram convidados pelo grupo *nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual* (figura 2) para propor o desenvolvimento de uma exposição que faria parte de um conjunto maior de atividades propostas pelo grupo no Projeto *30 Anos em Exposição: nosso Queermuseu é nas ruas* (figura 3). Desde o primeiro momento os integrantes do nuances salientaram que tinham a intenção de homenagear uma personagem de grande relevância na cultura e no universo LGBTQIA+ da cidade de Porto Alegre, a Nega Lú, sob diferentes formas de intervenções artístico-culturais, a exemplo do grafite assinado pelo artista plástico SoulChambi (figura 3).

Figura 2 - Logo do nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual

Figura 3 - Logo *30 Anos em Exposição: nosso Queermuseu é nas ruas* e grafite da Nega Lú

A arte da logo é assinada por Vladimir Azeredo.
Fonte: *nuances*, 2021.

Para iniciar o processo curatorial da exposição foi preciso uma aproximação com a personagem, e rapidamente a equipe foi seduzida por sua trajetória, seja por sua história insólita, seu charme e/ou pelas memórias dos que conviveram com ela. Nega Lú (figura 4) nasceu no ano 1950 no bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre, em uma família de negros e foi batizada Luiz Airton Bastos. Ainda quando frequentava a escola já se anunciava como a Nega Lú, enfrentando todas as formas de preconceito que certamente foram dirigidas a ela. Impôs sua presença nos mais diversos

ambientes culturais da cidade, transitou das salas de dança clássica aos bares menos prestigiosos da capital gaúcha (NUANCES, 1999, 2016; TEIXEIRA, 2015).

Figura 4 - Nega Lú

Fonte: Acervo nuances, s.d.

A oportunidade de trabalhar com uma personagem LGBTQIA+, a partir de uma perspectiva histórica relacionando aspectos étnicos, de classe ou de expressão sexual, coloca muitos desafios à pesquisa. Uma fonte com grande potencial para construir a visibilidade desses sujeitos são os acervos constituídos por si mesmos ou então por grupos ativistas que escolheram não silenciar pessoas e suas histórias. O *nuances* é um coletivo que tem feito muito barulho nestas três décadas de existência, e a exposição a ser realizada precisava representar mais um grito nesta longa trajetória.

A EXPOSIÇÃO

A exposição *Nega Lú: um frenesi na Maldita Porto Alegre* foi um exercício em defesa da construção de cidadania e promoção da igualdade social. Nega Lú foi uma celebridade popular da cidade de Porto Alegre, uma personagem marginal que foi ícone da transgressão em um Brasil marcado pela repressão da Ditadura Militar. Assim, o título reflete muitas das tessituras de Nega Lú com sua cidade: desde sua presença na Esquina Maldita a uma Porto Alegre que limitou seus passos, ainda que sua vida tenha sido marcada pela transgressão (figura 5).

Figura 5 - Logo da exposição *Nega Lú: um frenesi na Maldita Porto Alegre*

Arte assinada por Vladimir Azeredo.
Fonte: Curadoria, 2021.

Uma importante decisão expológica adotada foi elaborar o circuito expositivo não em um museu ou salas preparadas para essa finalidade. Ao investigar a história da Nega Lú identificou-se que sua vida se reflete em vários pontos da cidade. Porto Alegre a marcou e vice-versa. O *nuances* e a equipe de curadoria optaram, como uma conversa despretensiosa com a Nega Lú, compartilhar suas memórias em diferentes lugares, com enfoques distintos. Sua homenagem seria na rua.

Essa foi uma decisão determinante para o processo criativo, pois os aspectos biográficos selecionados tiveram cruzamento com a escolha dos pontos expositivos. Sendo uma marca da personagem o estilo de vida boêmio, quatro núcleos expositivos foram planejados em bares localizados em regiões estratégicas da cidade - um convite para saborear e brindar nos bares as memórias da Nega Lú: o primeiro foi uma instalação na Lancheria do Parque, importante referência na cultura porto-alegrense por onde Nega Lú desfilou infinitas vezes; na mesma quadra montamos o segundo núcleo, na parede externa do Bar Ocidente, local que tem como marca ser receptivo a todos os públicos, e onde a comunidade LGBTQIA+ sempre foi acolhida; o terceiro núcleo temático foi no Bar Plano A, situado no bairro onde viveu Nega Lú; e, por fim, foi apresentada uma instalação na parede do Bar Venezianos, localizado no atual perímetro boêmio da cidade.

A escolha de realizar o projeto nas ruas foi uma experiência singular para todas as pessoas que interagiram com a exposição: para o nuances foi a afirmação de seu papel e responsabilidade social, celebrando os trinta anos de atuação nas ruas de Porto Alegre; para os proprietários de bares uma ressignificação de seus espaços, possibilitando inclusive pensá-los enquanto evidências históricas da cidade; para os transeuntes uma oportunidade

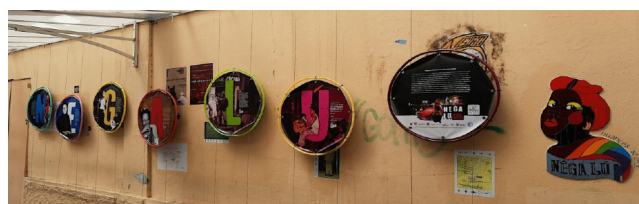
de ter contato com a cultura em suas rotinas corriqueiras - muitos que visitaram os núcleos não possuem o hábito de frequentar museus. Destaca-se, ainda, a importância da iniciativa para a equipe curatorial: na dimensão prática foi um desafio planejar núcleos ao ar livre, que não tivessem nenhum controle sobre possíveis avarias e intempéries, além de algumas edificações serem tombadas, não podendo fazer uso de materiais interventores nas paredes, por exemplo. Na dimensão social teve-se a chance de propor um exercício museal afetivo, com abordagem afirmativa em prol das muitas diversidades que a Nega Lú representa: orientação sexual, classe social, raça e etnia, religião, entre outros aspectos.

Tendo mapeados os desafios, o grupo da curadoria iniciou o processo criativo. O primeiro núcleo elaborado foi a Lancheria do Parque. Inaugurado em 1982, a "Lanchera" formava, com os bares Ocidente e Escaler, o triângulo das Bermudas do Baixo Bonfim - locais certos para bater ponto em uma noitada animada em Porto Alegre. A Lancheria do Parque sempre foi local de encontro: é um somatório de vozes, gestos, pedidos. Nessa dinâmica aparentemente caótica há uma harmonia compartilhada pelos seus frequentadores, que têm em comum o desejo de experimentar a vida cultural da cidade. Quem frequentou a Lancheria do Parque era habituado a ver Nega Lú no local, começando ou terminando uma noite agitada. Embora as cadeiras fossem disputadas, o habitual era ficar em pé, formando rodas animadas que tinham por referência o toldo vermelho da entrada. A Lancheria do Parque faz parte da memória afetiva que os porto-alegrenses têm da cidade (figura 6):

Figura 6 - Núcleo expositivo Lancheria do Parque

Arte assinada por Vladimir Azeredo.
Fonte: Curadoria, 2021.

O bar Ocidente também não passou despercebido por Nega Lú por privilegiar a criatividade, a pluralidade e a livre expressão. Esse era mais que um simples entretenimento: o Ocidente contribuiu para o deslocamento do movimento cultural da Esquina Maldita[1] para o Baixo Bom Fim no começo dos anos 1980, tornando-se um símbolo da vida noturna gaúcha. Seu casarão é emblemático. A diversidade, sua marca registrada. Como solução expográfica foram elaboradas homenagens aos diferentes bares que compuseram a vida boêmia porto-alegrense dos anos 1970 e 1980. Ao final do circuito foi realizada uma instalação da artista Silvia Marcon com mosaico de azulejos, a partir do desenho do integrante do *nuances* Luís Gustavo Weiler, que ficará na parede do Ocidente como marca da realização do projeto do coletivo (figura 7).

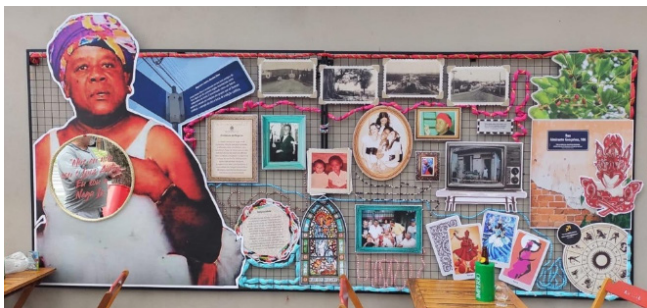
Figura 7 - Núcleo expositivo Ocidente
Arte assinada por Vladimir Azeredo.

Fonte: Curadoria, 2021.

O terceiro núcleo foi pensado no bairro Menino Deus. É caracterizado como um bairro residencial, marcado por tradições dos grupos que ali fixaram residência - a exemplo dos ritos e festas de tradição católica. A cidade começa no lugar onde moramos, relação que gera conexões profundas entre o território e seus moradores. Nega Lú integrava uma das famílias do núcleo negro do Menino Deus: os Bastos chegaram no bairro no começo do século XX. Difícil pensar nela e não lembrar do bairro. A equipe curatorial em suas pesquisas identificou que a vivência que teve com familiares, a comunidade do Colégio Infante Dom Henrique e vizinhança nessas ruas constituiu sua personalidade.

O bar Plano A, espaço que recebeu o terceiro núcleo expositivo, cedeu duas paredes externas para o processo criativo. Em um lado decidiu-se por apresentar as suas origens familiares e religiosas (figura 8). O convívio familiar da Nega Lú despertou seu interesse espiritual. Filha de Xangô e Iansã, cumpriu todos os rituais de iniciação para se tornar um pai de santo. Das tradições que a influenciaram,

[1] Nos anos 1970, a esquina da Av. Osvaldo Aranha com a Sarmento Leite concentrava a força da contracultura da cidade. Os bares Alaska e Copa 70 se destacavam neste cenário de tensão e criação, em plena ditadura civil-militar. A Nega Lú era frequentadora assídua do Copa 70, reduto de artistas e de músicos, que circulavam provocando os frequentadores da Esquina Maldita, por vezes ainda vestindo os figurinos das peças e dos shows que participavam.

sejam familiares ou da comunidade do bairro, passou a conciliar as atividades de batuqueiro com as crenças cristãs. Em uma entrevista afirmou: “Minha religião é a católica [...], mas o batuque está na veia”. (NUANCES, 1999, p.3).

Figura 8 - Núcleo expositivo Plano A - família e religiosidade

Arte assinada por Vladimir Azeredo.
Fonte: Curadoria, 2021.

Ainda explorando o bairro, identificou-se que as experiências que Nega Lú vivenciou no Menino Deus pulsavam em sua personalidade, ao ritmo de uma marchinha de carnaval na rua Saldanha Marinho. Bairro de origem do bloco carnavalesco Banda da Saldanha, criado em 1979, Nega Lú logo se tornou uma de suas assíduas foliãs, o que a levou à nomeação de Rainha da Banda da Saldanha. Quem presenciou Nega Lú na Banda da Saldanha como madrinha e porta-estandarte, menciona esse tempo como memorável e as emoções despertadas são de alegria, igualdade, orgulho, simpatia e, inevitavelmente, nostalgia. A Banda da Saldanha marcou a trajetória da Nega Lú, pois se tornou uma forma afetiva de expressar seu vínculo com Porto Alegre, especialmente por heranças culturais familiares enraizadas no bairro Menino Deus (figura 9).

Figura 9 - Núcleo expositivo Plano A - carnaval

Arte assinada por Vladimir Azeredo.
Fonte: Curadoria, 2021.

O último núcleo expositivo foi inaugurado no bar Venê. Nega Lú não chegou a frequentar o Venezianos Pub Café, aberto no ano de 2000, mas, de alguma forma, toda a trajetória histórica de resistência que havia sido antes manifestada na Esquina Maldita e Baixo Bom Fim serviu para abrir um caminho de diversidade e tolerância que chegou até a Cidade Baixa.

A Travessa dos Venezianos também evoca o mundo das artes, no qual Nega Lú transitava com a desenvoltura de uma musa polifônica. Como se não bastasse brilhar no balé clássico, sua voz potente permitiu sua atuação em diferentes gêneros musicais, foi de solista dos corais da UFRGS e da OSPA à desbocada vocalista da banda de blues Rabo de Galo. Coube, a esse núcleo, apresentar a Nega Lú artista, que reuniu várias referências do projeto do *nuances* à personagem, tais como o grafite e o mosaico localizados em outras partes da cidade (figura 10).

Figura 10 - Núcleo expositivo Venê

Arte assinada por Vladimir Azeredo.
Fonte: Curadoria, 2021.

A exposição *Nega Lú: um frenesi na maldita Porto Alegre* teve impacto entre as comunidades de bairro e transeuntes, pois convidou público a perceber detalhes de um circuito de rua muitas vezes despercebido. Os núcleos expositivos foram inaugurados mensalmente (Lancheria do Parque e bar Ocidente em setembro, bar Plano A em outubro e bar Venezianos em novembro de 2021) e, aos poucos, foi desmontada. Essa é a dinâmica das ruas: o ir e vir, o surgir e desaparecer, a presença e ausência. O que ficam são as relações: muitas pessoas que visitaram os núcleos comentaram algum episódio com a Nega Lú. A exposição estimulou a valorização das pessoas que se tornam, em um jogo simbólico com a cidade, os principais patrimônios de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

NUANCES. Nêga Lú: a bichice sem segredos. **Jornal do Nuances**, ano 2, n.9, 1999. p.3.

NUANCES. **Nega Lu**. Direção de Ana Mendes e Natália Bandeira, Porto Alegre, 2016. 1 vídeo (15min.). Disponível em: *https://www.youtube.com/watch?v=iQM0L8gPHwg*. Acesso em nov. de 2021.

TEIXEIRA, Paulo César. **Nega Lu: uma dama de barba malfeita**. Porto Alegre: Libretos, 2015.

Histórias para além dos 250 anos de Porto Alegre

Lúcia Regina Brito Pereira
Historiadora, militante do Movimento de Mulheres Negras

No mês de março, mais especificamente no dia 26, Porto Alegre comemorou seus ditos "250 anos". Vivenciamos, por conta disso, toda uma gama de ações comemorativas promovidas pela imprensa hegemônica e órgãos oficiais. Entretanto, estas comemorações repetem a eurocentricidade nos discursos onde predomina o apagamento histórico pois, suprimem, invisibilizam os 12 mil anos de ocupação dos povos originários nestas terras. Igualmente, desconsideram a ocupação forçada de negras e negros desde antes da fundação da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Daí a importância do Projeto *PoAncestral* que se estabelece na contramão do discurso hegemônico e propõe outra visão da cidade construída pelos, até aqui, invisíveis.

As formas de resistência de negras e negros estiveram presentes desde os primórdios de sua chegada forçada em terras brasileiras, seja de forma individual, em grupos ou em associações, como as Irmandades do Rosário. Elas vão oferecer auxílio para o enterro decente de seus associados, para viúvas e órfãos e libertar cativos. Clubes e Sociedades também serão uma referência, entre eles se destaca a Sociedade Beneficente Floresta Aurora, fundada em 1872 e, neste ano de 2022 completa o seu sesquicentenário e a Associação Satélite Prontidão com 120 anos – ambas de Porto Alegre, que terão papel fundamental na organização, na resistência, na preservação da identidade e luta por melhoria das condições de vida da população negra porto-alegrense e do estado. Do ponto de vista da pluriversalidade, observa-se o trânsito de várias personalidades por estas instituições e que vão também, a partir delas, fundar outras com características similares no tocante à luta por direitos agregada à intervenção política com maior intensidade.

As organizações negras ao longo da história brasileira atuaram de forma exemplar contra o racismo, denunciando e exigindo políticas para a promoção da população negra. E elas são responsáveis pelos avanços até aqui obtidos em prol da causa negra.

O Quilombo dos Palmares é a referência do maior e mais duradouro símbolo de resistência e liberdade na história brasileira. Importante lembrar que esta trajetória passa a ter maior visibilidade quando da criação do Grupo Palmares, em 1971, na cidade de Porto Alegre, por Oliveira Silveira, Dr. Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva e Vilmar Nunes. Também integraram o grupo Jorge Antônio dos Santos (Jorge de Xangô), Paulo Assis Santos, Helena Vitória Machado, Anita Abad, Antonia Mariza Carolino, Marli Carolino, Marisa Souza da Silva, Vera Daisy Barcellos, Maria Conceição Lopes Fontoura, Margarida Maria Martiminiano, Irene Santos entre outras pessoas.

No ano de 2021 comemorou-se os "50 Anos do Vinte de Novembro", data reconhecida pelo Movimento Negro Unificado, representando a resistência da população negra no Brasil em oposição ao treze de maio, dia da abolição que fora uma concessão do império, e que hoje integra o calendário oficial da Educação brasileira instituída pela Lei 10.639/03. Grande feito originado na capital gaúcha.

Em meados dos anos 1980, surgem as organizações de Mulheres Negras, que terão um papel fundamental na condução de políticas públicas direcionadas para a população negra. No Rio Grande do Sul, destacamos Maria Mulher – organização de Mulheres Negras, criada em 8 de março de 1987, sendo pioneira com essa característica no Brasil. E lá se vão trinta e cinco anos de experiências e aprendizados na luta, na busca de uma sociedade equânime.

Figura 1: Logo Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras

A partir dos anos 1990 haverá um crescente de políticas direcionadas à promoção da população negra. Entre elas, o reconhecimento pelo governo brasileiro do racismo presente na sociedade; a criação de grupos de estudos para levantar a real situação dos negros; a instituição de ministérios,

fundações e secretarias direcionadas a implementar políticas para a população negra; a instituição de leis de reconhecimento de Comunidades Quilombolas; e promulgação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino da História Africana e dos Afro-Brasileiros na Educação Básica e institui no calendário das escolas brasileiras o 20 de Novembro como data oficial.

Em Porto Alegre, se destaca neste período a luta pelo reconhecimento e titulação das Comunidades Quilombolas. Quem muito se empenhou por esta ação foi a quilombola Comissária Ivonete Carvalho, então, presidenta do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Tem-se aí mais um protagonismo pois, em 2009, depois de um longo processo, a Família Silva recebe a titulação da Fundação Cultural Palmares. Localizada no Bairro Três Figueiras, área nobre da cidade, foi fundamental a organização de várias entidades da sociedade civil para garantir a permanência da família naquela região. A resistência à especulação imobiliária deu seus frutos e a Comunidade Quilombola da Família Silva tornou-se a primeira comunidade quilombola urbana do país.

Este processo deu origem a várias outras comunidades na cidade que se reconhecem como quilombolas, hoje já são em número de onze[1]. Entretanto, a posse do território, apesar de ser fundamental, requer ações para além da garantia de propriedade. São necessárias políticas públicas que incidam na infraestrutura, no saneamento básico, na Educação, na Saúde e na Segurança a estas comunidades.

Figura 2: Quilombo da Família Silva. 2012. Documentário.

Neste ano de 2022, vivenciaremos um processo eleitoral e as mulheres têm condições de reverter o quadro da masculinidade na política, visto serem a maioria no estado, 51,33%, segundo dados do IBGE de 2019. No pleito de 2018 ocuparam 7 vagas entre as 49 da Assembleia Legislativa no estado – já as mulheres negras sequer aparecem na Nota Especial da Secretaria do Planejamento do RS. Um exemplo da lenta participação das mulheres, em especial as negras, a instâncias políticas, refere-se à Câmara Municipal de Porto Alegre que terá a primeira vereadora negra eleita pelo voto direto[2], Teresa Franco, na XIIª Legislatura, 1997-2000, aos 49 anos de idade. Somente vinte e dois anos após, outra mulher negra ocupará o posto pelo voto direto. Melhor: três mulheres negras, Karen Santos, Bruna Rodrigues, Daiana Santos e Matheus Gomes que formam a chamada "Bancada Negra", a maior do país em câmaras municipais.

Este é um feito inédito, e retomando Maria Mulher (Organização de Mulheres Negras) que ao longo de sua existência sempre defendeu a presença negra em todos os espaços, teve uma de suas fundadoras, Maria Conceição Lopes Fontoura como candidata em vários pleitos. Na sua plataforma sempre pontuou a luta antirracista. Ela fez escola, e o antirracismo faz parte dos projetos da atual Bancada Negra e das futuras candidatas ao pleito que se avizinha.

Outro fato a ser destacado diz respeito às Ações Afirmativas. Porto Alegre se destaca ao instituir cotas para negras e negros nos concursos através da Lei Municipal 494/2003, revogada pela Lei Complementar 746/2014. Isso gerou polêmica e tentativa de destituir pessoas que ingressaram através desta ação. Por outro lado, professoras e professores que ingressaram no magistério público da cidade passam a fazer a diferença não só na sala de aula como referência, como também responsáveis pela criação de vários grupos e organizações que valorizam a cultura e a autoestima das crianças negras em especial.

Uma Educação nestes parâmetros muda comportamentos, haja vista a maioria das pessoas passarem pela escola. É possível, assim, que tenhamos educadoras/es que reconheçam e disseminem em suas atividades pedagógicas antirracistas, a valorização da cultura negra e a sua importância para

[1] Além da Família Silva, Porto Alegre conta com a Comunidade Quilombola Areal da Baronesa, Comunidade dos Alpes, Quilombo Lemos, Família Fidelix, Quilombo da Família dos Machado, Quilombo da Família Flores, Quilombo da Família de Ouro, Quilombo da Mocambo, Quilombo Santa Luzia e o Quilombo Kédi.

[2] A vereadora Saraí Soares era suplente, exerceu o mandato em 1997-2000. A vereadora Karen Santos igualmente assumiu como suplente em 2016. Em 2019 foi eleita a vereadora mais votada da cidade, alcançando 15.702 votos.

a formação muito além dos 250, e para uma outra Porto Alegre e sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Elenir Gularte. "**Grupo Palmares em Porto Alegre na Década de 1970: O Papel de Mulheres Negras Ativistas**". Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGS. 2019. Dissertação de mestrado.

MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL. Nota Especial DEE 08.03.2019. Disponível em: *https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201903/27175806-mulheres-27-03-final.pdf*.

PEREIRA, Lúcia R.B. "**História, Perspectivas e Trajetórias de Mulheres Quilombolas no Codene**". *In*: GROSSI, Patricia K. et all. (Orgs.). Mulheres Quilombolas, Interseccionalidades e Políticas Públicas. Porto Alegre, RS: Faith, 2021, pp. 61-81. Disponível em: *http://www.editorafaith.com.br*.

______. (Org.) **Africanidades Sul-Rio-Grandenses**. João Pessoa: Editora Grafset, 2012. 216 p. (Coleção A África está em nós).

SANTOS, Roberto dos. "**Tição – imprensa negra e consciência em Porto Alegre nos anos de chumbo**". Disponível em: *https://www.geledes.org.br/ticao-imprensa-negra-e-consciencia-em-porto-alegre-nos-anos-de-chumbo/*

Figura 3: 150 anos da Sociedade Floresta Aurora
Foto: André Gomes

3

POVOS ORIGINÁRIOS

POANCESTRAL:
12 MIL ANOS DE HISTÓRIA, POVOS ORIGINÁRIOS E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

André Pares*, Cláudia Aristimunha, Inês Vicentini*, Roselena Colombo***

*Educadoras/es da RME/Porto Alegre.

** Historiadora, Coord. Ações Educativas – Museu da UFRGS.

Integrantes da Coordenação do Projeto *PoAncestral – muito além de 250*

Adaptado da publicação no Jornal Brasil de Fato RS. 14 de Março de 2022

Luana Kaingang, graduanda em Odontologia, do coletivo de indígenas da UFRGS falará sobre a recente ocupação dos estudantes indígenas de um prédio abandonado da Secretaria Municipal de Porto Alegre.
Foto: Alass Derivas | @derivajornalismo

Para aprofundarmos as reflexões que buscam questionar o aniversário da cidade sob uma lógica eurocentrada, nós do *PoAncestral - muito além de 250* estamos convidando a *todes* para a *live* hoje,14 de março de 2022, às 19h, no canal Lude Comunicação, no Youtube.

Cláudia Porcellis Aristimunha – da equipe de ações educativas do Museu da UFRGS e uma das coordenadoras do *PoAncestral* – irá nos contar sobre o trabalho de exposição do Museu, chamado: “12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-história do Rio Grande do Sul”, ocorrido no período de 22 de abril de 2013 a 14 de março de 2014. Foi um meio de divulgar para os professores, alunos e público em geral as pesquisas arqueológicas realizadas e as hipóteses decorrentes sobre a história dos povos originários de nossa região.

As hipóteses de como esses diferentes grupos migraram para esse território no transcorrer do tempo; os diferentes sítios arqueológicos existentes no RS que permitem o estudo desses povos. Os materiais encontrados nesses sítios estavam expostos no Museu possibilitando contar um pouco dessa longa história. Os mapas localizam as descobertas desses sítios e as hipóteses de migrações desses povos. E por fim, os primeiros contatos com o colonizador europeu dos Guarani, Kaingang, Xokleng, Charrua e Minuano – e a equipe do Museu da UFRGS disponibilizou esses maravilhosos materiais no site: *https://www.ufrgs.br/museu/12000-anos/*.

Os estudantes de história Carolina LLanes, Roberto Verna e Vanessa Rodrigues serão entrevistados a respeito do Mapa que elaboraram sobre a localização dos sítios arqueológicos em Porto Alegre, tudo sob orientação da professora arqueóloga dra. Silvia Moehlecke Copé (UFRGS). Esse trabalho vem

ao encontro da necessidade de preservação desses sítios arqueológicos para as pesquisas, escritas da história de nossos ancestrais e fundamentalmente para a demarcação de suas terras.

Luana Kaingang, graduanda em Odontologia, do coletivo de indígenas da UFRGS, nos contará a respeito da recente ocupação dos estudantes indígenas de um prédio abandonado da Secretaria Municipal de Porto Alegre. Estão reivindicando a casa de estudantes indígenas, onde as mães possam estar com seus filhos e realizar suas práticas culturais. Saberemos como estão se organizando e os passos das negociações com a reitoria da UFRGS e a Prefeitura Municipal de POA.

Diego Benites, liderança Karai Popygua, estudante de história na UFSC, liderança e ativista da causa indígena, fará o relato da retomada Mbya Guarani da Ponta do Arado, bairro Belém Novo, zona sul de Porto Alegre em junho de 2018. Essas famílias estão sofrendo constantes ataques dos agentes da Arado Empreendimentos imobiliários, que pretende construir nessa área condomínios e hotéis de luxo. Essa é uma importante luta que diz respeito não só a comunidade Guarani, mas a todos os moradores da cidade. Preservar esses espaços de mata nativa na orla do lago é fundamental para mantermos a qualidade da água do Guaíba que abastece a população. Além de ajudar a manter o equilíbrio climático que vem sendo afetado, prova disso são os constantes temporais e alagamentos que verificamos na cidade.

Por fim, teremos o advogado Silvio Jardim, membro da Comissão Especial Indígena do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (CEDH/RS), que irá discorrer sobre a articulação dos povos indígenas em POA, a fim de conseguirem a demarcação de suas terras por parte do poder público, suas lutas contra a especulação imobiliária que ameaça seus direitos, por escola pública de qualidade, assistência à saúde nesses tempos de pandemia da Covid-19, contra a tese do Marco Temporal e contra o projeto de lei que permite, em escala nacional, o garimpo em terras indígenas.

Reiteramos o convite para a participação da agenda do *PoAncestral* e nessa *live* em particular, porque será uma oportunidade de refletirmos sobre a cidade que queremos, em meio aos debates sobre alterações no Plano Diretor da capital gaúcha. Processo esse que está relacionado a qualidade de vida dos moradores cuja participação é fundamental para estabelecer limites ao poder econômico em nossa cidade.

Live: **12 mil anos de história, povos originários e especulação imobiliária**
Hoje, 19h, Canal do Youtube: *https://youtu.be/iaXQ2F1xTN0*

Participe! Venha com a gente! Nos siga nas redes sociais
PoAncestral - muito além de 250
https://www.facebook.com/PoAancestral
https://instagram.com/poaancestral

REFERÊNCIAS

12000 Anos de História: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul / catálogo da exposição organizado pelo Museu da UFRGS - Porto Alegre: UFRGS, 2013.

https://www.brasildefators.com.br/2022/03/10/estudantes-indigenas-e-apoiadores-ocupam-salao-nobre-da-reitoria-da-ufrgs. Acesso em: 13 de março de 2022.

http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/tag/ponta-do-arado/. Acesso em: 13 de março de 2022.

https://sul21.com.br/opiniao/2022/03/documento-final-do-encontro-de-caciques-e-liderancas-mbya-guarani-do-rs/. Acesso em: 13 de março de 2022.

A Casa de Estudante Indígena da UFRGS - Mulheres à Frente da Luta

Angélica Nĩnhpryg Domingues
Mestranda em Política Social e Serviço Social na UFRGS

Iracema Gãh Té Nascimento
Pesquisadora e orientadora do projeto “Saberes Indígenas na Escola”
e mestra de saberes tradicionais na disciplina “Encontro de Saberes” da UFRGS

Luana Kaingang
Graduanda em Odontologia na UFRGS

Desde 2007-2008 uma das lutas dos povos indígenas foi a criação de vagas específicas no Ensino Superior, culminando na Lei de Cotas (12.711/2012). Com ela, a demanda por moradia estudantil diferenciada já aparecia nas reinvindicações postuladas pelas lideranças indígenas. Vários argumentos e alternativas para a criação de uma única casa de estudantes que abrigasse estudantes indígenas independente de suas etnias eram lançadas em diferentes momentos e fóruns de discussão sobre a vida universitária. Em 2014, esse debate ganhou força e consistência entre estudantes quando a realidade demonstrou que a maioria dos/das ingressantes nas vagas específicas para indígenas eram mulheres com filhos ou que em breve passariam a ser.

Apesar do acesso à Casa de Estudantes Universitários – CEU, muitos eram os entraves para essas estudantes mães enfrentarem e, por outro lado, qualquer um dos estudantes, homens ou mulheres que precisavam desse espaço como moradia, acabavam por abrir mão de seu modo de ser indígena – modo esse que se ancora no coletivo, no parentesco, nas trocas diárias com os mais velhos e, principalmente do acompanhamento integral às crianças como pedagogia do crescer e do aprender. Esse quadro se agrava ainda mais caso elenquemos os inúmeros episódios de discriminação, preconceito e violência física contra as/os estudantes indígenas, gerando inclusive reclamações formais nas instâncias da Universidade.

Com documentos protocolados desde o ano de 2016, reivindicando uma casa específica para estudantes indígenas, nenhuma resposta concreta foi dada. Diante disso, em 6 de março de 2022, estudantes e lideranças indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani iniciaram uma retomada do prédio da Prefeitura de Porto Alegre, junto ao Viaduto da Conceição e muito próximo da Reitoria da UFRGS, como forma de dar um basta à falta de atenção às suas demandas. Fruto dessa investida política, no dia 30 de março, esses/as estudantes, com a presença de suas lideranças, retomaram o prédio onde funcionava a Creche da UFRGS, durante uma visita de inspeção com vistas à futura instalação da Casa de Estudantes Indígenas naquele local. Nascia ali a Casa de Estudantes Indígenas **Nĩnhpryg Gatéh Patté**, da UFRGS.

O vídeo/artigo que segue traz a importante fala dessas estudantes e lideranças nas vozes de Iracema Gãh Té Nascimento e Angélica Nĩnhpryg Domingues.

Viva a luta dos Povos Indígenas!

Roda de Conversa - Gravação realizada no dia 23 de abril de 2022, na Casa de Estudantes Indígenas *Nĩnhpryg Gatéh Patté*, da UFRGS, conquistada recentemente por lideranças indígenas, estudantes de graduação e de pós-graduação.

PARTICIPANTES

Iracema Gãh Té Nascimento,
Kujà (liderança espiritual) do povo Kaingang,
Angélica Nĩnhpryg Domingues,
do povo Kaingang.

(Participaram também da roda de conversa *Woie Kriri Patté*, do povo *Xokleng*, mestrando em Educação na UFRGS; *Luana Kaingang*, do povo *Kaingang*, estudante de graduação

em Odontologia na UFRGS; *Cláudia Porcellis Aristimunha*, Coordenadora de Ações Educativas do Museu da UFRGS e integrante da Coordenação do PoAncestral; *Marina Trevisan*, Diretora do Observatório Astronômico da UFRGS e *Cidara Loguercio Souza*, Integrante da equipe técnica do Observatório Astronômico da UFRGS e do Coletivo do PoAncestral)

Filmagem e edição: *Caline Gambin*, Jornalista da ATEMPA

Link do vídeo: *https://bit.ly/3FV3m0H*

MARTÍRIO, REPARAÇÃO E REALIDADE INCONGRUENTE

Silvio Guido Fioravanti Jardim

Membro do Departamento de Direitos Humanos da Associação dos Procuradores do Estado, atuando junto ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas do RS. Integra a Comissão Especial Indígena do Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS. Compõe o Conselho Superior da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural e milita no Coletivo Cidade na Luta e Coletivo a Cidade que Queremos, ambos de Porto Alegre/RS.

Na obra "Os Índios Xokleng - Memória Visual", publicada em 1997, o antropólogo Silvio Coelho dos Santos traduz o seguinte relato[1]:

> *As tropas se deslocavam pelas trilhas à noite, em silêncio. Os homens, entre 8 e 15, evitavam até fumar para não chamar a atenção.*
>
> *Ao localizar um acampamento, atacavam de surpresa.*
>
> *"Primeiro, disparavam-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão", relatou Ireno Pinheiro sobre as expedições que realizava no interior de Santa Catarina até os anos 1930 para exterminar indígenas a mando de autoridades locais.*
>
> *"O corpo é que nem bananeira, corta macio", prossegue o bugreiro na descrição dos ataques. "Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança"*, completou.

Pinheiro era um "bugreiro", como eram conhecidos no Sul do Brasil milicianos contratados para dizimar indígenas (ou "bugres", termo racista que vigorava na região naquela época).

Em pé, bugreiros posam com mulheres e crianças do povo Xokleng capturadas após ataque a acampamento. Foto: Acervo SCS

Esse registro veio estampado no G1, canal virtual de notícias, na esteira da discussão no STF sobre o tema "marco temporal", e nos remete a uma reflexão necessária em dias atuais.

RECUSA, CULPA, VERGONHA, RECONHECIMENTO, REPARAÇÃO

Grada Kilomba, filósofa, escritora, psicanalista e artista portuguesa, radicada na Alemanha, no artigo intitulado "A Máscara" (2010), aludindo ao castigo da máscara de ferro aposta nos rostos dos negros escravizados que buscavam a liberdade pela fuga ou revolta, reportando-se aos relatos trazidos pela oralidade de seus ancestrais, aduz que

---

[1] Disponível em: *https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/06/29/xokleng-o-povo-indigena-quase-dizimado-em-santa-catarina-que-protagoniza-caso-historico-no-stf.ghtml*

"*Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas*".

A oralidade é também cultura dos povos indígenas, e traz os ensinamentos, mas o relato dos dramas da colonização, seus efeitos martirizantes e desfiguração permanente de uma sociedade que oscila entre a reparação e a resiliência da crueldade histórica, assim vista como um mecanismo persistente de recusa: a negação do projeto de colonização, que o impõe sobre os colonizados para, permanentemente, tomar-lhe aquilo que tem como seu, invertendo a narrativa histórica da dominação cruel. "*No racismo, a recusa é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial*". Neste país, com algumas nuances específicas, racismo e consequências almejadas atingiram, e atingem, negras, negros e indígenas, quase sem distinção.

A autora, então, nos proporciona contato com um processo metodológico de superação e compensação do racismo estrutural, num *iter* que vai da recusa à culpa, vergonha, reconhecimento e reparação, para responder à primeira pergunta que devemos nos fazer se, de fato, pretendemos vencer a chaga da discriminação: "como eu posso desmantelar meu próprio racismo?", com seus indeléveis desdobramentos coletivos. Para tanto, propõe, de início, a superação da *recusa*, consistente em assumir aspectos desagradáveis da realidade externa e sentimentos daí resultantes; admitir a *culpa*, induzindo a mesma sociedade a vivenciar o conflito de ter feito algo que acredita que não deveria ser feito, ou ao contrário, de não ter feito algo que acredita que deveria ter sido feito (o racismo, o genocídio, a escravização, a espoliação já aconteceram, criando um "estado efetivo de culpabilidade"); a *vergonha*, o sentimento de falha em atingir um ideal de comportamento estabelecido por si mesmo, a partir da reflexão e indução dos processos anteriores, consistindo na superação inclusive de processos de *intelectualização* ou *racionalização* que buscam justificativas lógicas para o racismo; o *reconhecimento*, o momento em que o sujeito *branco* (*juruá, fóg*) reconhece sua própria branquitude e/ou racismo, finalmente reconhecendo a realidade ao aceitar a realidade e a percepção de outros/as. É a passagem da fantasia à realidade para, dentre outros aspectos, não mais "coisificar" o semelhante, mas para reconhecer quem eles/elas realmente são; e a *reparação*, significando a "negociação do reconhecimento", o indivíduo "negocia a realidade", estabelecendo material e objetivamente atos de reparação do mal causado através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, "...ou seja, através do abandono de privilégios", o que demanda muito trabalho. Essa interessante abordagem pode ser estabelecida para qualquer processo de dominação étnico/racial no mundo, inclusive indígenas.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Historicamente tenta-se no Brasil a afirmação de mecanismos de superação do genocídio dos povos originários, por meios culturais e jurídicos, mas com indelével falha, objetivada conscientemente pelos estamentos dominantes. O 19 de Abril é insuficiente, um engodo estabelecido por Getúlio Vargas somente em 1943 após muita relutância, e que quase nada proporciona em termos culturais à reparação. A legislação brasileira é bastante interessante no que formalizou em relação a direitos indígenas. Num quadro resumido de exemplos, temos a Lei nº 6.001/1973-Estatuto do Índio, ainda que com sua contradição entre preservar a cultura indígena e incorporar o índio à sociedade branca; a Constituição Federal de 1988, que avançou em relações às Cartas anteriores, prevendo em seu artigo 231 que "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens"[2]; a Convenção 169 de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada ao ordenamento jurídico brasileiro somente em junho de 2002; A Constituição Estadual do RS de 1989, em seus artigos 264 e 265, e muitos outros instrumentos normativos pertinentes.

Todavia, como advertiu Ferdinand Johann Gottlieb Lassalle (1825-1864) a respeito das Constituições, "*De nada servirá o que se escrever numa folha de papel, se não se justifica pelos fatos reais e efetivos do poder.*" As normas estão, pois, configuradas no papel, mas não indicam efetividade inerente, salvo por mobilizações de força e poder advindas do interior da sociedade organizada. Como apontou Orlando Sampaio

---

[2] Os avanços inseridos na CF/88 vieram na esteira de intensa mobilização dos povos originários e instituições apoiadoras de sua causa no período antecedente (CIMI, ANAI, Pró-Índio), ainda que o artigo 231 preveja os territórios como reserva de utilização temporária pelos indígenas em face das possibilidades de sua utilização para projetos ditos de desenvolvimento.

Silva (1982: 39, 41), Pesquisador do CNPq e Professor da Universidade Federal do Pará, "*O Direito do índio à terra em que vive é o princípio geral de direito ao qual se subordinam todas as demais normas relativas ao indígena do Brasil*", para em seguida excepcionar que "*... os dias atuais são exaustivos na exibição de dramáticos exemplos de destruição biológica ou sócio-cultural de grupos tribais, em todo o território nacional, ante a marcha inexorável dos projetos pecuários, madeireiros, de mineração, de construção de estradas, de construção de hidrelétricas e outros.*"

DIAGNÓSTICO E DESAFIOS DESDE O CONTEXTO REGIONAL

Nesse cenário contraditório entre intenções formais de reparação histórica e realidade fático-degradante, advindo do centro de poder nacional e seus PL 191 (regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas), PL 490 e emenda constitucional 215, instituindo o chamado "marco temporal", as reiteradas normativas para retirar a Funai de seu papel institucional, etc., insere-se a realidade gaúcha, como bem apontou o recente Relatório do Grupo de Trabalho que tratou da implementação de políticas públicas nas comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, durante e pós-pandemia do Covid-19.

Sintetizando o diagnóstico apresentado, o GT apontou, dentre outros aspectos igualmente relevantes na seara estadual:

a) Aumento da fome; dificuldade de produção de alimentos pelas famílias nas aldeias; não acesso de famílias indígenas aos programas de proteção social;

b) Emergência sanitária pelas altas taxas de contaminação e mortes nas aldeias (idosos, lideranças e crianças); não atualização das informações sobre a vacinação de indígenas e sobre os cuidados pós-vacinação; falta de disponibilidade de profissionais da saúde durante a pandemia;

c) Falta de moradia, moradias sem condições de saneamento e moradias inadequadas em acampamentos;

d) Problemas de infraestrutura e de respeito à identidade indígena nas escolas indígenas;

e) Não demarcação das terras indígenas originárias e insegurança nas já reconhecidas, provocam problemas sociais e de desrespeito à integridade física, étnica e cultural. A sobrevivência em padrões de sustentabilidade torna-se inviável sem terras suficientes em quantidade (área e número) e adequadas ambientalmente (que permitam cultivo e manejo de ambientes pelas famílias).

Arrematou o relatório que "*No RS estima-se 7.500 famílias indígenas em situação de fome e insegurança alimentar. A situação deve persistir e gerar maior risco à sobrevivência, ultrapassando o período pandêmico.*"

QUE PROJETO DE DESENVOLVIMENTO? PARA QUE MUNDO?

O drama dos povos originários persiste no que identificamos como resiliência histórica da crueldade colonialista, com inegável viés racial. Seja por episódios violentos, como aquele narrado pelos Xokleng inicialmente, seja pela indisfarçável corrosão da legislação protetiva por iniciativas parlamentares e descumprimentos sistemáticos, ou ainda o que prevalece no seio da sociedade (invasões de terras, arrendamentos, garimpos ilegais, destruição da floresta e dos campos, etc.), o ciclo de reparação proposto por Grada Kilomba oscila num vaivém tensionado pelo enraizamento da sociedade brasileira em seu ciclo de formação histórica.

Por certo que setores político-econômicos se beneficiam da recusa e argumentos ditos racionais em prol de suposto desenvolvimento. Qual desenvolvimento? Responde Eduardo Viveiros de Castro (1982:30), Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ:

> *...cremos ser tempo da sociedade brasileira tomar a sério a existência, dentro das fronteiras de seu território, de povos e sociedades com uma tradição cultural própria, cuja existência não ameaça absolutamente a soberania ou a integridade política do Brasil. (...) E, numa democracia, onde se possa discutir livremente o que vem a ser 'desenvolvimento' e a 'segurança nacional', talvez se possa enxergar que os direitos dos índios não são obstáculos a nada, a não ser àquilo que fere os direitos da imensa maioria da população brasileira. Esperamos que a democracia chegue aos índios e não se faça à custa deles; pois tudo já foi feito a esse preço em nossa história.*

Não há como superar esse quadro e rumar para uma efetiva reparação aos povos originários sem luta política organizada, disputa de poder, consciência étnico-cultural, para constituir-nos como portadores de um parâmetro moral individual e coletivo que nos mova para a superação do racismo estrutural,

negro e indígena, afirmar uma identidade verdadeiramente brasileira e aceitar o pluralismo cultural e étnico como elemento essencial da democracia, e cuja realidade só pode enriquecer a vida pública e cultural da nação.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Índios, leis e políticas. *In*: SANTOS, Silvio Coelho dos et al (Org.) **O índio perante o Direito**: ensaios. Florianópolis: Ed. UFSC, 1982.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social. **Relatório do Grupo de Trabalho - implementação de políticas públicas nas comunidades indígenas no Rio Grande do Sul, durante e pós pandemia do Covid-19**. Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2022. *https://drive.google.com/file/d/16JBkRcfh_p_gO4Rq14Vjzn7utHto70zD/view*

KILOMBA, Grada. "The Mask" *In*: **Plantantion Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2ª Edição, 2010. (No Brasil, publicado sob o título. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó,2019).

LASSALLE, Ferdinand. **A essência da Constituição**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, 2000.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng**: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1997.

SILVA, Orlando Sampaio. Os índios e a construcão de hidrelétricas. *In*: SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). **O Índio perante o Direito**: ensaios. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1982.

A LUTA DIÁRIA DO POVO GUARANI - MBYA DO RIO GRANDE DO SUL

Diego Benites (Karai Popygua)
Liderança e ativista da causa indígena, professor bilíngue, estudante de História na UFSC

TERRITÓRIO ONDE VIVO

O território *Jata'ity* (Canta Galo), localizado no município de Viamão, conta com 284 hectares de terra, onde vivem trezentas e poucas pessoas. A *Tekoa* já é demarcada e homologada, portanto, assim como todos os territórios indígenas do Brasil, ela se encontra em situação de insegurança e vulnerabilidade social.

A luta diária da comunidade pela sobrevivência é difícil, muitas famílias vão para fora da *Tekoa*, buscar o seu sustento. A aldeia não possui mais caça e pesca; não tem mata para retirar ervas medicinais, para buscar matérias-primas e fibras para fazer artesanato, muito menos o rio para pescar, devido ao espaço pequeno que temos nesse território.

Fotografia do autor. Fotos: Kojayaru

Imagens à esquerda: plantação de milho. Imagem à direita: Diego em busca de remédio tradicional.

TERRITÓRIO GUARANI-MBYA NO RIO GRANDE DO SUL

Hoje, existem cinquenta e seis aldeias Guarani-mbya no Rio Grande do Sul, muitas *Tekoas* são pequenas, não são reconhecidas oficialmente pelo poder público e estão em situação de insegurança jurídica. Muitos pedaços de terra onde vivem as comunidades Guarani-mbya são de pouco acesso a recursos básicos de educação e saúde. Esse tipo de situação força muitas famílias a viverem fora da natureza, surgindo muitos preconceitos contra a comunidade. Além disso, sofrem com avanço

das especulações imobiliárias, da exploração de minérios e da retirada de recursos naturais em cima dos territórios, ao passo que são aguardados os procedimentos de delimitações da FUNAI.

Enquanto nós Guaranis estamos em busca de encontrar o lugar adequado para viver, o que pode durar muitos anos, somos vistos como invasores. O nosso direito originário sobre a terra, que está garantido na Constituição Federal de 1988, vem sendo descumprido e está sendo ameaçado por novos ataques de setores governamentais, como: a tese do marco temporal, a ser julgado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) – que provoca o avanço do desmatamento e da grilagem de terras indígenas.

O *YVYRUPA*

No *Yvyrupa* (território tradicional sem fronteiras), muito antes da existência do papel, havia liberdade para nação indígena, não havia limites para viver de acordo com o modo de vida do seu povo. Havia milhões de indígenas vivendo em harmonia com a natureza, com tudo aquilo que possui vida, que foi criado por *Nhanderu Papa Tenonde*. O território para nós indígenas tem vida, assim como nós; como água tem espíritos, como as árvores têm espíritos; pedras têm espíritos; cachoeiras têm seus donos; tudo isso é para ser respeitado. A vida deve ser respeitada e valorizada. Sem o território não há condições para permanência da manutenção dos cultivos das sementes tradicionais e de acesso livre ao *ka'aguy hete régua* (recursos naturais). Infelizmente, quando o *Juruá* destrói a natureza ele acaba destruindo os espaços que temos para viver no modo *Nhandereko* Guarani-mbya.

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Além de lutar pela sobrevivência, pelo território, atualmente lutamos pelas estruturas, pela melhoria da saúde indígena. Hoje, os postos de saúde dentro da comunidade são muito importantes. Muitas vezes os indígenas dependem do posto de saúde porque as doenças seguidamente vêm de fora, vêm da cidade, ou seja, a doença não é da cultura indígena. Mesmo tendo as ervas medicinais, as curandeiras não conseguem lidar com esses tipos de doenças, pois em muitas aldeias sequer possuem ervas medicinais por falta de espaço para que se possam curar as doenças.

Assim como a saúde é importante, a educação indígena também é fundamental para o fortalecimento da luta em defesa daquilo que é nosso. Também para manter os registros do nosso povo a fim de que não seja perdido, porque muitos grupos foram perdendo tais registros. A escola para nós é uma ferramenta poderosa para que possamos buscar os nossos direitos e manter a ligação entre os dois mundos.

AVANÇO DA CIDADE

O termo "índio" quando invocado, geralmente, reproduz na mente dos não indígenas um grupo do passado, nas florestas, seminus, em estado de natureza, longe de tudo, congelado no tempo. Isso impede que a sociedade reconheça o lugar do indígena e a coletividade do grupo. Assim como na cidade de Porto Alegre, que nos põe como seres "não-autênticos, aculturados, estrangeiros, mesmo que as cidades tenham assentado em cima do nosso território tradicional.

Conhecido como Estado do Rio Grande do Sul, todo esse território pertencia aos indígenas, como a cidade de Porto Alegre. Muito antes da existência desta cidade já havia os Guaranis vivendo e habitando esses espaços – assim como o Brasil inteiro era habitado por indígenas. Com a chegada e avanço dos colonizadores, os nossos avós tinham que se afastar para evitar os conflitos e fugir da escravização. Na beira da "Lagoa dos Patos" era tudo habitado por nossos avós, e era espaço tradicional. Hoje, nós somos vistos como invasores na nossa própria terra, que foi deixada por nossos ancestrais.

Depoimento em vídeo: (15 min., 2022): *https://bityli.com/PcMFdD*

Arqueologia e história indígena em sala de aula

Mariana Araujo Neumann
Arqueóloga
Endereço eletrônico: *neumann.mariana@gmail.com*

Melina Kleinert Perussatto
Professora na Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)
Endereço eletrônico: *melinaperussatto@gmail.com*

Recentemente, em *live* realizada pelo Portal do Bicentenário, Daniel Munduruku nos instigou a fazer uma interrogação interna: "qual é o indígena que mora dentro de nós?"[1]. Tal resposta é fundamental para iniciar o debate que propomos. Isto porque, no mesmo contexto em que Daniel apresentou sua questão, queremos discutir como abordar história indígena em sala de aula. E, para iniciar este trabalho, é preciso ter em mente que nossos estudantes não partirão de um quadro em branco, mas trarão um conceito e um pré-conceito bem definidos do que é "o índio", os quais refletem a representação dada pela produção hegemônica de cultura (literatura, arte gráfica, mídia) e de história oficial sobre o Brasil até pelo menos fins do século XX.

E tal conceito não precisa ser definido aqui em detalhe para que quem está lendo saiba a que nos referimos. Se você está nos lendo, foi à escola. E se o fez no Brasil, no dia 19 de abril, sem nenhuma dúvida, pintou o rosto com os dedos, colou uma pena em uma tira de papel que depois foi amarrada em frente à testa em torno da cabeça, talvez tenha feito um arco e flecha, certamente pintou um desenho de um pequeno curumim nu. Através dessa abordagem, vimos sendo socializados desde cedo para uma imagem do "índio" associada às ideias do pouco, do pobre, do simplório, do passado. É uma imagem com uma forte carga colonial e racista. Na maioria de nós, este é o "índio" residente, e ele precisa ser substituído por um outro.

É evidente que a escola possui um papel fundamental na consolidação dessa imagem, mas também na sua derrocada. Esta perspectiva combativa não se iniciou, mas se fortaleceu, com a aplicação do artigo 26A da LDB, alterado pela última vez pela Lei 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nos currículos escolares, além da cultura africana e afro-brasileira. Trata-se de uma política de Estado e, portanto, deve ser seguida. Conforme as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, de 2015, esse estudo na Educação Básica deve ser desenvolvido por meio de conteúdos, saberes, competências, atitudes e valores que permitam aos estudantes reconhecer que os povos indígenas no Brasil são muitos e variados culturalmente, que possuem direitos sobre a manutenção destas culturas, seus territórios e modos de vida, e, principalmente, que sua história não se desenvolveu à parte da história do Brasil não-índio: começou muito antes da colonização, constitui elemento fundante do que veio a se tornar o Brasil, e o permanecerá sendo no futuro que criaremos para o país. Contudo, como fazê-lo, ao mesmo tempo em que se combate um conceito racista pré-concebido e se cria um espaço acolhedor para um conceito mais humano e condizente com a experiência histórica dos povos indígenas no país? Sugerimos a introdução dos conhecimentos desenvolvidos pela arqueologia como meios de apresentar discursos contra-hegemônicos e dissonantes sobre a história indígena.

A Arqueologia é uma abordagem sobre a história, cuja diferença, grosso modo, está no uso de fontes não escritas. Nessas, incluem-se artefatos (como objetos de cerâmica, material lítico, louça, vidro, metal, arquitetura), além das paisagens, como as florestas atuais em sua historicidade e as plantas alimentícias (estudados através de pólens, fitólitos e carvões que se preservam nos sítios arqueológicos), as estradas, minas antigas, canais hidráulicos, etc, as quais compõem uma paisagem histórica. Trabalhar a arqueologia no ensino da história indígena permite tornar visível aos estudantes a dimensão da profundidade temporal da ocupação indígena no Brasil, que remete a mais de 20 mil anos (Vialou, 2005), além da diversidade cultural (Fausto, 2000) e da riqueza material (Prous, 1992) na qual os povos indígenas viveram, o que, como vimos,

[1] Disponível em: <*https://youtu.be/PeSGo8KurX8*>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

difere bastante do discurso hegemônico sobre estas populações no passado e no presente.

O maior risco de se trabalhar a história indígena pela perspectiva da arqueologia é passar a ideia de que o processo histórico indígena se encerrou num passado muito distante, dados os recortes temporais muito longos com os quais trabalha. Ou, ainda mais perigoso, passar a ideia de que o processo histórico indígena nem mesmo começou. Quando se fala em *pré-história*, um termo muito difundido, passa-se a ideia de "povos sem história" (que viveram antes de a história começar), o que não é nem pode ser o caso. É evidente que os povos indígenas têm a sua história antes e depois da colonização. O termo utilizado hoje pela arqueologia para se referir ao período é *pré-colonial* – ou seja, houve um processo histórico antigo que foi marcado profundamente pela colonização, e a situação histórica dos povos indígenas hoje decorre desse marco colonial, assim como a história de todos os demais brasileiros não indígenas (Neves, 2006).

E também há um risco, ao apresentar a riqueza material na qual viveram os povos indígenas no período pré-colonial, em comparação com uma situação menos privilegiada que possuem hoje, de passar a impressão de que indígenas *deveriam* ser povos do passado, que não tem um lugar no presente – o que obviamente precisa ser combatido. No entanto, a experiência em sala de aula mostra que esta é uma percepção comum entre os estudantes (a própria ideia de que um indígena não pode ter um celular, por exemplo, remete a isto). São imagens a combater.

Recentemente, a BBC publicou o artigo "Como realmente era a América antes da chegada de Colombo?"[2], o qual constitui-se como interessante material a ser usado em sala de aula, pois demonstra de forma interativa e ilustrada como a arqueologia consegue construir um discurso contra-hegemônico acerca do passado indígena. Em resumo, esse artigo nos apresenta sociedades pré-coloniais muito complexas, com estratificação social e centralização política de longa duração; domínio de técnicas de engenharia, da matemática, a domesticação de plantas que são a base da alimentação do planeta hoje (como o milho, a batata, a mandioca e o arroz (Hilbert et.al., 2017) – que são os 4 dos 10 alimentos mais consumidos no mundo e foram domesticados na América). O artigo demonstra também a existência de redes comerciais interamericanas, possivelmente por navegação, além dos caminhos por terra que levavam, por exemplo, cacau e tabaco até o Canadá desde a Mesoamérica. A própria floresta amazônica é um grande "jardim" que foi plantado por seres humanos e manipulado ao longo de milhares de anos. Ou seja, a Amazônia é uma floresta antrópica e indígena.

Os dados apresentados também mostram a densidade populacional encontrada no momento da colonização, o que se contrapõe a uma ideia do Brasil como um grande vazio que foi ocupado pelos portugueses – um argumento ainda hoje sustentado para justificar a espoliação de terras indígenas da floresta. Somente na Amazônia se calcula que, em 1.500, viviam entre 8 e 10 milhões de pessoas (Dias et.a., 2020).

Estes estudos de demografia histórica mostram não apenas a densidade populacional e a consequente profundidade histórica e variedade de culturas nas Américas do período pré-colonial. Eles afirmam também que cerca de 90% da população do continente foi dizimada por guerra e doenças no primeiro século da colonização. A proporção nauseante deste genocídio foi tal que permitiu a recuperação de florestas em áreas antes destinadas ao cultivo de alimentos, captando maior volume de carbono atmosférico, o que levou a um resfriamento sensível do planeta, conhecido como "a pequena era do gelo", entre fins de 1500 e as primeiras décadas de 1600 (Koch et al., 2019).

Portanto, a arqueologia fornece um ótimo contraponto aos estereótipos sobre os indígenas como povos diminutos e muito simples, a-políticos, a-sociais, "aguardando" pacificamente pela colonização. Na verdade, o que a arqueologia mostra é o oposto disso, uma história completamente diferente, complexa e rica.

No Brasil, o fazer arqueológico se dá no âmbito das universidades e museus, os quais em geral mantêm revistas e páginas online para a divulgação de pesquisas científicas e materiais didáticos na temática. Além destas, há um contexto de pesquisa relacionado ao licenciamento ambiental que produz muito material didático nas ações de educação patrimonial. Toda esta pesquisa arqueológica realizada no país é coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, que também mantém online informações de pesquisas e publicações, sendo uma excelente base de dados. Além destes sítios, um bom local para iniciar pesquisas para trazer estes conteúdos e debates para a sala

[2] Disponível em: <*https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-36af0f00-a464-4e05-8abc-0af6f62c5e3f*>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

de aula é o Acervo Multimídia de Arqueologia e Antropologia – AMAA[3] –, que disponibiliza ciber exposições, acervos e materiais educativos, incluindo planos de aulas.

Por fim, como dissemos antes, o ensino da história indígena apresenta o desafio de afastar ideias essencialistas sobre estes povos, imobilizando-os no tempo passado. Após revelar um passado indígena profundo, diverso e complexo, é preciso situar as demandas históricas indígenas da contemporaneidade. Um tema que pode ser discutido, neste sentido, é a articulação indígena na luta contra o PL 490, que trata do marco temporal. Trata-se de tese que sustenta que só podem ser reconhecidas terras indígenas onde viviam indígenas em 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada. Trata-se de interpretação desviante do que foi sustentado no relatório da demarcação da TI Raposa Serra do Sol, de onde surgiu. Naquele, o relator argumentou que, como na data da promulgação da CF a terra pleiteada era documentadamente indígena, então deveria permanecer indígena. Distorcendo este argumento, a tese do marco temporal quer declarar então que, se não vivessem **documentadamente** indígenas na terra em 1988, então ela não pode, **definitivamente**, ser declarada Terra Indígena. É evidente o racismo e a ignorância histórica da tese, alienada da situação de violência e espoliação que se estende ainda hoje sobre terras indígenas, gerando mobilidade territorial constante e impedindo tal "documentação".

Esse debate, no entanto, demonstra que os indígenas não apenas estavam organizados politicamente desde muito antes de 1500, como também o estão na atualidade. Não podemos ignorar o fato de que os povos indígenas do Brasil foram os responsáveis pela maior, mais bem organizada e mais duradoura manifestação política de resistência à destruição de direitos da última década. Em 2021, durante o julgamento da tese do marco temporal no STF, eles organizaram o **Levante Pela Terra**[4]: em plena pandemia de Covid-19, mantiveram um grande acampamento indígena em Brasília para vigiar e pressionar os ministros e a classe política contra o PL-490. Isso mostra que eles estão extremamente organizados e atuantes politicamente hoje, e são abundantes os materiais produzidos pelos coletivos indígenas, pela mídia e pelo judiciário e que podem ser trabalhados em sala de aula para compreender-se a política indígena do século XXI.

Ailton Krenak (2019) nos provoca com a possibilidade de "adiar o fim do mundo" através da contação de mais uma história. Histórias impregnadas de vida e sentido, resistentes. Somente depois de efetivamente revisarmos e ressignificarmos o indígena que mora em nós poderemos adiar o fim do mundo e contar tantas outras histórias.

REFERÊNCIAS

DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires; COSTA, Eliardo Guimarães da. Dimensão da população indígena incorporada ao estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. **Revista História**, São Paulo, n. 179, 2020.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

HILBERT, Lautaro; NEVES, Eduardo Góes; PUGLIESE, Francisco; WHITNEY, Bronwen S.; SHOCK, Myrtle; VEASEY, Elizabeth; ZIMPEL, Carlos Augusto; IRIARTE, José. Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, pp. 1693-1698, 2017.

KOCH, Alexander; Chris Bierley, Mark M. Maslin e Simon L. Lewis. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 149". **Quaternary Science Reviews**, v. 207, n. 1, pp. 13-36, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

VIALOU. Águeda Vilhena (org.). **Pré-História do Mato Grosso**. v. 1: Santa Elina. São Paulo: Edusp, 2005.

[3] Disponível em: <*http://www.amaacervos.com.br/*>. Acesso em: 17 de abril de 2022

[4] Sobre o Levante pela Terra e materiais diversos sobre os temas indígenas, recomendamos acessar as redes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e do Instituto Sócio Ambiental (ISA)

UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO A DESCOBRIR: PORTO ALEGRE MBYÁ-GUARANI

Carolina Gerlach Llanes
Estudante de Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Endereço eletrônico: *carolgllanes@gmail.com*

Roberto Venturela Verna
Estudante de Licenciatura em História na UFRGS
Endereço eletrônico: *robertovverna@gmail.com*

Vanessa Fagundes Rodrigues
Bacharela e Estudante de Licenciatura em História na UFRGS
Endereço eletrônico: *vanes.fagundes@gmail.com*

Afonso Cavagnoli
Estudante de Licenciatura em História na UFRGS
Endereço eletrônico: *afonsocavagnoli@gmail.com*

> “*Temos a permanência de uma colonialidade de poder, ou seja, as mesmas relações que foram estabelecidas pelos nossos antecessores ibéricos e mesmo depois da Independência.*”
> (CATAFESTO, 2021)[1]

Este texto foi desenvolvido a partir da experiência que tivemos em 2021, quando cursamos a disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial, ministrada pelas professoras Carmem Gil e Melina Perussatto, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para desenvolver nosso estágio, escolhemos o Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia da UFRGS, o MUAE, que é supervisionado pela professora e arqueóloga Silvia Copé, a quem deixamos um agradecimento público pelo acolhimento e orientação nesta etapa tão importante de nossa formação.

No decorrer do desenvolvimento do estágio, optamos por um conceito de Educação Patrimonial Decolonial, em oposição às práticas eurocentradas e colonialistas que tanto marcaram, e ainda marcam, as políticas patrimoniais no Brasil (Tolentino, 2018, p. 42). Desde meados da década de 1980 percebe-se um movimento de mudança nessas práticas, a partir do tombamento do terreiro Casa Branca, em Salvador. Entretanto, é necessário que estas políticas pautadas na decolonialidade se expandam e tenham orçamento para que possam ser realizadas atividades patrimoniais educativas nestes locais.

Sendo assim, nos guiamos por um conceito de Educação Patrimonial que seguisse a perspectiva decolonial, e tivesse uma função social. Tendo em vista que o museu que realizamos o estágio é um museu de Etnologia e Arqueologia, com um acervo composto por materiais das populações nativas do Rio Grande do Sul. Entendemos o patrimônio não apenas como material, mas também cultural, como os saberes ou ofícios. Sempre levando em consideração que quando pensamos no patrimônio, pensamos em um patrimônio que transcenda, como foi dito por Átila Tolentino, na *live* “Educação Patrimonial: narrativas, conceitos e práticas”, disponível no YouTube, que pense nas pessoas.

Sendo assim, desenvolvemos uma atividade que intitulamos “Um sítio arqueológico a descobrir: Porto Alegre Mbyá-Guarani”, na qual fizemos um mapeamento de locais ocupados por grupos Mbyá-Guaranis atualmente, locais com vestígios arqueológicos que são ocupados atualmente. Portanto, nosso mapa trabalha com duas dimensões temporais, visando evidenciar como a ocupação da cidade é muito anterior aos 250 anos de Porto Alegre, que foram comemorados recentemente, em 26 de março de 2022. Por razões de tempo para o desenvolvimento e pesquisa, trabalhamos apenas com os Mbyá-Guaranis, mas esse mapa pode, e deve, ser ampliado para outras etnias e grupos indígenas que habitaram, não somente Porto Alegre, como também o Rio Grande do Sul.

Portanto, esta atividade conecta o Ensino de História Indígena, regulamentado pela lei 11.645/2008, que estabeleceu a obrigatoriedade da temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, aos lugares com vestígios arqueológicos de

[1] VELLEDA, Luciano. Arado: Melo diz que indígenas ‘vieram de avião’ embora estudo indique presença secular. Sul 21. Disponível em: <*https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/09/arado-melo-diz-que-indigenas-vieram-de-aviao-embora-estudo-indique-presenca-secular/*>

ocupação Mbyá-Guarani e lugares ocupados na atualidade. Através do mapa, é possível evidenciar o processo de marginalização de grupos indígenas, com um afastamento da região central da cidade. Acreditamos que ao utilizar a ferramenta do mapa, poderíamos deixar mais palpável aos estudantes a História Indígena de Porto Alegre, mostrando que há diversos registros arqueológicos que evidenciam a larga presença Mbyá-Guarani na cidade. Quando ministramos a oficina em uma escola estadual de Porto Alegre, na Zona Sul, alguns estudantes apontaram que haviam vestígios arqueológicos próximos à escola ou até de suas casas, o que despertou ainda mais o interesse deles na oficina.

Procuramos que os educandos refletissem a respeito dos espaços da cidade, sua ocupação histórica e formação; os grupos que o ocuparam, a cultura material produzida, e dessa forma promovemos uma discussão e a compreensão sobre os processos históricos de colonização, a relação colonizado-colonizador, as mudanças espaciais na cidade e a formação da sociedade. Esta reflexão parte do espaço físico urbano para discutir a importância da presença indígena na formação da cidade de Porto Alegre, o contraste entre as condições das populações Guarani neste espaço antes da colonização e na atualidade – assim como valorizar e trazer maior visibilidade à cultura e presença indígena, sua história, e perspectivas.

A exploração feita através dos cinco sentidos, suscitará a identificação do problema patrimonial, gerando a busca de encaminhamentos para a solução (BARROSO, 2010). Nesta ideia apresentada por Vera Barroso, podemos entender que a Educação Patrimonial associada a uma aula de História pode despertar um pertencimento, uma responsabilidade social em conjunto ao que este estudante está aprendendo.

O respeito às outras manifestações culturais vem da prática do conhecimento, essas aproximações possibilitam trocas de experiências e uma consciência social que nos permite um olhar de mais empatia ao outro. No artigo “A poesia das coisas no Ensino de História: exercícios de sensibilização” (2017), de Carina Martins Costa, ela evidencia o uso de objetos que fujam do estereótipo escolar. Também faz uma importante pergunta: por que, então, os objetos ainda estão desencantados nas práticas docentes dos/as professores/as de História? Pensando em como explorar este contexto histórico, nos apropriando de ferramentas que possibilitem uma melhor reflexão sobre o assunto, estas indagações vem ao encontro do que pensamos sobre uma atividade educativa que pretende estudar, de uma forma mais lúdica, o grupo Mbyá-Guarani, na cidade de Porto Alegre, antes e depois da chegada dos colonizadores.

A atividade didática elaborada foi pensada para o Ensino Fundamental - Anos Finais, a partir do 6° Ano, mas pode ser adaptada para as séries iniciais. Para a realização da atividade, propomos a divisão da turma em grupos de alunos, em que eles terão acesso a um mapa interativo, elaborado pelo Google Maps –recomendamos que os estudantes tenham tempo para que explorem essa ferramenta. A partir do momento que o grupo tem acesso às informações, ele poderá elaborar uma placa informativa sobre o espaço escolhido, que será compartilhada com a turma. A confecção da placa podia conter desenhos, textos e qualquer tipo de informação que considerassem relevante para a preservação daquele lugar para os Mbyá-Guarani, como também para as pessoas que pudessem se informar através da placa.

Construída a placa, propomos que os estudantes fizessem uma apresentação para a turma e explicassem porque consideram aqueles aspectos apontados na placa importantes para aquele lugar Mbyá-Guarani. Esta atividade incentiva a criatividade, a ludicidade e a reflexão para a confecção do material de sinalização, promovendo a autonomia dos estudantes e o trabalho em grupo.

Ainda sobre o mapa, tratamos de colocar intervenções artísticas atuais na ferramenta. Um exemplo é o trabalho do artista visual Xadalu Tupã Jekupé, de ancestralidade Mbyá-Guarani, e que através de suas obras tenciona a população a pensar o espaço do Indígena nas áreas urbanas das grandes cidades. Xadalu fez uma imersão, viajando ao longo do Estado do Rio Grande do Sul para conhecer diversas aldeias e se conectar com a sua origem. Através dessa experiência, o artista lançou o livro “Movimento Urbano (2017)” – algumas de suas intervenções feitas na região central da cidade podem ser encontradas no mapa. Vale lembrar que o mapa é uma ferramenta que exige uma constante construção, pois Porto Alegre é atravessada por novos vestígios arqueológicos, novas ocupações e principalmente novas intervenções.

Este trabalho foi construído utilizando como base a caixa educativa “12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul” e buscamos estabelecer um diálogo com a nova caixa educativa que está

sendo construída pelo Museu da UFRGS sobre História e Cultura Mbyá-Guarani. Ainda que permaneçam tentativas de esquecimento, ou até de apagamento, o Ensino de História Indígena vem ganhando cada vez mais espaço nos currículos escolares, sejam de ensino básico ou superior. Como bem colocam Bergamaschi e Gomes, "Apesar da colonização, do genocídio, da exploração, da catequização, da tentativa de assimilar os indígenas à sociedade nacional, estes povos mantiveram-se aqui, resistentes, mesmo que por vezes silenciosos" (2012, p. 55). Portanto, temos muito a aprender com estes povos nativos que se mantiveram resistentes ao longo de mais de 500 anos.

Chegando ao final do texto, gostaríamos de salientar que nosso principal objetivo foi evidenciar que Porto Alegre é uma terra indígena, assim como o Brasil, e que a história da cidade não iniciou há apenas 250 anos atrás. Esperamos que a ferramenta do mapa e material de apoio criado, que é um material de livre acesso, na qual pedimos que seja utilizada sem fins comerciais, afinal produzimos este trabalho a partir de uma universidade pública, e ansiamos que este trabalho possa ser utilizado e aproveitado pelo maior número de pessoas possíveis. Sendo assim, convidamos que conheçam o material que produzimos para a oficina "Um sítio arqueológico a descobrir: Porto Alegre Mbyá-Guarani", e esperamos que cada vez mais trabalhos que sigam um conceito de Educação Patrimonial decolonial aliados ao Ensino de História Indígena sejam produzidos e circulem pelas escolas e instituições educativas.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Ensino de História: desafios contemporâneos. *In*: PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei Teresinha; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). Porto Alegre. **Exclamação**: Anpuh/RS, 2010.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaio de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, n. 62, vol. 30, p. 361-294, abr./jun 1965.

Casa Rui Barbosa. **Educação Patrimonial**: narrativas, conceitos e práticas. Youtube, 09 de dezembro de 2020. Disponível em: <*https://www.youtube.com/watch?v=9dcLQrmdfk*>. Acesso em: 01/10/2021.

CHAGAS, Mario. Desafios e perspectivas para os Museus no Brasil contemporâneo. *In*: Org. Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos. **Anais 200 anos de museus no Brasil**: desafios e perspectivas. Brasília, DF: Ibram, 2018, p. 307-326.

COSTA, Carina M. A poesia das coisas no ensino de História: exercícios de sensibilização. *In*: SIMAN. Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina (orgs.). **Patrimônio no plural**: educação, cidades e mediações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017, p. 95-121

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 37-50.

TOCCHETTO, F. B; NOELLI, F S.; VIETTA, K.; SILVA, F. A.; SOARES, A.; COSTA, J. F. G.; MARQUES, C. Mapa arqueológico parcial e a revisão historiográfica a respeito das ocupações indígenas pré-históricas no município de Porto Alegre, RS. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 02, n.01, p. 209-221, 1997.

PACIEVITCH, Caroline. **Mediação, mediação participativa e ensino de História em espaços de memória**. Texto produzido para aula. 2019.

SILVA, Paulo S, da; LOPES, V. N.; SABALA, Viviane. Avaliação em história e cultura afro-brasileira. *In*: BITTENCOURT Jr., Iosvaldyr; SABALA, Viviane (orgs.). **Procedimentos didáticos pedagógicos aplicáveis em história e cultura afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 90-100.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista do CPC**, São Paulo, n. 27, v. Especial, p.14-31, jan./jul. 2019.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a História de uma Cidade: A História como Labirinto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 241-270, jun. 2008.

TOLENTINO, Átila. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2018.

TOLENTINO, Átila; CASTRO, Fernanda. Encruzilhadas entre a educação patrimonial e museal: histórico, interfaces e conexões. *In*: MAGALHÃES, Fernando et al. (coords.). **Museologia e Património**. Vol. 3. Instituto Politécnico de Leiria, Leiria/Portugal, 2020, p. 228-264.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Maná**, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

3

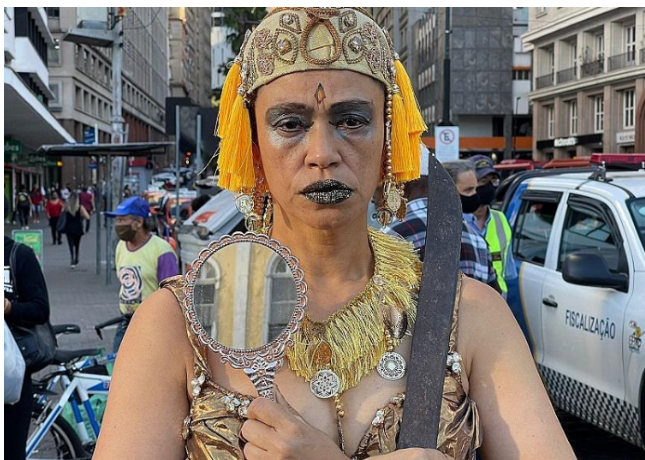
PORTO ALEGRE QUILOMBOLA

PORTO ALEGRE QUILOMBOLA!

Inês Maria Vicenti, Lúcia Regina Brito Pereira, Marco Mello,
Professoras/es da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Marcus Vianna
Prof. RME Porto Alegre e Diretor geral da ATEMPA

Melina Kleinert Perussatto
Professora na FACED/UFRGS e no IFCH/UFRGS

Artigo publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 21 de março de 2022

XIV Marcha Estadual Pela Vida e Liberdade Religiosa do RS tem como lema do seu cortejo: Lutar, resistir e preservar o sagrado: defender o meio ambiente e autonomia escolar - Foto: Carolina Lima

PORTO ALEGRE É DEMAIS?

Porto Alegre é demais! Porto Alegre da inovação. Porto Alegre da diversidade. Você possivelmente já ouviu e viu essas cantilenas à exaustão. Todavia, sabemos que se tratam de apenas propagandas auto elogiosas, chapa branca e deslocadas da realidade.

Esta semana, dia 26, Porto Alegre completa oficialmente 250 anos da fundação oficial. Mais uma vez é preciso lembrar o que a classe dominante, branca e endinheirada e o seu representante no paço, Sebastião Melo (MDB), insistem em esquecer: uma Porto Alegre que tem raízes profundas na presença dos povos indígenas, originários, na herança e presença africana e afro-brasileira, nas imensas e pulsantes culturas periféricas, à despeito do abandono pelo poder público. Afinal, Porto Alegre não é apenas composta de algumas centenas de metros da orla do Guaíba embelezada para valorizar grandes empreendimentos na região ou dos casais açorianos.

PORTO ALEGRE ANCESTRAL

O projeto *PoAncestral - muito além de 250*, nasceu ainda em 2021 em uma iniciativa de educadoras, pesquisadores e ativistas sociais com o objetivo de resgatar e construir histórias que favoreçam leituras plurais, sem apagamentos e epistemicídios, que tenham compromisso com a cultura dos Direitos Humanos e com a divulgação de materiais de caráter didático-pedagógicos que alimentem uma educação contra-hegemônica, antirracista, antissexista, e anti-homofóbica, pautada pela justiça social e curricular. Dessa iniciativa, originaram-se uma série de atividades formativas, produção de material de apoio à educadoras/es e projetos de interação entre Universidade e Escola Básica.

21 DE MARÇO: MARCHAS NA ÁFRICA DO SUL E EM PORTO ALEGRE

Não por acaso, na data de hoje também acontece a XIV Marcha Estadual Pela Vida e Liberdade Religiosa do RS, uma iniciativa de vivenciadoras/es das tradições de matriz africana, Umbanda e Kimbanda, juntamente com a sociedade civil, instituições religiosas e movimentos sociais, que celebra o direito à diversidade religiosa e que neste ano tem como lema do seu cortejo: “Lutar, resistir e preservar o sagrado”: defender o meio ambiente e autonomia escolar. A concentração acontece às 16h, no Largo Glênio Peres/Mercado Público.

Nesse dia 21 de março, a partir das 16h, estaremos presentes na Marcha em Porto Alegre, porque não devemos nos calar diante da histórica opressão, diante do racismo religioso! É preciso marchar como ato de denúncia, de resistência e de luta por políticas públicas para essas comunidades. Lembramos ainda que neste dia, há seis décadas, outra marcha, em um protesto legítimo e pacífico, foi marcada com sangue e dor. No dia 21 de março de 1960, na cidade de Joanesburgo, capital da África do Sul, 20 mil pessoas, negras, protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação especificando os locais por onde eles podiam circular. No bairro de Shaperville, os manifestantes se depararam com tropas do exército. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão, matando 69 pessoas e ferindo outras 186. Esta ação ficou conhecida como o Massacre de Shaperville. Em memória à tragédia, a partir de demandas de Movimentos sociais negros, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 21 de março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

PORTO ALEGRE QUILOMBOLA!

Hoje, às 19h, temos mais um encontro marcado pelo diálogo, pela valorização e partilha dos saberes populares, por memórias de lutas e resistências e pela produção de conhecimento potencialmente libertador.

Desta vez, o tema envolve a Porto Alegre quilombola, a capital mais segregada racialmente do país! Teremos o privilégio de receber como participantes Geneci Flores (Liderança do Quilombo Flores em Porto Alegre/RS, membra da Frente Quilombola RS e da Articulação Nacional de Quilombos), Onir de Araújo (Membro da Frente Quilombola RS, Advogado), Baba Diba de Iyemonja (Babalorixá, Sanitarista e Coord. Nacional da Rede de Religiões afro-brasileiras) e Lara Machado (Geógrafa, representante do Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre). A atividade contará com a mediação de Melina Perussatto (Professora na área de Ensino de História - FACED/UFRGS) e de André Pares (Prof. Filosofia Munic. POA/Jornalista), integrantes da Coordenação do *PoAncestral*.

Ao destacar o tema *Ancestralidade negra, quilombos e segregação em Porto Alegre*, a *live* dará continuidade às disputas narrativas em torno da efeméride dos 250 anos de Porto Alegre, desenvolvidas no âmbito do projeto *PoAncestral*. A discussão sobre a segregação racial urbana desde as lutas promovidas por diferentes coletivos, convida-nos a refletir sobre como a ancestralidade e o movimento negro tensionam as narrativas oficiais e propõem historicamente uma repactuação social. Diante do recrudescimento da violência contra comunidades quilombolas e periféricas, que a escuta dessas múltiplas vozes fundamente e mobilize ações efetivamente antirracistas.

A atividade é co-promoção da ATEMPA (Assoc. Trabs. em Educação em Porto Alegre) e CPHIS (Coletivo Profes.de História em Porto Alegre), em parceria com o Canal LUDE Comunicação (Programa Professores Diários), e é terceira *live* de uma ciclo que se estende no mês de abril, como parte de um calendário alternativo aos 250 anos da cidade de Porto Alegre.

Live: **Ancestralidade negra e quilombola em Porto Alegre**

Hoje, 19h, Canal do Youtube:

https://www.youtube.com/watch?v=9sUxez5eAkA&t=349s

Participe! Venha com a gente! Nos siga nas redes sociais

PoAncestral - muito além de 250

https://facebook.com/POAancestral

https://instagram.com/poaancestral

Porto Alegre 250 anos – Cidade Túmulo: a luta dos povos não é evento ou negócio

Onir Araujo
Militante da Frente Quilombola do Rio Grande do Sul

Publicado no Jornal Repórter Popular, em 26 de março de 2022

Cidade Túmulo é o termo utilizado pela organização ***Reaja ou Será Morto/Reaja ou Será Morta*** para Salvador, capital da Bahia, em uma obra que já está em sua 2ª edição, chamada: "Salvador Cidade Túmulo", escrita por Hamilton Borges, produzida pela Editora Reaja, face ao persistente e recorrente genocídio da população negra através da violência direta do Estado e de suas forças de segurança. O termo cai como uma luva para Porto Alegre.

A arquitetura dos marcos da cidade é reveladora, como demonstram as colunas da Igreja da Matriz e da Cúria Metropolitana (ambas no centro), que se erguem sobre cabeças monumentais indígenas, onde os templos modernos do "Deus Mercado" (mercado imobiliário) se erguem e soterram sítios arqueológicos Mbyá-Guarani, de presença milenar, como no Pontal do Estaleiro, no Bairro Cristal (empreendimento milionário que está sendo construído). Ainda é possível ver os rastros de gentrificação em outros projetos imobiliários, como os da Ponta do Arado Velho, no extremo Sul de Porto Alegre, onde comunidades indígenas são ameaçadas.

O invasor e sequestrador europeu e seus descendentes tratam os sobreviventes do holocausto africano e indígena em seu pleito por liberdade e respeito (pleito secular e histórico contra um crime de lesa humanidade imprescritível e ainda não reparado), cinicamente, como "invasores", criminalizando corpos e povos. Entretanto, esses resistem a partir das retomadas indígenas e quilombos na capital mais segregada do Brasil sob o ponto de vista étnico/racial.

Remoção forçada através das forças de segurança do Estado, Brigada Militar e FFAA da ilhota; Colônia Africana dizimada; referenciais culturais, como o carnaval, ameaçadas; a repaginação do espaço geográfico, com os megaprojetos imobiliários recrudescendo a recorrente segregação e desrespeito aos direitos fundamentais dos povos. Se temos o que comemorar nesses 250 anos da cidade de Porto Alegre, é termos sobrevivido, apesar de tudo. E essa sobrevivência tem relação direta com nossa memória e ancestralidade negro/africana e indígena contra o genocídio e epistemicídio recorrentes tão bem simbolizados

Quilombo da Família Silva. Marco histórico na Luta por reparação, justiça social e racial do Movimento Negro Quilombola. Foto: Guilherme Santos/Sul21

na arquitetura da Cúria Metropolitana e da Igreja da Matriz.

Aos mortos que caminham conosco devemos respeito e com as palavras do Griot Yedo Ferreira, em carta para a II Assembleia dos Povos, realizada em março de 2018, no Quilombo dos Fidélix, concluo essa reflexão:

"O momento é de unidade do povo Negro, povos indígenas e demais povos que compõem a nação pluriétnica para a luta nacional, contra a nação de "povo branco ", de cultura europeia da elite e sua Oligarquia política e pela libertação nas quais há séculos se encontram negros e indígenas

- Titulação e demarcação de todos os territórios quilombolas e indígenas de Porto Alegre!
- Desafetação e titulação dos espaços culturais e religiosos de matriz africana e indígena!
- Ressignificação de todos os marcos e referenciais de escravocratas e seus colaboradores!
- Interrupção imediata de projetos imobiliários que impactam direta ou indiretamente os territórios étnicos e dos povos e quilombolas por desrespeito à Convenção 169 da OIT!
- Reparação aos moradores da antiga Ilhota e seus descendentes pela remoção forçada para a Restinga entre as décadas de 1960 e 1980!
- Reparação pelos crimes da história para descendentes de africanos escravizados e indígenas!
- Todo apoio a retomada dos estudantes indígenas da UFRGS e seu pleito por moradia estudantil!

Não temos o que comemorar ou festejar!

Outono de 2022

ATLAS DA PRESENÇA QUILOMBOLA EM PORTO ALEGRE/RS

CARTOGRAFIAS NARRATIVAS DE TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS

Lara Machado Bitencourt

Geógrafa licenciada, doutoranda em geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisadora/extensionista do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS) e uma das organizadoras do Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS.

Endereço eletrônico: *laaarabitencourt.@gmail.com*

PORTO ALEGRE, CIDADE QUILOMBOLA

O Brasil é reconhecidamente o país mais africano fora de África, e isso se dá pelas presenças capturadas durante o tráfico negreiro que nesta terra fincaram raízes. Nossa população majoritariamente negra e mestiça reflete isso, assim como nossa cultura e nossos valores civilizatórios. Nosso território também reflete estas presenças, de modo que todo o Brasil é terra indígena e quilombola (NASCIMENTO, 2019).

No Rio Grande Sul, estado mais ao Sul do Brasil, mesmo em seus imaginários de pequena Europa, é impossível negar a presença de mais de 200 comunidades quilombolas espalhadas no campo e na cidade. Porto Alegre, é a capital brasileira com o maior número de quilombos urbanos autorreconhecidos do país, abrigando 11 comunidades quilombolas de tradição e práticas multiculturais, calcadas nas estratégias de resistência e permanência secular das populações negras e indígenas.

O Quilombo da Família Silva, Quilombo do Areal, Quilombo dos Alpes, Quilombo da Família Fidélix, Quilombo dos Machado, Quilombo dos Flores, Quilombo da Família Lemos, Quilombo Família de Ouro, Quilombo da MOCAMBO, e mais recentemente autorreconhecidos os Quilombos Kédi e Santa Luzia (Figura 1) são cicatrizes territoriais na capital gaúcha que nos provocam a confrontar nosso passado e presente colonial, escravista, classista, patriarcal e racista, que reproduz cotidianamente desigualdades perversas. As presenças quilombolas também nos provoca esperança e aponta alternativas para a construção de uma cidade mais igualitária e solidária. Pois, essas presenças transformam o espaço da cidade de modo que os territórios quilombolas são responsáveis pela expansão e a qualificação do espaço urbano, através do trabalho dos sujeitos quilombolas que ocupam, planejam e gerem seus territórios (CAMPOS, 2010).

QUILOMBOS URBANOS EM PORTO ALEGRE

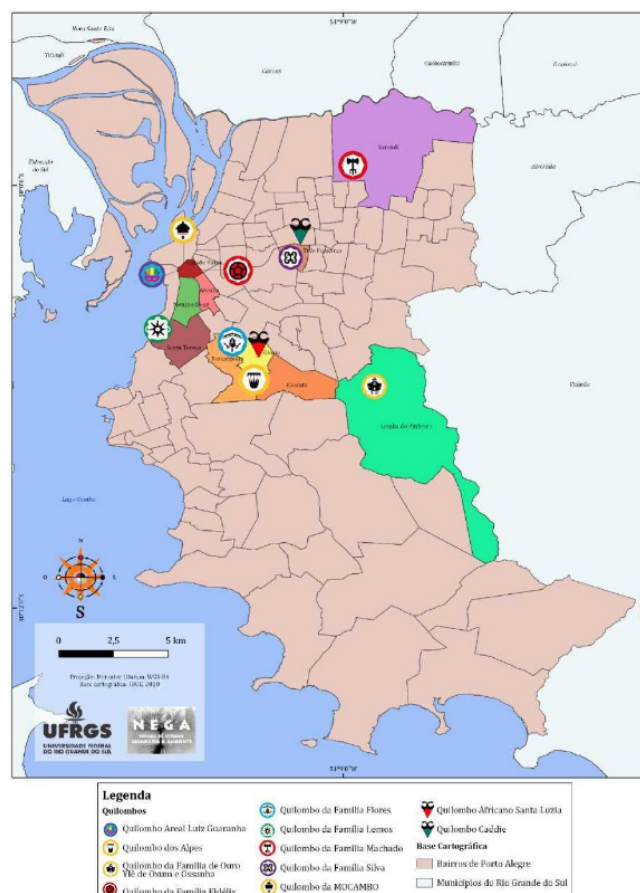



Figura 1 - Mapa de localização dos quilombos urbanos de Porto Alegre. (Fonte: NEGA, 2020).

O Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2003, tem seu trabalho pautado numa perspectiva dialógica e coletiva, com diferentes grupos sociais e espaços que historicamente estão submetidos à exclusão e à opressão sociais. Essas são as questões que permeiam os debates, dentro do Núcleo, e elas conduzem nossas práticas, vinculadas às pesquisas na dimensão ambiental, na educação, na Geografia e nas Cartografias, enquanto metodologias de luta no e pelo espaço.

É nesse contexto que, a partir de 2011, iniciam os trabalhos com os quilombos urbanos de Porto Alegre (RS). Em 2013, o trabalho com as comunidades quilombolas se consolidou, com o convite da comunidade do Quilombo dos Alpes, para a realização do mapeamento co-participativo do seu território., e, posteriormente, com o desenvolvimento de projetos de educação geográfica em parceria técnica com o projeto habitacional. A partir dessa aproximação com os territórios quilombolas e o conhecimento de suas demandas, o NEGA também se torna parceiro e apoiador de ações importantes, relacionadas ao Movimento Social Frente Quilombola do RS, ao Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos - RS (IACOREQ-RS) e a AKANNI - Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia.

As narrativas sobre os territórios, e o ato de dizê-lo, bem como o desenvolvimento de diferentes formas de resistência, são próprias das comunidades. Respeitamos seus "lugares de falas" e seus protagonismos, para narrar seus quilombos, seus territórios e, assim, afirmar suas resistências, através do "lugar de escuta" (FREIRE, 2016), que ocupamos, ou seja, como a/os pesquisadoras/extensionistas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se comunica e apóia os movimentos quilombolas da cidade. Sem realizar essa leitura apenas pela ótica dos sujeitos, que compõem a Universidade, essa relação se sustenta por uma Geografia da ação, portanto, compreende a *práxis* dialógica com os territórios quilombolas e as suas interfaces com os movimentos sociais.

ATLAS DA PRESENÇA QUILOMBOLA EM PORTO ALEGRE/RS

O *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS* é uma obra organizada pelas geógrafas Cláudia Luisa Zeferino Pires - professora do curso de graduação e pós graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - e Lara Machado Bitencourt - doutoranda no programa de pós-graduação em geografia da UFRGS, ambas pesquisadoras/extensionistas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS). O Atlas se apresenta como resultado de experiências do grupo de trabalho do NEGA com atuação junto aos territórios quilombolas. A partir de nossa inserção e do diálogo como preconiza a pedagogia freireana, o atlas foi construído com as comunidades e com os movimentos sociais quilombolas, além de incluir a participação de acadêmicos dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia, assim como com parceiros de trabalho que atuam com Quilombos no país e em outras áreas das ciências humanas.

Assim, o *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS* é composto por uma coleção de mapas com 21 capítulos, dez trabalhos técnicos, cinco entrevistas e um manifesto coletivo sobre educação e a presença quilombola em Porto Alegre. E é apresentado em dois volumes. O primeiro volume trata das CARTOGRAFIAS CONTRACOLONIAIS, construídas com e a partir de cada comunidade quilombola. Com inspiração em Antonio Bispo dos Santos (2015), às cartografias contracoloniais, que surgem do processo do mapeamento co-participativo, representam as narrativas territoriais de nove comunidades quilombolas de Porto Alegre[1], pois cada qual, com suas particularidades, guarda consigo o registro das permanências e das resistências, que se entrelaçam em um panorama de segregação e de sobrevivência no ambiente urbano, sendo fortemente invisibilizado na cidade de Porto Alegre. Além dos estudos técnicos, o encerramento de cada capítulo é dedicado à apresentação de atividades pedagógicas com o objetivo de promover a reflexão e as práticas da educação para a diversidade no temário proposto pela lei 10.639/03.

O segundo volume trata das EPISTEMOLOGIAS QUILOMBOLAS e nele apresentamos através da contribuição de diversos autores as diferentes formas e possibilidades de compreender os quilombos e seus movimentos, permeando questões teóricas e metodologias, que se inscrevem na resistência, na resiliência e na formação da construção de territórios quilombolas, de modo a articular uma constelação de pesquisadoras, pesquisadores, militantes do movimento quilombola, educadores e educadoras que, ao longo de suas trajetórias profissionais e de suas atuações políticas, junto aos movimentos sociais, compartilham conhecimentos acumulados em suas experiências de pesquisa, de ensino e de extensão em comunicação.

[1] A finalização da etapa de editoração da publicação do Atlas da Presença quilombola coincidiu com o autorreconhecimento de duas comunidades quilombolas em Porto Alegre. Assim, os quilombos Kédi e Santa Luzia não integram a publicação do Atlas da Presença quilombola em Porto Alegre/RS (PIRES e BITENCOURT, 2021), mas estão sendo mapeados pelo NEGA que tem prestado assessoria geo-jurídica às 11 comunidades quilombolas da cidade.

Por fim, convidamos toda sociedade e, principalmente, quilombolas de Porto Alegre e do Brasil a desfrutar dos ensinamentos e das aprendizagens contidas nesta obra. Desejamos, também, que essas páginas fortaleçam as compreensões do projeto político de organização espacial quilombola, visando à efetivação de medidas de reparação histórica e geográfica a todos os povos secularmente segregados, ao longo da formação socioterritorial brasileira. E que acima de tudo, possa nos provocar, pedagogicamente, acerca das relações da produção de conhecimento e da reprodução desses conteúdos, a partir e para além da Geografia.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Andrelino. **Do Quilombo à favela - a produção do 'espaço criminalizado' no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: documentos de uma militância Pan-Africanista. 3. ed. (rev.). São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado (org.). **Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Letra1, 2021. disponível em: https://www.editoraletra1.com/epub/978-65-87422-19-0/

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: Modos e significações. Brasília: INCTI; UnB, 2015.

TODA LUTA COMEÇA QUANDO VOCÊ SE CONVENCE DE QUE VOCÊ É IMPORTANTE

Geneci Flores

Liderança do Quilombo Flores em Porto Alegre/RS,
Integra a Frente Quilombola RS e a Articulação Nacional de Quilombos

Toda luta começa quando você se convence de que você é importante, sim, neste mundo e que nunca é tarde, que você faz, sim, a diferença. Você pode ser a esperança de alguém e que você pode estar inspirando uma pessoa como você, que pensa como você, para se libertar das manipulações.

Mesmo com tão pouco para oferecer, sua vontade de lutar é maior e é por isso que eu compartilho um pouco da minha caminhada. Venho transmitir que toda luta é válida e temos que ter esperança, sim. Os nossos ancestrais lutaram por nós, estamos vivos e vivas até hoje – mesmo que saibamos que nossos direitos são conquistados em passinho de tartaruga e não podemos perder a esperança. No tempo dos nossos avós, a vida era muito mais sofrida e difícil, mesmo assim eles não perderam as esperanças: nós em pleno século XXI iremos perder? Não! Por eles e nossos filhos e filhas, netos e netas não iremos desistir.

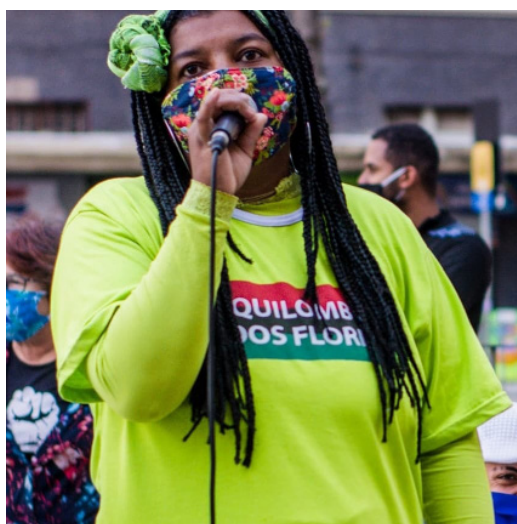



Foto: Luz Dorneles

A minha família passou por tanta coisa como o esbulho da USBEE/Marista em 2014, a resistência contra os despejos e a luta que segue para recuperar dois terço do território usurpado por eles. Nessa luta até hoje, nesse conflito, minha saudosa mãe, Dona Rosalina, sofreu um AVC e já tinha completado 40 anos de serviço, aposentado-se, podendo aproveitar sua aposentadoria de forma digna, mas, infelizmente, ficou com sequelas do AVC.

Eu, como mulher negra, filha de Dona Rosalina, que veio do quilombo dos Alpes e trabalhou 40 anos no posto de saúde do bairro Glória na área de serviços gerais, mãe solteira de seus cinco filhos, na luta constante para o nosso alimento e para o seu dia a dia, infelizmente, veio a falecer no dia 19 de março de 2021 por sequelas da COVID-19 .

Seu Adão Fausto, que veio de Bom Retiro do Sul, veio de lá em busca de trabalho

em Porto Alegre e conheceu Rosalina em um terreiro da sua prima, onde ele tocava e cantava os cantos. Dessa união, nasceram dois filhos: Geneci Flores e Gerson Luiz – trazendo Rosalina e seus cinco filhos do quilombo dos Alpes para morar em sua residência, onde já vivia há 20 anos de outro relacionamento. Lugar em que ele plantava alimentos, ervas para suas curas, pois ele era curandeiro e benzedeiro para sua família e para pessoas de fora. Mesmo assim, ele não cobrava nada por isso e criava seus animais como galinhas, porcos e etc. Meu pai, Adão Fausto, faleceu em 1983, na véspera de ano novo, vítima de infarto quando estava dormindo. Deixou dois filhos: um com três anos e outro com quatro anos, e mais uma vez Rosalina ficou só, na luta pelos seus filhos.

Em 2014, com o esbulho tive coragem, junto com minha família, de exercer a defesa do território da minha família, com o poder da fala e da voz – coisas que eu só tinha em vilas e comunidades, porque nesses lugares, como no Quilombo, eu tinha liberdade e não me sentia oprimida. Aí que conheci os territórios e Quilombos Urbanos que há em Porto Alegre. Recordo-me da presença no apoio contra a violência que sofríamos, por parte de Dona Lígia e seu Lorico do Quilombo dos Silva, dos irmãos e irmãs do Quilombo dos Alpes, do Seu Fidelix do Quilombo Fidelix e também do pessoal do Quilombo dos Machado, o Jamaica, a Tamires, o Rodrigo e a importante atuação do nosso amigo e Advogado.Dr. ngelo Marcelo Cursio, juntamente com o apoio e articulação dos Quilombos e Movimentos feito pela Frente Quilombola RS.

Hoje, há onze territórios Quilombolas Urbanos e 10 retornados indígenas, nos dois anos de pandemia, apesar de muitas mortes, (tivemos duas mortes confirmadas em decorrência da COVID, entre elas, a da minha mãe) mantivemos nossa força, apesar de tudo e do descaso criminoso do Estado, ainda mais nos auto-organizando. Conseguindo essa organização através de Coletivos de Educação com aulas de reforço escolar nas comunidades Quilombolas. Também, com o Coletivo de Saúde, com grupos de saúde nas comunidades, articulados através da Frente Quilombola RS, produzimos campanhas para conseguir recursos para a aquisição de cestas básicas, passagens, logística, remédios, produção e confecção de máscaras, esclarecimentos porta a porta. Conseguimos, inclusive, acionar através de denúncias, junto ao MPF, que as políticas públicas e os direitos se efetivassem, entre outros. Mantivemos reuniões pelo *WhatsApp* e outros meios eletrônicos, a fim de conversar sobre o que cada comunidade estava enfrentando e suas dificuldades. Passando por isso, só tivemos a certeza de que nunca estamos sós, estamos sempre com nossos Orixás, nossos Encantados e Ancestrais e o nosso Deus maior.

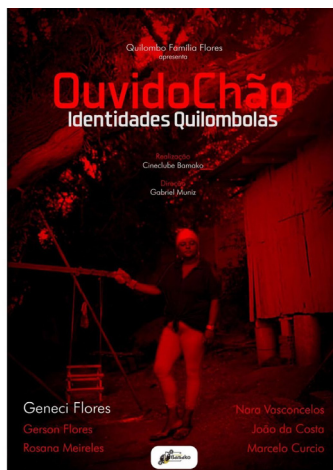
Na luta do dia a dia vamos praticando a nossa cultura, nossa dança, nossa música, “Maculelê”, e assim, do nosso jeito, vamos dando continuidade ao legado de nossos Ancestrais e fazendo o trabalho social, que não se restringe somente ao nosso território, pois nossa Libertação será Coletiva, Comunitária, Quilombola, ou não será.

Eu, por exemplo, faço trabalho social num Projeto social chamado “Geração Tigres F.C.” onde trabalhamos com crianças de 6 aos 15 anos através do futebol na região Glória, mas sempre em busca dos nossos direitos pela terra. De forma que o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988 se efetive; e que se cumpra e respeite a Convenção 169 do OIT (Organização Internacional do Trabalho), que fundamenta o nosso autorreconhecimento – determinando que o Estado Brasileiro e seus entes consultem, previamente, Quilombolas e Indígenas sobre Leis, Projetos, Atos Administrativos que impactem direta ou indiretamente nossos territórios.

Tais bases e direitos são constantemente desconsiderados e avançam aqui em Porto Alegre e no Estado do RS vários Projetos envolvendo Especulação Imobiliária, Agronegócio e Mineração que ameaçam tanto Quilombolas como Indígenas. Contudo, se olharmos mais profundamente, ameaçam todo o Planeta Terra e as futuras gerações. A Demora que o INCRA e a Fundação Cultural Palmares têm em cumprir a sua Missão Institucional, com entraves burocráticos ilegais, falta de Recursos Orçamentários e Instrumentalização Política por interesses dos Governos de Plantão geram uma profunda insegurança Jurídica para os Territórios e, com essa demora, abrem as portas, de modo que favorecem interesses da Especulação Imobiliária, Mineração, Agronegócio, entre outros.

A trajetória da família do Quilombo dos Flores não é só de agora, mas de 522 anos. Só agora temos algum reconhecimento podendo ter voz. O povo negro tem uma força, uma alma de guerreiro, uma história de luta. Nem todos conseguem enxergar isso. Nós somos um povo muito oprimido, dominado. Os governantes de hoje são os senhorzinhos de antigamente. A conquista de agora só estamos conseguindo

porque são lutas de anos de resistência. Temos que ter consciência disso e não deixar a nossa história se apagar. Temos, sim, que mostrar a verdadeira história de luta. Teve que morrer muita gente para estarmos vivos e vivas até hoje. Cicatrizes e muitas feridas ainda abertas. Tivemos muitas derrotas, mas também tivemos muitas vitórias. Jamais desistimos, somos um povo forte e essa força nós herdamos dos nossos ancestrais.

As nossas maiores riquezas são as nossas famílias, a nossa história de vida. E, é por isso que estou escrevendo hoje um pouco da minha história de vida e do Quilombo dos Flores. A minha história é parecida com muitas outras histórias. Ter o poder de falar e contar a minha história e do Quilombo dos Flores é também um ato de resistência, de dizer que eu sou uma das sementes da minha ancestralidade, pois nós somos o ar, a luz e o sol, a terra: nós somos a libertação, guiados pela memória e por nossos ancestrais.

Obs.: **OuvidoChão** é um belo e potente documentário que traz a luta e histórias do Quilombo Flores. Foi um dos 07 filmes selecionados nacionalmente para fazer parte do Festival TelaPreta.

Veja aqui: *https://youtu.be/iKrfUNqAL*
Crédito do Filme: Realização - Cineclube Bamako / Direção: Gabriel Muniz
Crédito do Cartaz: Gabriel Muniz;
Crédito da Foto do Cartaz: Alass Derivas | @derivajornalismo

XIV Marcha Estadual pela Vida e Liberdade Religiosa no RS

Unides seremos fortes

PoAncestral muito além de 250: Resistência das Religiões de Matriz Africana

Lúcia Regina Brito Pereira e Inês Maria Vicentini
Professoras da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Publicado nas Redes sociais da ATEMPA em janeiro de 2022

O projeto *PoAncestral - muito além de 250* tem por objetivo dar visibilidade às comunidades indígenas, periféricas e quilombolas na história de Porto Alegre, especialmente neste ano em que se comemora oficialmente os 250 anos da cidade. Nós, do projeto *PoAncestral - muito além de 250*, apoiamos a *XIV Marcha Estadual pela Vida e Liberdade Religiosa*.

Neste ano, a Marcha tem como tema o "Sagrado e o Meio Ambiente" e contará com uma banca de arrecadação de alimentos para serem distribuídos a quem precisa. Convidamos a *todes* para participarem dessa marcha, que acontecerá no dia 21 de janeiro, com concentração no Largo Glênio Peres, às 18h30. É um momento importante para revisitarmos a história de nossas ancestralidades e pautarmos as lutas dessas comunidades.

A perseguição à religiosidade de matriz africana no Brasil ocorre desde a retirada forçada de mulheres e homens do continente africano. Quando foi imposto a eles um novo nome e uma outra crença estranha às suas culturas de origem.

Ao chegarem às Américas, os africanos redimensionaram as suas crenças trazidas na memória. Recriaram um outro ritual que mantivesse vivas as suas origens e tradições religiosas adaptando-as ao permitido pela sociedade escravizadora. Essa forma ocorreu em *todas* as etapas da formação social brasileira.

Do ponto de vista do dominador, era necessário estabelecer a violência também na

esfera religiosa, para garantir o funcionamento do sistema de opressão. Ao mesmo tempo, era imprescindível permitir, minimamente, aos cativos que desenvolvessem suas crenças religiosas desde que estivessem de acordo com os padrões dominantes. E assim, no século XVI, portugueses e escravizados trouxeram ao Brasil a Irmandade do Rosário.

Diferente de outras irmandades religiosas, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário também ficou conhecida como Irmandade dos Homens Pretos. Em 12 de março de 1785, a Irmandade do Rosário de Porto Alegre entrou com o pedido de oficialização às autoridades civis e eclesiásticas. Inicialmente, a Irmandade ficava na Igreja Matriz de Porto Alegre, mas seu crescimento fez com que fosse transferida para outro local. A Irmandade do Rosário de Porto Alegre deu origem à Igreja Nossa Senhora dos Navegantes e à Igreja Nossa Senhora da Conceição.

A Irmandade do Rosário era a única forma de organização de negras e negros permitida pelas autoridades civil e religiosa coloniais. O compromisso da Irmandade, além da propagação da fé católica, era de proporcionar um enterro digno aos irmãos, oferecer auxílio às viúvas, órfãos e desvalidos, promover a libertação de cativos e a realização de cursos de alfabetização. Importante destacar que, além de propagar a fé católica, essa organização guardou em si o desenvolvimento de rituais de matriz africana, desenvolvimento da associação com as divindades indígenas e às santas e aos santos católicos. Esta foi uma ação de resistência, embora controversa, que se traduz em parte da religiosidade atual da sociedade brasileira e gaúcha.

A presença no Estado do RS do maior número de terreiros registrados em relação a outras regiões do país mostra a importância da religiosidade de matriz africana. Ao longo do processo da história brasileira, a luta e a resistência estiveram e estão presentes no enfrentamento contra o racismo religioso. E, não raro, nos deparamos com ataques às casas e aos praticantes da devoção de matriz africana. Um exemplo recente foi a agressão sofrida pela Mãe Inayê e seus filhos no Santuário de Oxum em Ipanema, POA em 2021.

O crescimento e a politização partidária de segmentos intransigentes de algumas religiões têm fortalecido os ataques em todas as esferas da sociedade. Estudantes, igualmente, são vítimas de ataques perpetrados por racistas que ignoram os preceitos constitucionais os quais garantem a *Liberdade de Culto* a todas as pessoas e grupos. Igualmente, a defesa e a preservação de espaços de referência para a realização de homenagens e depósito de oferendas devem estar nas pautas das reivindicações. Não devemos nos calar diante da histórica opressão!

Por esse nosso passado e presente e pela liberdade religiosa é que a Marcha se faz fundamental como ato de denúncia, de resistência e de luta por políticas públicas para essas comunidades.

Congregados da Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Aquarela de Jean-Baptiste Debret, de 1828

POVO DE TERREIRO, O PAÍS, O ESTADO E A CIDADE

Baba Diba de Iyemonja
Baba Diba de Iyemonja é o nome Tradicional de Valmir Ferreira Martins, Babalorixa, Sanitarista (UFRGS), Presidente do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do RS – CPTERGS e Coordenador Nacional da RENAFRO-SAUDE

Vivemos em um país que foi forjado a partir do pensamento e atos escravagistas, pautado no capitalismo e enriquecimento a qualquer custo. O Brasil foi o país que mais importou seres humanos escravizados, mais da metade das cargas desses, morriam nos porões dos navios e eram jogados ao mar. Foi o país que mais resistiu à abolição da escravatura e o último a abolir por pressões externas. Porém, essa abolição, foi apenas um ato político da coroa portuguesa na época para livrar-se das pressões. A chamada Lei Áurea Lei 3.353 de 13 de maio de 1888, continha apenas dois artigos e nenhuma política pública que garantisse a subsistência dos homens, mulheres e crianças negras "libertas".

"A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1°: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2°: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princeza Imperial Regente.
RODRIGO AUGUSTO DA SILVA"

No dia 14 de maio começa-se uma nova batalha: a luta contra o racismo e sua perversidade, a busca de cidadania e direito a um salário digno para o sustento da família, o acesso à saúde e educação dignas, com igualdade de direitos e respeitando-se a origem civilizatória dos cidadãos e cidadãs afrodescendentes. Luta que perdura até os dias de hoje, pois conforme o povo negro se fortalece, o racismo se metamorfoseia e, inclusive, assume performances cordiais. A abolição de fato e de direito continua uma utopia. Homens, mulheres e crianças negros e negras fazem partes de dados estatísticos que configuram o genocídio da população negra no Brasil e é a população que está nas bases de todas as pirâmides socais.

O Povo negro arrancado de seu continente de forma criminosa, foi trazido com a roupa do corpo apenas. Houve diversas tentativas para, como se fosse possível, arrancar sua identidade – sobretudo ancestrálica, pois a única riqueza que pôde trazer foi sua relação intrínseca com o sagrado, sua ancestralidade e relação simbiótica com tudo que os cerca: Os Orixás, Nkisis e Voduns, sua relação com o território, as folhas sagradas e suas raízes, a água, o ar e, acima de tudo, sua relação com o outro. O processo solidário de coletividade e a compreensão de que a existência individual não tem sentido sem a existência do outro: só sou, porque somos. Princípio inviolável e inquebrantável, a não ser que os exterminassem.

Estes princípios foram fundamentais para o processo de resistência do Povo Negro, foi a partir deles que, imediatamente, precisava se recriar este mundo africano em território inimigo, mesmo que precariamente – inclusive para resistir. Esta recriação se deu nas senzalas inicialmente e após a abolição em espaços de terra diminutos ocupados pelo povo liberto. Esses espaços foram denominados de Terreiros, onde se cultua o sagrado e as forças da natureza, necessárias para sua manutenção. Também vale citar os históricos quilombos formados por aqueles que conseguiam fugir ou de alguma forma eram libertos antes da abolição.

Entre o Povo Escravizado vieram reis e Rainhas para todo o território nacional. A historiografia registrou as Rainhas Anagotime no Maranhão, fundadora da Casa das Minas, Terreiro de Tambor de Mina e Iadeta, Ianaso e Iakala, matriarcas fundadoras dos grandes

Terreiros. Em Salvador, Bahia Terreiro Iya Naso Oka ou Casa Branca do Engenho Velho, Cantois e Ile Ase Opo Afonja, que tiveram e tem grande importância política para o Povo de Terreiro e Povo Negro no Brasil. No Rio Grande do Sul, a história não foi diferente, porém – por conta das charqueadas –, jovens negros e negras precisavam ser trazidos para o estado, mesmo que precariamente e serem aptos para esta perversa função, em que a expectativa de vida não passava dos 24 anos. Mesmo assim, vieram as escravizadas mais velhas, que cuidavam da casa grande e das famílias brancas e essas foram as grandes Iyalorisas (grandes responsáveis pela manutenção do sagrado em território gaúcho). Essas práticas foram chamadas pelo colonizador de "Batuque" (recriação do mundo africano em senzalas ou compartimentos das moradias).

O Estado do Rio Grande do Sul é o segundo Estado com menor número de população negra e, contraditoriamente, é o estado que possui o maior número de terreiros no Brasil. Estima-se que o número chegue a 65.000, porém, a força do racismo mantém essa multidão na subterraneidade política e social, sendo essa, uma prática padrão no território nacional.

O STF fez consultas públicas às grandes religiões existentes no Brasil sobre células troncos embrionárias. A Religião de Matriz Africana não foi chamada. Ao ser questionado sobre esta ausência, o presidente do STF respondeu que as religiões convocadas, possuíam uma referência única a quem se reportar e não encontrou esta referência na Matriz Africana. A grande questão que ficou foi: A quem se reportar ou quem ou qual representação política devemos chamar?

Autoridades Civilizatórias de Matriz Africana do RS ligadas à Renafro Saúde RS, núcleo da Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde, alertados sobre o tema e a gravidade da situação – que evidencia a invisibilidade/abstração política –, percebem a necessidade de se criar um canal de comunicação oficial que represente este segmento – até então sem um corpo jurídico – tanto a nível nacional, como estadual e municipal. Após incansáveis discussões, na organização da Terceira Marcha pela Vida e Liberdade religiosa do Estado do RS em 2011, até encontrarem um consenso, decidiram pautar o Governo do Estado, à época Governador Tarso Genro, a necessidade de uma política pública que desse visibilidade, voz e vez a este segmento tão expressivo da sociedade gaúcha, contudo, invisível para qualquer iniciativa política de inclusão, apenas lembrada para ser marginalizada ou criminalizada. Antes, consolidou-se o Conceito Povo Terreiro como estratégia de unidade política, já que a Matriz Africana no RS, possui diversas vertentes – de acordo com as etnias trazidas para o Estado – também a Umbanda e Quimbanda, que adotam aspectos fundamentais da Cultura Africana e ainda o Candomblé, que migrou de outros estados. Conforme parágrafo único do Decreto Estadual 51.587/2014, que cria o CPTERGS, compreende-se por Povo de Terreiro:

> "Considera-se Povo de Terreiro o conjunto de mulheres e homens, vivenciadores da Tradição de Matriz Africana e Afro Umbandistas, que foram submetidos, compulsoriamente, ao processo de desterritorialização, bem como desenraizamento material e simbólico, civilizatoriamente falando, de várias partes do continente africano, cuja visão de mundo não maniqueísta e/ou dicotomizada e por conta do rigor teórico da oralidade, resignificaram, na dispersão das américas, sua cosmovisão de forma amalgamada devido aos elementos culturais invariantes onde operam, portanto, um "ativo inculturalismo" que se (re)territorializou geotopograficamente, sob fundamentos da xenofilia em que se consubstancia toda uma dinâmica intercultural e transcultural, e que assim o é no Estado do Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil."

Esse conceito foi fundamental no processo de mobilização para a Conferência Estadual uma vez que os chamados "lados" que expressam as nações (Jeje, Ijexa, Oio, Cabinda) e segmentos da Umbanda/Quimbanda não se sentiam contemplados, tanto no conceito de Comunidade Tradicional como enquanto Matriz Africana. Graças a esse conceito, conseguiu-se consolidar uma nomenclatura que congregue todo este mosaico existente no território gaúcho.

A Primeira Conferência Estadual do Povo de Terreiro do RS foi instrumento de criação do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do RS e foi a maior entre todas as conferências estaduais de 2014, com 500 delegados de diversas cidades do RS, 250 convidados e a presença maciça das secretarias de governo e ainda a presença do Governador. A conferência retirou mais de oitenta propostas e a principal delas foi a criação do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do RS que tem servido como instrumento de proposição de política pública e monitoramento, é essencial para o

diálogo com os poderes legislativo, executivo e judiciário.

Através de parceria com a Ouvidoria da Defensoria Pública do estado foi possível realizar audiências públicas que serviram de instrumentação para operadores de direitos e Ministério Público na defesa e compreensão deste espaço enquanto espaço de formação, educação, cuidado e preservação de valores civilizatórios de matriz africana. Esta parceria foi muito importante para o enfrentamento do Racismo religioso. O diálogo com o Comando da Brigada Militar foi outra estratégia do Conselho para barrar os excessos policiais nas abordagens em ocorrência de perturbações sonoras e meio ambientes que eram feitas de forma truculentas criando constrangimentos para os Pais e Mães de Santo.

O Conselho do Povo de Terreiro do estado do Rio Grande do Sul teve papel político fundamental na luta contra o PL 21 em 2016 proposto por uma Deputada Estadual que pretendia proibir a utilização de animais nos ritos litúrgicos de Matriz Africana.

A Consolidação do Conselho Estadual soluciona a questão da invisibilidade política em casos como o da Consulta do STF, por isto recomendamos a Criação de um Conselho Nacional que sirva de instrumento para criar normas internas para o Povo de Terreiro que ajudem a minimizar o racismo religioso, ambiental e comercial.

Já na nossa Cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul que acolhe uma estimativa de em torno de dez mil terreiros, iniciou-se o diálogo para constituição do Conselho Municipal do Povo de Terreiro, foi aderida a pauta após muito debate, inclusive com a procuradoria do município, e o PL que criaria o Conselho estava pronto; o então Prefeito José Fortunati se licencia e a pauta é engavetada. Na sua sucessão, o Prefeito Marquezan fechou as portas para o diálogo com os movimentos sociais e assim se portou durante os quatro anos de mandato e, na gestão atual, há uma sinalização encabulada do Prefeito Melo.

Porto Alegre é demais para os Sirotsky da vida, Porto Alegre da RBS cantada em verso e prosa. Uma Porto Alegre que invisibiliza e mantém na subterraneidade política e social a sua melhor metade: a população negra com o Povo de Terreiro e o manancial de saberes, cultura, e saúde que este espaço produz. Esta é, sem dúvida, a capital do racismo, que tenta negar o acesso das diferenças a diversos espaços públicos com práticas como Racismo e Racismo Religioso que nega políticas públicas para este segmento expressivo da sociedade composto por Cidadãos e Cidadãs que pagam seus impostos.

Será que precisará de mais 250 anos para termos uma capital que, de fato, seja equânime e que acolha as diferentes culturas, notadamente a cultura negra que construiu e enriqueceu o País? Aguardemos os próximos capítulos.

REFERÊNCIAS

https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/20170704/20141223143644boletim-versao-final-ok.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm

O FUTURO É ANCESTRAL: INQUIETAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO

Andressa Barbosa Silveira
Graduanda em História – Licenciatura na UFRGS
Educadora social na Casa de Nazaré Centro de Apoio ao Menor, Porto Alegre
Endereço eletrônico: *barbozena@gmail.com*

Jonas Silveira da Silva
Graduando em História – Licenciatura na UFRGS.
Monitor/estagiário na EMEF Alberto Pasqualini, de Gravataí
Endereço eletrônico: *jonaslichistoria@hotmail.com*

Melina Kleinert Perussatto
Professora na Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)
Endereço eletrônico: *melinaperussatto@gmail.com*

A escrita coletiva do presente capítulo surgiu de compromissos compartilhados nos projetos PoAncestral e Imprensa Negra Educadora[1], sobretudo no que diz respeito à construção de caminhos para a reparação no ensino de história e na educação. Dentre os desafios, o de enfrentar o fato de o ensino de história, conforme Maurício Dorneles e Carla Meinerz (2021), reunir uma comunidade predominantemente branca, que pouco se interroga sobre sua branquitude, ou sobre como se sentem as pessoas negras em seus espaços. Para superar tal quadro, apontam para três necessidades: 1) "conexão com as pessoas negras em movimento, ressaltando seu protagonismo na qualidade de referências a serem honradas e citadas"; 2) "positivação das narrativas acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras"; 3) "escurecimento de nossas referências bibliográficas, assim como dar nome, sobrenome e cor aos nossos aprendizados com estudantes e colegas negros (técnicos ou docentes) em espaços universitários" (p. 413).

Salientamos que o fato de Porto Alegre, a capital do segundo Estado mais branco do Brasil, ser a mais segregada dentre as capitais se expressa na própria autoria do texto: uma estudante negra e educadora social, moradora do bairro Cristal; um estudante negro e estagiário/monitor escolar, morador do bairro Morada do Vale II (Gravataí); e uma professora universitária branca, moradora do Centro Histórico. Mas Porto Alegre também é a capital brasileira que abriga a maior proporção populacional de adeptos a religiões de matriz africana, bem como o primeiro quilombo urbano titulado no país[2]. Assim, na esteira das sugestões de Dorneles e Meinerz (2021), partimos dos ensinamentos, existências e resistências da Porto Alegre ancestral, negra, quilombola, indígena, periférica, muito além daquela de 250 anos.

A primeira escuta foi a das falas na *live* "Ancestralidade Negra, Quilombos e Segregação em Porto Alegre"[3]. Geneci Flores, liderança do Quilombo Flores, por meio da memória da matriarca e ancestral Rosalina Flores, falou-nos sobre a importância do (re) conhecimento da própria história em sua beleza, força e luta no fortalecimento das lutas quilombolas, que são lutas civilizatórias. Onir Araújo, da Frente Quilombola do RS, lembrou-nos que o longo histórico de resistências no território urbano de Porto Alegre por reterritorialização, frente à desterritorialização provocada pela supremacia branca, é uma continuidade das lutas por libertação, por sua vez vinculadas e sustentadas na ancestralidade e na memória construídas em África e na diáspora. Como tarefa urgente, a unificação das lutas por retomada e reterritorialização com vistas à construção de uma sociedade do bem-viver, uma nação pluriétnica, em que pessoas negras e indígenas possam finalmente existir e viver em liberdade.

Essas falas dialogam com os três conceitos-chave das DCNERER (2004) — reconhecer, valorizar e reparar —, de modo que reparar também diz respeito à retomada de territórios em sentido ampliado, incluindo os acadêmicos e escolares, ainda hegemonizados por corpos e epistemes brancas. Dessa forma, eu, Melina Kleinert Perussatto, convido a quem lê, sobretudo as pessoas brancas, a refletirem e a aprenderem com Andressa Barbosa Silveira e Jonas Silveira da Silva, cujas inquietações e ensinamentos apontam e abrem caminhos para a reparação.

Valeska Garbinatto (2015) é uma professora de História da Rede Estadual de Ensino no Rio Grande do Sul, de pele branca, e autora de um artigo sobre Territórios Negros e os caminhos que levam à visibilidade. Nele, aborda o cotidiano de seus estudantes periféricos negros e o impacto que a presença negra ou a falta dela gera em suas vidas. A escola que usa como ponto de partida encontra-se no meio de diversas favelas de um bairro nobre da Zona Sul de Porto Alegre, bairro esse que é majoritariamente ocupado por pessoas de classe média alta, rodeado de shoppings, supermercados e atrações turísticas. A partir de Milton Santos (1994), Valeska aponta que o território não se limita a um espaço geográfico, mas, sim, ao espaço usado pela sociedade e a movimentação que ela faz nesses espaços.

Não é à toa que o pôr do sol na beira do Guaíba é um dos cartões postais da cidade. A zona sul tem esse privilégio de possuir uma larga e extensa faixa de visão plena e panorâmica do pôr, mas o que o apagamento histórico do bairro não nos permite enxergar são as inúmeras famílias que residem aos redores do Barra Shopping Sul e as dificuldades extremas enfrentadas por elas. São anos desse processo de "higienização" das favelas do Cristal em prol de uma limpeza étnica e social para que a elite da zona sul consiga deleitar-se do pôr sem ter que dividir os espaços com a classe

---

[1] Busca efetivar as DCNERER (2004) a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (1892 e 1930). O portal está em construção (<*ufrgs.br/pine*>).

[2] Ver os dados do IBGE, 2010 e do IDH, 2021.

[3] A *live* está disponível em: <*https://youtu.be/9sUxez5eAkA*>. Acesso em 10 de abril de 2022.

C. Quais espaços se formaram no Cristal pela movimentação da elite? Praticamente todos!

Por outro lado, a população do bairro em grande maioria não conhece os espaços de luta e resistência negra no Cristal. O Quilombo do Sopapo é um exemplo de uma parte da história do bairro que não é contada. Valeska, ainda em seu artigo, ressalta a importância das terreiras como territórios negros e como a ocupação desses espaços se firma e resiste contra o preconceito e a intolerância religiosa no bairro, que possui um número vasto de igrejas católicas e evangélicas. São movimentações como essas a que Milton Santos referia-se. Ainda que o Cristal seja geograficamente ocupado pela parte mais favorecida da sociedade, as favelas e seus moradores são quem mais se movimentam dentro deles, seja trabalhando nas mansões das partes nobres, ou até mesmo indo ver o pôr. Quando um jovem negro e seus amigos também negros, são malvistos por frequentadores brancos no shopping de classe alta que se localiza ao lado da casa deles, esse tipo de movimentação incomoda os favorecidos, e muito.

O bairro Cristal, nessa divisão de classes, acaba ficando nas mãos de quem tem mais recursos para mostrar "sua história", mostrar o Cristal vivido pela elite, não pelos estudantes negros da Valeska. Ela sempre lutou para que reconhecessem seus espaços e os ocupassem. Existe um lema dito por quem mora no Cristal e arredores que é: "A Zona Sul é tudo de bom". Mas tudo de bom para quem? Qual zona sul? A das terreiras, campos de várzea e festa comunitária onde tem alagamento, falta de saneamento básico? Ou a dos condomínios de luxo com segurança privada?

A presença negra e a resistência do bairro existem e persistem, quando de frente para o pôr do sol grupos de religiões de matriz africana realizam suas oferendas e proferem seus cânticos ao mesmo tempo em que pessoas circulam com suas bikes, cachorros e skates. A movimentação negra ocupa a Zona Sul quando acontece o evento de Nossa Senhora dos Navegantes na beira de Ipanema. Essa é a Zona Sul que fica fora do conhecimento até mesmo de quem viveu a vida toda nela. O Cristal resiste quando realiza eventos culturais sobre a cultura afro-brasileira, quando é ensinado pelos griôs nas contações de história quem foram nossos ancestrais, como o Sopapo foi criado e sua importância histórica para os negros do Rio Grande do Sul, o Cristal dos negros existe e resiste!

Eu, Andressa, como mulher negra, tive como referência a minha avó Luiza, mulher negra, que lavava roupa no Arroio Cavalhada e era dona de terreira. É uma marca da minha ancestralidade, cujo bairro Cristal serviu de berço, e me guiou por esses territórios através da contação de histórias. Avós são seres sagrados, espiritualizados, com seus jeitos firmes e delicados administram tudo. Escrever algo sobre elas não é fácil, são nossas guardiãs, nossos portos seguros, são tudo de bom e mais um pouco. Fizeram e fazem, até em outro plano, tudo por nós, acalmam-nos, aconselham-nos. É como um trecho de uma letra do rapper Emicida, "E*u sou o sonho dos meus pais, que eram sonhos dos avós / Que eram sonhos dos meus ancestrais*".

Somos frutos dos nossos ancestrais e, como frutos, a ancestralidade é nosso guia, nos ajuda a entender as trincheiras da vida do nosso cotidiano, os caminhos fechados por estruturas que não são visíveis, mas latentes, e que aos poucos reabrimos com nossos corpos, nossas vozes. Isso é uma reterritorialização, uma retomada de algo que foi nosso. Não é de hoje que estamos nesse trabalho, nesse caminho de escurecer, *amefricanizar*, aquilombar, deixando nítido o que parecia tão nitidamente branco e que hoje vemos que nunca foi, Machado de Assis que o diga. E nada melhor que o processo de sankofa para entender que retornar ao passado é necessário e inevitável para compreendermos o nosso momento atual e futuro. Como diz a filósofa Katiuscia Ribeiro, "O futuro é ancestral"[4].

Isso nos ajuda a entender que as trincheiras das escolas não são diferentes. Os caminhos são tensos, processos complexos, entre os corredores, entre as salas de aula. Uma risada ali, um grito lá, mas, quando olhamos, o silêncio paira e nesse momento os corredores das salas se transformam em uma Sapucaí sem carnaval, um Porto Seco sem carnaval, sem aquela marcação do surdo de primeira da Mangueira ou sem aquele grito "*Tinga teu povo te ama*". Todavia, sabemos onde encontrar, onde articular modelos para que isso não aconteça, foi mostrado, está aí. E nada melhor que um bom ebó para exu para firmar e abrir esses caminhos. É só retornarmos em Lélia Gonzalez (2020) e Abdias do Nascimento (2019) que, com muita esperteza, articularam de diversas maneiras uma agência negra, e com isso nos mostram outros modelos e caminhos de um ensino de história. Afirmavam: somos *amefricanos*, somos quilombistas e devemos contar a nossa história a partir de nós, de

[4] Disponível em: <h*ttps://youtu.be/mxJEmiUvnJ8*>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

nossas vivências, ou como nos diz Conceição Evaristo (2017), de nossas escrevivências.

Como diria o historiador, escritor e angoleiro Allan da Rosa (2020), e me atrevo a tentar decifrar a sua fala ou escrita, com as minhas palavras, eu, Jonas Silveira da Silva, *macumbeiro, sambista, negro, jogador da vida que entre as encruzilhadas uso das palavras faladas ou escritas, uso a malandragem, a artimanha, que com o gingar da capoeira e com uma meia-lua-de-compasso fujo e me rearticulo a todo momento, para não cair, não ser golpeado, que sorte que eu tenho de ser amefricano e aquilombado. É, mestre Allan da Rosa, você nos ensina essa pedagoginga da vida, do ensino de história que foge do modelo tradicional, desse ensino duro, sólido, neutro, eurocidental que depois de muito tempo, precisa escurecer*.

Isso é um dos múltiplos modelos ancestrais que podemos nos ater, nos inspirar e praticar. Porém, sempre é bom e necessário entender que ancestralidade não é algo simples de compreender, pode ser usada de várias maneiras, mas sempre com muita responsabilidade. E me arrisco a dizer que escrevo sobre ancestralidade com pouco conhecimento, mas com uma *escrevivência* da rua, dos cruzeiros e peço licença a Exu, e que me perdoe se cometo algum erro sobre essa escrita, que antes mesmo de ser digitada, foi pensada, falada e analisada. Laroyê!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). Brasília, 2004.

DORNELES, Maurício; MEINERZ, Carla. O tema do negro e a vida do negro: dilemas da Educação das relações étnico-raciais no campo da pesquisa em ensino de História. *In*: ANDRADE, Juliana; PEREIRA, Nilton (Orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021. pp. 406-421.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.

GARBINATTO, Valeska. Territórios Negros no Rio Grande do Sul: quais os caminhos que nos levam a visibilidade. *In*: **XII Jornada Estadual de Estudos Afro-brasileiros**. O patrimônio Afro-brasileiro, Indígena e a lei 11.645/08. 2015. Porto Alegre. (Anais eletrônicos). Porto Alegre: FAPA, 2015. Disponível em: <*https://is.gd/l0eMX7*>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio Janeiro: Ipeafro, 2019.

ROSA, Allan da. **Pedagoginga, autonomia e mocambagem**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

5

DITADURA CIVIL-MILITAR

CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE: LUGARES DE MEMÓRIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Anita Natividade Carneiro
Historiadora, Educadora Social e Mestranda em História (UFRGS)
Endereço eletrônico: *anitanatividade@hotmail.com*

Neste breve texto, pretendo explicar de forma sintética o *Caminhos da Ditadura em Porto Alegre* no intuito de divulgá-lo. Além disso, o projeto busca servir como inspiração para educadoras/es utilizarem mapas digitais e tecnologias no ensino de história.

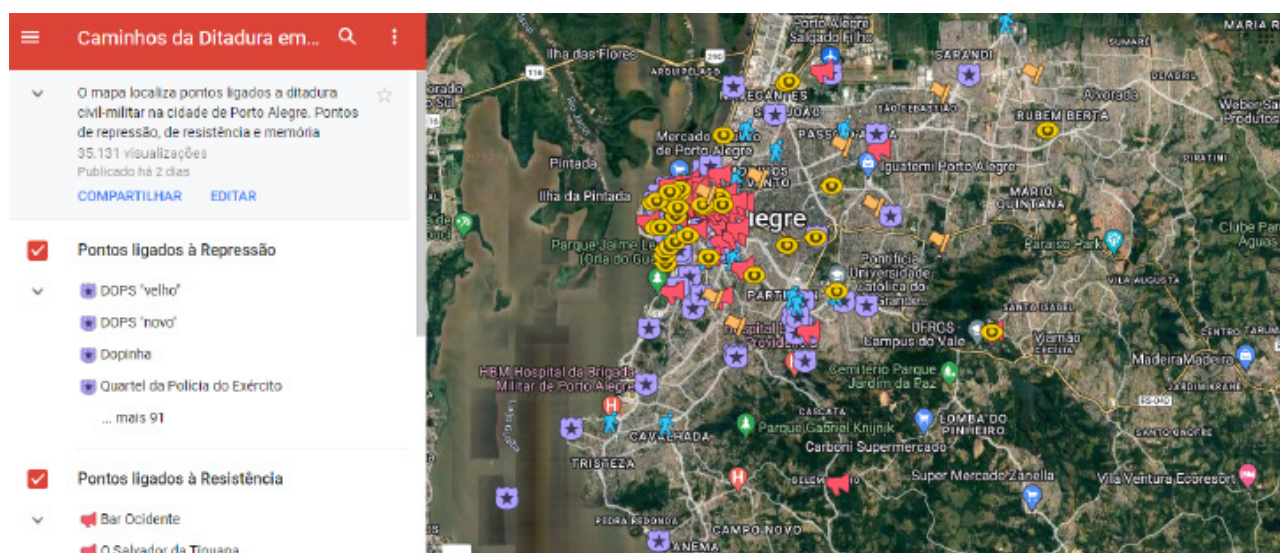
O QUE É O "CAMINHOS DA DITADURA"?

É um mapa digital[1], criado em 2016, que tem como objetivo demarcar locais de memórias, resistência e repressão do período ditatorial brasileiro possibilitando um novo olhar sobre a cartografia da cidade. Uma visão em que as diversas camadas temporais presentes na capital gaúcha se interconectem ao tempo presente. Atualmente são mais de 200 pontos mapeados. Esses pontos estão divididos em quatro categorias: 1) Resistência; 2) Repressão (sendo este dividido em pontos civis e pontos militares); 3) Memória da Resistência; e 4) Memória da Repressão. Cada um desses locais contém um texto explicativo sobre a razão dele se encontrar nesse mapa, então, qual foi o acontecimento que faz com que este lugar seja conhecido por ter uma história ou memória sobre a ditadura. Assim como, possui referência da fonte em que essa informação foi retirada e, em alguns casos, imagens, indicações de livros, músicas, reportagens e recursos audiovisuais que auxiliem em compreender aquele ponto.

COMO SURGIU?

O mapa digital foi inspirado em um mapa físico (imagem 2) que eu recebi em um evento no Salão de Atos da Universidade Federal

[1] Disponível em <*https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraemportoalegre/Acesso em 07/04/2022*>.

Imagem 1: Mapa Digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Fonte: Autora, 2022.

do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2014, a respeito dos 50 anos do golpe da ditadura no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Já o mapa digital foi criado em 2016, na disciplina de Introdução à Prática e Estágio de História do curso de História da UFRGS, ministrado pela professora Carmem Gil. A partir dele, foi desenvolvida uma sequência didática de tema livre em que o mapa surgiu como suporte para o trabalho das/os educadoras/es, pautando-se pela ideia de que o ensino-aprendizagem se realizasse de uma maneira distinta da que normalmente é apresentada na educação formal.

No segundo semestre de 2017 – com o apoio financeiro de uma Bolsa de Iniciação Científica (FAPERGS) e, mais adiante, com uma bolsa de popularização à ciência (CNPq), orientadas pela Prof.ª Dr.ª Caroline Silveira Bauer –, o mapa se aprimorou nas referências de locais e de debates teóricos, principalmente refletindo sobre a importância dos mapas digitais no ensino de História, bem como a possibilidade de explorar essa ferramenta nos campos da História Pública Digital. Devido ao significativo crescimento do mapa, foi criada uma versão que englobou a ditadura no estado do Rio Grande do Sul[2]. Por fim, a culminância desse período de pesquisa, em 2018, apresentei o trabalho de conclusão de curso em licenciatura em História intitulado: “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Ensino de História através da tecnologia digital”[3].

POR QUE SURGIU?

Em razão de duas inquietações principais: 1) Apresentar a História da Ditadura a partir de Porto Alegre, pois grande parte das vezes nas escolas esse assunto é voltado para o que aconteceu no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além de buscar romper com uma lógica de falar sobre esse período histórico a partir dos ditadores; 2) Ser um instrumento de pesquisa e uso para os educadoras e educadores, uma vez que se considera a ditadura um tema sensível,

[2] Disponibilizado no Antares - Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA/UFRGS), através do link *https://www.ufrgs.br/antares/cartografia-da-memoria-da-ditadura-no-rio-grande-do-sul/*. Acesso em 07/04/2022.

[3] Disponível para download em <*https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182395*>. Acesso em 07/04/2022.

Imagem 2: Mapa Ditadura em Porto Alegre. Fonte: GABINETE VEREADOR ALBERTO KOPITTKE.

Ditadura em Porto Alegre. 1964-2014: 50 anos do golpe. As marcas do autoritarismo e da luta pela democracia e direitos humanos. Câmara Municipal de Porto Alegre, 2014. Disponível em: <*https://bit.ly/3HmPHia*>. Acesso em 07/04/2022.

imagino que ter a ferramenta do mapa seria algo favorável para facilitar esse diálogo na sala de aula.

LUGARES DE MEMÓRIA, ENSINO DE HISTÓRIA E DITADURA

A ditadura deixou marcas de memórias na cidade de diversas formas, seja por espaços que não existem mais, caso do Quartel localizado na atual Praça Raul Pilla, seja por lugares em que ações importantes aconteceram, caso da frente da Loja Masson na Rua da Praia, atual Marisa, ponto de encontro do Grupo Palmares, coletivo negro que pautou o 20 de novembro como dia da Consciência Negra, ou, também, por monumentos, caso do Monumento à Castelo Branco no Parque Moinhos de Vento. Nesse sentido, no ano passado, iniciei o mestrado em História na UFRGS em que a pesquisa tem como foco principal desenvolver um trajeto de memória de forma coletiva. Assim, foi criado um grupo de trabalho com pessoas de diversas áreas (Direito, Teatro, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, História, Arquivologia, entre outras) para refletir sobre Direitos Humanos, patrimônio e memória na cidade e propor um trajeto de memória sobre a ditadura na capital gaúcha. Já aplicamos três vezes este trajeto, com um público aproximado de 60 pessoas no total. O trajeto percorre lugares nos bairros Bom Fim e no Centro Histórico, buscando também compor a história da ditadura com diversos agentes sociais, como, por exemplo, as mulheres, grupos LGBTQIA+ e movimento negro.

A ditadura de 1964 é um tema sensível e seu ensino traz desafios para professores e professoras, como, por exemplo, os saberes prévios trazidos pelos alunos e alunas, seja vindo da família, grande mídia ou redes sociais. Escolher ferramentas capazes de auxiliar nessa mediação entre os saberes prévios e as fontes históricas é fundamental. Acredito que o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, tanto como ferramenta digital quanto trajeto de memória, auxilia nisso.

Para concluir, ensinar história a partir dos espaços da cidade não é apenas uma forma metodológica de "passar um conteúdo", mas, sim, de mudança de paradigma sobre o modo como nos relacionamos com a cidade e de realmente enxergá-la, no tempo presente e passado. Em uma perspectiva freireana, isto é, que a transformação social da realidade só pode ser feita na medida em que conhecemos e analisamos criticamente o que existe a partir do nosso entorno, podemos dizer que para mudar nossas cidades precisamos conhecê-las. Precisamos problematizar as escolhas que se apresentam em nível público e particular sobre ela, quais memórias e histórias são favorecidas e quais são as histórias e as memórias subterrâneas, conforme conceitua o sociólogo Michael Pollak.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, ed. 62, 256p., 2016 [1968].

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

RAUL ELLWANGER E OS DESCAMINHOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Adriana Ávila Bleggi
Professora de Língua Portuguesa e Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre
Endereço eletrônico: *adribleggi@gmail.com*

> "Se o AI-5 correu um telão de silêncio sobre nossas canções, a omissão atual é como uma continuação daquela repressão, é uma mesma espada que cortou a vida musical e segue cortando a memória daquela vida musical.
> Não interessa saber-se de um grande movimento popular e cultural que houve aqui, na nossa aldeia, no botequim da esquina. A versão que fica é a dos vencedores, a versão da ditadura revigorada em 1968, a versão do silêncio. Espero ter contado aqui um pouco da milonga dos vencidos: "[...] afasta de mim este...cale-se! (Raul Ellwanger, 2009:94)

Podemos dizer que a história de Raul Ellwanger - músico, compositor, arranjador, instrumentista e, nas irônicas e próprias palavras "um diplomado em cultura inútil" - se mescla com a história recente do Brasil e da cidade de Porto Alegre. Raul é narrativa viva de uma época em que até mesmo o pensar

poderia ser porta e passaporte para já não se ver o dia seguinte. Uma época distante, mas ainda viva na memória e que permeia o presente - a Ditadura Civil-Militar.

Instaurada em abril de 1964, com a deposição de João Goulart, a Ditadura deu início a uma série de desmontes sistemáticos das garantias individuais e coletivas. Perseguições políticas, prisões ilegais, cerceamentos de liberdades, tortura, morte e desaparecimentos foram tomando espaço que até então via o crescimento da vida política no País e o fortalecimento de nossa jovem democracia.

Em Porto Alegre, sua cidade natal, Raul Ellwanger iniciou seus estudos musicais no Instituto de Belas Artes. Nessa cidade, a Ditadura impôs seu braço logo nos dias seguintes ao Golpe. O Rio Grande do Sul, visado e acompanhado de perto pela nova ordem vigente e imposta, fora palco da resistência da Campanha da Legalidade, liderada pelo governador Leonel Brizola, em 1961.

E é nessa Porto já não tão Alegre, que Raul começa sua trajetória artística e cultural, em 1966. Ingressa na Faculdade de Direito da PUC e, entre leis e "Vades Mecuns", encontra o pessoal da música, em um encontro marcado todas às sextas-feiras, nas rodas de samba da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Foi articulador da Frente Gaúcha da Música Popular, na esteira dos grandes festivais da época e fundador da Cooperativa dos Músicos de Porto Alegre.

Raul vai seguindo seu caminho. E a Ditadura, também. Em 1968, entra na militância política, ingressa na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e começa a atuar no meio estudantil e sindical. A atuação musical também segue firme - participa do II Festival Sul-Brasileiro da Canção, ficando em segundo lugar com a composição *O Gaúcho*.

Também é nesse ano que, no fatídico 13 de dezembro, é editado o Ato Institucional n°5, o mais autoritário e abjeto dos Atos Institucionais. O AI-5, como ficou conhecido, fechou o Congresso Nacional, cassou direitos políticos, cerceou ainda mais as liberdades individuais e tutela ao Estado, literalmente, o poder entre a vida e a morte. Até então, a Ditadura Militar brasileira mantinha-se na ideia, vendida e endossada pela mídia oficial, de uma suposta "legalidade" e "normalidade".

A Porto Alegre de Rauls, Antônios, Paulas, Marias e Teresas, de uma pujante classe trabalhadora, negras, negros e indígenas, a Porto Alegre do pôr do sol no Guaíba, dos jovens universitários, dos cantores da noite e dos poetas anônimos do dia, se viu cada vez mais à sombra da repressão. Repressão que começou a varrer as ruas, a bater na porta na calada da noite, na força e sem mandado; repressão que joga contra a parede, coloca no muro, que cala e silencia as vozes na política, na arte e na cultura. A mesma repressão que tomou prédios públicos e casarões da cidade para transformá-los em cenários de guerra, espalhados pelos mais variados pontos de Porto Alegre.

Com Raul não foi diferente. Em 1969, os militantes do VAR-Palmares (e de outras organizações), vão sendo presos sucessivamente. O nome de Raul é descoberto. Acossado pelo DOI-CODI[1] (braço da repressão), Raul deixa a faculdade e parte para São Paulo, clandestinamente. A repressão fecha o cerco, e Raul segue para o Chile. Lá, ingressa na faculdade de Sociologia. Porém, o abrigo dura pouco. A Ditadura Militar Brasileira - amparada pelo imperialismo norte-americano - já espalhara seus ventos para a América Latina. Do voo do Condor ao voo de Pinochet, o Chile se vê com Allende morto e uma ditadura em curso.

Lá se vai Raul. Agora, rumo à Argentina. Retoma seus estudos em Sociologia e ingressa no Conservatório Municipal de Buenos Aires. Estuda vários instrumentos, mas se especializa em violão. É na Argentina, também, que forma o Conjunto Caldo de Cana, uma parceria com outros exilados políticos. Reencontra muitos amigos e parceiros de luta e música, entre eles o poeta Ferreira Gullar, com o qual compõe quatro canções. Na Argentina, porém, Raul opta por não participar de nada politicamente. A experiência da Ditadura, tanto no Brasil quanto no Chile, o haviam calejado. Em 1976, é a vez da Argentina vivenciar a experiência da Ditadura Militar. Segundo relatos do próprio Raul, o nível de repressão aos jovens argentinos era tão grande que ele se perguntava se, por acaso, não estaria em curso uma espécie de "genocídio etário".

Raul volta ao Brasil em 1977, ainda em plena Ditadura Militar. Chegando aqui, é preso ao desembarcar no Aeroporto Salgado Filho, ficando detido por quinze dias. Solto, segue sua vida. Muda-se para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro. Novas canções e parcerias; novos rumos e planos. Na nova vida que começou, a música tomou cada vez mais espaço. Tornou-se músico profissional, gravou

[1] DOI-CODI é uma sigla utilizada para se referir aos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e aos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI), órgãos criados no contexto da ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

discos e fez parcerias com muitos intérpretes e compositores, entre eles os argentinos Léon Gieco e Mercedes Sosa, o cubano Pablo Milanés e as brasileiras Elis Regina e Beth Carvalho. Em relação à militância, clandestinidade e experiência no exílio, Raul coloca que a política o colocou frente a bonitas e novas amizades, mesclando presente e passado em histórias latino-americanas.

Sua discografia, ao longo de 55 anos de carreira, inclui mais de 15 discos, entre lançamentos solo e participações. Na Rua da Margem (2020), Cantata Sete Povos (2019), Cantares (2016); Cabeça, corpo, coração (2010); Ouro e Barro (2008); Boa maré (2004), Paralelo 30 n° II (vários artistas) (2001); Luar (1992); La cuca del hombre - Abraxas/Buenos Aires/NS Records/EUA, (1986), Portunol / Todas las Voces/Arg. (1985); Gaudério (1984); Teimoso e vivo (1979,1981); Paralelo 30 - vários artistas, (1978).

Em 1979, é aprovada a Lei da Anistia. A Ditadura, desgastada, começa a dar sinais de esgotamento. Em 1984, as Diretas Já tomam as ruas e as mídias. A Ditadura Militar vai começando a sair de cena, institucionalmente, deixando um saldo de 434 mortos e mais de 200 desaparecidos, conforme dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de 2014.

Raul se constituiu como uma referência na luta pela afirmação dos Direitos Humanos junto a Comissão da Verdade e na Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça, que investiga os crimes da ditadura militar no Brasil (ELLWANGER, 2009, 2011,2013; RODEGHERO, 2011).

Festival Sulbrasileiro, 1968. Fonte: *raulellwanger.com.br/biografia.* Acesso em: 1°/05/2022.

Retomando o termo do início do artigo, Raul Ellwanger é narrativa viva. Sua obra e sua jornada exilada e cultural pela Pátria Grande (América Latina) é parte da História indispensável para compreendermos a Porto Alegre ancestral, em um espectro temporal e espacial muito mais largo e importante do que querem fazer crer.

REFERÊNCIAS

ELLWANGER, Raul. A milonga dos vencidos. *In*: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence, (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória. v.2 Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: Corag, 2009. pp.81-94.

_________. Memórias da Resistência no Rio Grande do Sul - Apresentação Musical de Raul Ellwanger. *In*: PADRÓS, Enrique Serra; NUNES, Cármen Lúcia da Silveira; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **Memória, verdade e justiça**: as marcas das ditaduras do Cone Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011. pp.105-115.

_________. **Nas velas do violão**: crônicas, letras e partituras. Porto Alegre, Ed. do Autor, 2016.

ELLWANGER, Raul. **Dados artísticos e Discografia**. *http://dicionariompb.com.br/raul-ellwanger/dados-artisticos Acesso em 30 de abril de 2022.*

MACHADO, André; MELLO, Marco; KERN, Jaciara; VIERO, Rita. O som é massa! Projeto Adote um compositor na EJA acolhe Raul Ellwanger. **Anais do XX Fórum de Estudos**: Leituras de Paulo Freire. Legado e presença de Freire no Rio Grande do Sul. Org. Fernanda dos Santos Paulo. São Leopoldo-RS, Casa Leiria, 2018. Pg. 2223-2239.

RODEGHERO, Carla Simone Um pouco além do concebível: o Chile e a Argentina na memória de um exilado brasileiro. **História UNISINOS**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS. Vol. 16, n. 1 (jan. /abr. 2012), f. 93-105.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante; DIENSTMANN, Gabriel. **Não calo, grito**: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

ANTES DA PORTO ALEGRE DOS AÇORIANOS, EXISTE A PORTO ALEGRE DOS MARACÁS:

A CIDADE E OS POVOS INDÍGENAS DURANTE A DITADURA MILITAR

Amanda Gabriela Rocha Oliveira

Licenciada e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; não indígena nascida na capital gaúcha, dedicou-se à pesquisa sobre a atuação das Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul com os povos indígenas e é autora do livro *Povos Indígenas e Ditadura: a luta dos Kaingang no RS* (2021)

Endereço eletrônico: *amandag.rocha@hotmail.com*

Antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar. Essa frase é da ativista, educadora e indígena Célia Xakriabá e evidencia, de forma certeira, que tudo que existe no território do que veio a ser esse país chamado Brasil está sobre terra indígena. O título deste texto é uma alusão a ela e uma lembrança de que a cidade de Porto Alegre e tudo que nela existe também está em terras indígenas. Muito antes do desembarque dos casais açorianos, cotidianamente desembarcavam, caminhavam e viviam por essa terra anciões, adultos, jovens e crianças de diferentes povos indígenas. Este texto procura ser um convite para pensarmos a relação dos povos indígenas com a cidade de Porto Alegre durante a ditadura e os impactos que esse período deixou na relação que estabelecem com a cidade hoje, e vice-versa.

Para chegarmos lá, precisamos voltar um pouco no tempo, da metade final do século XIX ao início do XX. Nesse período, diversos grupos indígenas foram convencidos ou obrigados a se assentaram em porções de terras delimitadas e geridas ou pelo governo estadual, através da Secretaria da Agricultura, ou pelo Governo Federal, através do primeiro órgão responsável pelas políticas indigenistas do país, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI)[1]. Desse modo, os povos indígenas do Rio Grande do Sul (RS) foram concentrados em certas regiões e proibidos de se deslocarem e ocuparem livremente o vasto território que seus antepassados tradicionalmente habitavam. Essa proibição e esse controle só era possível devido ao chamado "regime de tutela"[2] que vigorava em relação aos sujeitos indígenas. A tutela partia do pressuposto de que os povos indígenas eram sociedades inferiores, menos desenvolvidas que a sociedade não indígena, sendo capazes de ter apenas uma responsabilidade relativa sobre seus atos e, por isso, o Estado tinha o dever de se responsabilizar por eles, como um pai que se responsabiliza por seus filhos menores de idade. Mesmo que você fosse um ancião ou uma anciã, extremamente respeitados e que detinham a confiança plena dos demais membros de seu povo, perante a lei e o Estado brasileiro você era considerado um "menor". Essa foi uma das estratégias empregadas pelos Governos Federal e Estadual para invisibilizarem a população indígena no RS e em Porto Alegre, e abrir suas terras para a colonização e exploração econômica por parte de não indígenas (fossem eles imigrantes ou nacionais).

Esse processo de assentamento e sedentarização forçados não foi nada pacífico. Houve muita resistência por parte dos indígenas à violência que ele acarretava: fugas, tentativas de retorno às terras antes ocupadas, mudança para outras regiões do estado, do país e até para outros países que faziam parte do território ancestral de seus povos. Tampouco a vida dentro dos, então chamados, Postos (de administração federal) ou Toldos (de administração estadual) Indígenas era fácil. Graves violações de direitos humanos dos povos indígenas aconteceram ao longo desse período e foi justamente durante a ditadura que elas ganharam a atenção da opinião pública, nacional e internacional, pela primeira vez, devido a uma investigação interna que gerou o agora conhecido Relatório Figueiredo[3], em

[1] Primeiramente denominado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), fundado em 1910, pelo Marechal Cândido Mariano Rondon, e inspirado profundamente em teorias positivistas, tinha como missão localizar, assentar e assistir na "evolução" dos povos indígenas do Brasil (percebidos neste contexto como povos "primitivos" e atrasados em comparação à "civilização") com o último objetivo de fornecer mão de obra para o desenvolvimento econômico do país.

[2] Para saber mais sobre a tutela, ver SOUZA LIMA (1995).

[3] O Relatório Figueiredo consiste em um conjunto documental de mais ou menos 7 mil páginas produzidas a partir das investigações de uma Comissão de Inquérito Administrativo realizada pelo Ministério do Interior dentro do SPI e presidida por Jáder de Figueiredo Correia, na época, exercendo cargo de procurador da República ligado ao Departamento de Obras Contra a Seca. Para saber mais, ver: OLIVEIRA (2017); EVANGELISTA (2017) e RODRIGUES (2019).

1967. Outro conjunto de documentos bastante importante, e que alimentou as investigações do Relatório, foi produzido por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, no mesmo ano. Ademais, talvez o mais impressionante seja o documentário *Índios, memórias de uma CPI* (1968/1998), produzido e dirigido por Hermano Penna, no qual é possível ver as condições de vida nos Postos Indígenas do RS e ouvir depoimentos dos próprios indígenas sobre as violências enfrentadas por eles ao longo desse processo. Penna acompanhou a visita dos parlamentares de uma outra CPI, essa de âmbito federal, conhecida como "CPI do Índio", aos Postos Indígenas. Essa segunda CPI surgiu a partir dos resultados e da repercussão do Relatório Figueiredo, e acabou por ser a principal responsável pelo fim do SPI e pela criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1968.

Sendo assim, ao longo da ditadura, já distantes de Porto Alegre, devido ao processo anteriormente citado e diante do regime de tutela, deslocar-se até a capital do estado significava uma tentativa de sobrevivência e, ao mesmo tempo, um grande perigo para os indígenas. Para sair do Posto era necessário ter uma autorização em papel feita pelo chefe (em geral, um funcionário do SPI). Essa autorização determinava, também, o tempo que o/a indígena poderia permanecer fora da área em que habitava e o propósito de estar fora do Posto. Considerando esses critérios, não é difícil imaginar que, muitas vezes, os indígenas não conseguiam obter a autorização para sair, principalmente, se sua motivação fosse denunciar alguma violência ou injustiça que estavam vivenciando. Ao ser identificado que o/a indígena estava fora do Posto Indígena sem autorização, essa pessoa era presa (sem qualquer registro oficial) e, por vezes, até mesmo torturada dentro da cadeia do Posto, podendo passar dias ou semanas em condições insalubres, degradantes e violentas[4]. Por conseguinte, tentou-se de todas as formas, inclusive das mais brutais possíveis, silenciar e invisibilizar as pessoas e povos indígenas e suas demandas e denúncias a todo o custo. Fazendo assim, o vir à Porto Alegre uma extrema coragem e que, conseguir uma reunião com alguma autoridade, ser ouvido, representasse uma grande vitória aos indígenas durante aquele período.

Para além, como disse no início, houve muita resistência por parte dos indígenas. Diversas foram as estratégias empregadas por eles, incluindo a construção coletiva de um movimento indígena de caráter nacional e as retomadas de terras. As retomadas se caracterizam pela ocupação física, com seus próprios corpos, de um território (não demarcado) por pessoas indígenas com a reivindicação de que aconteça a demarcação oficial do mesmo como Terra Indígena, pelo fato de ser por eles reconhecido como uma terra ancestral, de ocupação tradicional e/ou de importância política, cultural e espiritual, e com a qual têm profunda conexão. É em 1978, em Nonoai (RS), que acontece uma das primeiras retomadas, feita pelo povo Kaingang, e documentada no filme *Terra dos Índios* (1978), de Zelito Vianna.

Ao final da ditadura, por força do movimento indígena, a Constituição de 1988 reconheceu a cidadania dos povos indígenas, seu direito a usufruir dos mesmos direitos que qualquer outro cidadão brasileiro, e dois artigos sobre seus direitos específicos, relacionados principalmente aos seus direitos à terra e à cultura. A Constituição também colocava um prazo de cinco anos para que a Funai demarcasse todas as terras indígenas do país, o que não se concretizou, fazendo com que muitos territórios estejam em processo de demarcação há décadas. Sendo assim, depois de Nonoai, muitas outras retomadas foram sendo feitas, inclusive, muitas ainda estão sendo realizadas nesse exato momento, diante da morosidade dos processos de demarcação e das necessidades dos modos de vida dos povos indígenas.

Ao final da ditadura também, apesar de terem seus direitos reconhecidos, surgiram formas de perpetuar a exclusão e a proibição do acesso e da ocupação por indígenas de suas antigas terras. Uma dessas formas foi a criação de Reservas Ambientais estaduais e federais, como a do Lami e a do Morro Santana, em Porto Alegre, que não permitiam a livre circulação e ocupação delas pelos indígenas. Nesse período, o poder público adotou uma visão de conservação ambiental colonialista e pautada na ideia de que qualquer intervenção humana na natureza é destruidora, ignorando os milhares de anos e os conhecimentos dos povos indígenas sobre como viver em equilíbrio com o ambiente no qual se vive. Por questões como essa que constantemente os povos indígenas têm lutado pelo reconhecimento desses espaços como parte de suas terras, com o intuito de poderem viver seus modos de vida, acessarem os recursos dos quais precisam, mas justamente por depender deles, garantir sua preservação para as futuras

[4] Para saber mais, ver OLIVEIRA (2021).

gerações. Afinal, os povos indígenas são os maiores guardiões da natureza e estudos comprovam que apesar de representarem mais ou menos 5% da população mundial, 80% da biodiversidade que ainda existe no planeta está localizada dentro de terras indígenas ao redor do mundo.

Sendo os povos indígenas tão vitais para o mundo e para a humanidade, as constantes tentativas de silenciamento, invisibilização e extermínio realizados pela sociedade não indígena contra eles até hoje se tornam ainda mais vergonhosas. Por isso, precisamos urgentemente reconhecer a importância passada, presente e futura dos povos indígenas para o mundo, mas talvez possamos começar com a cidade de Porto Alegre. Precisamos ouvir suas ideias, conhecimentos, soluções, proposições e demandas de forma atenta, profunda e constante; precisamos respeitar e valorizar genuinamente sua diversidade de saberes, culturas e modos de vida. Precisamos, mais do que nunca, promover ações reais de reparação histórica aos povos indígenas, proporcionando que estejam ocupando e participando dos espaços em que se tomam decisões sobre suas vidas. Precisamos admitir que um futuro possível para todos na Terra, humanos e não humanos, só é possível junto dos povos indígenas. Se queremos uma cidade melhor para todos – um mundo melhor para todos -, talvez devêssemos começar tornando-a uma cidade melhor para os povos indígenas e de acordo com as visões que eles têm para a cidade.

Iniciei esse texto parafraseando Célia Xakriabá e o encerro reforçando uma outra citação sua que me toca profundamente e que talvez possa nos guiar nessa jornada de mudanças: *O futuro é ancestral*.

RECOMENDAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. **Resistir nos subterrâneos**: o Relatório Figueiredo e a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1968). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Programa de Graduação em História. UFF: Niterói, 2017.

FLORES, Andressa Rodrigues. **A atuação do Serviço de Proteção aos Índios no Rio Grande do Sul**: uma análise a partir do Relatório Figueiredo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS: São Leopoldo, 2019.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha. **Povos Indígenas e Ditadura**: a luta dos Kaingang no RS. Editora Appris: Curitiba, 2021.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha. **O Relatório Figueiredo e suas contradições**: a questão indígena em tempos de ditadura. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, 2017

SOUZA LIMA, Antonio C. de. **Um grande cerco da Paz**: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

FONTES RECOMENDADAS

ASSEMBLÉIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação em que se encontram os índios do Toldo de Nonoai e os chamados "Agricultores Sem Terra" (Processo nº1709)**. Porto Alegre, RS: 1967.

CORREIA, Jáder de Figueiredo. **Processo nº 4.483** (Relatório Figueiredo). Brasília, DF: 1968.

VÍDEOS RECOMENDADOS

PENNA, Hermano. **Índios, memórias de uma CPI**. (1968/1998) Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=qIayUPFEIBI&t=4s>. Acesso em: 23 de fev. de 2019.

VIANA, Zelito. **Terra dos Índios**. (1979) Disponível em: <*https://www.youtube.com/watch?v=zeeTx6kQl9s*> Acesso em: 28 de jul. de 2020.

Contribuições sobre resistências e apagamentos da população negra na ditadura-civil militar brasileira (1964-1985)

Gabriel Ribeiro da Silva
Doutorando em História UFRGS
Endereço eletrônico: *ribeirismo@gmail.com*

Greice Adriana Neves Macedo
Doutorando em História UFRGS
Endereço eletrônico: *ganmacedo@gmail.com*

Tairane Ribeiro da Silva
Doutorando em História UFRGS
Endereço eletrônico: *tairsilva91@gmail.com*

O debate sobre o conceito de *raça* no Brasil passa por diversos momentos históricos que influenciam as formas de viver das populações racializadas, como é possível perceber nos trabalhos sobre o período da escravidão e do pós-abolição, momento que a população até então escravizada começa a lutar por cidadania e potencializa suas organizações. Os conceitos de *raça, racialização e racismo* são tratados de forma importante nesses estudos, chegando a contribuir para uma maior compreensão de experiências negras durante o Brasil Colônia e Império. No que se refere ao Brasil Republicano, especialmente a partir dos anos 1945 e de forma explícita a partir de 1964, na ditadura civil-militar, as investigações sobre o assunto são praticamente inexistentes (SILVA, 2020). O texto a seguir visa contribuir com algumas informações breves sobre os resquícios que a ditadura civil-militar deixou no que se refere à população negra, e como essa ditadura contribuiu para a população branca, rica e de classe média enriquecer e acessar lugares de privilégio no período dos anos 1960, 1970 e 1980.

GRUPO PALMARES, TERRITÓRIOS NEGROS E A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Em meados de julho de 1971, a juventude negra de Porto Alegre uniu-se com a intenção de propor uma data para celebrar a resistência negra brasileira, naquele momento, o 13 de maio não cabia, pois havia sido capturado pelo Estado brasileiro que celebrava a Lei Áurea como um ato de benevolência e compaixão da Princesa Isabel. Ovacionada pelo governo brasileiro e sem nenhuma representatividade para a população negra, o 13 de maio e a princesa branca não foram capazes de dar significado à luta negra pela emancipação, liberdade e resistência. Surgiu então o Grupo Palmares que teve como símbolo maior o Quilombo dos Palmares e seu líder Zumbi.

Os quatro primeiros jovens que fundaram o Grupo Palmares logo contaram com a presença de mulheres negras, também jovens, muito atuantes e demais militantes. O grupo em poucos anos de existência atingiu seu objetivo inicial: propor o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra e impulsionar essa data nacionalmente. Mas essa história não se inicia com a fundação do Grupo Palmares e não acaba com ela. Afirmamos isso, pois, passados 50 anos de sua fundação, o grupo ainda é lembrado e o 20 de novembro é reconhecido internacionalmente.

O Grupo Palmares e sua militância tiveram uma importância significativa na cidade de Porto Alegre e sua atuação não passou despercebida dos órgãos de censura e monitoramento. A escolha da militância do Grupo Palmares por trabalhar com datas significativas para a população negra, ou seja, havia uma preocupação "com heróis negros" como nos diz Cortês, um dos fundadores do Grupo. Essa motivação estava em mostrar que a luta negra tinha começado há muito tempo e era possível se orgulhar de ser negro. Existia também uma relação íntima com o território, ou seja, todas as ações político-culturais eram providas em espaços negros, tais como clubes sociais negros, escolas de samba e o centro da cidade de Porto Alegre. Essas ações garantiram o monitoramento por parte do Regime Militar das lideranças do Grupo Palmares e dos clubes negros e escolas de samba.

As formas de resistência e luta da população nesse período podem fazer parte do currículo escolar. Levar para sala de aula a história do Movimento Negro através do Grupo Palmares possibilita evidenciar as nuances da resistência negra ao longo da história

contemporânea do Brasil, ademais, para a historiografia da ditadura é urgente pensar a população negra e não a apagar da história.

ALGUNS DOS PRIVILÉGIOS ALCANÇADOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR: O CASO DA LEI DO BOI

A desigualdade social e racial sempre foi um problema do nosso país. Se analisarmos a História do Brasil, as pessoas brancas sempre foram as pessoas que comandaram. Sempre foram os políticos, os empresários, os fazendeiros, a classe média e, em sua maioria, professores e professoras. A ditadura, além da repressão, também agiu na manutenção de alguns privilégios da sociedade brasileira. Ajudou a manter essas pessoas nesses lugares de destaque, impossibilitando a ascensão de uma outra camada da sociedade: a população negra.

A ditadura civil-militar governou o país por 21 anos, portanto, trabalhou na formulação de leis e políticas públicas no Brasil. Na educação, fizeram também ações para favorecer a camada social já desenvolvida, que em sua maioria eram pessoas brancas. No ano de 1968, entrou em vigor uma lei sancionada pelo Governo Federal, que tinha o objetivo de “melhorar” o acesso ao Ensino Superior do país. Essa lei foi chamada de “Lei do Boi” (Lei 5.465/68), apelido dado para a normativa que obrigava as universidades e colégios agrícolas da esfera federal reservarem entre 30% e 50% de suas vagas para agricultores e seus filhos. A prerrogativa era novamente garantir a entrada de fazendeiros e seus filhos em cursos relacionados à manutenção de exploração da terra, como as graduações em Agricultura, Medicina Veterinária e Agronomia (MAGALHÃES, 2015).

Esse episódio da Lei do Boi corrobora a afirmativa de que as políticas da ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1985, foram além do extermínio de inimigos e perseguição política. A Lei confirma que os ditadores e políticos envolvidos naquele momento de exceção tinham o objetivo de manter linear a desigualdade social e racial no Brasil, fazendo com que pessoas brancas, ricas ou de classe média, continuassem sendo as únicas a acessarem locais de ascensão social, como as universidades e o direito de adquirir um diploma de ensino superior.

SILENCIAMENTO DE TRAJETÓRIAS NEGRAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Tem se mostrado fundamental a abordagem da questão racial nos estudos sobre o período da ditadura civil-militar brasileira de 1964, levando em conta que no país a questão do racismo institucional é de fato um elemento estruturante na sociedade brasileira, que opera das mais variadas formas e atinge a população negra. Com o avanço nas pesquisas no campo das ciências humanas, principalmente da área de história, podemos observar que as dinâmicas do racismo institucional também estiveram presentes nas práticas operadas pela ditadura brasileira e seus diversos agentes responsáveis.

Para pensarmos brevemente sobre o assunto em questão, é fundamental falar dos estudos da pesquisadora e intelectual negra Lélia Gonzalez, por ser uma das primeiras pensadoras brasileiras preocupada em trazer a abordagem da população negra na ditadura. Lélia reflete como a repressão do período atingia de forma particular pessoas negras justamente pela questão do racismo. Sua produção revela que as repressões se davam das mais diversas formas, não apenas na violência física, mas também na questão social e econômica destas pessoas e consequentemente, este conjunto de fatores contribuem ao apagamento de trajetória da população negra na história da ditadura civil-militar brasileira.

As ausências sobre a população negra e a trajetória de militantes políticos negros que resistiram à ditadura brasileira podem ser observados em documentos oficiais, nas produções acadêmicas, causando danos irreparáveis para a história do país. Como exemplo, cito a Comissão Nacional da Verdade de 2014, onde na sua estruturação apresenta um tomo intitulado “casos emblemáticos”, onde a população negra foi abordada de forma secundária em um eixo temático sobre homossexualidade e ditadura, como mostra o trecho a seguir:

> Usar conceitos como “minorias” para caracterizar genericamente grupos vulneráveis que foram alvos de repressão e de opressão, tais como as mulheres, os negros e os homossexuais, atribuindo-lhes papéis marginais na conquista da democracia, é reproduzir uma leitura da época da ditadura. Pelos critérios mais aceitos, neste país, as mulheres são uma maioria e os negros também (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p.301).

Portanto, é fundamental levar para a sala de aula novas narrativas ao que se refere a história da ditadura civil-militar brasileira, apresentar trajetórias de militantes negros e negras que contribuíram e contribuem até hoje

com a construção do país no âmbito da política, da arte, cultura e abordar sua importância histórica.

LINKS SUGERIDOS PARA CONSULTA

Google Arts & Culture: *https://artsandculture.google.com/story/BgXRJakjmcizKA?hl=pt-BR*
Memórias da ditadura "CNV e negros": *https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-negros/*

Comissão Nacional da Verdade: *http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/*

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

MACEDO, Greice Adriana Neves. **Estratégias de Enfrentamento ao Racismo da Ditadura de Segurança Nacional Brasileira**: O Grupo Palmares (1971-1978). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. **A "Lei do boi" como estratégia da burguesia rural**: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2015.

SILVA, Gabriel Ribeiro. **O poder epistêmico**: sobre a ditadura civil-militar, os conflitos ou tensões raciais e o fazer a história. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

SILVA, Tairane Ribeiro. Apontamentos sobre o apagamento da população negra no relatório da Comissão Nacional da Verdade – 2014. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 36, 2020.

6 TERRA LIVRE

TERRA LIVRE E POANCESTRAL

A demarcação de Terras Indígenas é uma luta pela terra, pela vida, pelos nossos bens naturais e pela soberania do povo brasileiro!

Jacimara Machado Heckler
Coord. Pedag. EEIEM Anhetengua, Profa. CMET
Centro Municipal de Educação para Trabalhadores Paulo Freire

José Cirilo Pires Morinico
Cacique Tekoa Anhetengua (Porto Alegre), Liderança Guarani Mbya

Camila Silva
Professora Substituta de História (IFRS), Pós-doutoranda (PPGH/UNISINOS)

Artigo publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 04 de abril de 2022

Na Porto Alegre ancestral e originária, intencionalmente ignorada e apagada pelo poder público nas celebrações dos 250 anos de fundação oficial da cidade, o Guaíba não é apenas imagem de cartão postal ou cenário de trechos de uma orla embelezada, voltada, fundamentalmente, à especulação imobiliária.

A Região Hidrográfica do Guaíba ocupa a porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul e é formada pelas bacias que drenam direta ou indiretamente para o Delta do Jacuí, formando o Lago Guaíba (do guarani "lugar onde a água se alarga"). Desde o Delta do Jacuí até a desembocadura na Laguna dos Patos são encontrados sítios arqueológicos da tradição Guarani. As aldeias antigas ocupavam os pontais, as ilhas e as baías, buscando locais com grande diversidade ambiental e abrigados da incidência do vento sul, privilegiando também a proximidade das margens do Guaíba.

As pesquisas arqueológicas realizadas entre 1970 e 2010 na região do Lago Guaíba atestam a presença de uma ocupação pré-colonial intensa, associada a 37 sítios arqueológicos da Tradição Guarani, dentre os quais dois apresentam datações entre 610 e 440 anos AP. Por sua vez, nas três áreas de interesse dos Mbyá foram identificados 18 sítios arqueológicos da Tradição Guarani **** .

Foto: Alass Derivas | @derivajornalismo

Entre 2008 e 2010, foram realizados estudos com o objetivo de produzir relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas guarani na região metropolitana de Porto Alegre, conjugando dados etnográficos, históricos, arqueológicos e ambientais. As pesquisas arqueológicas foram integradas às atividades destes relatórios de demarcação a partir de uma demanda das lideranças indígenas, pois os sítios arqueológicos da Tradição Guarani são entendidos pelos Mbyá como as "marcas do caminhar dos avós" que

demonstram uma relação de ancestralidade e imemorialidade com o território reivindicado (Baptista da Silva et al., 2010).

Em Porto Alegre, foi encontrado um sítio arqueológico Guarani com datação comprovada de 1436, na região do antigo Estaleiro Só, onde atualmente encontra-se um imponente prédio. A coleção atingiu o total de 12.430 fragmentos. As peças estavam abaixo do aterro entre 1,20 metro a 2,30 metros, em alguns pontos mais próximos do Guaíba. Havia cerâmica indígena, como panelas, tigelas para água e outras para comer; pedras lascadas e polidas, além de instrumentos como machados, polidores e raspadores. A coordenação da escavação foi da Arqueóloga Kelli Bisonhim e todas as peças foram encaminhadas ao Museu da PUCRS. Entre os alimentos haviam vestígios de milho, mandioca, abóbora e ariá, uma batata nativa, fonte de aminoácidos essenciais, consumida atualmente nas comunidades ribeirinhas da Amazônia.

A distribuição destes sítios revela uma rica rede de assentamentos que interligava o Delta do Jacuí com os pontais e ilhas, estendendo-se até a desembocadura do Lago Guaíba com a Laguna dos Patos. Na área do Parque Estadual de Itapuã foram registrados 11 sítios arqueológicos da Tradição Guarani, com pesquisas desde 1970. Os sítios arqueológicos do Parque de Itapuã distribuem-se em quatro ambientes: nas praias do Lago Guaíba, nas ilhas, nos morros graníticos (Itapuã, em guarani, significa topo [de morro] de pedra) e nas margens da Lagoa Negra. Nas praias do Lago Guaíba, as pesquisas anteriores tinham identificado seis sítios arqueológicos, dos quais dois foram destruídos pela construção das benfeitorias do Parque. As investigações na Ponta da Formiga também indicam a presença de cinco sítios da Tradição Guarani.

Assim como se configuram no presente os assentamentos Mbyá, podemos pensar as ocupações pré-coloniais do Guaíba enquanto "ilhas" articuladas por um complexo sistema sócio-cosmológico, compartilhando os recursos do território e conectando-se entre si. Essa pesquisa nos possibilita pensar que a área de captação de um tekoa Guarani pré-colonial poderia incorporar ambas as margens do Lago Guaíba, estendendo-se do Delta do Jacuí ao Pontal de Itapuã.

Entre os sítios Arqueológicos da Tradição Guarani na porção norte do Lago Guaíba localizados entre 1970-2010 destacamos: Ilha Chico Manuel, Lomba do Pinheiro, Lami, Ponta do Arado, Praça da Alfândega, Estaleiro Só, Morro do Coco, Cantagalo, Itapuã.

Observa-se, portanto, que as ocupações guarani pré-coloniais formam um horizonte sócio-cultural e ambiental que é também manifestado atualmente pelos Mbyá-guarani através da presença de aldeias e acampamentos nesta região, como é o caso das Aldeias de Itapuã (Tekoá Pindó Mirim), do Cantagalo (Tekoá Jataity) e de Coxilha Grande (Tekoá Porã) e dos Acampamentos do Lami (Tekoá Pindó Poty), do Petim, de Passo Grande e da Flor do Campo (Baptista da Silva et al., 2008).

MBYÁ-GUARANI

Atualmente, vivem no Rio Grande do Sul em torno de 2.600 Mbyá-guarani. Este coletivo indígena ocupa de forma precária aproximadamente 83 áreas, das quais apenas uma pequena parte possui algum procedimento jurídico de reconhecimento fundiário. Trata-se de uma territorialidade espelhada em experiências de ocupações do passado, atualizadas pela memória, sonhos e indicações xamânicas, privilegiando a escolha por lugares contempladores de um ambiente propício para se viver, onde se façam presentes a mata (Ka'aguy porã) e determinados animais, constituindo um horizonte ecológico-cultural de terras.

A mobilidade contemporânea configura-se a partir de uma conjunção de fatores que a impulsiona e justifica, destacando-se a busca de espaços que ofereçam condições mínimas para que a existência ocorra de acordo com o ideal de vida projetado culturalmente, permitindo "manter-se Mbyá através do caminhar. Portanto, mesmo não havendo mais espaços ideais que permitam uma existência plena e perfeita, através da circularidade é possível maximizar o potencial existente sobre o território e viver de acordo com o modo de ser tradicional (...) caracterizado por uma dinamicidade que recicla e recria o novo a partir da lógica tradicional" (Garlet, 1997: 187 *in:* Dias e Baptista da Silva, 2013).

SEM TEKOA (TERRA) NÃO HÁ TEKO (MODO DE SER, CULTURA)

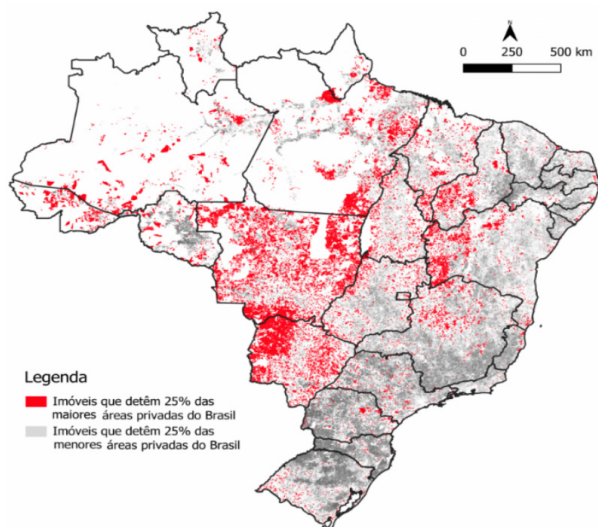
Relatos das lideranças das comunidades indígenas de Porto Alegre apontam para questões urgentes a serem resolvidas, aguardando encaminhamentos por parte do poder público. O acampamento indígena Mbya Guarani Pindo Poty, segundo relato do Cacique Roberto Ramires, é uma área ocupada pelos guarani há mais de 70 anos e especificamente por esse grupo há mais de 16 anos, sendo que nem o GT de demarcação da terra pela Funai foi

concluído. Relembra que no ano passado a área foi invadida e que foram necessárias a presença de muitos indígenas parentes de outras áreas para garantir a ação do Ministério Público de garantia da pequena área de acampamento. A comunidade aguarda a demarcação dessa área como forma de garantir a continuidade de sua cultura na antiga terra, comprovada por estudos antropológicos e arqueológicos.

A área da Ponta do Arado também resiste e busca a demarcação de um sítio arqueológico antigo e atual retomada Guarani, área muito importante e local onde a cultura guarani pode sustentar seu modo de ser e bem viver. Terras Indígenas demarcadas são garantias de preservação ambiental e cultural sem exclusão de povos e suas culturas.

Como sempre dizem os guarani: *Sem tekoa (terra) não há teko (modo de ser, cultura)*. Atualmente, é urgente a demarcação da Terra Indígena da Ponta do Arado, da Tekoa Pindo Poty no Lami. Essa é a verdadeira forma de celebrar e reparar que demanda o Abril Indígena.

RETOMAR O BRASIL: DEMARCAR TERRITÓRIOS E ALDEAR A POLÍTICA

A formação social brasileira é marcada pela concentração de terras privadas, desde a colonização, com escravização, expropriação de riquezas, genocídios, violências de toda ordem e exclusão social. O país que tem a maior concentração fundiária do mundo, com imensos latifúndios improdutivos ou sobre o império da monocultura de exportação e do uso de agrotóxicos, sob a condução do agronegócio, é o mesmo que nega direitos de existência das populações indígenas no Brasil profundo.

Distribuição geográfica dos maiores e menores imóveis que ocupam 25% da área dos imóveis do Brasil.
Fonte: IMAFLORA, 2020.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), entidade que organiza as jornadas de lutas em escala nacional, realiza a partir de hoje, 4 de abril, a 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, com a insígnia 'Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política', depois de dois anos de atividades online devido a pandemia da Covid-19.

A jornada acontece como uma retomada do ciclo de mobilizações, justamente no mesmo período em que o Congresso Nacional e o Governo Federal pautam a votação de projetos que violam os direitos dos povos indígenas como o Projeto de Lei 191/2020, que abre as terras indígenas para exploração em grande escala, como mineração, hidrelétricas e outros planos de infraestrutura.

O ano eleitoral, segundo a organização, aponta para "o último ano do governo Genocida" e o Acampamento será marcado por ações simbólicas para evidenciar a capacidade na luta pela demarcação e aldeamento da política brasileira. Na Programação, além do enfrentamento da agenda anti-indígena, a saúde e educação indígena e o protagonismo da juventude são alguns dos temas que farão parte dos debates no ATL.

TERRA LIVRE: O QUE HÁ A APRENDER COM OS POVOS INDÍGENAS, HOJE

As pesquisas arqueológicas na região da grande Porto Alegre, aqui apresentadas são oriundas dos trabalhos dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Prof Dr Sérgio Baptista da Silva, Profa Dra Adriana Schmidt, Prof Dr José Otávio Catafesto, Carmem Guardiola, Rafael Frizzo e dos relatos das lideranças Guarani Cacique Roberto Ramires (Tekoa Pindo Poty - Lami - Porto Alegre - RS), Cacique José Cirilo Pires

Morinico (Tekoa Anhetengua - Lomba do Pinheiro - Porto Alegre - RS), Cacique Maurício Messa (Tekoa Ka´aguy Miri - Cantagalo - Porto Alegre - RS), Cacique Timóteo (Tekoa Yjerê - Ponta do Arado - Porto Alegre - RS). Suas pesquisas e lutas, vida e cultura apontam para uma Porto Alegre Ancestral e atual com uma dívida ainda não paga com relação aos povos originários que hoje seguem como importantes aliados de uma Porto Alegre diversa social e ambientalmente

Como uma atividade que intencionalmente articula esses trabalhos de pesquisadoras, educadores e comunidades indígenas, da escala local para a realidade do país, deixamos aqui nosso convite a mais um encontro que se realiza hoje, 4 de abril, as 19h, do Projeto *PoAncestral*, iniciativa em co-promoção da ATEMPA (Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre) e CPHIS (Coletivo de Professoras e Professores de História da RME PoA) em parceria com o Canal LUDE Comunicação no Youtube (Programa Professores Diários), e que tematiza justamente a problemática apontada. Trata-se de mais uma *live*, em caráter formativo, como atividade de um calendário alternativo aos 250 anos da cidade de Porto Alegre.

Estamos todas/todos em comunhão nessa jornada, com a alegria de podermos participar, seja nos debates públicos, seja nas salas de aulas, seja nas muitas lutas por direitos e justiça. Nessa oportunidade, além da presença de algumas de nós, também teremos o privilégio de ter conosco Küna Yporã Tremembé (Raquel Tremembé), pedagoga, da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), Secretaria Executiva Nacional CSP-Conlutas, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), de João Maurício Farias (Professor de filosofia e sociologia na Escola Indígena Anhetengua, Indigenista, Mestre e Doutorando em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), produtor e documentarista, co-roteirista e diretor do filme Guatá) e Cláudia Aristimunha (Historiadora e Coord. Projetos Educacionais/Museu da UFRGS e da Coordenação do PoAncestral), com a condução de André Pares (Prof. Filosofia Munic. POA/Jornalista).

Live: **Terra Livre: O que há a aprender com os Povos Indígenas, hoje**
Hoje, 04 de abril, segunda-feira, 19h
www.youtube.com/c/LudeComunicacao

Participe! Venha com a gente! Nos siga nas redes sociais
PoAncestral - muito além de 250
https://www.facebook.com/PoAancestral
https://instagram.com/poaancestral

**** Baptista da Silva, 1992; Carle & Santos, 2000; Gazeano, 1990; Gaulier, 2001-2002; Noelli, 1993; Noelli et al., 1997; Pouget & Thiessen, 2002; Zortea, 1995. Para maiores detalhes sobre estas pesquisas ver Dias & Baptista da Silva, prelo.

REFERÊNCIAS

Após 3 anos, retomada Mbyá Guarani de Porto Alegre tem acesso à água potável. Brasil de Fato. Rio Grande do Sul. 21 jun. 2021. Disponível em: <*https://www.brasildefators.com.br/2021/06/21/apos-3-anos-retomada-mbya-guarani-de-porto-alegre-tem-acesso-a-agua-potavel*>. Acesso em: 26 mai. 2022.

Comunidade Mbyá-Guarani Pindó Poty denuncia destruição de plantio em seu território. Brasil de Fato. Porto Alegre. 11 mai. 2021. Disponível em: <*https://www.brasildefato.com.br/2021/05/11/comunidade-mbya-guarani-pindo-poty-denuncia-destruicao-de-plantio-em-seu-territorio*>. Acesso em: 26 mai. 2022.

DIAS, Adriana Schmidt e BATISTA DA SILVA, Sérgio. Seguindo o fluxo do tempo, trilhando o caminho das águas: territorialidade Guarani na região do Lago Guaíba. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, 2013. Disponível em: <*https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/368/267*>. Acesso em 26 mai. 2022.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício (Orgs.). **Histórias de lutas pela terra no Brasil** (1960-1980). São Leopoldo: Oikos, 2021.

MALINOSKI, André. Indígenas, viveram na área do pontal do Estaleiro, em Porto Alegre, antes do descobrimento da América. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 ago. 2021. Geral. Disponível em: <*https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/ind%C3%ADgenas-viveram-na-%C3%A1rea-do-pontal-do-estaleiro-em-porto-alegre-antes-do-descobrimento-da-am%C3%A9rica-1.678949*>. Acesso em: 26 mai. 2022, 20:19.

Notícias Socioambientais. Instituto Socioambiental. mar. abr. mai. 2022. Disponível em: <*https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/acampamento-terra-livre-divulga-seu-manifesto-final*>. Acesso em: 26 mai. 2022.

PINTO, Luís Fernando Guedes et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - O mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em debate**, n. 10, abr. 2020. Disponível em: <*https://www.imaflora.org*>. Acesso em: 04 abr. 2021.

Povos indígenas dão início ao 18º Acampamento Terra Livre, em Brasília. APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <*https://apiboficial.org/2022/04/05/inicio-ao-18o-atl/*>. Acesso em 05 abr.2022

SOUZA, José Otávio Catafesto de; FRIZZO, Rafael; GUARDIOLA, C. L. **Relatório Antropológico, Histórico e Arqueológico Circunstanciado sobre o Assentamento Yjerê de Famílias da Etnia Indígena Mbyá-Guarani na Ponta do Arado**, Porto Alegre/RS. 2019.

DIREITOS INDÍGENAS: OS TERRÍVEIS IMPACTOS DO MARCO TEMPORAL E A IMPORTÂNCIA DA CONSULTA PRÉVIA

Kunã Yporã (Raquel Tremembé)

Pedagoga, Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), Secretaria Executiva Nacional CSP Conlutas, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)

Publicado no Jornal Balaiada em 27 de março de 2021

Vale ressaltar que se, atualmente, já vem sendo difícil por inúmeras razões realizar a demarcação de terras indígenas no Brasil, o advento do Marco Temporal vai significar a dificuldade no processo demarcatório, principalmente para os povos isolados. A Constituição da República Federativa de 1988 reconheceu aos indígenas, em seu artigo 231 e parágrafos, o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam. Essa mesma Constituição foi mais além, e definiu o que é terra tradicionalmente ocupada e quem são seus titulares, demonstrando claramente quem detém a titularidade da propriedade e a quem pertence a titularidade da posse permanente. O legislador constituinte originário quis garantir a proteção constitucional dos direitos dos povos indígenas em face dos constantes ataques e esbulhos que suas terras sofreram e sofrem ao longo de séculos.

Foto: Raquel Tremembé

Esta mudança na Constituição de 1988 reafirma os direitos indígenas como direitos fundamentais, reconhecendo as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas como direitos originários, consagrando o indigenato, reconhecendo que as comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses. Contudo, o que vemos são imensas violações e desrespeitos a tais direitos. Um vasto conjunto de usurpações que ferem a todo momento o que assegura a Constituição. Para melhor exemplificação, citamos a Tese do Marco Temporal, uma assombrosa e violenta forma de pensar que, embora tenha sido retirada de pauta (prevista

para o dia 28/10/2020), ainda segue exigindo máxima atenção.

É importante que se saliente as dificuldades de realizar a demarcação de terras indígenas no Brasil, o advento do Marco Temporal significará a dificuldade no processo demarcatório, principalmente para os povos isolados. No último dia 5 de março, foi divulgado um importante relatório de autoria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Dentre os vários temas abordados, destacamos o que se refere a Tese do Marco Temporal, como citamos acima, e a Consulta Prévia, imposta ao Governo no caso de medidas ou projetos que possam afetar os territórios e os direitos dos povos tradicionais.

É de suma importância destacar o que consta no relatório sobre o chamado "Marco Temporal": "Trata-se de uma tese que pretende restringir o alcance do artigo 231 da Constituição Federal, esse artigo garante os direitos dos povos indígenas às suas terras tradicionalmente ocupadas". Basicamente essa tese nega os direitos de vários povos que tiveram suas terras tomadas, griladas e consequentemente expulsos do seu bem viver, pois não estavam na posse dos territórios quando da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O relatório destaca, também, que a Tese do Marco Temporal desconsidera totalmente as constantes e incontáveis violências sofridas pelos indígenas e principalmente o que se refere a expulsão dos territórios ocupados tradicionalmente. Nesse sentido, a comissão considera como contrária às normas e aos padrões internacionais e interamericanos de direitos humanos.

Os direitos dos povos foram reconhecidos e garantidos em primeiro lugar como o direito de existir como povo, de manter sua cultura e organização social. Em segundo lugar, como direito ao território para que possam desenvolver a cultura e a organização social. Nesse sentido, os dois grandes direitos são o de ser e o de estar em seu lugar. A partir desses decorrem todos os outros, material ou imaterialmente considerados. Assim, por dedução óbvia, uma autodeterminação como escolha de seu futuro. Essas garantias resultam na obrigatoriedade de consulta prévia sobre qualquer medida, ato ou ação da sociedade hegemônica que possa interferir no ser social ou sua territorialidade. Isso está expresso na Convenção n.169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a convenção determina ainda que estes procedimentos estejam de acordo com as instituições representativas de cada povo. Essa Convenção, em seu artigo 15, estabelece que diante de projetos que impactem as terras de povos tradicionais, os governos devem consultar os povos que seriam afetados para "determinar que seus interesses seriam prejudicados e em que medida antes de executar ou autorizar qualquer programa de exploração desses recursos existentes em suas terras".

Ainda sobre o relatório da CIDH, a comissão destaca a atuação e parabeniza os protocolos de consulta elaborados pelos diversos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e recomenda que sejam oficializados como forma de garantia dos direitos fundamentais dos povos originários e tradicionais.

Nhanderú irá abençoar nossa luta! A gente vive até hoje, resiste por causa dos nossos avós, nossos *Jaryi*

Cacique José Cirilo Pires Morinico
Tekoá Anhetenguá em Porto Alegre, Liderança Guarani Mbya

Transcrição da fala na *live PoAncestral: O que há a aprender com os povos indígenas, hoje* em 04 de abril de 2022. Canal Lude, Youtube. Transcrição realizada por Inês Maria Vicentini.

Queria agradecer pelo convite, à Jacimara, ao João Maurício e nossos irmãos, parentes indígenas. Dizer que nossa parente Jacimara colocou-se muito bem, de forma muito emocionante quando fala na questão da luta, na questão do território.

Os primeiros habitantes foram os povos indígenas no Brasil. Já tem prova, no Brasil, por exemplo, quando a gente fala no território, a gente fala na nossa ancestralidade do povo indígena. Por exemplo, a Jacimara colocou a questão que em Porto Alegre criaram em

cima do território indígena, criaram a cidade de Porto Alegre.

Os nossos antigos, os indígenas, lutaram. A vivência do nosso povo, nosso futuro, nossas crianças, nosso Karaí, nosso pajé, nosso ensino tradicional, nossa vida cultural, a espiritualidade, nós indígenas, a gente luta pela vida, não a nossa vida, a vida do ser humano que vive aqui no planeta.

Quando a gente fala na questão da ancestralidade, nós não estamos falando aqui do Brasil, da América. Nós não estamos falando de um país, estamos falando de garantir nosso espaço. Hoje temos fronteira, nós temos que ter documento brasileiro para poder circular, a nossa identidade, a nossa língua materna. Mas nós, hoje, para caminhar, o indígena é nômade porque a gente circula muito porque como o rio, como a água circula, nós, os indígenas circulamos. Por isso que aqui em Porto Alegre foram encontradas cerâmicas, em cima do território foi criado a cidade de Porto Alegre. Aqui tem Itapuã, aqui tem Guaíba, Tapé, Camaquã, Pelotas. A língua Guarani tem aqui no estado do Rio Grande do Sul. Na verdade, Paraguai é a mesma coisa, aqui não tem país para nós, é uma terra só. Por isso que a gente luta, não só aqui, mas nós temos vários Karaís, líderes espirituais lutando, rezando por nós para poder sobreviver.

A gente passa preconceito dentro da cidade, porque o índio tem celular, não é mais índio. Índio indo na cidade, não é mais índio. Se tá pelado, a sociedade chama a polícia para retirar porque aquele indivíduo não é índio. Por isso que a gente tem roupa, tênis pra gente viver na cidade. Isso é muita dor, como os parentes estão falando é muito triste, a gente fica emocionado. Nossos antepassados morreram, tiraram nosso território, nosso território milenar. Por isso que a gente se emociona quando a gente fala da questão da nossa espiritualidade, nossa língua materna. A gente tem que ter fé por nós, para a gente sobreviver.

Nossos filhos, parece que esqueceram nossa caça e pesca. Por que a gente não pesca mais? Porque a água está poluída, contaminada. A gente não tem mais mata. Como a gente vai caçar e pescar? Como a gente vai sobreviver, alimentar nossa família em pequena área. Por exemplo, aqui nós temos 25 hectares. Como vamos sobreviver? Então é muito triste quando a gente fala, e hoje, do Marco Temporal que é acabar com nosso território, é acabar com nossa espiritualidade. Mas com certeza, tem muitos líderes espirituais que têm força ainda. Por isso que a gente vive até hoje, temos resistência por causa dos nossos avós, nosso *Jaryi*.

Cacique José Cirilo Pires Morinico e Maria Eugênia Ramos. Foto: Jorge Ramos Morinico

Nós Caciques, como lideranças, nós estamos aqui como porta voz dos nossos parentes, nós mais velhos representando os povos indígenas. Então eu fico muito feliz de falar um pouquinho da nossa angústia, dizer um pouquinho, compartilhar com vocês. Eu sei que vocês, com certeza, vocês sofrem também por nós, porque muitos não indígenas sabem também e nós queremos apoio, nós queremos estar juntos. Com certeza, nós vamos continuar enquanto índio existe no planeta, a gente vai lutar e vai continuar porque nós estamos até hoje garantindo nosso espaço, nosso planeta.

Hoje, os Karaí falam para não acontecer terremoto, não vai deixar nosso Karaí, nosso líder espiritual não vai deixar acontecer isso. Por quê? Porque sabe, o índio sabe falar com o vento, o índio sabe falar com a chuva, o índio sabe lidar com o vento, se tem vento forte, sabe lidar com as pedras, fala. Por isso a nossa história está garantida. A água é sagrada para nós, a água cura também para nós. Morro, mata, se você entrar na mata você pode ir rezando e fazer cura. Por isso a gente fala muito da questão da demarcação, de garantir a nossa cultura diferenciada, o direito a uma educação diferenciada, saúde diferenciada, tratamento diferenciado. Quando fala da educação diferenciada, a gente tem prédio, mas nós temos que viver no modo da nossa cultura. Por isso aqui na nossa Escola Nhanderú é muito pequena a área. Várias comunidades, por exemplo, Lami que mora 8 famílias, 10 famílias, muitas vezes a sociedade não entende e faz reintegração de posse.

Hoje fizemos retomada de Maquiné, hoje Guarani tá plantando. Nós Guarani temos que escolher espaço também. Não são só os brancos que vão largar aquela terra que não presta. Por exemplo, já não tem mais matas, já não tem mais rios, oferece. Aqui, por exemplo,

tem pequena área, nosso sofrimento aqui no Estado.

O Guarani Mbya, por exemplo, é muita espiritualidade. A gente dialoga, conversando. Por isso, eu fico muito feliz, quero agradecer muito por ter esse espaço para falar um pouquinho da nossa luta, da questão da terra, da educação, da saúde, da moradia também. Tem muita dificuldade hoje, não tem casa. Quando tem terra tu tem que ter matéria prima para fazer uma casa tradicional. Mas não tem mais, a gente tem que pedir para autoridade para ter uma casa. Não é porque a gente quer deixar nossa cultura tradicional. Por isso que a gente luta e vamos ficando triste mesmo, a gente fica triste de ver coisa que o Estado está fazendo de criminalizar os povos originários. Então essa é minha palavra, obrigado pela oportunidade.

Agradecer o convite, *Nhanderú* irá abençoar nossa luta, falar para vocês entenderem um pouco nossa cultura, nossos valores que a gente tem e pra mim é uma alegria estar com vocês, como parceiros de luta. Agradeço de coração.

OS RIOS QUE DEIXAM A REGIÃO MAIS ALEGRE FORAM NOMINADOS PELOS GUARANI

João Maurício Farias

Professor de filosofia e sociologia na Escola Indígena Anhetengua, Indigenista, Mestre e Doutorando em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Produtor e Documentarista, Co-roteirista e diretor do filme Guata

Timóteo Karai Mirim e família Mbya Guarani, na retomada de área ancestral na Ponta do Arado, Belém Novo, Porto Alegre. Foto: João Maurício Farias

Ao passar por mulheres indígenas com uma ou duas crianças sentadas nas calçadas com artesanatos ao seu lado, na maioria das vezes nem percebemos suas presenças. São expostos colares, cestinhas coloridas em vários tamanhos, alguns bichinhos entalhados em madeira à espera de que algum *jurua* (não indígena) de bom coração pare o seu caminhar apressado no centro de Porto Alegre, se abaixe, olhe para suas artes, pergunte o preço ou mesmo deixe algum *pirá-piré* (dinheiro) como doação.

Há períodos do mês ou do ano em que os *jurua* mais apressados irão passar por umas quatro ou cinco mães Mbya-Guarani fazendo seu *poraro* (trocas) com pessoas da sociedade envolvente não-indígena. A venda do artesanato é uma das principais fontes de recursos das mulheres deste povo indígena ancestral na região da capital do Rio Grande do Sul. Mas muitas vezes nossas apressadas idas ao centro da cidade, com nossos pensamentos envoltos em coisas tão importantes ou mesmo nossas lógicas de vidas produtivistas fazem com que nem os enxerguemos.

Assim, na medida em que passamos a conhecer um pouco da história de Porto Alegre e da região metropolitana, vamos nos dando conta de que já havia existido muitas alegrias antes da formação do porto dos casais e da vinda de casais de açorianos para a região. Pois, se a fundação da Vila que se transformou em Porto Alegre completa 250 anos em 2022, a presença de povos originários remonta para além de 12.000 anos. Mas como o que conta e vale para os descendentes dos invasores europeus é a formação das cidades dos colonizadores e seus modos de organização, a presença dos povos originários historicamente foi sendo alijada de ser contada ou mesmo valorizada, já que povos que não tinham a experiência da escrita eram considerados povos sem história.

Neste sentido, é de vital relevância, que se perceba que há histórias a serem pesquisadas sobre a presença de povos de culturas que eram eminentemente orais em que a escrita são práticas muito recentes, como o caso dos Mbya-Guarani, os Kaingang, Xokleng e os Charruas ainda existentes nesta região na contemporaneidade da segunda década do século XXI. Tais pesquisas podem servir também para que percebamos que a alegria já estava presente na região há milênios e não

apenas há 250 anos como os colonizadores nos querem fazer crer.

Outro dia conversávamos em uma aula de história na aldeia Mbya-Guarani Anhetengua, no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, com estudantes indígenas do 6º e 7º anos sobre o aniversário de Porto Alegre. Os estudantes ficaram surpresos que a cidade fundada por portugueses e seus descendentes tem 250 anos, enquanto a presença dos Guarani na região remontaria para mais de 2.500 anos. Perguntados se sabiam os nomes dos seis principais cursos d'água da região, não lembravam ou não sabiam tais nominações. A surpresa seguia crescendo quando trouxemos a informação de que desses, cinco possuem nomes Guarani e que seus parentes, seus ancestrais, haviam nomeado tais rios. São eles: Gravataí, Caí, Jacuí, Taquarí e o mais conhecido da região, o lago Guaíba também. Só um deles não tem seu nome batizado com uma das línguas mater desta terra. É o rio dos Sinos.

A outra questão que colocamos para os estudantes na aula foi: Por que dos seis rios cinco possuem os nomes com sua língua? Seria, talvez, porque os *jurua* deram esses nomes para homenagear os indígenas? Ou porque os indígenas teriam nominado os rios há muito mais tempo do que 250 anos e que talvez os colonizadores não teriam conseguido mudar tais nomes, ainda?

Um dia quando aguardava um professor e colega indígena e mais um dos integrantes de nossa equipe de roteiristas do filme *Guata* (caminhar ancestral dos Guarani) que produzimos durante este período pandêmico, me coloquei a pensar e pesquisar um pouco sobre este tema dos rios e suas nominações, tema que tem intrigado bastante. Me pus em busca de informações sobre o porquê deste rio que nasce em fontes na Serra do Mar, próximo ao litoral norte do Rio Grande do Sul, e desce percorrendo o que se transformou no Vale dos Sinos, não tem nome Guarani?

Vasculhando rapidamente páginas na internet sobre municípios do Vale dos Sinos, como São Leopoldo e sobre o próprio rio dos Sinos, encontramos informações interessantes, como: houve um período histórico em que este rio também tinha sua nominação em Guarani, era o rio *Itapuí*[1] que o cineasta e colega Mbya-Guarani confirmou que o significado seria o mesmo apontado na fonte de pesquisa, "rio que chora ao passar por entre as pedras". Mais intrigado ficamos. O que esta informação poderia estar querendo fazer emergir como história a ser melhor pesquisada e mesmo contada com outros olhares descolonizadores?

Pois, quando colocamos nossos olhos e estudos para a formação do Vale dos Sinos e a mudança do nome do rio *Itapui* para rio dos Sinos, nos deparamos com a colonização alemã na região. As informações colhidas no *site* da Prefeitura Municipal de São Leopoldo dão conta de que em 25 de julho de 1824, chegaram 39 colonos, sendo 36 da religião luterana e vindos da região de influência de Lutero na Alemanha, berço do protestantismo. Os restantes eram católicos. Sabe-se que a religião luterana estimulava muito que seus os fiéis estudassem a bíblia para terem contato direto com as palavras de Jesus Cristo e de seu Deus, e para tanto tratavam de alfabetizar seus seguidores. De outra parte, além das Irmãs Franciscanas que já em 1872 instalaram sua escola, a região também contou com os Jesuítas trabalhando com a educação neste período[2]. Sendo os Jesuítas uma das ordens católicas em que os ensinamentos científicos sempre foram estimulados pelos superiores, onde tratavam de ensinar o pensamento racionalista como o produzido por Descartes.

Sabemos que a colonização alemã se expandiu para esta parte da região metropolitana que formou o Vale dos Sinos, e para lá migraram colonizadores já imbuídos de epistemologias bastante fortalecidas com o racionalismo e a cristandade em que a ciência e a busca da prosperidade neste mundo terreno eram valores presentes no cotidiano. Neste sentido é possível também imaginarmos que as missas em latim estariam acontecendo, e mesmo cultos onde a maioria dos fiéis poderiam estar lendo suas próprias bíblias. Este raciocínio nos ajuda a pensar sobre os fatores da mudança do nome Guarani para um nome gerado pelos novos moradores da região, os colonos letrados ou que o letramento e a escrita eram incentivados e buscados.

---

[1] Daí Itapuí seria o rio das pedras que gritam. Independente do significado as duas designações indígenas comporiam um grupo mais harmonioso, melodioso e significativo com as denominações dos demais rios do delta do Guaíba (o encontro das águas em Tupí-guarani); Taquari (rio das taquaras), Cai (rio das Matas); Jacuí (O rio dos jacús) e Gravataí (O rio dos gravatás). Arno Kayser (2011)

[2] O Colégio São José foi o primeiro estabelecimento fundado no Brasil pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã da Terceira Ordem Regular de São Francisco de Assis. Procedentes da Alemanha, chegaram em São Leopoldo no dia 2 de abril de 1872. (...) Em 1884, quando o Colégio já estava localizado ao lado da Igreja Matriz, começou a receber alunas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Uruguai e Argentina, de modo que, em poucos anos, a Escola já contava com 137 alunas internas e muitas externas. Durante seus primeiros 50 anos, o Colégio São José funcionou às margens do Rio dos Sinos, ao lado do Ginásio Conceição, dos Padres Jesuítas. (Prefeitura de São Leopoldo, 2022).

A justificativa para o nome *Sinos* no rio, teria duas hipóteses: uma de que os novos moradores teriam observado as inúmeras curvas serpenteando o leito deste curso d'água, tais curvas com suas sinuosidades poderiam derivar para sinos e/ou haveria no rio o formato de alguns sinos. Ao fim e ao cabo, o que estaria presente nesta forma de re-nominação é a racionalidade produzida pelos colonizadores que acabou por dar outro significado e sentido para este rio, não mais um rio que chora ao ter suas águas batendo nas pedras, mas um rio que tem nas formas de suas margens sinuosas sua nova designação de batismo. Abandona-se a poesia sonora que provocou o nome de *Itapui* nos originários ancestrais e optou-se por um nome que designaria as margens que precisariam ser dominadas e tornadas recurso a gerar produção e produtos.

Falando-se em produção, podemos trazer a constatação de que é justamente esta uma das regiões onde o capitalismo industrial mais prosperou no Rio Grande do Sul, indo de Porto Alegre passando por São Leopoldo, Novo Hamburgo e subindo a Serra Gaúcha até o lugar que era conhecido como Campo dos Bugres e depois foi transformada em Caxias do Sul pelos colonizadores italianos.

Esta alteração de nome do principal curso de água da região poderíamos considerar como uma experiência de mudança de paradigmas e de epistemologias. Em relação a esta prática social, poderíamos designá-la pelo que atualmente se denomina de epistemicídio, pois os povos indígenas não foram apenas expulsos e expropriados pela colonização, muitos foram mortos e assassinados em batalhas como as que houveram na região que formou o município de Canela. Na região de São Leopoldo e Novo Hamburgo tratou-se de aniquilar uma das mais importantes referências da presença dos povos originários. Mudou-se a episteme, já que não se tratava apenas de uma mudança de nome de um curso d'água, mas inclusive de mudar as formas de se produzir nominações. Até porque, para o povo que batizou tal rio de *Itapui*, o mesmo considerava o rio como um ser que também possui espírito ou deidade que o cuida e o protege.

Com práticas epistêmicas outras, os colonizadores ao irem implantando suas racionalidades eivadas com o cientificismo que se expandia a partir da Europa com o cartesianismo, acabou por-se por produzir também o epistemicídio contra os povos originários desta região.

Neste sentido, Marina Lima (2021) vai citar Boaventura de Souza Santos (2009, p.183), quando este manifesta que epistemicídio seria:

> (...) à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas".

Para este autor, o epistemicídio estaria ligado ao genocídio em atuação como um instrumento muito eficaz para a dominação racial, fortalecendo a negação da legitimidade dos saberes locais e originários, de maneira a impactar o reconhecimento da população expropriada como sujeito de direitos.

APONTAMENTOS PARA CONTINUIDADES

Primeiramente vimos afirmar que pesquisar e fazer emergir as histórias dos povos originários, que sempre estiveram presentes em Porto Alegre e Região Metropolitana até a contemporaneidade, se mostram absolutamente pertinentes e necessárias e, isto, faz lembrar o que Walter Benjamim apontou sobre a escrita da história dos vencidos: que isto exigiria a aquisição de uma memória que não estaria nos livros de histórias oficiais, assim como, também, este autor manifestou em sua obra de filosofia da história, que haveria períodos em que as condições históricas poderiam fazer irromper forças que produziriam outros caminhos a contar sobre o mundo a partir da ótica dos vencidos de outrora (GAGNEBIN, 2018).

Segundo, que neste breve artigo tratamos sobre uma hipótese que precisa e merece ser aprofundada sobre a mudança de nome do rio *Itapuí* para Sinos como prática epistemicida dos colonizadores, assim como também é necessário que nos debrucemos sobre as informações de que toda a região era permeada por povos indígenas além dos Guarani, haviam os ligados aos grupos Macro Jê: Kaingang e Xokleng. Tendo esses seus territórios estendidos de Porto Alegre passando pelo Vale dos Sinos até Campo dos Bugres (Caxias do Sul) e Canela com presença dos Kaingang e em São Francisco de Paula, com presença dos Xokleng.

Terceiro, que vale lembrar que a história de Porto Alegre é permeada de momentos históricos muito significativos da presença dos povos indígenas, desde a própria fundação da cidade em relação às Guerras Guaraníticas entre outros tão fascinantes.

Por último, vale destacar que a criação do

PoAncestral poderá contribuir decisivamente para que a invisibilização colonialista contra os povos originários possa cada vez mais ser superada e, desta maneira, consigamos contribuir para a construção de novas e mais simétricas relações com os descendentes destes povos.

E ao cruzarmos com as mulheres e as crianças indígenas Guarani, possamos lembrar que foram seus parentes e ancestrais que deram os nomes para os rios que nos dão de beber e garantem a possibilidade de nossas existências na região e, assim, os olhemos de fato.

Obs.: Vem aí o filme Guata

Com 56 minutos de duração, o documentário da Flow Filmes, é uma produção Brasil, Argentina. Nele Jorge e Epifanio, diretores Mbya-Guarani do filme e professores, buscam se encontrar para investigar juntos a importância que o guata (caminhar) tem para os Guarani enquanto prática existencial, cosmopolítica e filosofia de vida.
Assista o trailer: *https://youtu.be/0Od52gH3EJE*

REFERENCIAS

LIMA, Mariana - **O que é epistemicídio?** – Politize.com.br Publicado em: 02/09/2021 – Disponível em: <*https://www.politize.com.br/o-que-e-epistemicidio/#:~:text=Souza%20Santos%20definiu%20o%20epistemic%C3%ADdio,protagonizadas%E2%80%9D%20(2009%2C%20p*>. Acessado em: 19/04/2022.

GAGNEBIN, Jeane Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da história. São Paulo: n-1 Editora, 2018.

GUATA. Filme. Gênero: Documentário. 56 mins, Direção. Jorge Morinico e João Mauricio Farias. 2022. Acesso em: <*https://www.youtube.com/watch?v=0Od52gH3EJE&t=23s*>.

KAYSER, Arno. **O nome do Rio dos Sinos**. *arnokayser.wordpress.com*. Disponível em: <*https://arnokayser.wordpress.com/2011/04/08/o-nome-do-rio-dos-sinos/#:~:text=Uma%20outra%20denomina%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20Itapu%C3%AD,I(%C3%A1gua%20ou%20rio)*>. Acessado em: 21/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. **História de São Leopoldo**. Link: <*https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Turismo&template=conteudo&idConteudo=&categoria=464&codigoCategoria=464&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO*>. Acessado em: 21/04/2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Almedina. 2009.

ELI FIDÉLIS E A AGUERRIDA LUTA KAINGANG PELO DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS NA CIDADE

Eli Fidélis (*in memoriam*)
Liderança kaingang, falecido no início de 2022, deixando um enorme legado de luta e resistência dos povos indígenas no Rio Grande do Sul

Rosa Maris Rosado
Educadora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, bióloga, Doutora em Geografia (UFRGS), atuou nas políticas públicas municipais direcionadas aos povos indígenas.
Endereço eletrônico: *rosadomar.geo@gmail.com*

Rodrigo Ciconet Dornelles
Educador da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, antropólogo, Mestre em Antropologia Social (UFRGS), atua nas políticas públicas municipais direcionadas aos povos indígenas

Luana Emil
Antropóloga, Doutoranda em Antropologia Social (UFRGS), atua com o componente indígena do Licenciamento Ambiental

Foto: Rosa Rosado

A notícia da recente passagem de Eli Fidélis, importante liderança kaingang, foi muito impactante para todos nós, que tivemos o privilégio de conhecê-lo e acompanhá-lo. Eli, o seu Lico, era reconhecido como uma grande liderança, ótimo agente indígena de saúde e, sobretudo, um grande ser humano.

Eli lutou exaustivamente ao longo de muitas décadas para que os direitos indígenas fossem reconhecidos no município de Porto Alegre. Engajou-se na garantia de políticas públicas diferenciadas direcionadas aos indígenas que vivem no contexto urbano; buscava articular as lutas indígenas com outras populações, como as comunidades quilombolas, pessoas em situação de rua e outros setores oprimidos por essa sociedade tão desigual. Esteve à frente também dos debates sobre a garantia de acesso específico para os estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Era vice-coordenador do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI).

Entendemos que todas as palavras não são suficientes para descrever a dimensão dessa perda para o indigenismo em Porto Alegre. Contudo, este relato é uma tentativa de deixar registrada uma parte importante da trajetória de Eli, suas lutas e conquistas. Eli nos faz muita falta, mas, temos certeza, estará entre os encantados iluminando os parentes que seguirão seu legado de luta e (r)existência na cidade.

Neste texto, nos colocamos frente ao desafio de tecer algumas palavras sobre a trajetória de Eli Fidélis, tramadas aqui com as suas próprias palavras. As palavras de Eli aqui reproduzidas foram extraídas de conversas, entrevistas e falas públicas, em eventos para os quais foi convidado a "compor a mesa". Essas falas apresentaram, em boa medida, um papel didático e pedagógico na transmissão de valores e conhecimentos entre as gerações kaingang, mas também para nós, não indígenas, principalmente os *fóg* (brancos, na língua originária kaingang). Alguns diálogos mais aprofundados ocorreram no seu território, na Aldeia Van-Ká (taquareira) situada no extremo sul da capital gaúcha, cerca de 30km de distância do Centro Histórico de Porto Alegre, no Bairro Lami.

> "Ao se aproximar do local, pode-se perceber a mudança na qualidade do ar, na temperatura, no percurso até este espaço, já percebemos a diferença no ar, nos sons, e no silêncio interrompido apenas pelo canto dos pássaros. O encontro dá-se já na porteira de acesso a esta comunidade Kaingang, são expostos peças de arte, principalmente com cipó, confeccionadas pelas habilidosas mãos de quem aqui vive. Um breve sorriso, um aperto de mão e segue um convite para conhecer melhor a história desse coletivo" (Início da matéria da jornalista Camila O. Emil contendo entrevista com Eli Fidélis)

Eli nos disse na aldeia: "Quando viemos para essa área, nossos velhos ficaram muito tranquilos, pois fica distante das coisas da cidade, da contaminação... Os não indígenas se matam trabalhando para acumular dinheiro, ganância, dívidas, depressão...a gente gosta mais de viver mesmo e aí nos chamam de vagabundos?! Só que eu quero que as pessoas entendam também, que lá no passado, nós não vivíamos de gado e de soja, nós não sobrevivia disso, nós tinha a caça, pesca e fruta, sendo essas atividades fundamentais para nossa sobrevivência". E prosseguia a prosa: "Para nós, ter saúde, comida e segurança é ter futuro! Nós dizemos para nossos jovens, aprendam, estudem para ter uma vida tranquila não pela loucura do dinheiro. Hoje a honestidade está difícil, o que mais existe uma 'cultura de vantagem' de roubar do outro. O Brasil já nasceu roubado, por isso que essa maldade de mexer no que é do outro persiste. Se vive na cultura do roubo", discursava ele.

Com Eli era "papo reto", como ele mesmo dizia, gostava de conversar longas horas (sem relógio) e sempre dizia o que pensava, independentemente do seu interlocutor, não para "agradar", mas para expressar o que pensava e sentia de fato. "Os *fóg* (brancos) ficam dizendo 'pobrezinho do índio', mas se olhar para trás foi o avô dele que roubou nossas terras. Não é teu não pega, para um pouco, isso é de um coletivo!", afirma em alto e bom tom. "A gente se ajuda muito na comunidade, todos comem juntos. Tem nossas comidas tradicionais. A nossa luta pelo território é a luta para manter nossa cultura, nosso jeito de ser", sintetizava.

"Era pouca terra para tudo de índio que tinha", nos contava ao narrar sua história, e conectada a ela, a história recente de parentelas Kaingang que vivem na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Eli Fidélis nasceu em 6 de dezembro de 1971, na maior aldeia sobreposta pelo estado do Rio Grande do Sul, na Terra Indígena (TI) de Nonoai, onde viveu por anos antes de resolver conhecer outros lugares. Após circular por grandes cidades, conforme seu relato, se "aquerenciou" em Porto Alegre. Inclusive, seus pais também vieram para capital. Houve separação dos membros da parentela em função das dificuldades de viver na vila popular onde residiram inicialmente. Alguns "se extraviaram", como dizia Eli, mas acrescentava, "se espalhar não é do nosso costume, acontece pelas dificuldades". Um período mais tarde, a parentela reagrupa-se novamente ao redor da matriarca Dona Tereza, mãe de Eli e também de suas irmãs e seus irmãos.

Eli se articulava à luta dos Kaingang na cidade: "A gente começou a se reunir e organizar para debater nossos direitos aqui na cidade, e buscamos uma maneira de irmos para a luta", contava. Em 2003, houve a conquista da primeira aldeia kaingang reconhecida pelo município de Porto Alegre, a Aldeia *Fag Nhin* (Lomba do Pinheiro). "As lideranças indígenas têm seus modos de se organizar, têm políticas diferentes umas das outras, suas maneiras de pensar as leis internas (...). Nos articulamos com o Ministério Público Federal para que o Estado entendesse a necessidade de separação dos grupos; afinal, na questão indígena não é pelo número de pessoas, mas pelas nossas diferenças, sabe? Fomos tentar reivindicar uma área para a nossa comunidade", comentava Eli.

"Nós circulamos, a gente se visita, fazemos festa juntos e todos participam. Nós íamos buscar cipós para o artesanato na região de Estrela, pois lá tinha mato e aqui (em Porto Alegre) não tem quase nada. Ainda não recebemos todo o território (referindo-se a medida compensatória da duplicação da rodovia BR 386), pois dizem que o governo está em crise, mas o Brasil não está em crise! O que falta é gente honesta e gente que não aceite toda essa roubalheira que atinge só os mais pobres, negros, quilombolas e indígenas, que acabam sofrendo com toda essa sem-vergonhice", dizia Eli em tom de indignado. "A intenção deles é trazer o antigo passado de volta, são mais 500 anos de resistência antes do Cabral, que foi o maior ladrão de todos. Os governos não tão matando com arma de fogo, para a mídia internacional não divulgar para o mundo, mas agora eles nos matam com a caneta. Planejam e condenam as pessoas...não tenho medo da justiça, tenho medo da injustiça da justiça. Agora os caras estão usando até a justiça para fazer injustiça. Se a gente não lutar pelos nossos filhos e netos, quem irá fazer?".

Nas conversas sobre as ações afirmativas e a educação indígena: “A gente vai ter que aprender a viver nos dois mundos. A universidade é boa para eles (referindo aos jovens kaingang), porque eles já estão educados e vem nos finais de semana eles ficam aqui (aldeia) com a gente. Quando ele vai para a universidade, já vai adulto. Eles já tem a conduta dos nossos territórios, esta é a educação deles... Quem pode mudar a história desse país são os nossos jovens que estão na universidade (...) Eles querem cortar as vagas dos indígenas para que não aprendam a ler as tramóias que eles fazem (...) Nós não somos uma nação que pensa em capitalismo, que pensa em quantidade de dinheiro. A gente fala para as nossas comunidades, que elas não se envolvam com essa história de capitalismo. Isso é como uma epidemia, isso trouxe doença, isso trouxe a desonestidade das pessoas”. Nesse momento, Eli nos trazia explicitamente o que representa de fato “doença” para ele, que envolve todas as sintomas decorrentes de um modo de vida imposto, que coloniza tanto corpos, como nas mentes por meio de valores avessos aos reproduzidos culturalmente ao longo de gerações.

Depois de destacar as diferenças entre os povos, que muitas vezes são considerados de forma genérica, Eli passa, então, a nos falar da luta política que tem como aliados o movimento negro, mais especificamente, os quilombolas: “Entendemos que unificando os movimentos teríamos mais força para não deixar retroceder os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais. (...) Então, muitas vezes nós povos indígenas e quilombolas nos revoltamos de saber que nossos direitos que garantimos na Constituição de 1988, na grande maioria das vezes são esquecidos, deixando de ser efetivados.” Toda a conversa com Eli era carregada pelo espírito de um povo guerreiro, combativo; por outro lado, também, é reconhecida como extraordinariamente política, negociadora no espaço das relações sociais e políticas.

“Sabemos que a discriminação é forte aqui no estado, mas a gente luta para que isso fracasse, para que nossos direitos não sejam vistos como sendo privilégios, e sim como direitos conquistados. Tenho minha comunidade aqui em Porto Alegre, da qual faço parte. Sempre digo: Do meu povo eu sei, se você não sabe me pergunte que eu posso te explicar.” Aqui segue um alerta extremamente relevante: para conhecer de fato uma cultura indígena, e/ou melhor, uma comunidade indígena é necessário ouvir o que eles mesmos têm a dizer sobre si próprios, sobre suas culturas, seus distintos modos de ser e estar no mundo a partir da cidade.

Nesse texto, tentamos tornar “audível” a voz dessa potente alteridade kaingang, para que ecoe em Porto Alegre. Essa voz constantemente abafada, não somente pelos ruídos urbanos, mas especialmente silenciada pela dominação cultural que insiste em impor valores estranhos aos povos originários presentes na cidade. O “ouvir” aqui vai além da audição, no sentido da afetação. Afinal, ouvir a voz das alteridades indígenas é o fundamento para o entendimento (FAGUNDES e FARIAS, 2012), para que o verdadeiro diálogo interétnico-cultural ocorra de fato nesta capital que se reconhece como pluriétnica e multicultural.

A visão ocidental e eurocentrada calou vozes, proibiu gestos, práticas tradicionais e rituais indígenas; enfim, formas de saber-fazer na cidade. Grande maioria dos habitantes desta metrópole não a reconhece como território indígena, tendo a ideia equivocada de que nela os indígenas estariam “fora do lugar”. Ouvimos de Eli: “Não foi o indígena que foi pra cidade, foi a cidade que veio até o indígena”. Comentava que muitas vezes parecia uma “novidade a presença indígena na cidade”, mas sempre foi nesse espaço onde as relações acontecem, onde ocorrem as trocas interculturais. Registros arqueológicos, da região que atualmente denominamos de cidade de Porto Alegre, remontam essa territorialidade indígena há pelo menos 9 mil anos. No entanto, a invisibilidade histórica, esse “encobrimento” dos povos indígenas que vivem na cidade persiste (ROSADO e FAGUNDES, 2013).

As falas de Eli e sua história nos ensinam que é preciso reescrever a história da cidade incorporando aqueles que foram esquecidos nos silêncios da memória, sendo esse um compromisso ético de toda educadora e todo educador, historiadora e historiador e, de forma geral, de todas cidadãs e todos cidadãos porto-alegrenses, para que, ao recontar o passado, possamos reencantar o futuro.

REFERÊNCIAS

EMIL, Camila. Matéria jornalística para UniRitter. **Entrevista com Eli Fidélis, a luta indígena na cidade**, 2015 (não publicada).

FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas; FARIAS, João Mauricio. Abertura ao outro: o fundamento para o entendimento. *In*: FAGUNDES, Luiz

Fernando Caldas; FARIAS, João Mauricio (Orgs.). **Objetos-sujeitos**: a arte kaingang como materialização de relações. Porto Alegre: FUNAI/CR Passo Fundo/CTL Porto Alegre / Editora Deriva, 2012. p. 3-9.

ROSADO, Rosa Maris; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas. **Presença indígena na cidade**: reflexões, ações e políticas. Gráfica Hartmann, 2013.

Eli em apresentação na Reunião de Antropologia do Mercosul. Foto: Rosa Rosado

PORTO ALEGRE DO FUTURO

A PORTO ALEGRE QUE QUEREMOS E PRECISAMOS CONSTRUIR

Rodrigo Souza dos Santos
Professor de História da EMEF Pepita de Leão. Mestre em Ensino de História/UFRGS. Membro do Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) e um dos coordenadores do Projeto *PoAncestral - muito além de 250*.
Endereço eletrônico: *professorrodrigo1979@gmail.com*

O projeto *PoAncestral - muito além de 250* tem colaborado para pensarmos e refletirmos sobre uma outra Porto Alegre, que ultrapasse e supere a visão eurocêntrica de uma história de 250 anos que tenta se sobrepor na cidade. E uma série de encontros virtuais, com transmissões ao vivo do "Canal Lude Comunicação" e com a colaboração e mediação essenciais do colega André Pares, professor de Filosofia da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e jornalista, a quem agradecemos imensamente, foram realizados desde o início de março de 2022, para refletir sobre essa outra Porto Alegre. Muitos e muitas professores/as da Educação Básica, professores/as universitários/as, estudantes, membros e militantes dos movimentos negros, indígenas, LGBTQIA+ e feministas, integrantes de coletivos, lideranças indígenas e quilombolas, entre outras pessoas, têm nos ajudado a refletir sobre essa Porto Alegre que queremos e que precisamos construir. Isso também aconteceu no encontro virtual do dia 11 de abril que encerrou uma primeira etapa de debates do projeto *PoAncestral*.

Neste último encontro, que aqui buscamos apresentar brevemente, Rualdo Menegat, geólogo e professor de Geociências da UFRGS, discorreu sobre a necessidade de aprendermos mais sobre o nosso local, no caso, a nossa cidade de Porto Alegre – a capital do Estado do Rio Grande do Sul, que é um lugar precioso com uma confluência hídrica extraordinária. Porto Alegre se situa no encontro de um fantástico patrimônio hídrico e o futuro da cidade depende da qualidade do Lago Guaíba, porque o que acontecer com esse lago terá reflexos nos seus habitantes. Rualdo lembrou dos Laboratórios de Inteligência do Ambiente Urbano (LIAUs) nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, da importância da educação ambiental com base nos lugares em que as comunidades vivem. O geólogo e professor Rualdo ressaltou a educação e a sua importância para a sustentabilidade em um antropoceno de mudanças. Rualdo destacou, também, a importância de termos projetos para a cidade, sem os quais não temos destinos. Segundo ele, o nosso destino é a ancestralidade!

A importância do Cais do Porto para a cidade de Porto Alegre foi lembrada pela advogada especialista em Direito Público Jacqueline Custódio. Cais do Porto que já sediou eventos marcantes da cidade, como a Feira do Livro, a Bienal do Mercosul, o Fórum Social Mundial, etc. Jaqueline Custódio nos trouxe um pouco sobre as lutas e resistências do Coletivo Cais Cultural Já e o resgate das histórias indígenas e afrodescendentes. E comentou sobre a importância de democratizar o acesso dos Cais do Porto a todos e todas, trazendo os setores culturais, da economia criativa, da economia solidária, da agroecologia, etc.

A filósofa e professora Magali Menezes (FACED/UFRGS) nos provocou a refletir sobre o que é exatamente uma cidade, o que a mesma comporta, quais são suas histórias e quem são as pessoas que nela habitam. A professora Magali nos provocou a pensar na pluridiversidade. A refletir que Porto Alegre é essa que queremos, trazendo a dimensão do desejo coletivo, não de

um desejo individual. Um espaço de diálogos e de negociação de desejos. “Reconstruir”, “descolonizar” e “ressignificar” foram verbos trazidos pela professora Magali. A cidade como um espaço público carregado de memórias e de histórias, que precisa resgatar a dimensão do comunitário, possível de construir de forma solidária com as pessoas e com a natureza.

O professor de Sociologia Luciano Fedozzi (UFRGS), falou sobre o trabalho do Observatório das Metrópoles e da luta pela reforma urbana. Reforma urbana que remonta aos anos 1960, junto com outras reformas estruturais, e que foram banidas com o golpe civil-militar de 1964. Luciano Fedozzi teceu considerações sobre o quadro que temos composto por uma ordem urbana fragmentada, desigual, excludente, com uma forte inflexão neoliberal nos últimos anos – e cada vez mais autoritária. O neoliberalismo vem cada vez mais demonstrando o seu caráter autoritário, mostrando-se incapaz de conviver com os avanços democráticos. Ele apontou uma desdemocratização a partir da inflexão neoliberal, com o fortalecimento da ideia de mercantilização de tudo. O professor de Sociologia falou, ainda, da perda de espaço da gestão democrática, bem como do predomínio de um modelo privatista e segregacionista da ordem urbana brasileira. Daí, segundo o sociólogo Luciano, a necessidade de uma atualização do ativismo urbano, com a valorização dos quilombos urbanos e dos movimentos indígenas. Segundo Luciano, há muitas lutas concretas que dizem respeito à ancestralidade e que fazem parte do ativismo urbano e que devem compor a agenda das lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade.

O doutor em Educação e em “Ruaologia - ciência de quem vive na rua” -, fundador do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) e integrante do Jornal Boca de Rua, Anderson Ferreira, nos chamou a atenção sobre a falta de políticas públicas, principalmente em se tratando de educação, para a população de rua. Anderson Ferreira também falou sobre a importância de se valorizar os saberes populares, e não só os saberes acadêmicos, como nos ensinou o educador Paulo Freire. Também nos pediu para refletirmos sobre que tipo de história estamos contando, que não levam em consideração todos os efeitos das segregações. Anderson nos apresentou o projeto de educação popular “Cidade Pop Rua” para pensarmos e refletirmos sobre a Porto Alegre que precisamos construir.

A partir dessas excelentes contribuições trazidas pelos participantes do último encontro podemos, então, pensar e refletir sobre uma Porto Alegre que queremos e precisamos construir, e que passa pela valorização do seu patrimônio hídrico e pela importância da educação ambiental com base nos lugares em que as comunidades vivem; passa pela criação de projetos, assim como pela democratização do acesso aos Cais do Porto, pela reconstrução, descolonização e ressignificação dos espaços públicos, pela atualização do ativismo urbano nas lutas de indígenas, afrodescendentes, mulheres e LGBTQIA+, e por projetos de educação populares numa perspectiva verdadeiramente freiriana.

PORTO ALEGRE 250 ANOS:
QUAIS DANOS URBANOS NOS ECOSSISTEMAS COMPROMETEM SEU FUTURO?

Rualdo Menegat

Professor do Instituto de Geociências da UFRGS

Endereço eletrônico: *rualdo.menegat@ufrgs.br*

No momento em que Porto Alegre completa 250 anos podemos vê-la como uma cidade com grandes desafios, potencialidades, ambientalmente abandonada e com diminuição de sua autoestima – fruto de políticas urbanas, sociais e ambientais dos últimos dez anos. Nesses casos, balanços e análises da história ambiental da cidade podem ser deveras longos para o espaço deste texto. Contudo, uma análise sintética para saber o que é substantivo em uma perspectiva histórica de 250 anos pode ser alcançada ao respondermos as seguintes questões: (1) O que fizemos aos ecossistemas onde nossa cidade está inserida? (2) Quais danos que produzimos oferecem perdas estratégicas dos serviços ecossistêmicos? (3) E qual a dimensão física atual de nossa Porto Alegre?

No presente texto, comentaremos sobre o gigantismo urbano e os problemas ambientais derivados, como o do metabolismo linear, consumismo sem limites e deterioração

da água. Em seguida, abordaremos brevemente a falência dos programas ambientais de Porto Alegre nos últimos dez anos e os problemas que podem advir com a ausência de programas que enfrentem a questão climática. A partir disto, perguntaremos sobre nossos bens ambientais, em que apresentaremos um breve apanhado sobre a paisagem única de Porto Alegre. Por fim, avançaremos perguntando sobre a importância da participação da cidadania e finalizaremos enfatizando a importância do conhecimento local e da educação com base no lugar, exemplificados pelo Atlas Ambiental de Porto Alegre e pelos Laboratórios de Inteligência do Ambiente Urbano, desenvolvidos pela Rede Municipal de Ensino.

O METABOLISMO BIOCIDA DERIVA DO CONSUMISMO IRREFLETIDO

As cidades, em sua voracidade de consumo e desperdício, produzem quatro modos gerais de impacto nos ecossistemas onde estão encravadas. O primeiro é a forma pela qual elas ocupam o território, vedando o solo e modificando profundamente a rede de rios e o ciclo hidrológico. O segundo é a extração predatória dos insumos que precisa para sua sustentação, trazendo para seu domínio uma quantidade muito maior de elementos do que a sua capacidade de consumi-los. Ela parecer-se-ia a um “Voracino”, monstro que sempre quer mais coisas do que aquelas suficientes para sua sobrevivência.

O terceiro modo deriva do fato de que a cidade, por ter um metabolismo tão ineficiente, precisa de grandes áreas para descartar seus rejeitos. No Brasil, os resíduos sólidos são dispostos na maior parte dos casos de forma inadequada, a céu aberto sobre o solo, inundando áreas naturais periféricas à urbe. Os resíduos líquidos ou efluentes, que são descartados na água de rios e lagos, poluem os mananciais que abastecem os humanos. Os resíduos gasosos ou emissões, lançados no ar, formam bacias atmosféricas contaminadas sobre as cidades, degradando o ar que os cidadãos respiram.

Grande parte desses materiais descartados contamina o meio onde são jogados, isto é, por serem reativos, modificam a composição e a dinâmica dos ecossistemas, produzindo efeitos sequenciais: como a chuva ácida e a contaminação dos solos, das águas superficiais e subterrâneas. Tais efeitos, longe de serem apenas locais, atingem hoje vastas áreas e volumes da litosfera, da hidrosfera, da biosfera e da atmosfera – as grandes esferas planetárias – produzindo fenômenos cujos efeitos mais profundos são ainda pouco conhecidos pela ciência, como o aquecimento global e a perda da biodiversidade. A humanidade tecno-urbanizada está alçada a agente geológico, isto é, a ser capaz de alterar os sistemas em uma escala planetária e de longa duração temporal.

A ÁGUA: UM BEM COMUM

Com a água, também se verifica o mesmo fluxo metabólico biocida. Precisamos de uma quantidade enorme de água para abastecer os cidadãos e suas atividades. Como os mananciais estão cada vez mais impróprios para o consumo humano, a água precisa passar por processos de tratamento cada vez mais severos. Porém, a maior quantidade de água que precisamos para sustentar os aglomerados urbanos não é aquela necessária para a vida biológica dos cidadãos – cujo organismo é constituído de 75% dessa substância–, nem para abastecer as atividades urbanas. É aquela necessária para descartar os efluentes domésticos e das atividades comerciais, industriais e serviços.

Uma cidade como Porto Alegre, com cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes, precisa, em média, de 600 milhões de litros de água por dia para seu abastecimento. Entretanto, para diluir os efluentes gerados de modo a produzir um baixo impacto no ecossistema, precisa-se de uma quantidade assombrosa de água: cerca de seis bilhões de litros. Isso porque os efluentes domésticos e industriais são descartados, na maior parte dos casos, sem qualquer tratamento nos corpos d’água próximos à cidade, tendendo a se dispersar na forma de densas plumas muito tóxicas. Até onde o Guaíba poderá suportar?

A PORTO ALEGRE DE HOJE

Já estamos muito longe da Porto Alegre de nossos avós, a cidade dos bondes, do porto, dos passeios na Rua da Praia e na livraria Globo. Essa cidade dos anos 1960, então com seus 500 mil habitantes, ainda era uma mancha isolada no mapa. Hoje, quando olhamos Porto Alegre no Google Earth, vemos uma gigantesca mancha urbana contínua, que vai até Novo Hamburgo e Sapiranga, onde vivem cerca de 4,6 milhões de pessoas.

Essa cidade gigante é muito mais complexa do que aquela de nossos avós. Por isso, muitos problemas urbanos atuais derivam desse gigantismo que temos dificuldade de tomar consciência. Estar em Porto Alegre é estar na mesma urbe de São Leopoldo ou Gravataí, Canoas ou Alvorada, Sapucaia ou

Novo Hamburgo, Guaíba ou Esteio, Viamão ou Cachoerinha. A mobilidade urbana é o sintoma mais claro da complexidade dessa gigantesca mancha urbana, que não está sendo cuidada em seu conjunto e pouco também em suas partes. Cada núcleo urbano metropolitano ficou refém de práticas anacrônicas e ineficientes de transporte coletivo. E, aqui, não há soluções locais nem pontuais. Faz-se necessário um plano integrado. Porto Alegre ainda não tem seu sistema de transporte coletivo tipo BRT (Bus Rapid Transport), adotado em grande parte das grandes cidades sul-americanas.

Figura 1: A cidade gigante da Região Metropolitana, expressa-se nessa imagem de satélite como uma placa de concreto única, desde Porto Alegre, a sul, até Novo Hamburgo-Sapiranga, a norte. Fonte: Google Earth

O ABANDONO AMBIENTAL RESULTA DA AUSÊNCIA DE PROGRAMAS DE GESTÃO

Os programas ambientais em Porto Alegre não só foram abandonados, mas também a própria estrutura de gestão ambiental foi sendo sucateada. Há 15 anos, havia programas de gestão integrada de todo o ambiente da região metropolitana. Para citar um: o Programa Pró-Guaíba, em que todos municípios tinham metas para desenvolver sistemas de coleta de esgotos para despoluir o lago Guaíba. Esses programas foram desmontados e hoje, vemos um Guaíba agredido por todos os lados. Seja pela especulação imobiliária que ataca os últimos estoques ecológicos de suas margens (verdadeiros santuários); seja pelo despejo continuado de esgoto doméstico sem tratamento ou acidentes previsíveis que lançam esgoto industrial. São areeiros que atuam como pontas-de-lança da construção civil que querem se desonerar dos impactos.

De modo assustador, até a mineração de carvão, cuja proposta de abertura de uma mina a 16 km do centro da capital e a 22 km dos pontos de captação de água para o abastecimento parecia ser uma ameaça sem precedentes. Essa proposta de minerar carvão na região metropolitana é um sintoma do quanto a cidade abandonou seus programas ambientais e encontra-se à mercê do extrativismo predatório neocolonial por todos os lados. Nestes últimos cinco anos, nenhum prefeito, e tampouco a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, colocou-se frontalmente contra esse verdadeiro crime contra a saúde dos ecossistemas, da cidade e da população que o projeto da Mina Guaíba representava. Por ora, o processo de licenciamento desse projeto foi anulado pela Justiça Federal e arquivado pela FEPAM.

O resultado desse brutal descaso reflete-se na perda crescente da qualidade da água que bebemos, um sintoma cada vez mais evidente. A contaminação do lago Guaíba está em seu limiar, principalmente nos pontos de captação de água no canal Navegantes. Ademais, Porto Alegre não tem um manancial de emergência, caso aconteça algum desastre industrial no Guaíba. Isso nos leva a colocar a qualidade da água e o lago por inteiro como a prioridade das prioridades. Estamos correndo um risco enorme. Então vamos agora unir os pontos: as cidades gigantes são muito mais exigentes quanto a sua gestão, pois os riscos ambientais e urbanos também são crescentes. Um hipotético colapso do abastecimento de água de Porto Alegre devido a uma contaminação do Guaíba, levaria ao colapso de toda a megacidade. Temos exemplos muito claros disso. Na estiagem de 2014, a cidade de São Paulo ficou sem água. A cidade que não para, como era o refrão paulistano, teve que parar. A histórica mortandade de peixes no rio dos Sinos em 2006, como no Guaíba e mais recentemente no Dilúvio, entre outras, mostra-nos o quanto estamos num limiar crítico em termos ambientais.

Não somente da água, houve o abandono do controle da qualidade do ar. Porto Alegre situa-se em uma região de terras baixas em que a bacia atmosférica metropolitana pode ficar estática, acumulando poluentes, – ou no inverno, quando ocorrem inversões térmicas, a neblina passa a armazenar as emissões. Cidades desse porte devem ter programas eficientes e inclusive alertas sobre a qualidade do ar. A frota de ônibus deveria utilizar combustíveis de baixa emissão de poluentes, como o chamado “diesel metropolitano”, e mesmo tração elétrica.

Em síntese, há uma deterioração crescente dos serviços ecossistêmicos, em especial aqueles oferecidos pela água. Nossos arroios tornaram-se valões e, alguns deles, não acumulam apenas resíduos sólidos e esgotos, mas também metais pesados. As nascentes não estão sendo protegidas e, com isso, todo o sistema fica comprometido.

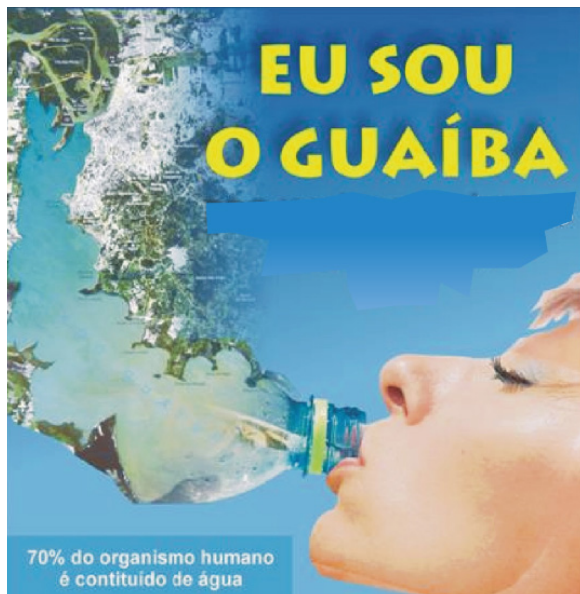



Figura 2: O ambiente como parte fundamental de nossas vidas pode ser ilustrado figurativamente na relação vital que se estabelece entre o Guaíba, que é o manancial de abastecimento de água, e o ser humano, que a utiliza.

PORTO ALEGRE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Agora vejamos: em um contexto de mudanças climáticas, a ausência de programas ambientais também significa dificuldades para enfrentar os novos desafios. Se não fizemos o tema de casa elementar, como enfrentar as grandes mudanças em curso no presente século?

As mudanças climáticas cobram de nós claros programas acerca dos possíveis impactos ambientais locais, dos quais vou comentar quatro, sendo três relacionados à água e um, ao vento. O lago Guaíba situa-se na continuidade da laguna dos Patos, a qual se conecta com o Oceano Atlântico. A possível mudança na elevação dos oceanos, estimada em 0,60 m até o final do século, ocasionará igual mudança no nível da laguna dos Patos e do Guaíba. Isso terá reflexos no sistema de drenagem urbana e no sistema de esgotamento da cidade. Além disso, chuvas mais intensas, como também são prognosticadas com as mudanças climáticas, tendem a aumentar problemas com inundações e alagamentos, que podem agravar-se em períodos de El Niño. Por fim, as estiagens também tendem a acentuar-se, o que leva a um aumento da concentração de poluentes na água do lago, diminuindo sua qualidade para consumo. Quanto ao vento, há a tendência da sua intensificação, como ocorreu em janeiro de 2012.

Além disso, a cidade deve ter metas de descarbonização e de incentivo a seus cinturões verdes para produção de alimentos. A complexidade de eventos recomenda que tenhamos as fontes de alimento saudável mais próximas.

A PAISAGEM DE PORTO ALEGRE: O PATRIMÔNIO DOS PATRIMÔNIOS

A região de Porto Alegre situa-se em uma confluência de paisagens que se revela em termos de três grandes patrimônios naturais. O primeiro é o patrimônio hídrico, onde há a convergência de quatro rios – Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí – para o lago Guaíba, com um quilômetro cúbico de água doce, que nos conecta até o oceano. Somos uma cidade que se situa na interface entre o continente e a província costeira.

O segundo patrimônio, é o encontro de paisagens do sul da América do Sul, com espécies que são provenientes desde a periferia da Amazônia, do Chaco, do Pampa e da Floresta Atlântica. Trata-se de um ecótono cujo mosaico vegetal é complexo e único. O terceiro patrimônio é representado pelos estoques naturais importantes, como o do Parque Estadual Delta do Jacuí, a Reserva do Lami e, mais a sul em Viamão, o Parque de Itapuã. Esse conjunto vegetal e geomorfológico se expressa de forma singular nas pontas e enseadas da margem do lago Guaíba.

Todo município de Porto Alegre situa-se dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com áreas núcleo, de transição e amortização. Temos que ter a consciência de habitar neste lugar. Na verdade, a margem do Guaíba deveria ser um fabuloso corredor ecológico desde a ponta sul do lago, em Itapuã, até o delta do Jacuí e dali seguindo pelos rios e interiorizando-se.

Há, portanto, urgência em se estabelecer uma rede de mobilidade ecológica em todo o território, que sirva de conscientização sobre a natureza desse espaço e também de cuidado. A ideia de que a cidade forçosamente danifica o ambiente deve ser abandonada. As cidades devem aprender a conviver com o cuidado dos ecossistemas se quiserem sobreviver e ser resilientes. Para tanto a cidade não pode bloquear essa mobilidade ecológica, sob risco de perda da biodiversidade e da fragmentação dos hábitats. O corredor ecológico da margem do Guaíba é, ainda importante, pois ele conecta

também as manchas florestais e campestres dos morros, através das margens dos arroios.

Hoje, devemos ter uma perspectiva de que habitar um lugar não significa mais pavimentar ruas e avenidas e construir edifícios. As cidades devem modificar a ideia que são constituídas por uma placa de concreto e aço contínua. Precisam-se de cidades adaptadas ao lugar, de sorte a não aumentarem os danos aos ecossistemas. Por exemplo, fala-se em cidades porosas, cujo solo urbano é apto para absorver grandes enxurradas.

Também se fala em Reserva da Biosfera Urbana – Porto Alegre poderia ser uma área especial dentro da Reserva da Mata Atlântica. Mas isso não é um plano que possa ser feito em gabinetes, mas construído socialmente com a cidadania. A compostagem orgânica associada com hortas são práticas cada vez mais desejadas, assim como parques agrários nos cinturões verdes periurbanos. As áreas rurais podem ser tanto de produção de alimentos quanto turísticas. Devemos favorecer e incentivar o turismo interno. O lago Guaíba, por exemplo, nos conecta com Guaíba, Barra do Ribeiro, e além, à Laguna dos Patos, onde há lugares belíssimos para se visitar. Não aproveitamos o potencial que está ao lado, o que incentivaria a economia circular, endógena a qual, por sua vez, favorece o cuidado ambiental. Precisamos incentivar os círculos virtuosos, rompendo com os procedimentos lineares de usar e botar fora.

A qualidade de vida não é um conceito abstrato. Podemos facilmente avaliá-la a partir da qualidade da água, do ar, dos alimentos, do acesso à cidade, seus parques, suas belezas. Isso constrói a identidade do lugar, o sentido de pertencimento e com ele o cuidado. Devemos ter cada vez mais consciência que habitamos um lugar impressionante do ponto de vista de sua paisagem e com muita potencialidade para o desenvolvimento sustentável com qualidade de vida para todos.

CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: ATLAS E LIAUS, UM POUCO DE NOSSA EXPERIÊNCIA COMUM

O Atlas Ambiental de Porto Alegre é um dos maiores bens técnicos-científicos sobre um lugar, que foi produzido por cerca de 230 técnicos e pesquisadores da UFRGS, Prefeitura Municipal e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Foi um olhar da ciência para o lugar, no sentido de elaborar um documento completo que evidenciasse sua história natural, belezas, problemas e potencialidades.

O Atlas é um poderoso instrumento de planejamento, informação e educação. Ele foi utilizado desde o seu lançamento para o desenvolvimento de um método de educação socioambiental na Rede Municipal de Educação. Esse método consiste na construção de Laboratórios de Inteligência do Ambiente Urbano (LIAU) nas escolas. Esses espaços são constituídos de materiais do Atlas, mas fundamentalmente por produtos resultantes da investigação da comunidade escolar. Há maquetes, litotecas, fototecas, mapotecas e histórias do bairro e sua gente que constituem um mini museu do ambiente em que a escola se situa. A escola se coloca como um centro de saberes locais, pois os monitores do LIAU apresentam esse espaço para seus colegas e também para a comunidade. A escola como uma inteligência do lugar e não como uma repetidora de saberes foi uma inovação educacional inédita da Rede Municipal de Ensino, desenvolvida ao longo de 20 anos em parceria com o Instituto de Geociências da UFRGS. Esse processo formou várias gerações de professores e alunos que passaram a olhar de forma diferente o lugar onde moram e estudam. Passaram a ter orgulho do lugar em que nasceram e vivem e aprenderam a representá-lo, cuidá-lo e a ter uma narrativa positiva sobre ele.

Sem a perspectiva de termos uma visão da totalidade sócio-urbana-ambiental não podemos ter um projeto de futuro nem um projeto de gestão. O Atlas é um instrumento que foi testado para proporcionar essa visão comum em termos de uma construção educacional, coletiva, com a cidadania. O futuro da urbe é aquele que a civitas, a cidadania decide. Os instrumentos democráticos e informados com base no conhecimento de um Atlas são fundamentais para isso. Nos últimos anos, as escolas foram fechando os LIAUs por conta de políticas obtusas e também se abandonaram os grandes projetos ambientais. Precisamos urgentemente reverter esse processo.

Muitas cidades têm seus símbolos naturais de modo claro, como o Pão de Açúcar do Rio de Janeiro, a cordilheira dos Andes que emoldura a cidade de Santiago, ou as praias de Salvador. O Atlas Ambiental revelou de modo integrado e histórico que Porto Alegre também se situa em um lugar maravilhoso, de confluência das paisagens do sul da América Meridional, dos relevos sul-rio-grandenses e das águas. Isso tudo está representado pelo seu maior bem ecológico, ambiental e histórico-cultural: o lago Guaíba. Ele é nossa origem e nosso destino. Tudo o que acontecer com ele, acontecerá conosco. Por isso a concertação

social, participativa da *civitas*, da cidadania é o modo com o qual se pode construir um futuro melhor, ambiental e social. Do contrário, ficamos reduzidos à fragmentação e ao descaso.

REFLEXÃO FINAL: O LAGO GUAÍBA COMO ESTRATÉGIA PRINCIPAL

A gestão ambiental urbana em cidades gigantes é complexa e isso exige novas metodologias, técnicas e abordagens. Porém, é evidente que se trata de uma gestão que deve ser vista de forma integrada e que tenha como premissas a participação ativa da cidadania e a isonomia social e política. O conhecimento do lugar é fundamental para não implantar modelos que podem ser inúteis no contexto da paisagem da região de Porto Alegre. A educação deve ter relevo fundamental na gestão ambiental-social-urbana, pois ela ajuda na construção da identidade e da cultura do lugar.

Porto Alegre foi pioneira e vanguarda ambiental em muitas questões. Situa-se em uma região particular do sul do Brasil, no encontro de paisagens e em uma confluência hídrica, onde o lago Guaíba se constitui no maior bem ambiental e fonte de nosso abastecimento. Saber cuidar do Guaíba é saber considerar o conjunto ecossistêmico urbano-natural em que se habita. Essa é uma condição das cidades gigantes, onde os riscos também são aumentados. O Guaíba, no caso de Porto Alegre, é também seu destino. O que acontecer com ele, acontecerá também com toda a cidade. Por isso, a construção de uma cultura de cuidado de suas águas torna-se um ponto de convergência de programas ambientais para toda a região.

NEM MIAMI, NEM BUENOS AIRES: SOMOS PORTO ALEGRE

Jacqueline Custódio

Advogada, Mestre em Memória e Patrimônio (PPGMUSPA/UFRGS), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (UFRGS), Coordenadora do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro/RS, Coordenadora Adjunta do Núcleo RS/ICOMOS Brasil.
Endereço eletrônico: *jacquecustodio@gmail.com.*

> A paisagem costeira portuária de Porto Alegre, além de apresentar traços naturais únicos e de vital importância para a fundação da cidade, carrega também vestígios de valor tanto material quanto imaterial sobre a história de Porto Alegre (LOHMANN, 2016, p.216).

O Cais fez 100 anos em 2021 e foi construído para ser a porta de entrada da cidade. O pórtico central, composto por estruturas metálicas encomendadas à Casa Daydée de Paris, foi planejado para ficar em linha direta com a sede do Governo, o Palácio Piratini. A arquiteta Larissa Lohmann descreve a porta de entrada de Porto Alegre e a sala de visitas do Estado:

> O prestígio que as classes dirigentes buscavam se mostra claro na reformulação da Praça da Alfândega [a "sala de visitas do Estado"] e a grande avenida projetada, que faria a conexão entre a área portuária e o Palácio do Piratini, através de uma avenida monumental. No ponto do portão do cais, área que ainda existia somente em projeto, estava prevista uma escadaria de acesso ao rio, e que funcionaria como porta de entrada da cidade. O projeto é assinado por Attilio Alberto Trebbi, primeiro desenhista da Secretaria de Obras Públicas do Estado. (LOHMANN, 2016, p. 225)

Este começo histórico serve como fio condutor, para que se compreenda a importância do Cais para a cidade, sua memória e sua autoestima. Como disse uma vez minha querida amiga Carolina Soares, a Sosô, cofundadora da rede Minha Porto Alegre[1], "se Porto Alegre tivesse uma carteira de identidade, a foto seria do cais do porto", uma metáfora que eu acho insuperável.

No entanto, os projetos que foram elaborados para a integração do cais com a cidade, quando ele deixou de ter a função portuária, partiram da premissa de que um plano de negócios seria a melhor solução. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o "Projeto Cais Mauá" (2010) e o atual "Projeto de Revitalização do Cais Mauá" (2020).

Os resultados foram semelhantes, pois em nenhum dos casos houve a efetiva

[1] Disponível em: <*https://www.minhaportoalegre.org.br/*>. Acesso em: 26/05/2022.

participação da sociedade e os objetivos tinham menos a ver com o interesse público, do que com a necessidade dos empreendedores, frente a um território excepcionalmente valorizado, como a orla do Guaíba. Não é à toa que a atual proposta de revitalização começou com um Projeto de Estruturação Imobiliária[2].

A proposta apresentada em 2010 propunha torres de escritórios e hotel, nas docas, e um shopping center fechado na área próxima ao Gasômetro, o que potencialmente reduziria o acesso universal e democrático, alterando marcantemente o perfil de Porto Alegre e a paisagem cultural, composta pelos armazéns e pórtico do cais, em contraste com a cidade atrás e o Guaíba em frente.

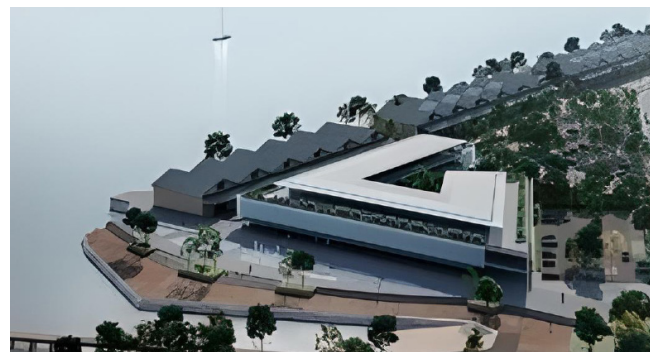
Diante disso, começou um movimento de resistência da sociedade em defesa de um cais público e da paisagem urbana identitária. Paralelamente, em Recife (PE), ocorria o processo de privatização do Cais Estelita e a reação daquela comunidade ultrapassou as fronteiras, chegando a Porto Alegre como o Movimento Ocupe Estelita[3]. Foi um impulso para que aqui se criasse o Ocupa Cais Mauá[4], a primeira organização social em defesa do cais, que também teve raízes no grupo Defesa Pública da Alegria[5].

Depois, o movimento Ocupa Cais Mauá se desdobrou em Cais Mauá de Todos[6], que acabou dando origem à Associação dos Amigos do Cais do Porto (AMACAIS[7]). A associação foi criada para legitimar suas ações em prol da defesa do cais, incluindo as representações judiciais e administrativas, junto ao Poder Público.

A atuação destes grupos incluía a realização de eventos públicos, especialmente na Av. Sepúlveda, bem em frente ao Pórtico do Cais, e na praça Brigadeiro Sampaio, além de ações judiciais, que questionavam o descumprimento do contrato do Consórcio Cais Mauá do Brasil com o Governo do Estado do RS. Embora não tenham obtido a rescisão do acordo em suas demandas judiciais, estavam corretos, haja vista que o então governador Eduardo Leite, como um de seus primeiros atos, rescindiu o contrato com o consórcio.

Foram, pelo menos, seis anos de lutas constantes, de embates em audiências públicas, em conselhos municipais, na busca por espaço na mídia, na divulgação dos problemas encontrados nos projetos, com o consórcio – com a Polícia Federal fazendo busca e apreensão em sua sede no cais – e conversando com os Ministérios Públicos Estadual, Federal e de Contas. O diálogo com o Executivo Municipal e Estadual nunca foi efetivado.

Com a rescisão do contrato, houve um momento de esperança de que o novo olhar pudesse trazer de volta o cais à população, preservando os bens tombados, o perfil característico de Porto Alegre e reconectando o cais à cidade e à população. Mas não foi o que aconteceu; o cenário para o futuro do cais do porto ficou ainda mais vulnerável à descaracterização e à gentrificação.

Com a nova proposta, o atual Governo Estadual abriu a possibilidade de lotear o cais e vender os lotes[8] para a iniciativa privada. Com a venda, é possível construir torres residenciais, que antes estavam vedadas por lei municipal, e o desaparecimento do famigerado shopping center do projeto anterior, reapareceu como um “Edifício Serviço e Educação”, como se vê nos desenhos abaixo.

Fonte: Zero Hora, 9 jul. 2018

Fonte: Zero Hora, 25 nov. 2021

[2] Disponível em: <*https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-em-andamento/revitalizacao-do-cais-maua-rs*>. Acesso em: 26/05/2022.

[3] Disponível em: <*https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br*>. Acesso em: 26/05/2022.

[4] Disponível em: <*https://www.facebook.com/ocupacaismaua*>. Acesso em: 26/05/2022.

[5] Disponível em: <*https://sul21.com.br/noticiasultimas-noticiaspolitica/2012/10/manifestantes-se-reunem-na-quinta-para-defender-alegria-nas-ruas-de-porto-alegre/*>. Acesso em: 26/05/2022.

[6] Disponível em: <*https://www.facebook.com/caismauadetodos*>. Acesso em: 26/05/2022.

[7] Disponível em: <*https://www.facebook.com/Amacais*>. Acesso em: 26/05/2022.

[8] Disponível em: <*https://parcerias.rs.gov.br/cais-maua*>. Acesso em: 26/05/2022.

A estratégia de resistência, agora, foi propositiva: a ocupação cultural dos armazéns. Com o acúmulo das estratégias dos movimentos anteriores que se dedicaram à defesa do cais, a nova tática foi ouvir a comunidade cultural e, a partir de suas necessidades, propor a ocupação dos galpões com atividades culturais, de economia criativa, economia sustentável, espaços de memória e de referência às etnias e povos que construíram a cidade.

Em conjunto com o Coletivo Cais Cultural Já[9], iniciado em janeiro de 2021, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), elaboraram diretrizes para a ocupação dos armazéns. A proposta[10] apresenta estudos de viabilidade de uso e ocupação do Cais do Porto por atividades culturais, além de diretrizes para a viabilização e sustentabilidade financeira do empreendimento e gestão através de mecanismos de governança participativa.

Desde que o contrato foi rescindido, o coletivo buscou novamente o diálogo com o Governo do Estado e do Município, protocolando pedidos oficiais de audiência na Casa Civil e no protocolo da prefeitura. Jamais foi recebido por eles e, como se tem visto, a participação popular tem sido cerceada de várias formas, inclusive em audiências públicas obrigatórias, como a que aconteceu no Programa de Reabilitação do Centro Histórico[11], que definiu o regime urbanístico para a região das docas, permitindo a construção das torres. A descaracterização da paisagem que identifica Porto Alegre será irreversível, como se vê na ilustração abaixo.

Mas não é apenas a paisagem cultural e histórica de Porto Alegre que vai sofrer impactos gigantescos: também sofrerão o centro histórico, seus moradores e frequentadores, a dinâmica da região, com grandes implicações na mobilidade urbana, o meio ambiente natural e o construído. Em relação à potencial gentrificação da região, os resultados do laboratório de testes chamado Embarcadero confirmam a hipótese.

Na entrada deste espaço concedido à iniciativa privada sem licitação, há um cartaz que traz regras de conduta para frequentar o local e deixa explícita a sua condição: "O Cais Embarcadero é um espaço privado criado para uso público, e pode, ocasionalmente, fechar para manutenção e eventos privados". Não é permitido entrar nem com uma garrafa de água e quem participa de algum evento ou atividade ali aceita tacitamente que seja usada sua imagem, sem qualquer tipo de contraprestação.

É preciso lembrar que o Cais Mauá se insere como Parque urbano que é uma área com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos" (COSTA, 2015). Portanto, esta área está subordinada às regras da Resolução do CONAMA n.º 369/2006, no que diz respeito à intervenção em Área de Preservação Permanente (APP). A norma traz um conceito que se ajusta àquele território, em seu art, 8º, §1º:

> Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização.

As margens do Guaíba são APPs, conforme expresso na Lei Orgânica Municipal (art.245, inciso V), e o Poder Público tem o dever de garantir o exercício do direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, adotando medidas para defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo. Garantindo uma ocupação sustentável do cais do porto, sob todos os pontos de vista, os mandatários do Executivo

[9] Disponível em: <*https://www.facebook.com/caisculturalja*>. Acesso em: 26/05/2022.

[10] Disponível em: <*https://propostacaisdoportoalegre.blogspot.com/p/diretrizes-gerais-cais-cultural.html*>. Acesso em: 26/05/2022.

[11] Disponível em: <*https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2021/04/02/programaCentroUrbano2.pdf*>. Acesso em: 26/05/2022.

Figura 2. Projeto de Revitalização do Cais Mauá, Masterplan, Proposta Urbanística, p.28.

Estadual e Municipal estarão cumprindo seu compromisso público e priorizando o interesse dos cidadãos porto-alegrenses.

Por fim, é preciso reconhecer que a construção do porto foi o esteio para a renovação e desenvolvimento da cidade, marcando-a de forma indelével, e para sempre lembrado, pois expresso no nome do município. O estabelecimento do cais escreveu sua história no território banhado pelo Guaíba, criando uma nova paisagem costeira, cujos vestígios, materiais e imateriais, simbolizam um período em que a cidade ansiava por progresso. (LOHMANN, 2016).

Descaracterizar este pedaço de história esculpido na orla é apagar parte de nossa memória, embaçando nossa identidade, naquilo que nos distingue de outras cidades, no país e no mundo. É esquecer daqueles que aqui estavam antes dos açorianos e de quem o Guayba herdou seu nome; é suprimir os braços que edificaram o cais e descarregaram o progresso chegado em embarcações. Por tudo isso, na memória dos antigos ou no jovem olhar da atualidade, o lugar tece uma complexa e bonita rede de relações carregada de símbolos dignos de serem preservados, revelados e celebrados" (LOHMANN, 2015, p.216).

REFERÊNCIAS

COSTA, Geraldo. Cais Mauá em Porto Alegre é movimento de resistência. **Obvius**: escrita colaborativa cultural, Suiça, 2015. Disponível em: <*http://obviousmag.org/viver_a_deriva_e_sentir_que_tudo_esta_bem/2015/cais-maua-em-porto-alegre-e-movimento-de-resistencia.html.*> Acesso em: 15 abr. 2022.

LOHMANN, Larissa. A obra, o rosto e a mensagem: reflexões sobre a construção da área portuária de Porto Alegre [RS]. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 213-231, jul/set 2016. DOI *http://dx.doi.org/10.20396/lobore.v10i3.8646184*. Disponível em: <*https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/issue/view/1075*>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MILMAN, Túlio. Os bastidores do novo projeto do Cais Mauá: primeira imagem atualizada da planta mostra um prédio mais ecológico e horizontal. **GZH**, Porto Alegre, 9 jul. 2018. Disponível em: <*https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/tulio-milman/noticia/2018/07/os-bastidores-do-novo-projeto-do-cais-maua-cjjd5pe1i0or601qo0h38r3gw.html*>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OLIVEIRA, Rosane de. Novo projeto do Cais Mauá é ousado e tem potencial para novas polêmicas: venda de terrenos nas docas sustenta a revitalização dos armazéns, que seguirão sendo públicos. **GZH**, Porto Alegre, 25 nov. 2021. Disponível em: <*https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2021/11/novo-projeto-do-cais-maua-e-ousado-e-tem-potencial-para-novas-polemicas-ckwfj749600cf014c16j4sm3o.html*>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CAIS MAUÁ. **Masterplan**. Consórcio Revitaliza, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <*https://parcerias.rs.gov.br/cais-maua*>. Acesso em: 15 abr. 2022.

A CIDADE DOS DESEJOS NÃO MATA NOSSA CAPACIDADE DE DESEJAR

Magali Mendes de Menezes

Doutora em Filosofia, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Educação (FACED-UFRGS). Endereço eletrônico: *magaliufrgs@gmail.com*

Fui convidada a participar de uma conversa sobre a *Porto Alegre que queremos e precisamos construir*, que faz parte da série de debates promovidos pelo projeto *PoAncestral, muito além dos 250 anos*. Tive que remexer as imagens que carrego e as que busco projetar para pensar a densidade da temática proposta. Resolvi partir então do que tenho mais próximo de mim, meu próprio corpo e que significa a experiência de estar/habitar esta cidade. Comecei pensando em minha experiência mais recente, de meu corpo que tropeça em uma calçada esburacada e quebra o pé. Com certeza não é uma cena única, quantas pessoas tropeçam, caem, ou até mesmo se veem impedidas de circular porque vivemos

em uma cidade que nos agride. Seus caminhos não são acessíveis e falam, desse modo, de uma cidade que exclui e nega a uma parte de seus habitantes o simples direito de caminhar. A cidade nos agride ao invés de ser morada.

Para refletir com mais profundidade o tema que me foi proposto construí dois blocos de questões, pois a arte de perguntar sempre tira do lugar o que aparentemente parece estar acomodado em nós. Perguntar é mover ideias, sentimentos, revirar lugares marcados, perguntar é pensar. Foi com este intuito que teci as seguintes perguntas para que a partir delas pudéssemos refletir com profundidade onde estamos.

A primeira questão é um desdobramento da questão já sugerida pelo título do evento: que Porto Alegre queremos? Esta pergunta nos remete a indagar o que é uma cidade? O que significa o espaço urbano e que elementos o distinguem do espaço rural? Afinal, como ambos os espaços se encontram e se separam? Serão tão dicotômicos assim? Quem são as *gentes* que habitam esta cidade e que histórias carregam? Habitamos uma cidade feita de muitos corpos, memórias e consequentemente, de muitos significados para as pessoas que nela habitam.

O segundo bloco de questões emerge da ideia de que precisamos construir esta cidade que queremos, ou seja, a pergunta de alguma maneira pressupõe que o que está aí não é o que queremos. A pergunta nos coloca diretamente na dimensão do desejo. É inevitável não lembrar a obra de Ítalo Calvino, *Cidades Invisíveis*, em que suas personagens são as cidades, entre estas, está a cidade do desejo. O desejo é tanto individual como coletivo, quando pensamos o espaço de uma cidade. O desejo de cada um e de todos nós deveria ter espaço na cidade em que vivemos, do contrário ela se tornará um cemitério a céu aberto dos desejos sufocados. Contudo, o desafio quando vivemos juntos é justamente dialogar sobre nossos desejos (para que o individual não se sobreponha ao coletivo). Temos que ter espaços (públicos) para falarmos e materializarmos o que desejamos. Para isso, torna-se fundamental encontrarmos pontos de convergência, equilíbrio, e assim restituirmos o tecido comunitário.

Meus pais vieram do interior, da cidade de Rosário do Sul e Alegrete, mas eu nasci na cidade de Porto Alegre. Contudo, cresci no entrecruzamento da fronteira simbólica entre o interior e a capital, porque meus pais trouxeram junto deles o modo de vida interiorano, seus modos de pensar e organizar o tempo, rituais, forma de fazer o exercício da palavra. Foi desta maneira que fui vendo meus pais acomodarem as diferentes cidades dentro desta cidade de Porto Alegre.

Para aprofundar mais estas questões iniciais que vão suleando o pensamento, faço a defesa de que a cidade deve ser sempre fruto de um projeto coletivo, em que as diferentes vozes que compõem nossa cidade devem ser escutadas. É importante fazer um parêntese para explicar melhor o sentido de sulear.

> Em 1991, o físico brasileiro Marcio D'Olne Campos publicou o texto "A Arte de sulear-se", no qual, pela primeira vez, fez menção aos termos "sulear-se" e "suleamento". Nessa publicação, Marcio Campos questiona a demarcação de certos espaços e tempos, períodos e épocas da História Universal e da Geografia que foi imposta pelos países considerados centrais no planeta. (TAVARES, 2019)

Ou seja, sulear não é apenas uma questão geográfica, mas geopolítica, em que problematizamos os motivos que levam determinadas regiões a serem mais importantes que outras no contexto global.

Destaco que o discurso sempre é de alguma forma, um exercício de poder. Quando pensamos, por exemplo, a possibilidade de nomear as ruas da cidade. Como nomeamos as ruas por onde nossos pés pisam? Sabemos os significados de seus nomes? Acompanhamos recentemente a polêmica disputa em torno do nome da Avenida que é o portão de entrada de nossa cidade: Av. Castelo Branco passou a ser chamada Avenida da Legalidade e da Democracia. O que acompanhamos não é apenas a disputa de um nome, mas de seu significado para a história de um lugar. Homenagear um ditador brasileiro e todas as mortes que resultaram do poder militar é uma tentativa de apagamento da história brasileira. Em 2011, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça anulou a mudança de nome e a Av. da Legalidade/Democracia passou a ser substituída novamente pelo nome de um ditador.

Este fato nos mostra que, para uma cidade ser fruto de um projeto coletivo deve ser radicalmente um espaço público. O público é o comum, onde nos encontramos e discutimos nossos quereres, e não apenas o querer privado. Não podemos privatizar a cidade. Quando olhamos uma orla do Guaíba sendo paulatinamente privatizada, negando inclusive o direito de olharmos a paisagem, pois grandes

edifícios começam a esconder (privatizar) nosso olhar - isso fala de uma cidade que não é definitivamente, para todos.

Temos que fazer com que Porto Alegre (re)descubra seus espaços públicos. Estes não são espaços dados, devemos a todo o momento reafirmar e reinventar o que é público. Mais, temos que fazer a defesa de que sentido do público nós queremos, pois, este grande conceito muitas vezes é manipulado e está também em disputa. Nesta direção, só podemos compreender o público como exercício da dimensão política e de seu sentido mais profundo, ou seja, a busca do bem viver. Quando recuperamos experiências "perdidas" como o Orçamento Participativo que levou a cidade de Porto Alegre a ser sede do Fórum Social Mundial e ser assim reconhecida internacionalmente, não falamos de uma cidade que era perfeita e deixou de ser. Mas falamos de uma cidade capaz de fazer sua gente falar e discutir os rumos de sua comunidade e do espaço maior que é a cidade. Por tanto, falar de público é falar de uma democracia participativa, em que os chamados cidadãos e cidadãs discutam que cidade desejam.

É preciso também reaprender a olhar, a sentir, a perceber o que esta cidade carrega, a cidade visível e a invisível. Vemos abismos entre seus espaços centrais e a periferia que esconde gente; aqueles que moram embaixo de pontes e outros em grandes mansões. Temos uma cidade profundamente contraditória e sua arquitetura escancara uma injustiça presente na forma como se ocupa os espaços.

Nossa cidade é feita de memórias, histórias muitas vezes esquecidas. Estamos em cima da história dos povos indígenas, da trajetória negra da cidade. Precisamos nos conhecer e falar destes saberes, que não devem caber apenas em espaços pontuais como os museus. As histórias estão ai, tropeçamos nelas e não nos damos conta que elas fazem esta cidade. E para finalizar, diria que pensar a cidade que desejamos requer recuperar a nossa própria capacidade de desejar tão sufocada pela suposta compreensão de que não há mais nada a fazer. Não precisamos decidir, escolher, (re)construir e fundamentalmente, pensarmos em coletivo. Nesse coletivo há humanos e não humanos e se faz urgente refletirmos sobre o meio ambiente, a forma como a natureza se manifesta, compreender a sua linguagem. Somente dessa forma conseguiremos fazer de nossa cidade uma morada de todos, todas e *todes*!

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia da s Letras, 2017.

TAVARES, Elaine. **A origem do sulear**. *In*: *https://iela.ufsc.br/*, consultado 20/04/2022.

O AVESSO DO AVESSO

Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (Alice)

Na humanidade caleidoscópica, falar em diversidade parece redundância. Gato felino, homem humano, chuva aguada. Entretanto, por vezes esta palavra é empregada como algo nobre, concedido pela sociedade a quem não cabe nos moldes aceitos e alardeados pela mídia, pelas novelas, pelo cinema norte-americano, pela propaganda e pela indústria da beleza. Os *diferentes* reconhecidos são aqueles que se destacam: o negro juiz, o paraplégico capaz de ganhar uma medalha de ouro na Paraolimpíada, a miss deficiente visual, a universitária com Síndrome de Down, o ex-favelado jogador de futebol, o cantor sertanejo nascido em uma família de agricultores. A mesma lógica do vencedor. A diversidade vira concessão. A sociedade ensina o soldadinho a

marchar no mesmo passo que ela, dá a farda, toca a corneta. E, então, aplaude.

Entretanto, é surda na hora de ouvir a palavra de quem conjuga o verbo errado, ridiculariza os imperfeitos, segrega os loucos, descarta os velhos, aponta o dedo acusador para os marginais e as prostitutas. Joga no lixo da história o que eles têm a contar, a ensinar. Constrói políticas públicas sem ouvi-los e elas se tornam ineficientes. Focaliza o problema, mas não as causas. Não fala com os guardiões

da chave da fortaleza. Se falasse, saberia que eles têm segredos e revelações para contar. E histórias lindas e histórias terríveis também. Nós precisamos saber para compreender e até para não repetir, quem sabe. O avesso do avesso nada mais é do que o direito. Ao final e ao cabo, somos todos humanos.

Parte substancial da sociedade, em especial, a classe média, foi inoculada com a ideia de que a população pobre e marginalizada é uma ameaça. Um dos países mais desiguais do mundo, trata pobre como bandido, disseminando mentiras reiteradas pela chamada grande mídia e por campanhas anti-sociais. Assim, parte da população passa a repetir bordões como o de que Bolsa Família alimenta vagabundos, que as cotas raciais promovem um racismo ao contrário e que a reforma agrária reduz a produção agrícola. Um modelo político excludente em que o indivíduo deve ascender por seus méritos independente de sua condição ou das oportunidades a ele oferecidas.

De toda a riqueza gerada no mundo, mais de 80% fica para os super-ricos. No Brasil não é diferente, cinco bilionários concentram patrimônio equivalente à renda da metade mais pobre da população. Em nosso país, uma pessoa que recebe somente o salário mínimo precisaria trabalhar 19 anos para acumular a quantia referente à renda de um mês dos 0,1% mais ricos. Não há limites para a ganância e para a exploração do trabalho humano. Este modelo de pensamento traz uma longa história de marginalização da população pobre. As poucas tentativas de instalação de governos democráticos e socialistas sucumbiram à reação conservadora. O Golpe parlamentar de 2016 reafirmou que não houve ruptura com o regime militar imposto aos brasileiros pelo golpe de 1964.

O atual governo brasileiro, de extrema direita, não só perpetuou as práticas antidemocráticas da ditadura como trouxe

Foto: Jackson/Boca de Rua/Agência Alice

retrocessos às conquistas cidadãs. Mais que isso, incentivou o ódio e os preconceitos (contra mulheres, LGBTQIA+, negros, indígenas e populações vulnerabilizadas). A liberação e o uso de armas deram carta branca à violência praticada, principalmente pelas milícias, mas também pelo cidadão comum. Negligenciou deliberadamente, ainda, políticas públicas em áreas essenciais, entre elas a saúde durante uma pandemia mundial, produzindo um genocídio com mais de 660 mil mortes, sem falar nas deploráveis consequências econômicas para a população, a principal delas: a fome.

"Uma sociedade empobrecida – cheia de desempregados, de miseráveis e violência endêmica, cujas causas, segundo a elite e a grande imprensa que a mantém, é apenas a "corrupção política" – elege o mais nefasto político que os 500 anos de história brasileira já produziu", definiu o sociólogo, professor universitário e pesquisador Jessé Souza. Ele ressalta a importância de olharmos o passado e conhecermos a história. Em outras palavras, podemos dizer que, assim como as pessoas acometidas pela amnésia são consideradas doentes, o mesmo acontece com uma nação.

Para a compreensão desta realidade dois fatores são essenciais: a educação e a comunicação. O primeiro proporciona o conhecimento e o segundo, a informação. Ambos contribuem para a construção do pensamento crítico. Para se chegar ao primeiro, são necessárias políticas públicas que permitam o acesso da população às instituições de ensino em todos os níveis. Para garantir o segundo, é preciso uma informação democratizada, como garante o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O conhecimento não deve ser propriedade de poucos. A comunicação não pode ser parcial.

Como tantos outros, porém, esse direito ainda precisa transpor as fronteiras do sonho e do papel, pois, apesar da existência de um movimento para democratizar a informação no País, a mídia brasileira continua sendo um latifúndio dominado por meia dúzia de famílias defensoras ferrenhas dos valores da ordem estabelecida e da dominação econômica. Os canais de televisão e rádio são concessões, mas os empresários detentores de tais benesses agem como proprietários e classificam como "censura" o necessário controle público da programação. Na verdade, a censura é feita por eles ao entregar à população informações seletivas.

Mesmo com o desenvolvimento de tecnologias na comunicação e a formação

de redes na internet – que questionam e repercutem versões dos fatos omitidas pelos veículos de massa – 90% da população segue ligada diariamente nas grandes emissoras nacionais de TV, fiéis aliadas dos poderes econômicos dominantes. O mesmo acontece com a chamada grande imprensa, que dissemina entre os brasileiros a ideia de que a redução de programas sociais e a venda de patrimônio público é a solução para a crise. Maquia um projeto de estado que restringe direitos e ataca a dignidade humana.

Um dos antídotos mais eficientes contra as “verdades induzidas” – responsáveis pela construção do pensamento único, pelo estímulo à intolerância e a ascensão da violência – é o fortalecimento de uma rede de veículos independente. “A mídia alternativa ou independente permite a ruptura, ainda que em pequena escala, do edifício comunicativo hegemônico construído pelas grandes corporações. Permitem que discursos e linguagens ofereçam as mais variadas perspectivas; que pautas sejam produzidas com uma preocupação não orientada pelo lucro”, opinou José Arbex Jr, editor da revista Caros Amigos, no Manual de Mídia e Direitos Humanos. Para ele, o pluralismo oferecido por estas mídias, em seu conjunto, é tão importante quanto o conteúdo ideológico de cada uma delas propriamente dito. “É importante que todos possam expressar os seus pontos de vista: católicos, protestantes, anarquistas, comunistas, socialistas, punks, democratas, culturalistas, zapatistas, homossexuais etc, etc. O pluralismo, mais do que a ‘verdade’ de uma ideologia, é a verdadeira resposta ao pensamento único voltado para o mercado”, concluiu o jornalista.

Zé Luiz/Boca de Rua/Agência Alice

ALICE E O BOCA DE RUA

A Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE) compartilha dessa convicção e dá, ainda, um passo adiante ao compreender a comunicação como um instrumento transformador que vai além das mídias tradicionais. As artes visuais, a fotografia, a literatura, a música, a dança, o teatro, o artesanato e todas as formas de expressão humanas são igualmente considerados meios de comunicação. Essas várias linguagens convivem e mesclam-se entre si, aproximando gerações, promovendo diversas formas de associações, trabalho e trocas. Nesses grupos, são abertos os escaninhos e quebradas as hierarquias de mercado. Todos os integrantes têm direito a voto, tomam decisões compartilhadas, comprometendo-se com o consumo consciente, com a preservação do planeta e com práticas capazes de contribuir para um mundo socialmente justo.

Esses grupos não necessitam de porta-vozes. Eles sabem o que fazer, como provam os projetos de comunicação popular autogestionáveis vinculados à ALICE. Um deles é o jornal Boca de Rua, feito e vendido por moradores de rua de Porto Alegre desde o ano 2000. Mais do que um jornal, o Boca é um coletivo que pratica a democracia, a solidariedade, o direito à palavra e à liberdade de pensamento. Seus integrantes não são submetidos a qualquer espécie de crivo. Ou seja: não precisam preencher requisito algum além da disposição para o trabalho. Ninguém lhes pergunta se têm documentos, se já passaram pelo sistema prisional, ou se utilizam algum tipo de droga. Para serem aceitos, necessitam unicamente respeitar às Regras de Convivência criadas pelos próprios participantes e revisadas de tempos em tempos nos encontros chamados “DeBate Boca”.

Como projeto primogênito da Alice, o Boca já inspirou vários outros dentro da Ong – e também fora dela, em diversos locais do Brasil. No entanto, jamais foi ou será reproduzido tal e qual. A Alice se contrapõe à lógica do empreendedorismo e da disseminação dos projetos conforme o modelo das franquias empresariais. Cada experiência é única, tecida ponto por ponto pelo grupo que a desenvolve em conjunto com a Alice. A cultura local, as expectativas e necessidades dos participantes, assim como os potenciais individuais e coletivos são respeitados, imprimindo características impossíveis de serem clonadas. Trata-se, portanto, de uma subversão à lógica social vigente, uma pequena revolução nessa grande aldeia chamada Brasil. Ou, como diria o escritor Mario Benedetti: “(...) e assim entre todos se consegue/o que era um impossível /que todo o mundo saiba/que o sul também existe”.

Para conhecer nosso trabalho acesse:
https://alice.org.br/

RECONSTRUIR A CIDADE, COM *O BOCA* NO CORAÇÃO!

Anália Martins, Marco Mello
Professora/Professor na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, integrantes do CPHIS – Coletivo de Professoras/es de História PoA e Projeto *PoAncestral – muito além de 250*.

Publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 11 de abril de 2022

Haverá uma melhor forma de contar uma história, senão aquela que apresenta lógica na narrativa, revela uma humanidade distante, nos emociona e, de forma inteligente, coloca em questão nossa zona de conforto, a clamar por justiça? É possível que sim, já que são muitas as linguagens e propósitos. Contudo, certamente poucas vezes a história recente de uma cidade tenha sido contada de maneira tão original e contundente, por aqueles e aquelas que em geral são tão invisibilizados/as e criminalizados/as, como dos integrantes do belíssimo projeto em torno do *Jornal Boca de Rua*, em Porto Alegre.

Lá se vão 21 anos dessa iniciativa, que é uma referência, não apenas pela sua longevidade, mas pelo papel articulador, organizador e formador do povo de rua, com protagonismo e horizontalidade rara, na qual ativistas e intelectuais muitas vezes tendem a colonizar aqueles que pretendem apoiar. O jornal, de periodicidade trimestral, com até 16 páginas, tem suas pautas definidas, escritas, imagens captadas, composição da diagramação, debatidas em assembleias regulares entre seus participantes. E tem sido, desde seu nascedouro, uma ferramenta de denúncia e de organização das pessoas em situação de rua. É também fonte de renda aos participantes, já que seus exemplares são vendidos ao valor simbólico de R 2,00. Mas ele é também fonte da qual brota água límpida e abundante. Fonte de vida, de subsistência que gera o moinho da dignidade, dos sonhos e de projetos coletivos de transformação.

Como educadores, acompanhamos há muito, com o prestígio e a solidariedade na aquisição de exemplares diretamente com os integrantes do Boca nas ruas e feiras da cidade, com a utilização de reportagens em sala de aula, com a divulgação à conhecidos. O frio, a dependência, as mortes, as crianças, a fome, a doença, a escola, o lar, o preconceito, as mulheres, as lutas, a higienização, as ocupações, os juízes, os direitos. Assim, a edição de n.70 (do primeiro trimestre de 2019) tematiza momentos significativos de sua trajetória, o que dá uma ideia para quem não conhece os significados dessas experiências

Em cartaz na Casa de Cultura Mario Quintana, filme que conta a história do jornal Boca de Rua faz pensar na necessidade de uma cidade que assegure direitos a seu povo - Foto: Divulgação/ De Olhos Abertos

e as muitas lutas travadas. Há apoiadores/as, voluntários, financiadores, que ajudam essa experiência a manter-se de pé. Para conhecer e apoiar o Boca de Rua: *https://jornalbocaderua.wordpress.com/category/noticias/*.

Uma dica? Depois de fazer seu apoio acessando o link acima, se ainda não foi, vá ao cinema. *De olhos abertos* está sendo exibido até o final do mês de abril na Cinemateca Paulo Amorim (Casa de Cultura Mário Quintana), assista com toda a atenção possível o documentário que conta um pouco dessa história. Mais adiante ele entrará no circuito de exibição do SESC e ainda há a opção de organizar uma sessão, em qualquer lugar do Brasil, virtual ou presencial, em escola, cineclube, espaço cultural ou outra instituição. Saiba mais no site oficial: *www.deolhosabertos.com*.

DE OLHOS ABERTOS

O belíssimo longa-metragem, dirigido por Charlotte Dafol, é arrebatador! Conta a história do Boca de Rua e da vida de seus integrantes. E vale cada um dos seus 112 minutos. Filmado em 2019, com a pandemia sua estreia se deu em janeiro de 2022, apesar de ter sido apresentado em sessões especiais e alguns festivais, nos quais já obteve reconhecimento e premiações. (link matéria Br de Fato RS *https://www.brasildefators.com.br/2022/01/10/de-olhos-abertos-sera-lancado-*

nos-cinemas-em-porto-alegre-em-janeiro).

A história de sua produção é condizente com a situação geral que se alastra no país, com o abandono das políticas de fomento à cultura. Aprovado pela Ancine, mas sem financiamento público ou privado, foi viabilizado através de uma vaquinha eletrônica, que possibilitou a compra de uma câmera usada e ajuda de custo para transporte e alimentação. A Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice) auxiliou na produção em 2020. A diretora, de origem francesa, e há 10 anos no Brasil, é também escritora e musicista, além de ter formação em História. Foi ela quem produziu o roteiro do filme, e teve a sensibilidade de deixar-se guiar pelas entrevistas, em uma sábia escolha no qual o olhar como fotógrafa fez toda a diferença na composição.

COM O BOCA NO CORAÇÃO

Não há um narrador, ou narradora, tão comum em documentários. Tampouco entrevistas com autoridades públicas, técnicos ou pesquisadoras no tema. No primeiro plano, rostos, num enquadramento que nos conduz a um encontro com a alteridade e a humanidade de cada depoente. A polifonia de vozes, alternando momentos coletivos em torno das pautas, produção e distribuição do Boca, e os depoimentos individuais ou em dupla é uma das grandes qualidades do filme, revelando as vivências e as percepções sociais e políticas de cada um, cada uma. Muito vivamente, cada gesto, cada brilho na retina, cada voz embargada e riso nervoso nos leva para dentro do coração da família do Boca de Rua, uma comunidade tão horizontal quanto possível, captados em um raro grau de intimidade, de uma humanidade que a maioria dos transeuntes no filme parece, infelizmente, não perceber, preocupados em fazer compras e deslocar-se tão-somente.

=BOCA DE RUA= 21 ANOS

IMPRESSO — Ano XXI, número 80, abril, maio, junho 2022 – Preço: R$ 3,00

Este jornal é vendido por:

Não compre de crianças e adolescentes

Prêmio Direitos Humanos AJURIS 2013

Foto Ana Carolina Pereira Boca de Rua/Agência Alice

ABRA OS OLHOS!

O documentário "De Olhos Abertos" - que conta a história do jornal Boca de Rua - estreou em Porto Alegre no começo do ano. Um dos locais de exibição do filme foi a Casa de Cultura Mario Quintana que, em outra época (2015) discriminou o Jornal. Além de passar o filme, a CCMQ também patrocinou uma exposição de capas, e postais para os integrantes venderem.

Alice — Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação

Leia mais: Pix chega ao povo da rua

De olhos abertos poderia ser classificado como um filme de estrada. Os ambientes captados quase sempre são as ruas, praças, marquises, parques, sinaleiras e a EPA (Escola Municipal Porto Alegre). Neles percebemos, na relação produção-depoentes, uma confiança admirável, como em uma conversa franca com quem partilhamos afeto e cumplicidade; ali as risadas soltas das horas boas, por certo também encontraram o ombro amigo nas horas difíceis, entre soluços de desespero. Certamente mérito da diretora, Charlotte Dafol, mediadores e da equipe parceira: Annekatrin Fahlke, assistente de direção, Alfredo Barros, em belo trabalho de montagem, desenho de som com várias músicas dos participantes do Boca, por Juan Quintáns, e finalização de imagens de Raoni Ceccim.

A expressão que dá título ao filme revela uma regra absolutamente necessária para a sobrevivência nas ruas. Para além de uma expectativa rasa, você vai se surpreender com a beleza esperançosa de Alessandra; com a simpatia de Aline e de Kelly; com a eloquência, e agudeza de raciocínio de Anderson; com a articulação de Kimba; com a solidariedade de Leandro; a dignidade e serenidade não resignada de Paulinho, desde os 9 anos na rua, e já com mais de 50; com o apoio recebido de *Zóio*; com os duros aprendizados de Josi e sua auto superação; vai rir com o sonho político de Paulo; e admirar-se da liderança de Jorge e com a persistência (e o papel central) de Rosina Duarte no projeto (Link matéria Jornal Grifo/Br de Fato RS, *https://www.brasildefators.com.br/2022/02/19/o-que-esta-nos-jornais-nao-e-o-real-afirma-rosina-duarte*). Por fim, com a cumplicidade e o trabalho fundamental de Cristina Pozzobon, e tantas, tantos outros outros, que passaram ou continuam por lá – que fazem, assim, não só um Jornal, mas uma das mais extraordinárias experiências de Educação Popular que conhecemos, na qual jornalistas também são jornaleiros, intelectuais com saberes populares que, em distintos graus, acessam e operam com os saberes sistematizados e formais. É fundamentalmente disso que precisamos em uma cidade para que seja melhor do que é. Uma cidade na qual o povo tenha direitos a ter direitos, impulsionado pela sua própria auto-organização.

OUTRA CIDADE POSSÍVEL

O projeto político que hoje vigora, sob uma coalizão de um bloco conservador e que dirige a capital gaúcha, com a condução de Sebastião Melo (MDB) e Ricardo Gomes (DEM) prioriza investimentos que favorecem as grandes corporações, sobretudo da burguesia

associada ao ramo imobiliário, mercado financeiro e as grandes redes comerciais. Na lógica do capital, Porto Alegre está cada vez melhor, privatizada, com desmonte do Estado e dos serviços públicos. Enquanto isso, celeremente a cidade vê decair a qualidade de vida de sua população.

Nesse espectro, pouco ou nada aparece de potencialização e melhoria das condições de vida da Porto Alegre que existe na Restinga, em Belém Novo, no Sarandi, na Bom Jesus, no Rubem Berta, na Cruzeiro, na Lomba do Pinheiro, no Partenon, nas Ilhas. E mesmo na Porto Alegre de um Centro Histórico, como nos dizem os integrantes do *Boca de Rua*, que não é composto apenas de silhuetas de prédios históricos, trechos de orla embelezada e pôr do sol.

Para debater a cidade que queremos e precisamos construir, uma cidade que tenha como princípio assegurar condições e o direito à vida digna de seus habitantes, valorize e respeite suas características socioambientais, seu patrimônio cultural imaterial, que assegure formas de planejamento efetivamente democráticas de gestão e controle do orçamento, deixamos um convite.

A PORTO ALEGRE QUE QUEREMOS E PRECISAMOS CONSTRUIR

Trata-se da sexta e última *live*, de uma primeira série de encontros de formação, que tematiza justamente a problemática apontada e integra calendário alternativo de reflexão em torno dos 250 anos da cidade de Porto Alegre. O Projeto *PoAncestral – muito além de 250* é iniciativa em co-promoção da ATEMPA (Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre) e CPHIS (Coletivo de Professoras e Professores de História da RME PoA) em parceria com o Canal LUDE Comunicação no Youtube (Programa Professores Diários).

Teremos o privilégio de ver e ouvir Anderson Ferreira (Dr. em Educação pela Faced/UFRGS por Notório Saber, graduando em Políticas Públicas na UFRGS, Fundador do MNPR-RS - Mov. Nac. da População de Rua , Integrante do Jornal Boca de Rua há 10 anos); Rualdo Menegat (Prof. Instituto de Geociências da UFRGS, Geólogo, Dr. Ecologia de Paisagem, Dr. Honoris Causa-UPAB/Peru, Vice-Presidente Científico Foro Latino-Americano de Ciências Ambientais/Cátedra Unesco-Unitwin para o Desenvolvimento Sustentável); Jacqueline Custódio (Advogada especialista em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul-FMP, Coordenadora do Fórum Estadual RS de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro); Magali Menezes (Profa.de Filosofia na Faced-UFRGS, Coordenadora da Ação Saberes Indígenas na Escola, Diretoria da Seção Sindical do Andes na UFRGS) e Luciano Fedozzi (Prof. Sociologia da UFRGS, Pesquisador do Observatório das Metrópoles). Na mediação, Rodrigo Souza de Santos (Prof. de História na RME de Porto Alegre, do Coletivo de Profs de História e da Coordenação do PoAncestral) juntamente com André Pares (Prof. de Filosofia na RME de Porto Alegre e Jornalista).

Live: **A Porto Alegre que queremos e precisamos construir**
Hoje, 11 de abril, segunda-feira, 19h
https://www.youtube.com/watch?v=c99MNlRqoWM&t=4667s

Participe! Venha com a gente! Nos siga nas redes sociais
PoAncestral - muito além de 250
https://www.facebook.com/PoAancestral
https://instagram.com/poaancestral

Orçamento Participativo ou Conselhos Populares? Muito além da democracia burguesa

Claudia Artistimunha
Historiadora e técnica do Museu da UFRGS

Maria José da Silva
Educadora da RME e membra da Diretoria da ATEMPA (Gestão 2019-2022)

Onir Araújo
Advogado e membro da Frente Quilombola do RS

Roselena Colombo
Professora de História e Mestre em História Ibero-Americana (PUCRS)

Mal viramos a página do século XX e já se percebe - como farsa ou tragédia - a invenção de um passado recente idílico que sirva, pretensamente, de referência para o futuro. As ideias saudosistas ganham hoje terreno fértil diante do atoleiro bolsonarista em que estamos submersos, mas tal desgraça não pode nos furtar a obrigação de mirar nosso passado com olhar crítico. Um dos entraves para superar a atual conjuntura é exatamente apresentar como solução fórmulas 'congeladas' desse passado idealizado.

É o caso em nossa cidade do Orçamento Participativo. Não à toa foi festejado inclusive por governos e organizações internacionais que se pautam pela 'democracia' e 'cidadania' em seu sentido clássico: um rol de direitos e deveres dentro de uma sociedade organicamente desigual. Tal passado mitificado, por sua vez, parece adequar-se a uma realidade adversa, em que a atual crise generalizada do sistema capitalista mundial - econômica, social, ambiental - trouxe de novo à cena (também como farsa ou tragédia) a polarização democracia e ditadura. Se por um lado não é possível vacilar diante de qualquer ameaça à instalação de uma ditadura civil-militar de cunho fascistizante, tampouco podemos cair na armadilha de um debate binário, que manipula e aprisiona estratégias que não ultrapassam as formas da "democracia burguesa". Cabe aqui esclarecer que tal conceito, "democracia burguesa" - refere-se aos tipos de regimes políticos em que mesmo com certos graus de participação, mais ou menos amplos, da classe trabalhadora, toda a superestrutura (Executivo, Legislativo, Judiciário, etc.) atua em prol da preservação da burguesia como classe dirigente e detentora dos grandes meios de produção. Nesse sentido, medidores como os de "*democracia/desdemocracia*", cujos parâmetros se atêm ao horizonte capitalista, não dão conta da complexidade da realidade. Pelo contrário, retroalimentam uma miopia atrelada ao sistema.

Trazendo o debate para o 'chão da cidade', o tom muitas vezes ufanista do suposto passado glorioso de participação popular via O.P., ao ser repetido sistematicamente como um 'mantra' de pensamento único no 'campo da esquerda' local, tem por efeito inventar uma tradição, recriando o passado e tentando deslegitimar qualquer crítica. Mais do que isso, a tendência à negação de um balanço mais aprofundado sobre os limites do processo vivido nos anos 90 do Orçamento Participativo nos diz muito sobre a estratégia de governar nos marcos da institucionalidade sob regras que restringem o poder popular.

Obviamente sabemos das dificuldades intrínsecas em se tratando de uma cidade. Contudo, as experiências nacionais posteriores mostraram que foram feitas opções políticas bem definidas. Opções essas que, ao substituírem a luta de classes pela conciliação e ilusão num futuro capitalista generoso promovido por liderança carismática, contribuíram para gerar a imensa confusão atual.

Vamos então, pontuar aqui algumas questões. Em primeiro lugar, trazer como ápice da participação popular na cidade a experiência do Orçamento Participativo, criado já em 1989 e instrumentalizado nas 'Administrações Populares' (1989-2004), acaba por omitir todo um processo rico de debates envolvendo a questão do poder popular. A idealização do "OP" acaba por minimizar o fato de que mesmo essa proposta limitada de ingerência popular nas despesas da cidade (pois apenas 10% do Orçamento podia ser disputado pelas diferentes regiões da cidade) só foi possível em

função de manobras que descaracterizaram propostas muito mais avançadas formuladas pelos movimentos populares da cidade. Movimentos esses que foram perdendo sua autonomia organizativa ao serem cooptados e/ou engolidos para a institucionalização e cujas lutas foram sendo esvaziadas em nome da normatização fortemente controlada pelo aparato estatal.

Por sua vez, desde final dos anos 70, as lutas contra a carestia já traziam uma forte participação comunitária - como em 1979, quando ocorre o II Encontro Estadual das Vilas. Nele, um dos participantes já alertava que era preciso

> *(...)ter sempre na cabeça que existem, bem no fundo, dois grupos: os que tem e os que não tem, os que são mandados e os que mandam. Assim os que não tem devem desconfiar das decisões dos que tem pois, sempre não são as que lhe interessam* (FRACAB, 1979:25 - destaque no original, extraído de Silva, 2001:100-101).

Certamente toda a riqueza das histórias dos movimentos populares da cidade, suas lutas e pautas ainda estão por ser conhecidas por *todes* nós. Desde o Centro Operário e a Liga Operária, fundados respectivamente em 1890 e 1891, passando pela Greve Geral de 1917 e pelas experiências das associações comunitárias na segunda metade dos anos 40, até os debates acalorados na sede da então recém fundada (1983) UAMPA (União das Assoc. dos Moradores de PoA) nos anos 80, há muito mais debate sobre o que, de fato, significa participação popular do que a caixa hermeticamente fechada do O.P.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 'CANCELOU' A LUTA POR CONSELHOS POPULARES

No início dos anos 90 a Prefeitura de Porto Alegre, assim como todas do país, começava a respirar financeiramente, fruto da Constituição de 1988 e da municipalização da saúde e educação. Escolas e postos de saúde foram construídos e os ventos da revolução democrática ainda davam sinais de ânimo por mudanças profundas. A luta por Conselhos Populares aqui na cidade se traduziu, nos anos 80, na pressão ao Governo Collares (1986-88), que se obrigou a promulgar uma lei - a LC.195/88, que criava 17 Conselhos Populares. Independente das artimanhas para desfigurar a concepção construída pelo movimento organizado, a lei serve aqui como exemplo concreto do quanto essa pauta estava presente na virada dos anos 80, quando assume a Administração Popular. Aliás, os Conselhos Populares constavam no Programa do PT, em 1988, ainda que de forma genericamente difusa.

Neste momento, na cidade em pulsação, havia o debate sobre que tipo de governo municipal se queria e propostas de Conselhos Populares com poder decisório - não somente sobre uma ínfima parcela da despesa orçamentária - estavam na pauta. A discussão ia para caminhos de poder popular em decisões sobre todos os aspectos da cidade. Mas quando a população periférica apoiou em massa a intervenção da Prefeitura nas empresas de ônibus da cidade e os vários embriões de Conselhos Populares - como os da Lomba do Pinheiro, Grande Cruzeiro entre tantas outras – colocaram - se como sujeitos coletivos dotados de poder, a 'Administração Popular' fez um movimento de recuo que marcou definitivamente sua concepção de governo. Limitou a participação nos Fóruns de decisão sobre o tema e a política de devolução das frotas de ônibus às empresas privadas apontou o caminho de governabilidade burguesa que viria a seguir. Nesse marco e ainda com o peso da pressão dos movimentos sociais foi se formatando o 'modo petista de governar' - um modelo pautado pela ideia de governar para todos, com algumas reformas populares na cidade, mas sem ir muito adiante na luta contra o capital.

Para tal estratégia reformista seria preciso combinar investimentos na infraestrutura da cidade, projeto educacional e cultural e principalmente, controle político sobre as organizações populares pelo aparelho de Estado da Prefeitura. É nesse processo que se dá o apagamento da pauta dos Conselhos Populares pelo Orçamento Participativo.

Ao contrário dos Conselhos - pensados como órgãos autônomos de poder popular - o Orçamento Participativo levou para a estrutura do Estado burguês (com todas as limitações impostas pelo modelo orçamentário que isenta grandes fortunas; pelo modelo parlamentar viciado da Câmara Municipal, etc.) os movimentos que, limitados em suas escolhas, disputavam entre si se tal ou qual região receberia a verba que sobrava. Também não se poderia deliberar sobre aumento de receitas e suas decisões tinham que ser confirmadas pela Câmara Municipal.

Cabe aqui ressaltar - já que estamos a falar de uma Porto Alegre ancestral indígena e negra - o quanto essas comunidades foram alijadas de representatividade. A

desconsideração das especificidades dos territórios e necessidades das comunidades indígenas e quilombolas, através da homogeneização abstrata das temáticas setoriais - saúde, educação, saneamento, etc. - desconsiderando a complexidade de diferentes sujeitos históricos e modos de viver a cidade, acabou por reproduzir a segregação numa 'pasteurização cinza' carregada de colonialidade.

Não pretendemos aqui ignorar o quanto de riqueza, experiências e encontros aconteceram no período. Tampouco minimizar o horror de saque, pilhagem e desmonte dos governos posteriores de Fogaça, Fortunati, Marchezan e Melo. Governos esses que significam um evidente retrocesso em todos os sentidos mas cujas vitórias eleitorais na primeira década dos anos 2000 se assentaram sobre as contradições do 'modo petista de governar', apesar da potência latente dos desejos e necessidades populares. Uma pena que a mão invisível do mercado sempre esteve ali para dizer que não era possível avançar.

Sabemos que uma cidade, mesmo a que queremos e precisamos, não consegue sozinha mudar a estrutura de todo um sistema. Mas é no microcosmo da cidade que as revoluções acontecem. É nela que precisamos debater, organizar e experimentar as rupturas necessárias para que tenhamos futuro. Parte disso é ter coragem de olhar criticamente o já feito.

REFERÊNCIAS

ARCARY, Valério. **Um Reformismo quase sem Reformas**. São Paulo: Sundermann, 2014.

DEBATE SOCIALISTA. **Boletins Informativos do Centro de Debates Socialistas** - CEDSRS (2002-2018). Porto Alegre: FCM Editora, 2018.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO DE PORTO ALEGRE. **Experiências do movimento comunitário porto-alegrense**. *www.maxwell.vrac.puc-rio.br.*

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

NOVACK, George. **Introducción a la lógica**: lógica formal y lógica dialéctica. Barcelona: Fontamara, 1979.

PMPA - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Regimento interno do Orçamento Participativo**: critérios gerais, técnicos e regionais. Porto Alegre: CORAG, 2001.

PMPA - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Lei Orgânica do Município (1990)**. Porto Alegre: CORAG, 2001.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe? O movimento operário da década de 1980.** São Paulo: Sundermann, 2004.

8

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

PORTO ALEGRE:
250 ANOS DE UMA METRÓPOLE DO SEU TEMPO E CHEIA DE CONTRADIÇÕES

Paulo Roberto Rodrigues Soares
Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS
Pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo Porto Alegre

Mui Leal e Valorosa Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Um nome demasiado extenso para os dias atuais. Porto Alegre, Porto, Portinho, POA: melhor. Mais adequado para a era das *start ups* e das redes sociais.

A metrópole de Porto Alegre que chega aos seus 250 anos passou por diversos períodos e etapas de desenvolvimento. Freguesia, porto, capital, cidade comercial, cidade industrial, metrópole industrial, metrópole de serviços e “informacional”. Em todas estas fases Porto Alegre foi uma cidade, uma metrópole, do seu tempo, com as lutas, as conquistas, os problemas e as contradições do momento.

Iniciou o século XX junto com o processo de industrialização, as migrações europeias, a migração de negros e “pelos duros” do interior do estado, que trouxeram crescimento populacional e impulsionaram uma modernidade urbana, traduzida em um novo cotidiano e em obras que “melhoraram e embelezaram” sua área central. Melhoramento e embelezamento aqui como “eufemismos” para a modernização e expulsão dos pobres, dos indesejados, das “classes perigosas” para fora do centro, ainda o local de residência das elites, bem ali próximo aos palácios do poder.

Ainda no século XX a cidade adotou o planejamento urbano, de inspiração novamente europeia e olhando com certo ciúme para as belas capitais platinas mais próximas. Grandes planos que transformaram a natureza (os aterros do Guaíba) e construíram a cidade “ideal” para os ricos e as classes médias, enquanto negros e pobres eram invisibilizados nos seus territórios e expulsos dos espaços centrais e valorizados para as periferias urbanas inóspitas e distantes. E aí tiveram que trabalhar duro para reconstruir seus laços de sociabilidade e identidade enquanto viam a cidade se desenvolver. O bolo crescia, mas as melhores fatias não eram para todos.

A ditadura militar, com outra visão de “modernização”, impôs uma transformação radical da forma urbana com desprezo pelo patrimônio herdado e a partir das grandes obras viárias (viadutos, perimetrais, corredores de ônibus), privilegiando o transporte privado e da circulação, além da intensa verticalização do centro, que nas décadas seguintes iria cobrar a sua fatura, com a sua “decadência” e o abandono das funções mais nobres para outras centralidades. Aos pobres a informalidade das vilas, a precariedade dos loteamentos “clandestinos” ou a aridez dos grandes conjuntos habitacionais periféricos. E a partir daí a cidade vai além dos seus limites municipais, extravasando sua mancha urbana para a região metropolitana. No final deste período os trilhos e estações do trem metropolitano integram e desintegram cidades.

O pós-ditadura foi de ressurgimento dos movimentos sociais e populares. As periferias, dos morros à Restinga, se mobilizaram por direitos, democracia, serviços e moradia digna. Estas mobilizações culminaram com a eleição das “administrações populares” – que trouxeram um experimento de democracia direta, de planejamento participativo, de

inovações sociais e urbanas e uma imagem internacional global, da cidade dos Fóruns Sociais Mundiais.

Porto Alegre. Foto: Tiago Novo Coutinho.
Fotógrafo. Repórter fotográfico/fotógrafo do MPRS.
https://www.instagram.com/novocoutinho/

A Região Metropolitana se estruturou ainda mais, recebendo agora as indústrias que foram em busca do espaço que a capital já não proporcionava para a sua expansão. Ao capital industrial interessa a fluidez no e do espaço para qual a metrópole, com suas deseconomias, representa um entrave. Com a desconcentração industrial o proletariado industrial também "se mudou". Na capital a concentração de uma nova classe-que-vive-do-trabalho vinculada ao comércio e serviços. Cidade, metrópole e região se vincularam ainda mais com o nascimento de uma consciência política metropolitana. O trem metropolitano percorre o "caminho das estrelas".

O século XXI foi novamente de mudanças. Os ventos do neoliberalismo que sopravam no mundo, no país e no estado, passam a soprar por aqui também. O final do período das administrações populares trouxe novas mudanças para a capital. Inicialmente mudanças paulatinas, sem grandes sobressaltos, mas já alterando as estruturas do Orçamento Participativo em prol de uma "governança solidária".

Neste momento o país vivia os anos de crescimento econômico, com grandes obras de infraestrutura e programas governamentais de moradia. Foi o período das "obras da Copa do Mundo" de 2014 que, às vésperas da Copa do Qatar, ainda não foram concluídas.

Os governos que assumiram a gestão da capital após 2004 trataram (com relativo êxito) de desconstruir da memória da população o período das administrações populares, especialmente com relação ao Orçamento Participativo, experiência porto-alegrense que se espalhou pelo mundo no final do século XX e início do XXI, a ponto de diversos documentos internacionais o considerarem um modelo de gestão urbana. Essa "desconstrução" não ocorreu por acaso. Era preciso conquistar corações e mentes e preparar a cidadania para o novo período de produção da metrópole e sua inserção no global, o período que estamos atravessando no momento. E nos últimos anos observamos uma intensa movimentação de transformação do espaço metropolitano que, em nossa visão, pode ser considerada uma nova fase, um novo período ou etapa da construção de nossa metrópole.

Pandemias à parte, observamos nos últimos dez anos, pelo menos, uma reestruturação socioespacial da metrópole com o avanço da produção imobiliária sobre novos espaços, criando novas fronteiras de desenvolvimento. Expansão para as periferias, avanço sobre as áreas rurais, ocupação de espaços antes desvalorizados, grandes projetos e programas de "renovação" urbana, gentrificações.

Aparentemente toda esta movimentação visa "modernizar" e "embelezar" a metrópole (o mesmo discurso 100 anos depois!) e colocá-la junto aos grandes centros mundiais. Por outro lado, observa-se um aumento da exclusão, da segregação e das desigualdades socioespaciais em Porto Alegre. Além de uma "consciência" mais individualista e egoísta entre as diferentes classes sociais, onde percebe-se que antigos esquemas de convivência, solidariedade e trânsito entre diferentes realidades da metrópole, entre centro e periferia, entre ricos e pobres, entre incluídos e excluídos, desapareceram. A fábrica do homem e da mulher neoliberal tem encontrado um solo fértil na capital dos gaúchos. O individualismo, a meritocracia, o empreendedorismo voraz dominam as narrativas sobre a cidade. O capital está avançando sobre os "espaços luminosos" da metrópole e o poder público está abandonando a periferia à própria (má) sorte, desassistida e aviltada pelos nefastos efeitos sociais da pandemia.

O povo se organiza e surgem novos movimentos sociais, com outra leitura do que está acontecendo e uma nova consciência

urbana. E com a possibilidade de novas formas de convivência nos espaços públicos e comuns. Assim como movimentos que lutam por garantir moradia digna nos espaços centrais, por trabalho, emprego e renda, por assistência social, pelo empoderamento feminino, por distribuição democrática dos recursos públicos e melhorias na qualidade de vida das pessoas. Movimentos que olham a cidade não como uma mercadoria, e sim como um espaço de todas e de todas.

A gestão urbana se anuncia cada vez mais como "empreendedora" e facilitadora dos negócios urbanos, assumindo de vez a narrativa da inovação e do empreendedorismo, da cidade resiliente e "inteligente". O governo da cidade vê o capital imobiliário como um motor de crescimento econômico, de geração de empregos, razão pela qual promove a desregulação e a flexibilização das regras urbanísticas, além de voltar suas atenções para setores ainda livres da especulação imobiliária, como é o caso da orla do Guaíba, convertida em "joia da coroa" para as grandes construtoras.

A gestão da cidade abandonou uma tradição de planejamento global, da cidade para todos, em prol de um planejamento por partes, de setores estratégicos, enquanto que grande parte da cidade e do município fica a mercê de ações fragmentadas, descoladas de um projeto urbano como o anunciado no seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que já foi um dos mais avançados do país. E nesta construção de grandes programas ou projetos urbanos, públicos e privados, que se relacionam, jogam um papel fundamental de serem os "ícones" urbanos desta "nova" Porto Alegre que se está construindo.

Citamos aqui quatro deles que consideramos os principais: a Nova Orla do Guaíba, a renovação do Cais Mauá, a gentrificação do Quarto Distrito e sua transformação em "distrito criativo" e a reabilitação do Centro Histórico. Não é por acaso que todos estes trazem em seus ""nomes" a referência ao novo, ao devir. Trata-se de transformar Porto Alegre rapidamente, pois a "janela de oportunidades" dos negócios urbanos deve ser aproveitada. Daí que se vinculam a estas ações grandes projetos imobiliários, comerciais ou residenciais. Todos eles com a característica de estarem voltados para as camadas de classe média e alta.

Os novos "bairros planejados", grandes condomínios fechados, prometem "usos mistos", "combinação de trabalho e lazer", "sustentabilidade" e "vida de bairro" em meio a uma metrópole "caótica". Ou ainda, a recuperação de espaços que estavam "abandonados" ou à mercê de "grupos sociais indesejados" e sofrendo degradação. Nestes a ocupação por jovens empreendedores e inovadores da "classe criativa" trará nova vida ("revitalização").

Todavia, estas políticas urbanas e estas iniciativas promovem mais segregação na cidade, pois o mercado direciona este tipo de empreendimento diretamente para um público específico: a classe média branca e seus novos anseios comportamentais na era da saúde, do cuidado com o corpo, da alimentação saudável, da *performance* profissional e do bem-viver. Contudo, o mesmo capital imobiliário que se esforça em entregar um produto de qualidade para o seu público preferencial não tem o mesmo cuidado na hora de "planejar" e construir conjuntos habitacionais populares. Começando pela própria localização, sempre nos piores locais, nos terrenos menos acessíveis e em piores condições ambientais.

A segregação não é somente espacial, temos por aqui a segregação social e cultural também. Nos últimos anos, enquanto manifestações culturais populares e da periferia são tolhidas e impedidas de serem realizadas, festas "tradicionais" das classes médias altas são celebradas com pompa e circunstância como geradoras de grandes negócios. É o Carnaval, primeiramente expulso para o Porto Seco (seco de sem vida, o nome não poderia ser mais "apropriado" para o local), depois totalmente regulado em termos de horários e circuitos na Cidade Baixa, a ponto de retirar completamente a espontaneidade característica da festa. Ao mesmo tempo, a festa dos jovens devotos do santo padroeiro irlandês é liberada e incentivada nos espaços nobres da cidade.

Milton Santos, o grande geógrafo brasileiro, cidadão do mundo, via a globalização a partir de três óticas: como fábula, como perversidade e como possibilidade. Assim podemos ver a atual Porto Alegre, mais além do seu pôr do sol.

A fábula é que estamos em uma cidade que se moderniza, que é empreendedora, inovadora, que é resiliente e "sustentável". Uma cidade que transforma sua orla, que revitaliza seu cais do porto, que vai renovar o Mercado Público, o Centro Histórico e ter o seu "distrito criativo". Além de novos bairros planejados, conjuntos residenciais modernos, condomínios fechados, onde os moradores desfrutarão de uma vida urbana e social intensa. Uma cidade que irá sediar uma "feira mundial de inovação" e

que por isso é um grande “centro inovador” do Brasil e do Mercosul. A fábula é que poderemos viajar em “cápsulas” de Porto Alegre a Caxias do Sul em menos de 20 minutos!

A perversidade é que esta modernização, a cidade inovadora e empreendedora não é para todos e todas. Especialmente após a pandemia, a crise econômica e social bateu forte nas periferias, com o aumento do desemprego, da miséria e da fome. Mesmo nas áreas centrais, populações de rua abandonadas à própria sorte, comunidades em extremas dificuldades. A perversidade de uma cidade inovadora e resiliente que não admite jovens vereadoras e vereadores negros e negras em sua Câmara Municipal, um espaço quase blindado pelos representantes das elites. A perversidade da cidade inovadora que deixa uma casa de acolhida para mulheres vítimas de violência durante meses sem energia elétrica. A perversidade da ausência de transporte coletivo que permita aos moradores de bairros mais distantes chegarem aos seus locais de trabalho (os que têm trabalho).

A possibilidade é que felizmente ainda nos resta a esperança de retornarmos a outros tempos desta metrópole em que havia mais democracia, mais solidariedade e mais tolerância. Não um retorno nostálgico ao passado, mas um retorno de acordo com os desafios e as possibilidades deste tempo que vivemos de redes de conectividade instantânea, que aproximam e ao mesmo tempo difundem fábulas e perversidades. A possibilidade de que todas e todos tenham o direito de viver felizes nesta cidade, e que o “alegre” não esteja apenas no seu nome.

Não se trata aqui de fazer o tão comentado na mídia “discurso de caranguejo” e sim de observar criticamente os rumos da nossa urbanização e avaliar que metrópole estamos construindo para os próximos dez, vinte ou 250 anos. Se queremos uma Porto Alegre “moderna”, porém mais segregada, fragmentada e desigual, ou uma metrópole do seu tempo e mais igualitária, inclusiva e democrática?

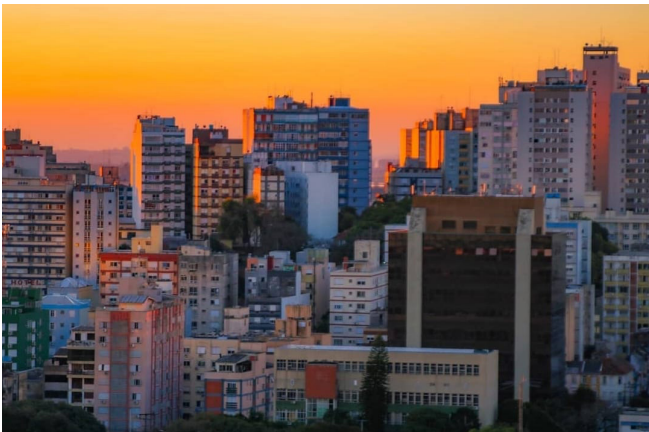
PORTO ALEGRE 250 ANOS. PARA QUE PLANEJAMENTO URBANO, MESMO?

Mario Leal Lahorgue
Departamento de Geografia - UFRGS
Observatório das Metrópoles - núcleo Porto Alegre

Porto Alegre está fazendo 250 anos. Queremos que tipo de cidade nos próximos 250 anos? Qualquer pessoa que se faça esta pergunta necessariamente estará pensando em como a cidade estará no futuro, que coisas podem ser alteradas no funcionamento da urbe e como fazer com que a cidade fique melhor para ser habitada por nossos filhos(as) e netos(as). Ao fazer isso, pensar em como seria a Porto Alegre do futuro, essa pessoa está simplesmente, de uma forma singela, exercendo o ofício de *planejamento*. Isto porque planejamento, nos ensinam os dicionários, é o ato ou efeito de planejar. E “planejar” significa elaborar um plano ou roteiro de alguma coisa, programar ou ter a intenção de fazer algo, pretender. Assim, no aniversário de nossa cidade, pensar sobre o futuro é também lembrar da importância de planejar este futuro. Qual a intenção que temos sobre habitar nossa cidade? O que pretendemos com a cidade em que vivemos? O que nos remete à questão: como é o Planejamento de nossa cidade? Nós damos importância a ele? Conhecemos como ele é feito? O que sabemos do Plano Diretor?

Qualquer assentamento humano precisa, para dar certo, de algum tipo de planejamento. Pensem em um exemplo simples: a maior parte das cidades do mundo foram assentadas em sítios que permitiam fácil acesso à água; normalmente rios e lagos. Por quê? Porque os humanos necessitam de água para beber, irrigar plantações e fornecer uma via de transporte inicial, antes da construção de algum tipo de estrada. Ou seja: *sempre*, pensemos nisto ou não, houve planejamento urbano, pois o sítio foi estabelecido a partir de uma intenção prévia. Mesmo quando isso ainda não era uma disciplina acadêmica nem uma Lei complicada e cheia de detalhes de mais de 150 páginas como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA)

de Porto Alegre.

Muitos não sabem, mas a metrópole gaúcha tem tradição em Planejamento Urbano. Em 1914, Moreira Maciel apresentou um *Plano Geral de Melhoramentos*. Nele, são propostas obras de abertura e alargamento de vias que serão executadas ao longo do século XX: Avenidas Farrapos, Otávio Rocha e Borges de Medeiros, canalização e retificação do riacho (futura avenida Ipiranga), entre outras propostas. Posteriormente, Planos Diretores serão formalmente aprovados e transformados em Lei, como em 1959 (Lei 2046/59); 1979 (Lei 43/1979) e, finalmente, o Plano que é a base que temos hoje (Lei 433/1999). Este último (Lei 433/1999), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), passou por uma ampla revisão em 2010 e, agora em 2022, está novamente em discussão a revisão do Plano, pois a concepção do PDDUA prevê revisões periódicas de 10 em 10 anos. Portanto, todos nós estamos sendo chamados a pensar: que tipo de cidade gostaríamos de viver?

Porto Alegre. Foto: Tiago Novo Coutinho. Fotógrafo. Repórter fotográfico/fotógrafo do MPRS. *https://www.instagram.com/novocoutinho/*

É interessante que pensemos a cidade que queremos, porque tira o véu de algo que é pura aparência, de que o Plano Diretor é algo técnico. Não é algo técnico pelo simples raciocínio que fizemos até agora: planejar é elaborar um roteiro com a intenção que temos sobre o futuro, nosso futuro. Logo, planejamento é um ato *político* por excelência. Toda política é relativa aos negócios públicos, ocupa-se de assuntos públicos e é pertinente à cidadania. Inescapavelmente, pensar no Plano Diretor é *fazer política*, na sua acepção mais geral, como um espaço de negociação/disputa entre atores, segmentos e classes sociais presentes no território urbano. Que fique claro: conversar sobre o futuro da cidade é fazer política (e isto não implica a obrigação de estar ou pensar em termos de Partido Político). Claro, para pensar o futuro é necessário saber como estamos agora e, além disso, avaliar sobriamente o funcionamento do atual Plano Diretor. Caso não, como reformular algo que desconhecemos?

E o PDDUA começa propondo seus *princípios*, e são quatorze deles, que enunciam, entre outros, a gestão democrática, por meio da participação da população; a promoção da qualidade de vida e do ambiente; o enriquecimento cultural da cidade; o fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano; a defesa, conservação e preservação do meio-ambiente; a distribuição dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento, de modo a inibir a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana; preservação dos sítios, edificações e monumentos de valor histórico. Citei aqui apenas seis, mas o importante é entender que a administração pública, os cidadãos e a iniciativa privada deveriam, pelo menos teoricamente, obedecer aos princípios norteadores em suas ações e intervenções no território urbano.

E, muito importante, no momento em que a revisão do Plano está na ordem do dia, o parágrafo único do Art. 2º diz literalmente: “na aplicação, na alteração e na interpretação desta Lei Complementar, levar-se-ão em conta seus princípios, estratégias e diretrizes.” Sendo assim, na revisão, não se poderá contrariar os princípios aqui expostos. Não é possível modificar o Plano Diretor não prevendo participação popular; não fortalecendo a preservação do meio ambiente ou combatendo a especulação imobiliária. Estes são princípios norteadores!

Portanto, um início de avaliação do atual Plano deve ser: estamos obedecendo os princípios norteadores? A cidade está sendo construída pensando nestes princípios? Cada vez que a administração municipal propõe ou executa obras, os princípios estão sendo obedecidos? E os empresários? As novas edificações, loteamentos e “bairros” cumprem os objetivos de uma cidade mais democrática, inclusiva e que preserve o meio ambiente?

É assim que o PDDUA deve ser discutido: não é necessário saber todos os aspectos técnicos presentes no Plano, como dispositivos de controle de edificação, saber calcular Índices de Aproveitamento de terrenos ou densidades brutas, entre outros. Esta *não é* a parte mais importante do Plano. Na verdade, volto a repetir, *tudo isto tem que estar subordinado aos princípios norteadores*. É esta a grande disputa: fazer com que os gestores e os atores

que cotidianamente constroem e modificam o território da cidade obedeçam aos princípios! E, como a maioria das pessoas desconhece os princípios, não cobra a prefeitura ou os empresários para que ajudem na construção de uma cidade melhor para todas(os).

Além dos princípios, o PDDUA prevê *estratégias*, que como o nome já diz, é a maneira como os princípios devem estar coordenados para serem aplicados com eficácia. O mesmo raciocínio se aplica aqui: não é necessário conhecer profundamente detalhes técnicos. É só necessário pensar sobre que futuro queremos e avaliar se as estratégias estão sendo cumpridas. Se não estão sendo, por que não? É a cobrança que deve ser feita.

As estratégias, presentes no art. 3º, logo em seguida à apresentação dos princípios, são: Estruturação urbana; Mobilidade Urbana; Uso do solo privado; Qualificação ambiental; Promoção econômica; Produção da cidade; Sistema de Planejamento.

Podemos começar, por exemplo, a discussão pela estratégia de Mobilidade Urbana. O art. 6º diz que esta estratégia: "tem como objetivo geral qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população, através de: I – prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas;" Essa parte citada está presente, sem modificações, desde a promulgação do PDDUA, em 1999. Vinte e três anos depois, como o poder público tratou esta estratégia? O transporte público melhorou ou piorou desde que estes objetivos foram anunciados? Isto nos faz lembrar que a discussão não pode ficar restrita ao preço da tarifa dos ônibus (não que não seja importante). Na verdade, discutir apenas se a tarifa está cara ou não sequer é uma discussão de planejamento, de pensar estratégias para um futuro melhor na cidade. Dito de outra forma: em verdade, *só se discute a tarifa porque a estratégia de mobilidade urbana falhou*. Falhou porque a mobilidade *piorou* nos últimos 22 anos: os engarrafamentos aumentaram, a tarifa subiu acima da inflação no período, os próprios veículos hoje são mais velhos e pouco atrativos, além da espera pelo ônibus ter aumentado enormemente (intervalo entre as corridas). Vejam: a falha na execução da estratégia teve consequências não só para os usuários de ônibus, mas para *todos* os cidadãos, porque todos enfrentam uma mobilidade em piores condições.

Outro exemplo de balanço sobre o Plano Diretor: a prefeitura, recentemente, alardeou a proposta de um Plano para o centro da cidade, materializada segundo a Lei Complementar Nº 930/2021, que Institui o Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre. Como consta em uma notícia no site da Prefeitura, o prefeito Sebastião Melo comemorou o resultado, afirmando que "a aprovação do plano é fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico e social e da convivência urbana do Centro. E esse crescimento não se faz sem atração de mais moradores e investimentos, o que esse novo conjunto de regras vai permitir" (*https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/programa-de-reabilitacao-do-centro-historico-e-aprovado-pela-camara-municipal*). Logo no segundo artigo deste Programa, consta que "Constituem objetivos específicos do Programa de Reabilitação do Centro Histórico: I – assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, contribuindo com a paisagem e com o dinamismo urbano no território;". Curioso. Na Estratégia de Produção da Cidade, art. 23, V, já está escrito no PDDUA: "Programa de Incentivo à recuperação de Prédios Ociosos no Centro Histórico, buscando procedimentos alternativos para a adequação dessas edificações às atuais exigências de habitabilidade, visando ao atendimento da demanda de HIS." Para que aprovar uma Lei que apenas afirma coisas que já constam no Plano Diretor? A resposta está nos detalhes. Vejam, o Programa de Reabilitação tira a referência à Habitação de Interesse Social (HIS). Mas não é só detalhe. Como os princípios e estratégias do PDDUA não são respeitados, o Plano é constantemente modificado em partes e detalhes pretensamente técnicos.

Entre 1999 e 2011, contando com a revisão de 2010, foram feitas 617 modificações no Plano. Artigos e parágrafos tiveram 276 inclusões, 313 alterações e 28 revogações. É negativo que se façam alterações? A princípio, não, pois o próprio Plano foi pensado e instituído para que pudesse ser revisado periodicamente. Contudo, a pergunta, repito, deve ser: as alterações seguem as diretrizes e princípios elencados? Foram alterados artigos para que as diretrizes fossem cumpridas mais eficientemente? Cada vez que os vereadores aprovam a modificação de um índice de ocupação de algum quarteirão, estão pensando no futuro da cidade ou no lucro imediato do empreendedor?

Ao fragmentar e pulverizar o Plano em centenas de alterações pontuais, o resultado é que o PDDUA é pouquíssimo eficaz para fazer

com que a cidade efetivamente avance para um futuro em que todos os habitantes possam usufruir da cidade.

No título deste texto, foi perguntado: para que planejamento, mesmo? A resposta, espero que tenha ficado claro, é que precisamos pensar o Plano não só como algo técnico, mas que precisamos planejar pensando na cidade que queremos, e que os gestores e técnicos sigam estes objetivos (os princípios!) propostos pelos cidadãos.

250 ANOS DE PORTO ALEGRE: QUAL É A MARCA DA CIDADE?

Betânia de Moraes Alfonsin
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, professora do Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Porto Alegre

Henrique Dorneles de Castro
Mestre em Planejamento Urbano, Doutorando em Geografia pela UFRGS e pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo Porto Alegre

Porto Alegre completa 250 anos neste março de 2022 e é preciso desnaturalizar algumas das atividades que estão sendo realizadas nesta comemoração. Primeiro, é preciso lembrar que a cidade nunca se destacou como um destino turístico, mas no início dos anos 2000, a cidade havia se tornado uma referência política internacional. A democratização da gestão das políticas públicas e, muito especialmente, o esforço para fomentar e respeitar a participação popular no debate sobre o destino dos recursos públicos através do orçamento participativo (OP), tornou a cidade conhecida e reconhecida como uma cidade que promovia uma das 40 melhores práticas de gestão urbana do mundo, segundo a agência HABITAT das Nações Unidas[1].

Por conta desta notável experiência, Porto Alegre atraiu eventos como o Fórum Social Mundial, por exemplo, que realizou várias de suas edições na cidade no início do milênio, em reconhecimento a esse capital político. Ativistas, gestores/as públicos/as, agentes políticos/as e legisladores/as vinham ao FSM para debater, produzir e trocar conhecimentos e conhecer esta experiência de participação popular e, posteriormente, replicá-la em seus países. Fácil perceber que *a democracia era a marca da cidade*.

Com a derrota da Frente Popular na eleição de 2004, inicia-se um ciclo de governos municipais que vão, progressivamente, promovendo um processo de esvaziamento da participação popular nos conselhos municipais e também no Orçamento Participativo, em um processo de diminuição dos recursos disponíveis para o debate público no Conselho do OP, combinado a um progressivo desgaste de lideranças comunitárias que assistem ao desmonte da política pública enquanto pagam, pessoalmente, um alto preço pelo descrédito de seu trabalho militante junto aos seus territórios de inserção comunitária. Esse processo se agudizou muito no último ciclo político e a pandemia agravou as dificuldades dos conselhos municipais em incidir sobre os processos de tomada de decisão, já que a necessidade de distanciamento social, levou esses órgãos colegiados a funcionar de maneira remota, com a consequente diminuição da participação popular pelas conhecidas dificuldades que decorrem da exclusão digital.

Eis que surge, então, uma iniciativa para estabelecer a "marca da cidade", por votação eletrônica entre três finalistas que envolveram mais de 40 escritórios de design. Parte do *Pacto Alegre*, acordo entre instituições de ensino, governo, iniciativa privada e sociedade civil para estimular o empreendedorismo colaborativo, a ideia era criar uma marca para a cidade que a fizesse ser reconhecida mundialmente, assim como acontece com as marcas de Nova York ou Amsterdam.

A rigor, em um simulacro de democracia que envolve apenas cidadãos e cidadãs com maior poder aquisitivo e com acesso à internet, a iniciativa pretende substituir um capital político de Porto Alegre - o de ter uma marca ligada à *democracia* - por um símbolo vazio, típico de marketing urbano.

[1] O dado pode ser consultado no site da própria Prefeitura municipal de Porto Alegre: Ver: *http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_secao=125*. Acesso em 18/03/2022.

Esse processo é coerente com as atuais formas de governança urbana que buscam inserir as cidades em um mercado urbano mundial, no qual através da divulgação – e competição – se espera atrair investimentos para a localidade, seja na forma de financiamentos, eventos, projetos, patrocínios, o que for. É a própria cidade que se torna uma mercadoria que se vende com o auxílio de uma *marca*.

Os gestores municipais passam a adotar estratégias condizentes com a lógica empresarial, que passa a ser adotada nesse momento de inflexão ultraliberal como solução para os problemas da cidade. Ignorando as enormes diferenças entre as duas esferas, utiliza-se um falacioso argumento de que se esta lógica funciona para alavancar empresas privadas também servirá para promover as cidades. Assim, como toda empresa que se preze tem sua própria marca, ao ponto de haver premiações para aquelas mais lembradas, às cidades também se tornaria necessária a adoção dessa prática, uma vez que o município irá competir num mercado hoje mundializado – daí o esforço para se tornar uma "cidade global".

As marcas finalistas da competição realizada em Porto Alegre, escolhidas por júris e então disponibilizadas para que a população votasse eletronicamente, ofereciam conceitos relativos a *caminhos, formas e encontros*, como se vê abaixo.

Há *caminhos* a serem descobertos em Porto Alegre sim, desde pequenas ruas nas áreas centrais até as praias balneáveis do Lami. A questão que fica é até quando esses caminhos continuarão existindo frente à sanha construtiva e pavimentadora – que, aliás, é incapaz de solucionar os problemas de trânsito quando se aposta em um modelo de mobilidade centrado no transporte individual de passageiros podendo, inclusive, agravá-lo. Da mesma maneira, há várias *formas* de ser em Porto Alegre, que apesar de não ser exatamente exemplo de tolerância está à frente de diversas outras cidades, valorizando a diversidade e uma sociedade plural. Vemos, no entanto, que também as *formas* arquitetônicas da nossa Porto Alegre estão mudando, da construção de empreendimentos de grande porte que destoam da paisagem, ao apagamento ou substituição de formas antigas por tipologias mais modernas, às vezes de gosto duvidoso.

O fato é que é bem triste ver a cidade que adota os *horizontes* como marca vencedora da competição, licenciando inúmeros empreendimentos na orla do Guaíba, privatizando a paisagem do lago e tornando o pôr do sol (um bem comum por excelência), uma vista para poucos. No atual ciclo do capitalismo financeirizado a dinâmica do mercado imobiliário promove uma grande valorização de frentes d'água, e é aí que o histórico Cais do Porto aparece como arena de disputa em relação à sua necessária renovação, com atores internacionais com interesse de investimento na área praticando uma lógica de urbanismo especulativo que, no caso de Porto Alegre, poderá redundar justamente no sacrifício do nosso "horizonte". Como um sintoma de vitalidade de uma sociedade civil interessada no direito à cidade, observa-se também uma potente mobilização da sociedade civil para que esse patrimônio cultural da cidade continue sendo de todos[2].

No mesmo sentido, ver cinemas de rua se transformando em estacionamentos ou sobrados da virada do século XIX para o século XX sendo demolidos para o surgimento de um prédio com vidro espelhado, causa uma dor muito grande na cidadania que gostaria de debater todas essas transformações em audiências públicas e em uma grande Conferência da cidade que debatesse, democraticamente, a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental como um todo.

Vemos então que Porto Alegre está vivendo um processo de *rebranding*, no qual a cidadania, muitas vezes, é atropelada em processos autoritários de alteração da legislação urbanística e mutilação de sua identidade social, ambiental, cultural e política.

Nos 250 anos de Porto Alegre, tudo o que queremos é nossa Democracia de volta: esta é a marca de Porto Alegre com a qual uma grande parte da população realmente se identifica.

[2] Ver, a propósito, o documento "Proposta de ocupação do Cais do Porto - UFRGS e Coletivo Cais Cultural Já". Disponível em: <*https://propostacaisdoportoalegre.blogspot.com/*>. Acesso em 18/03/2022.

NOS SEUS 250 ANOS, PORTO ALEGRE DEIXOU DE COMEMORAR SUA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Luciano Fedozzi
Professor Titular do Departamento de Sociologia da UFRGS.
Pesquisador do Observatório das Metrópoles. Endereço eletrônico: *lucianofedozzi@gmail.com*

Não será ninguém mais do que a elite da comunicação, a elite empresarial e a elite política que farão as reformas tão necessárias. Delegar isso ao "seu João" e à "Dona Maria" é irresponsabilidade. (Nelson Marchezan Jr., prefeito de Porto Alegre, 30/11/2017)[1]

Pra que prefeito se é para delegar as decisões para os conselhos? (Sebastião Melo, Prefeito de Porto Alegre 2022)[2]

Ao completar 250 anos, Porto Alegre precisa olhar para si e avaliar o que ganhou e o que perdeu na sua história. O Observatório das Metrópoles vem contribuindo com esse objetivo. E por isso, faz-se necessário avaliar como nossa *urbe* tratou sua *civitas* nas últimas décadas, ou seja, como a cidade e sua gente foi governada a partir da redemocratização, o maior período democrático de toda a república. Esse tema é fundamental para a agenda que busca universalizar o direito à cidade em nosso país. Avaliar nossa democracia local é também avaliar como vem sendo produzida a cidade. E essa avaliação nos manda olhar para nossa cidade inserindo-a no contexto atual de crise das democracias. Esse novo contexto vem ensejando debates e pesquisas internacionais voltadas para dois aspectos centrais: a questão da qualidade das democracias e o decréscimo da confiança dos cidadãos nos regimes democráticos, questões que se apresentam não somente em países periféricos, mas também nas democracias consolidadas dos países desenvolvidos. Esse desafio vem exigindo esforços de analistas para interpretar o novo marco das relações entre o capitalismo em mutação e a democracia. E nesse objetivo surgem múltiplos olhares, entre os quais é possível destacar as análises centradas nos processos que levam ao aprofundamento da democracia ou, ao contrário, na sua restrição.

No livro *Democracia*, Charles Tilly oferece uma interpretação inovadora seguida de pesquisa internacional sobre alguns países no mundo. O autor estabelece – a partir de quatro dimensões propostas para balizar a pesquisa comparativa entre países – uma análise centrada nos processos de *democratização* ou de *desdemocratização*, entendidos como duas tendências que estão em permanente movimento nas sociedades. Assim, é possível avaliar não somente se os regimes são democráticos ou não, conforme as tradicionais leituras pluralistas ou elitistas, mas em quais direções as sociedades caminham, se no sentido de maior democratização, ou, ao contrário, de sua diminuição. Essa abordagem permite compreender melhor os processos atuais de enfraquecimento das democracias que ocorrem não pela via clássica dos golpes de Estado, mas por procedimentos legais adotados no interior dos próprios regimes democráticos. Em geral, mas não é regra, essas condições identificam a ascensão do populismo de direita em vários países, a exemplo do Brasil desde o golpe de 2016 e que se intensificou com a eleição de Bolsonaro, em 2018.

O RETROCESSO DA DEMOCRACIA EM PORTO ALEGRE

A perspectiva analítica da *democratização-desdemocratização* pode ser adaptada para avaliar os percursos da democracia local ou em nível subnacional. É o caso do estado da democracia em Porto Alegre, cidade que se tornou referência internacional de participação cidadã e que galgou a condição de caso contra hegemônico em termos de inovação democrática. A ampliação da democracia em Porto Alegre se deu pela criação gradativa de novas instituições participativas ao lado das instituições tradicionais da representação político-partidária. Com isso, ocorreu a inclusão de setores das classes trabalhadoras da periferia que estavam fora do jogo decisório local. É possível dizer, conforme inúmeras pesquisas, que essa complementaridade entre a representação política e a democracia participativa adquiriu caráter democratizante segundo os critérios propostos por Tilly, alterando o regime político em: *ampliação democrática, igualdade entre*

[1] Manifestação do Prefeito por ocasião da entrega do 34º Troféu Carrinho Agas. *In*: *https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2017/12/o-joao-e-maria-tem-que-participar-sim-conselheiros-municipais-rejeitam-projeto-de-marchezan/*. Acessado em: 10 de dezembro de 2017.

[2] Entrevista ao site Matinal em 22/03/2022.

grupos de interesses, proteção da liberdade e caráter mutuamente vinculante das decisões adotadas.

Segundo nossas pesquisas e outras tantas sobre a trajetória porto-alegrense, desde 1985, em cada um dos critérios propostos pelos sociólogo norte-americano a democracia participativa de Porto Alegre avançou no sentido da democratização da democracia. E isso ocorreu por meio do Orçamento Participativo (OP), pela criação e ampliação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Direitos e pela participação no planejamento urbano, com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA). A democracia participativa também abarcou outros fóruns como a realização de cinco Congressos da Cidade. Todavia, verifica-se desde meados da primeira década dos anos 2000 mudanças que apontam para a tendência contrária, ou seja, para o processo crescente de *desdemocratização* da gestão da cidade. Essa perda democrática é observada nas três dimensões citadas acima que constituem a arquitetura inovadora da participação cidadã em Porto Alegre: o OP, os Conselhos Municipais e o sistema de planejamento urbano e ambiental centro no CMDUA. Vejamos a seguir algumas questões que demonstram essas perdas democráticas.

No caso do OP, referência maior da democracia participativa, há claros indicadores da desconstrução desse modelo contra hegemônico, entre os quais pode-se destacar: não cumprimento das decisões sobre obras e projetos priorizados pelas comunidades; forte diminuição de recursos para as demandas comunitárias; descompromisso da Administração Municipal com a sustentabilidade da participação em termos administrativos, financeiros e políticos; criação e grande investimento político-administrativo em programas paralelos ao OP, enfraquecendo-o (como a Governança Solidária); fim do modelo redistributivo dos recursos públicos baseado em critérios objetivos de carência dos territórios; aumento da intransparência governamental e diminuição do controle social e da prestação de contas; mudanças nas regras do jogo favorecendo a instrumentalização partidária, a perpetuação de representantes no Conselho do OP e a captura de lideranças comunitárias; retorno de práticas clientelistas por dentro da participação, rompendo com os objetivos fundantes do OP.

Essas mudanças foram operadas juntamente com o retorno do peso da Câmara Municipal na balança do poder. A Câmara recuperou seu papel de intermediação de recursos orçamentários e de barganha privilegiada junto ao Executivo para além do poder precípuo que ela tem de legislar. Além da adoção do Orçamento Impositivo, a aprovação recente do Orçamento Participativo Eletrônico, com apoio do Executivo e à revelia do OP, indica a tentativa de descaracterizar o modelo do OP baseado na forte presença das classes populares.

Não há dúvidas de que o OP vive seu momento de declínio e ocaso, o que é paradoxal com a expansão mundial a partir de Porto Alegre, como mostra o Atlas Mundial do OP[3]. Já os Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Direitos, após gradativa ampliação do seu número, na década de 1990, chegando a 29 nos anos 2000, passaram a ter sua legitimidade questionada pelos governos abertamente neoliberais, a partir da gestão Marchezan (PSDB - 2018-2020), e agora reafirmada pelo governo Melo (MDB - 2021-2024). Os Conselhos passaram a ser alvo de tentativas de restrição de suas atribuições previstas na constituição da cidade, a Lei Orgânica Municipal (LOM). Isso ficou claro em projetos de lei do Executivo a partir de 2017. Sem dialogar com os conselhos, Marquezan enviou ao Legislativo dois projetos: um que tratou da retirada de poder dessas instâncias por meio de emenda à LOM; e o outro, propondo a extinção e o remanejo de Fundos ligados às políticas setoriais e aos conselhos, com o objetivo de revertê-los para o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal. Esse último projeto buscou centralizar no caixa da PMPA os recursos dos fundos de projetos deliberados com a participação. Já o PL 10/2018 (que voltou no ano seguinte como PL 05/2019), previa a retirada de até 90% dos fundos dos conselhos municipais.

Esses projetos desencadearam a resistência do Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade (FMCC). O Fórum mobilizou conselheiros, cidadãos e grupos acadêmicos para pressionar os vereadores e manifestar a contrariedade com a aprovação do projeto[4]. O movimento resultou na Frente Parlamentar de

[3] Segundo o Mapa Mundial dos OP esse procedimento vem crescendo de forma exponencial no mundo chegando hoje a cerca de 4 mil municípios em todos os cinco continentes. (*https://www.pbatlas.net/atlas-mundial-dos-op-2019.html*)

[4] O Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade vem realizando ações de resistência às tentativas de enfraquecer essas instâncias. Ver ZENKER, Mirtha da Rosa et al. Conselhos Municipais de Porto Alegre: histórico e os desafios na gestão democrática da cidade. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.E-book: PDF. E também Fórum dos Conselhos de Porto Alegre aprova Carta de Compromisso para 2021 – 2023. Disponível em: <*https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/08/forum-dos-conselhos-de-porto-alegre-aprova-carta-de-compromisso-para-2021-2023/#.YQwC4tCq2gw.facebook*>. Acessado em: 01/09/2021.

Defesa dos Conselhos no Legislativo Municipal e serviu também para abrir o debate público por meio de audiências e de iniciativas junto ao Ministério Público e a mídia alternativa. Assim, em 2017, o projeto que pretendia restringir o poder dos conselhos foi retirado por Marchezan. Todavia, em 2019, a proposta de extinção e remanejo dos Fundos foi aprovada, sendo os recursos centralizados na Secretaria da Fazenda a fim de cumprir a política neoliberal de austeridade fiscal[5].

A ofensiva contra os Conselhos foi continuada pela nova gestão do prefeito Melo (MDB), administração que vem intensificando o projeto neoliberal. Por ocasião dos 250 anos da cidade, o prefeito reafirmou a intenção de reduzir o papel dos conselhos, entendendo-os como sendo contraditórios as eleições municipais[6]. Em especial, manifestou que pretende mudar as prerrogativas dos Conselhos da Saúde e da Educação, onde ocorrem resistências às medidas privatistas. Defendeu o Projeto de Lei 026/2021 enviado ao Legislativo (não votado), que prevê alterar o caráter deliberativo e a composição do Conselho Municipal da Saúde.

Cabe destacar ainda o retrocesso democrático que vem ocorrendo em um lugar central para o desenvolvimento urbano e a gestão das cidades: o planejamento urbano[7]. O contexto histórico de elaboração democrática do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) e a consequente democratização do seu Conselho (CMDUA), em 1999, após decisão do Congresso da Cidade, cedeu lugar, gradativamente, a uma operação da política urbana e ambiental marcada pela crescente restrição da participação popular, concomitantemente à desregulamentação e flexibilização das normas urbanísticas e ambientais para os empreendimentos imobiliários. Essa "flexibilização" ocorre principalmente por meio da aprovação dos Projetos Especiais. Previstos para serem exceção no sistema de planejamento urbano, eles vêm se tornando regra nas decisões do CMDUA e são utilizados em geral como forma legal de burlar os requisitos de equilíbrio urbano e de sustentabilidade socioambiental. Projetos de grande impacto socioambiental são viabilizados por acordo entre os poderes Executivo e Legislativo e os empreendimentos imobiliários, com reduzida oportunidade de livre debate e influência real pela sociedade em geral. Esse quadro é complementado pelo esvaziamento do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação (COMATHAB), espaço criado nos anos 1990 por proposta de movimentos de luta pela moradia, de técnicos urbanistas e do governo na gestão de Olívio Dutra (1989-1992).

O novo contexto de perdas democráticas também foi evidenciado na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), programado para ocorrer em 2020. Apesar da obrigação legal de ampla informação e discussão, a revisão iniciada em 2019 demonstrou carência de transparência, de dados e de metodologia para o diagnóstico e a avaliação do desenvolvimento urbano. Essas deficiências do planejamento também decorrem do crescente enfraquecimento das estruturas governamentais responsáveis pelo monitoramento, diagnóstico e implementação do planejamento urbano. Esse desmonte da capacidade governamental ficou patente com as mudanças na Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), até a sua extinção e transformação em "Secretaria de Urbanismo (SMURB)", na gestão de Marchezan (PSDB). E prosseguiu com a reforma administrativa do governo Melo que dividiu o corpo técnico do setor entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a recém-criada de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS).

Nesse contexto de fragilização da capacidade governamental, a revisão do Plano Diretor, que deve se dar com a participação obrigatória da sociedade, passou a ocorrer de forma açodada durante a pandemia, em 2020, com oficinas esvaziadas nas regiões e a escolha seletiva de entidades. A reação ao atropelo, que se valia da pandemia, veio com a ação de entidades e movimentos do Coletivo AtuaPoA junto ao Ministério Público[8], quando o Executivo foi obrigado a paralisar o processo e adiá-lo para 2022 até seu fim em 2023.

Cabe por fim evidenciar o retrocesso democrático extensivo à área ambiental. Uma vez frustrada a tentativa de extinguir a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (a primeira criada no Brasil em 1976), a gestão de

---

[5] Cf. LEI COMPLEMENTAR Nº 869, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019 E DECRETO Nº 20.465, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

[6] "De acordo com o chefe do Executivo, os órgãos de controle social estariam inviabilizando decisões do governo por "ideologia" – palavra bastante usada por ele na entrevista. *In*: *Melo defende redução da participação de conselhos. Jornal Matinal*, 23 março, 2022. Disponível em: <*https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/melo-governo-federal-leite-dinheiro-reajuste-tarifa-onibus-porto-alegre/*>.

[7] Sobre as conexões entre o OP e o planejamento urbano na desdemocratização ver a tese de doutorado de Lucimar Fátima Siqueira "Democracia e cidade: da democracia participativa à desdemocratização na experiência de Porto Alegre". PROPUR/UFRGS, 2019.

[8] Cf. Coletivo AtuaPoA em documento dirigido à Promotoria de Justiça de habitação e defesa da ordem urbanística em Porto Alegre (pág. 11-12).

Melo adotou a estratégia de subordinar o tema ambiental à lógica da expansão predatória e extrativista do modelo urbano. Para isso, a pasta ambiental foi incorporada pela nova Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS). A incorporação pela estrutura de urbanismo buscou minimizar as áreas de pressão sobre o meio ambiente e, ao mesmo tempo, racionalizar os procedimentos internos necessários à implementação do modelo urbano pró-mercado.

A subordinação do meio ambiente ao crescimento urbano a todo custo vem facilitando as políticas de desregulamentação, concessões privadas de parques e áreas verdes, facilitações para o licenciamento de construções e projetos (autolicenciamento), terceirizações de serviços, tudo concorrendo para o déficit de controle e regulação necessários à política de sustentabilidade ambiental diante das mudanças climáticas, algo cada vez mais exigido no mundo conforme previsão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS/ONU ratificados pelo Brasil.

Essas transformações institucionais se dão mediante o confronto com movimentos ambientalistas e esvaziamento das funções do Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão competente de participação da sociedade civil nas decisões públicas desse tema. Não é à toa que a nova secretaria, fortalecida pela centralização das funções urbanas e ambientais, é a única que permaneceu sendo dirigida pelo mesmo secretário da gestão anterior, em que pese as duas administrações terem sido de coalizões partidárias rivais nas eleições em 2020. Essa continuidade, inusitada nos momentos eleitorais do país, sugere alto grau de consenso ideológico e de confiança política-administrativa entre os principais atores das elites que comandam a cidade para a implementação do projeto pró-mercado e de *city marketing*.

O PROJETO NEOLIBERAL CONTRA A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A trajetória de Porto Alegre, marcada pela construção da democracia participativa, vem sofrendo claramente um retrocesso. Como visto, essas perdas são verificadas por indicadores internacionais de avaliação dos regimes políticos, num *continuum* democratização-e-desdemocratização. O tripé da participação institucional de Porto Alegre sofreu transformações nas quatro dimensões usadas para avaliar as democracias, quais sejam: *Amplitude da participação* (diminuição das oportunidades de participação com exclusão política de comunidades territoriais, organizações e movimentos sociais); *Promoção da igualdade* (desequilíbrio anti-redistributivo em função da não alocação de recursos para demandas nas regiões mais necessitadas de infraestrutura e serviços); Proteção (retorno de práticas clientelistas causando constrangimentos à participação livre e autônoma); *Caráter vinculante das decisões* (esvaziamento das instâncias de participação com perda de poder compartilhado na gestão pública e ataques à legitimidade democrática dessas instâncias).

Avenida Tronco, Porto Alegre
Foto: Lucimar Siqueira

Dessa forma, a trajetória virtuosa que colocou Porto Alegre no mapa mundial perde terreno e caminha na direção da *desdemocratização*. A cidade está caminhando para uma democracia liberal elitista e minimalista, modelo que sofre de grave crise de legitimidade no mundo e que está abrindo espaços para o conservadorismo de extrema-direita. Isso vem ocorrendo porque a implementação do modelo de cidade-mercadoria, restrito ao comando das elites, corresponde à implementação do projeto neoliberal de desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental em Porto Alegre. Trata-se da reação das elites econômicas e políticas para restaurar seu poder na cidade após um longo período hegemonizado por forças democratizantes quanto à inclusão social e à cidadania ativa. Após uma primeira fase marcada pelo projeto social-liberal, com a Governança Solidária, a implementação do modelo ultraliberal de cidade-mercadoria se intensificou e passou a se chocar com a ampla rede da democracia participativa até então construída pela cidade. Essa rede de participação está ligada às funções de alocação de recursos, aferição de prioridades estratégicas, às decisões de políticas setoriais e às formas de uso e ocupação do solo urbano e responsabilidade ambiental.

Nesse sentido, considerando o caráter do projeto privatista e mercadológico que está sendo implementado em Porto Alegre, é possível compreender seu caráter autoritário.

Isso porque o conteúdo anti-popular do projeto neoliberal não pode ser viabilizado mantendo-se a democracia participativa em alta rotação e pleno funcionamento, sem provocar choques. Ao mesmo tempo, fica claro que essa coalizão pró-cidade-mercadoria se beneficia do contexto nacional autoritário vivido desde 2016, e que foi reforçado em 2018, com a desconstrução das políticas urbanas, a extinção de políticas redistributivas e o fechamento de instâncias de participação social. Daí porque a resistência que se faz necessária ao projeto neoliberal de cidade é a um só tempo de caráter democrático, em sua forma, e popular, em seu conteúdo.

A esse processo de perda democrática vem ocorrendo resistências por parte de múltiplos atores da sociedade civil, de movimentos sociais, de membros de conselhos, de vereadores, de grupos acadêmicos e de partidos políticos. Mas fica em aberto até que ponto o arco social e político democratizante conseguirá bloquear o avanço intensificado do projeto ultraliberal e autoritário que é antagônico à reforma urbana e ao direito de todos/as à cidade.

PORTO ALEGRE: UMA CAPITAL CENTENÁRIA COM PROBLEMAS DE EMPREGO ATUAIS

Judite Sanson de Bem

Profa. PPG Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE,
Pesquisadora Observatório da Metrópoles Núcleo Porto Alegre

Moisés Waismann

Prof. PPG Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE,
Pesquisador Observatório da Metrópoles Núcleo Porto Alegre

Com uma população estimada para o ano de 2021 em 1.492.530 pessoas (IBGEcidades, 2022), Porto Alegre tem como data oficial de fundação 26 de março de 1772, assim, completa neste mês de março seus 250 anos – com um problema que se coloca à toda cidade de grande porte: a constância em reduzir o problema do desemprego[1].

Desde o ano de 2020, quando do início da pandemia, a capital do RS tem enfrentado um aumento dos desligamentos em todos os diferentes segmentos produtivos. Se trabalharmos com os dados do último trimestre de 2021, percebe-se que houve um estoque negativo de aproximadamente 1000 desligamentos acima das contratações, sendo o setor serviços (educação, transporte e armazenamento) o maior responsável. A construção civil também teve forte impacto em termos absolutos no emprego da capital gaúcha – aqui cabe resgatar que esse setor é relevante no que diz respeito a contratações e desligamentos, pois concentra uma parte significativa de pessoas. Embora

Porto Alegre. Foto: Tiago Novo Coutinho.
Fotógrafo. Repórter fotográfico/fotógrafo do MPRS.
https://www.instagram.com/novocoutinho/

no Brasil o setor tenha apresentado um saldo líquido positivo em 2021, em Porto Alegre o mesmo não se verificou (-0,68%).

Contudo, não é só neste setor que apresentam-se as diferentes dificuldades: a capital tem a maior parte de seu Valor adicionado bruto no setor de Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social 80% (IBGEcidades), o que eleva as dificuldades quando alguns segmentos entram em crise, como é o caso ocorrido com bares,

[1] Agradecemos a colaboração dos Bolsistas de Iniciação científica da UNILASALLE dos Prof. Moisés Waismann e Judite Sanson de Bem pela busca dos dados na PNADc.

restaurantes, supermercados, comércio de roupas e vestuário, estabelecimentos ligados à cultura que foram extremamente afetados com a pandemia. Neste cenário os trabalhadores mais prejudicados são aqueles com ensino médio completo, seguidos do ensino superior, com uma faixa de idade entre 18 e 24 anos. A indústria da construção civil em Porto Alegre também foi afetada, em específico a construção de serviços especializados e infraestrutura, o que não se verificou na construção de edifícios.

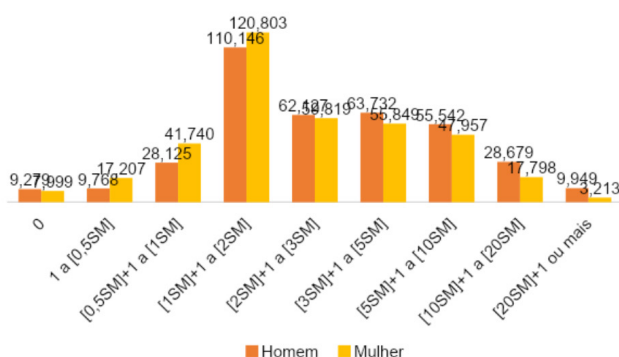
Assim, retratando 2021, o município teve a 2ª menor taxa de desemprego do Brasil, conforme o IBGE. Tais dificuldades são do país como um todo, pois além dos desempregados há uma informalidade ao redor de 40% da população ocupada brasileira, sendo do RS 33% e os desalentados são mais de 1,5%.

Por faixa de rendimento salarial x sexo em Porto Alegre, a Tabela 1 e figura 1 trazem outra realidade.

Tabela 1 – Faixa de remuneração por sexo, no 4º trimestre de 2021, no município de Porto Alegre

Faixa de Remuneração	Homem	Mulher
0	9.279	7.999
1 a [0,5SM]	9.768	17.207
[0,5SM]+1 a [1SM]	28.125	41.740
[1SM]+1 a [2SM]	110.146	120.803
[2SM]+1 a [3SM]	62.127	59.819
[3SM]+1 a [5SM]	63.732	55.849
[5SM]+1 a [10SM]	55.542	47.957
[10SM]+1 a [20 SM]	28.679	17.798
[20SM]+1 ou mais	9.949	3.213

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 1 – Relação entre a faixa de remuneração por sexo, no 4º trimestre de 2021, no município de Porto Alegre

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Os dados mostram que o número de homens sem rendimentos é maior que o de mulheres. Todavia, na faixa de R$ 1,00 a 2 Salários-mínimos (SM), vê-se um número mais expressivo de mulheres que homens, enquanto acima de 2 Salários-mínimos (SM), fica notória a decrescente presença de mulheres, sendo o número de homens 3x maior que o de mulheres recebendo 20 ou mais Salários-mínimos.

A grande maioria da população, indiferente do sexo, se encontrava na faixa de rendimento de 1 a 2 Salários-mínimos (SM) no município de Porto Alegre no 4º trimestre de 2021. Também é importante ressaltar, ao visualizar os dados apresentados, que apenas uma parcela ínfima da população do município incorpora os rendimentos mais elevados.

Logo, em 2022 o município tem grandes desafios: não apenas recuperar estas vagas que foram fechadas ao longo dos últimos 02 anos de pandemia, ampliar a qualidade destas vagas, pois junto com o número aumentou o número de subocupados, informais ou por conta própria, sem CNPJ.

REFERÊNCIAS

IBGE – **IBGEcidades**. Porto Alegre. Disponível em: *https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama*.

IBGE – **Sala de Imprensa**. Brasília. Disponível em: *https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33033-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-15-das-27-ufs-no-4-trimestre-de-2021*.

IBGE – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua**. Disponível em: *https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas*.

A QUESTÃO METROPOLITANA E O FIM DA METROPLAN

Heleniza Ávila Campos
Profa.do Dpto de Urbanismo e do Programa de Pós-graduação
em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da UFRGS
Pesquisadora do Observatório das Metrópoles

Publicado do Jornal da Universidade (UFRGS) em 24 de março de 2022

Docente do departamento de Urbanismo, Heleniza Ávila Campos reflete sobre os prejuízos decorrentes da ausência de uma instituição dedicada a pensar questões regionais e urbanas

Um dos órgãos de gestão metropolitana mais antigos do país, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) está fechando, em definitivo, suas portas. Órgão responsável pela elaboração e coordenação de planos e projetos urbanos e regionais do Rio Grande do Sul, a Metroplan foi criada pela Lei 6.748, de 1974. Desde então, tem feito parte indissociável da história da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

A RMPA foi instituída em 1973, pela Lei Complementar 14, e a Metroplan foi responsável pelas principais estratégias de estruturação da política metropolitana, tendo Porto Alegre como a metrópole. Foi pelas mãos dos técnicos da Metroplan, com o apoio da agência de cooperação técnica alemã *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*, que foi produzido o primeiro Plano de Desenvolvimento Metropolitano entre 1971 e 1973, quando havia apenas 14 municípios na composição da RMPA.

A Metroplan também realizou outros planos em setores importantes para o planejamento metropolitano, principalmente para os transportes públicos e a mobilidade. O Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre (PLAMET), publicado em 1976, estava vinculado à criação do sistema de coletivos metropolitanos (Transcol) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), resultando em maior integração entre Porto Alegre e Novo Hamburgo. Em 2006 foi dado início ao Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITmurb), que previa a integração das passagens pela bilhetagem eletrônica e propunha uma linha de metrô – ideia que, posteriormente, foi abandonada. A Fundação também gerencia o Transporte Coletivo Intermunicipal nos municípios da região metropolitana.

Além dessas atividades, foram desenvolvidas pela Metroplan outras ações, tais como o assessoramento aos técnicos municipais à elaboração de diversos planos diretores no Rio Grande do Sul e a anuência de parcelamento de uso e ocupação do solo dentro do espaço metropolitano. Mais recentemente, em 2018, foi elaborado o Plano Metropolitano de Prevenção Contra Cheias.

É preciso dizer que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve um enfraquecimento da política regional e metropolitana no Brasil, resultante das perdas e ganhos do processo de fortalecimento dos municípios após duas décadas de política centralizada na esfera federal durante o governo militar. Essa descentralização permitiu aos municípios autonomia de planejamento e gestão de seus territórios; no entanto, fragilizou o reconhecimento da importância de órgãos e instituições metropolitanos e regionais, ao mesmo tempo que pouco se investiu para a renovação do quadro técnico de profissionais que ali atuam, como arquitetos, biólogos e economistas.

Como os problemas nessas escalas persistem, o resultado hoje aponta para iniciativas dos próprios municípios na busca por soluções mais práticas (a constituição de consórcios municipais é um exemplo); falta, porém, um suporte técnico durante e após suas decisões.

No RS, a política de descarte institucional tem andado na contramão de qualquer possibilidade de planejamento e gestão públicas, principalmente quando se trata de prática recorrente, como tem ocorrido neste e em outros estados do país. Na gestão José Ivo Sartori (MDB) no governo do Estado (2015-2019), foi dado início à extinção da Metroplan, aprovada pela Lei 14.982/2017, sendo decretado o mesmo destino a outras cinco fundações estaduais, entre elas a Fundação Zoobotânica e a Fundação Piratini (TVE e FM Cultura). Desde então, o asfixiamento e sucateamento institucional foi se acentuando.

Após o período de silêncio, na sequência da Constituição de 1988, as questões regionais

e urbanas só retornaram ao debate nacional, ainda no campo das ideias, com a criação do Ministério das Cidades em 2003 e, de forma mais evidente, com a aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015). Nesta lei estão estabelecidas diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos estados, definindo ainda os princípios para a realização de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). E dentre as regiões metropolitanas mais antigas do país, a RMPA é uma das que não tem seu PDUI.

Hoje a RMPA conta com 34 municípios. Diversos problemas precisam ser tratados no âmbito metropolitano: a mobilidade pendular entre Porto Alegre e cidades vizinhas; o grande aumento dos assentamentos precários em diversos municípios, inclusive próximo de pequenas cidades de baixa densidade demográfica; as questões ambientais e de infraestrutura básica, que atravessam vários municípios e demandam um olhar do conjunto que participa desta realidade.

Em 2019 houve uma aparente reviravolta nesse processo, quando o governo de Eduardo Leite (PSDB) observou que a extinção da Fundação comprometeria suas funções, sendo, naquele momento, descartada a transferência de suas atribuições para outra pasta. No entanto, nada foi feito no sentido de refletir sobre o que seria necessário para redimensionar e reinserir a Metroplan na prática do planejamento da RMPA nos contextos social, técnico e político atuais.

Em 2021, a decisão do governo do estado de manter sua extinção foi aprovada pela Assembleia Legislativa (Lei 15.680/2021), embora tenha sido pouco discutida publicamente. Atualmente o governo do RS já afirma que as funções da Metroplan deverão ser absorvidas pela recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano. Caso essa ideia se confirme, além de perder a oportunidade de resgate da história dessa parte do planejamento no estado, é importante atentar para a necessidade de reconstruir uma expertise capaz de voltar os olhos à problemática metropolitana, de preferência com transparência de ações e decisões e com espaços de discussão mais claramente definidos. E é importante lembrar que não há Porto Alegre sem sua região metropolitana e vice-versa.

Instituições como a Metroplan são percebidas como necessárias quando os problemas começam. A ausência de planejamento sobre o espaço metropolitano repercute principalmente no cotidiano de muitas pessoas que habitam, deslocam-se e trabalham nos 34 municípios da RMPA, sendo Porto Alegre e Novo Hamburgo seus principais polos. Uma reestruturação das atividades da Metroplan talvez fosse um caminho mais fácil e viável do que extingui-la para criar novo órgão com as mesmas funções.

Por fim, a desculpa do enxugamento do tamanho do Estado sem uma clara – e dialogada – revisão de seus órgãos já ceifou muito da memória do que se pensou e se fez em termos de planejamento urbano e regional, seja como fonte de informação, seja como registro da história de muitas cidades e regiões gaúchas, principalmente em um estado federativo que conta com o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), pioneiro no país, e com o Observatório das Metrópoles (Núcleo Porto Alegre). Lamenta-se, assim, a perda da possibilidade de tratar do presente e repensar o futuro do Estado.

Porto Alegre. Foto: Tiago Novo Coutinho.
Fotógrafo. Repórter fotográfico/fotógrafo do MPRS.
https://www.instagram.com/novocoutinho/

OS 150 ANOS DE TRANSPORTE PÚBLICO QUE NÃO SERÃO COMEMORADOS NOS 250 ANOS DE PORTO ALEGRE

André Coutinho Augustin
Economista e Pesquisador
Observatório das Metrópoles – Núcleo Porto Alegre

Porto Alegre está comemorando 250 anos. Com uma população de cerca de um milhão e meio de habitantes e inserida em uma região metropolitana com mais de quatro milhões de habitantes, o transporte urbano e metropolitano é hoje um dos assuntos mais delicados da cidade. Afinal, não é simples organizar os deslocamentos de tanta gente, mas nem sempre foi assim.

Até 1845, Porto Alegre era cercada por muros e ocupava apenas a área que corresponde aproximadamente ao que hoje é o Centro Histórico. Não era necessário, portanto, um sistema de transporte público para que a população pudesse se deslocar pela cidade. O primeiro Censo Demográfico realizado no Brasil, em 1872, mostrou que Porto Alegre – que estava completando 100 anos – já possuía 43.998 habitantes. E foi justamente nas comemorações do seu primeiro centenário que a cidade ganhou um sistema de transporte coletivo.

Em 19 de junho de 1872, o Imperador D. Pedro II autorizou a Companhia de Carris de Ferro - Porto Alegrense (então uma empresa privada) a operar bondes movidos por mulas. A primeira linha – Menino Deus – foi inaugurada em janeiro de 1873. Em 1906 ela se uniu a outra empresa (Carris Urbanos) para formar a Companhia Força e Luz Porto-Alegrense. A partir daí passou a fornecer energia elétrica para a cidade e dois anos depois entraram em funcionamento os primeiros bondes elétricos, nas linhas Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon. O serviço foi sendo expandido e, na década de 1950, a frota de bondes elétricos da Carris passava das duas centenas – sem falar dos ônibus, em operação desde 1929.

Seria esperado que, junto com o aniversário de 250 da cidade, a Prefeitura de Porto Alegre organizasse também as comemorações dos 150 anos de transporte coletivo na capital. Ainda mais por essa história ter como protagonista uma empresa que hoje é patrimônio público. Em 1954 a Carris foi encampada pela prefeitura, sob administração do prefeito Ildo Meneghetti. Como estatal, a Carris passou a ter destaque não apenas aqui, mas em todo país, principalmente após as melhorias na gestão ocorridas na década de 1990. Em 1999 e em 2001 ela foi escolhida a melhor empresa de transporte coletivo do Brasil pela ANTP e, em 2003, foi a primeira instituição municipal a conquistar o Prêmio Nacional de Gestão Pública.

Hoje a Carris é a empresa de transporte coletivo mais antiga do Brasil. Mas, infelizmente, nos últimos anos as sucessivas gestões neoliberais na Prefeitura de Porto Alegre promoveram o seu sucateamento. A qualidade caiu, mas mesmo assim continuou acima das concorrentes. Em 2021, a idade média da frota da Carris era de 5,2 anos, contra 7,7 anos das empresas privadas (acima do permitido pela legislação). Além disso, 94% dos ônibus da Carris possuíam ar condicionado, contra 41% nas privadas (a licitação de 2015 previa que 100% da frota deveria ter ar condicionado).

Logotipo da Carris. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Também foi a Carris que salvou o sistema de ônibus durante a pandemia, quando as empresas privadas descumpriram os contratos e começaram a abandonar as linhas mais deficitárias. Para garantir o direito ao transporte, previsto na Constituição, a Carris assumiu essas linhas – num subsídio indireto às suas concorrentes, que puderam operar apenas as linhas lucrativas. Isso fez o prejuízo da Carris aumentar, o que foi usado de

argumento pelo prefeito Sebastião Melo para acabar com a Carris.

É bom lembrar que a Carris era uma empresa lucrativa até pouco mais de uma década atrás. Foi apenas no governo Fortunati que ela passou a dar prejuízo. Não que dar lucro seja algo necessariamente bom numa instituição pública. Seria aceitável a Carris abrir mão do seu lucro para oferecer um serviço mais barato (ou até mesmo gratuito) para a população porto-alegrense, mas não foi o que aconteceu. Os prejuízos surgiram depois de Fortunati entregar a gestão da Carris para o PMDB, partido do seu vice, Sebastião Melo. Entre outros escândalos, houve desvios de mais de um milhão e meio de reais pelo coordenador financeiro da companhia, que depois fez diversas doações para campanhas do seu partido, incluindo do próprio Melo.

Quando virou prefeito, Sebastião Melo usou o prejuízo iniciado na sua gestão como vice-prefeito para defender que a Carris não podia mais ser pública. Enviou então um projeto de lei à Câmara Municipal pedindo não a privatização, mas uma carta branca para fazer o que quisesse para destruir a Carris. O PL, aprovado durante a pandemia sem discussões com a sociedade, autorizou o prefeito a “alienar ou transferir, total ou parcialmente, a sociedade, os seus ativos, a participação societária, direta ou indireta, inclusive o controle acionário, transformar, fundir, cindir, incorporar, liquidar, dissolver, extinguir ou desativar, parcial ou totalmente, a Companhia Carris Porto-Alegrense”. Ou seja, os vereadores decidiram que o prefeito podia destruir a Carris da forma como desejasse, sem nenhuma explicação sobre o que aconteceria com o patrimônio da empresa e, ainda pior, com as linhas de ônibus que ela oferece. Não se sabe se essas linhas serão assumidas por outras empresas ou simplesmente extintas. E, caso sejam assumidas, se haverá uma nova licitação ou elas serão distribuídas entre as empresas privadas que já atuam na cidade.

A prefeitura fez questão de propagandear que não tinha planos de como efetivar essa autorização vaga. Em reunião com vereadores para tentar convencê-los a votar a fazer do PL, em agosto de 2021, o presidente da Carris, Maurício Cunha, disse que “não há uma definição hoje, não está definido o que será feito” e que o caminho para desestatizar a Carris “começa aqui, mas ninguém sabe direito onde ele vai parar”.

É comum no discurso neoliberal essa defesa da privatização sem planejamento. O poder público não precisa saber “onde vai parar” o resultado da privatização, já que a mão invisível do mercado se responsabilizaria por levar tudo ao lugar certo. Por trás desse discurso contra o planejamento, entretanto, há um forte planejamento por parte do mercado. E o poder público também não é omisso, como tenta parecer, mas atua de mãos dadas com o mercado, para garantir o resultado desse planejamento.

A própria Carris, antes da estatização, nos dá exemplos de como funciona um transporte urbano “sem planejamento estatal”. No início do século XX, a maior empresa de loteamentos da cidade era a Companhia Territorial Porto-Alegrense. Seus donos se tornaram sócios da Carris e da Cia. Hidráulica Porto Alegrense, que explorou os serviços de água encanada entre 1866 e 1944 (o DMAE só foi criado em 1961). O objetivo era direcionar a ampliação dos serviços de transporte, luz e água para as regiões da cidade onde a Companhia Territorial Porto-Alegrense possuía terras e planejava novos loteamentos, valorizando essas áreas.

O transporte tem uma grande influência no valor da terra. Facilitar o acesso da população a uma determinada região – ou até mesmo impedir o acesso de alguns – pode trazer perdas e ganhos para os proprietários dos terrenos, dos imóveis e dos negócios existentes nos arredores. Esse é um aspecto pouco discutido sobre mobilidade urbana, mas que às vezes acaba se revelando no debate público.

Entre muitos exemplos que podem ser citados na nossa cidade nos últimos anos, um dos que teve mais repercussão foi uma declaração do então Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Valter Nagelstein (que semana passada foi condenado a dois anos de prisão por racismo por seus comentários sobre os vereadores negros de POA), defendendo a transformação do Largo Glênio Peres em estacionamento. O argumento dele era que facilitar o acesso de carros ao entorno do Mercado Público garantiria um “público mais qualificado”, aumentando o faturamento do comércio.

O Largo Glênio Peres fica ao lado de um dos maiores terminais de ônibus da cidade, mas os milhares de porto-alegrenses que circulam por ali todos os dias não têm a renda que a prefeitura considerava ideal para os frequentadores do Mercado. Para isso, era necessário reduzir o espaço dos pedestres e do transporte público e dar mais espaço ao automóvel, esse sim o meio de transporte adequado para o projeto de valorização

imobiliária do Centro.

Mais recentemente, a prefeitura anunciou o "Programa de Reabilitação do Centro Histórico", permitindo a construção de prédios de até 200 metros de altura. O objetivo seria dobrar a população do bairro. Perguntado por um jornalista se a habitação popular estava incluída nesse objetivo, o secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos, Cezar Schirmer, respondeu que "por óbvio, não adianta trazer um morador para o Centro que não possa pagar o condomínio". Ou seja, esse aumento da população previsto não é para trazer para o centro os moradores das áreas mais periféricas, o que reduziria a necessidade de transporte na cidade. O foco é a população de maior renda, que anda de carro e tem capacidade de valorizar os imóveis.

A privatização da Carris e dos demais serviços urbanos (Melo já anunciou a intenção de privatizar o DMAE em breve) faz parte desse projeto. Assim como acontecia um século atrás, transporte e saneamento devem servir não para atender às necessidades da população, mas para garantir os lucros dos prestadores desses serviços e ainda ajudar na valorização da terra urbana. Não é, portanto, uma ausência do Estado, mas uma forte atuação estatal para construir uma cidade que gere lucro para determinados setores.

Se alguém tem dúvidas sobre quem são os beneficiados dessa política de valorização imobiliária, basta olhar os dados de financiamento de campanha divulgados pelo TSE. Entre os maiores doadores da campanha de Melo em 2020 estão sócios de empresas como Goldztein, Cyrela, Melnick, CFL, Multiplan e Arado Empreendimentos. É para estes que se governa em Porto Alegre, seja na política de transportes, de saneamento ou nas mudanças no Plano Diretor.

POR UMA PORTO ALEGRE PLANEJADA PELAS MULHERES

Vanessa Marx
Professora do Departamento de Sociologia da UFRGS
Pesquisadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Porto Alegre

Chegamos ao aniversário de 250 anos de Porto Alegre, que nos estimula a pensar em como seria uma cidade planejada pelas mulheres nos próximos anos? Mais da metade de sua população é composta por mulheres, na totalidade e nas oito regiões de planejamento da cidade. De acordo com o censo de 2010 do IBGE, a cidade de Porto Alegre apresentava cerca de 1.409.351 habitantes, sendo 53,6% de mulheres, frente a 46,9% de homens. De acordo com o IBGE Cidades, a população estimada de Porto Alegre, em 2021 aponta para 1.492.530 habitantes, o que poderia indicar um maior crescimento no próximo censo seguindo a tendência de uma cidade formada em sua maioria por mulheres.

Os dados mostram, mas não refletem o grau de inserção das mulheres e seu poder nas decisões de política urbana e no planejamento da cidade. Nos diálogos virtuais do projeto de extensão Mulheres e Cidades, pudemos conhecer as agendas e o cotidiano de uma diversidade de mulheres: negras, indígenas, acadêmicas, ativistas de cidades como Porto Alegre e Salvador (Brasil), Montevidéu e Melo (Uruguai), Córdoba (Argentina) e Barcelona (Catalunha-Espanha). A realidade de um conjunto de mulheres que vivem, trabalham e pesquisam sobre cidades e que atravessam o contexto da pandemia da COVID-19, que afetou a forma de trabalho, geração de renda e cuidado gerando dupla ou tripla jornada.

O ativismo urbano dessas mulheres mostra que pensar a relação entre agenda de gênero e cidades resulta fundamental para inovação nas políticas públicas urbanas e novos desenhos de cidades no contexto da pandemia. Estas contribuições apontam para lembrar sobre a importância da função social da cidade e da propriedade, criação de novos espaços públicos onde mulheres possam estar com segurança – assim como em transportes públicos, no uso da bicicleta ou caminhando pela cidade – sem sofrer violência ou assédio sexual. A mobilidade, a moradia, o acesso aos serviços e equipamentos públicos têm sido temas fundamentais para a sociabilidade e construção de redes de solidariedade e apoio entre as mulheres. O pensar a cidade se faz necessário com o olhar das mulheres que circulam e habitam nela.

Redes nacionais como o BR Cidades, que trabalham por uma nova agenda urbana para o Brasil, e onde o projeto de extensão se insere

e contribui para as discussões e propostas na temática Gênero, LGBTQIA+, Raça e Classe nas cidades, têm sido importantes espaços de debate e articulação em rede. A Conferência Popular pelo Direito à Cidade, convocada por diversos movimentos e redes, entre elas o Observatório das Metrópoles, será realizada de 03 a 05 de junho de 2022, na cidade de São Paulo. Este será um momento importante de construção nacional, com propostas também de Porto Alegre, para uma agenda urbana em que nossa contribuição reside em pensar as cidades desde uma perspectiva de gênero. Também será um momento fundamental para debater sobre o direito à cidade nos próximos anos no Brasil, relembrando pontos fundamentais do conceito proposto por Lefebvre – que consiste em pensar coletivamente as cidades e o direito à vida urbana transformada e renovada. O direito à cidade tem sido um dos elementos fundantes das lutas dos movimentos sociais urbanos e da reforma urbana no Brasil e no contexto internacional foi incorporado na Nova Agenda Urbana da Conferência Habitat III, da ONU, realizada em Quito (Equador), em 2016. Entretanto, necessitamos avançar e ir além de uma concepção universal, refletindo sobre o direito à cidade a partir da diversidade das mulheres, para que seja uma construção permanente incorporando a categoria "gênero" em nossas análises, propostas e reflexões, como nos propõe Ana Falú, ex-diretora regional da ONU Mulheres. Então como podemos pensar o direito à vida urbana em Porto Alegre a partir do olhar das mulheres? Para isso seria importante pensar uma agenda local que reduza as desigualdades e aborde a necessidade de uma cidade pela vida e pelo direito das mulheres, reafirmando políticas de igualdade de gênero, participação das mulheres nas instâncias de formulação, planejamento e execução da política urbana e nas políticas de combate à violência contra mulher.

Porto Alegre necessitaria ser repensada pós-pandemia e poderíamos aproveitar este momento para incorporar reflexão e propostas das mulheres na política urbana. Para viabilizar isso concretamente seria importante identificar: a) a presença das mulheres no território (regiões de gestão e planejamento, quilombos urbanos e comunidades indígenas), como se organizam, quais são suas necessidades e propostas para o planejamento da cidade; b) às transformações do território a partir da incidência das mulheres nos instrumentos de gestão urbana, através dos mecanismos de participação (revisão de Plano Diretor e projetos para regiões e bairros da cidade); c) o encontro das agendas e diálogos entre mulheres ativistas e acadêmicas com os gestores do planejamento urbano; d) possibilidades de articulação com a representação política.

Em relação à representação política, chamamos a atenção para a representação de mulheres na última eleição municipal para a Câmara Municipal de Porto Alegre[1]. A diversidade da representação feminina no legislativo porto-alegrense poderia ser uma oportunidade para que a agenda das mulheres seja incorporada no planejamento da cidade. Algumas delas têm incluído a agenda urbana, mobilidade e transporte público, combate aos despejos e a violência contra a mulher, direito à moradia e a educação, atendimento à população em situação de rua em seus mandatos. Acreditamos, a partir destas reflexões, que Porto Alegre tem um potencial para ser uma cidade planejada e pensada pelas mulheres e que esta data de aniversário seja o estímulo que nos mobilize para isso.

Avenida Tronco, Porto Alegre
Foto: Lucimar Siqueira

REFERÊNCIAS

BR Cidades *https://www.brcidades.org/*

IBGE Cidades *https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama*

MATINAL JORNALISMO *https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/por-uma-porto-alegre-para-as-mulheres-e-antirracista/*

PROJETO DE EXTENSÃO MULHERES E CIDADES YouTube do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). *https://www.youtube.com/channel/UCIwiVpJZ89OyKob_YGepuWQ/videos*

---

[1] Disponível em: <*https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/por-uma-porto-alegre-para-as-mulheres-e-antirracista/*>

9

EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO

A RELAÇÃO UNIVERSIDADE, ESCOLA E COMUNIDADE EM UM BRASIL POSSÍVEL E NECESSÁRIO

Ana Celina Figueira da Silva
Professora na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO/UFRGS)
Endereço eletrônico: *ana.celina@ufrgs.br*

Claudia Porcellis Aristimunha
Historiadora, Técnica do Museu da UFRGS
Endereço eletrônico: *aristimunha@museu.ufrgs.br*

Melina Kleinert Perussatto
Professora na Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)
Endereço eletrônico: *melinaperussatto@gmail.com*

As fronteiras outrora rigidamente estabelecidas entre Universidade, escola e comunidade tornam-se, cada vez mais flexíveis, permitindo a fruição de experiências que levam ao reconhecimento de múltiplos saberes. A quebra desses limites não está totalmente consolidada, mas já é possível identificar inúmeras iniciativas de caráter interdisciplinar que promovem a troca de conhecimentos e o reconhecimento de diferentes realidades e formas de pensar o mundo. Nesse sentido, ganha relevância a Extensão Universitária, que destacamos nesse texto, apontando, especialmente, a experiência do projeto *PoAncestral*, que aproxima Universidade, escola e diversos grupos sociais na construção de um novo olhar sobre a cidade de Porto Alegre.

A Extensão Universitária, tal como vem se discutindo, elaborando e executando ao longo dos últimos anos, demanda necessariamente a sua indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa e envolve processos que devem promover a interação entre a Universidade e os outros setores da sociedade. De natureza interdisciplinar e/ou transdisciplinar, seu caráter é educativo, cultural, científico e político na perspectiva da relação entre aprendizado e cidadania.

Como podemos ver a Política Nacional de Extensão, baseada em cinco Diretrizes principais, aponta para o aspecto da Interdisciplinaridade considerando a combinação de saberes específicos das áreas de conhecimento com a complexidade dos saberes das comunidades:

> A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holística pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende (FÓRUM, 2009 p. 49).

A Extensão, portanto, cada vez mais se afirma como intrínseca ao processo de formação acadêmica, ancorando a Universidade na relação de sua comunidade (docentes, discentes e técnicos) com a realidade social em que está inserida. Relação essa que promove efetivamente transformações nela própria; alterando currículos, proporcionando formação mais complexa e ampla de seus egressos, como nas dinâmicas das relações sociais e políticas. É uma via de mão dupla. A Extensão:

> [...] coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional – e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Essa visão de estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de Extensão Universitária, a todos envolvidos [...]. Dessa maneira, emerge um novo conceito de 'sala de aula', que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. "Sala de aula" são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re) constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico "estudante – professor" é substituído pelo eixo "estudante – professor – comunidade" [...] (FÓRUM, 2009, p. 50).

Todos os envolvidos como protagonistas e todos os espaços como educativos. A "sala de aula", portanto, pode ser a casa de uma liderança indígena, pode ser o Museu da UFRGS, a mata ou ainda o Quilombo. O conhecimento científico de matriz eurocêntrica tem sido o pensamento dominante no ensino, mas a valorização de "outros" saberes, aqueles considerados "não científicos", é uma postura necessária para a formação acadêmico-científica com potencial transformador do mundo, e uma educação científica crítica, humanizadora e cidadã. Conforme José Jorge de Carvalho:

> Para transmitir um pouco de concretude a essa ideia de eurocentrismo e de modelo colonizado de instituição acadêmica, basta pensar que, até o ano de 2003, um estudante podia terminar seu ensino médio sem conhecer absolutamente nada sobre as tradições culturais indígenas, afro-brasileiras ou sobre a história da África. E a mesma carência generalizada de informação sobre as culturas indígenas e afro-brasileiras vigia também nas disciplinas dos cursos universitários [...] (CARVALHO, 2016, p. 6).

A Universidade por meio de seus diferentes setores e Unidades Acadêmicas neste envolvimento no dia a dia das comunidades, além de fazer jus a seu papel social, amplia a abrangência de sua ação transformadora. Nesse sentido, é crucial perceber a importância do reconhecimento e valorização dos saberes de mestres e mestras populares e tradicionais, das diferentes cosmovisões, dos diferentes letramentos e oralidades e das vozes normalmente não ouvidas na academia.

Os reflexos dessa parceria não só fortalecem a incorporação de outras epistemologias, além das eurocêntricas, nos processos de formação acadêmica, como qualificam a própria atuação dos dois setores envolvidos. Memória, cultura, saberes populares, identidades, pertencimento, territorialidade, diversidade, diálogos e desenvolvimento socialmente referenciado são alguns dos aspectos tematizados e vivenciados nessa junção Universidade, Rede Escolar e Movimentos Sociais.

O Projeto *PoAncestral* é um exemplo, dentre tantos implementados ou possíveis de acontecer. Diferentes setores, disciplinas, cursos da UFRGS, juntam-se a movimentos sociais de diferentes matizes, com vistas a um diálogo com escolas e coletivos para apresentar uma outra narrativa sobre os 250 anos da cidade de Porto Alegre, comemorado oficialmente em 26 de março de 2022, que dispute com a versão oficial, marcada exclusivamente pela colonização branca europeia.

A iniciativa partiu de um grupo de professores vinculados ao campo da história, organizados em um Coletivo e da Associação dos Professores Municipais de Porto Alegre – ATEMPA, que se aproximaram de várias lideranças e grupos institucionais, entre eles a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a construção conjunta do projeto. Ademais, a ação de extensão universitária *PoAncestral* foi aprovada pela Comissão de Extensão da Faculdade de Educação e duas bolsas foram concedidas pela Pró-Reitoria de Extensão e pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, o que proporcionará o estreitamento da parceria e o adensamento do projeto[1].

---

[1] Sobre a ação de extensão ver o capítulo de Aristimunha e Perussatto (2022) disponível neste livro.

O *PoAncestral* contempla uma série de ações (*lives*, debates, produção de textos, manifestações artísticas), que possibilitam conhecer as parcerias já realizadas entre Universidade, Escolas de nível Fundamental e Médio e diversos coletivos sociais. Por conseguinte, o projeto *PoAncestral* interliga experiências institucionais e de vida, permitindo o compartilhamento de diferentes saberes e a construção de uma nova percepção de cidade. Promove a reflexão e o debate sobre a necessidade de compreendermos que o passado construído sobre o território que hoje demarca Porto Alegre, ultrapassa dois séculos e meio, pois inclui os povos originários e os negros. Também colabora na percepção que a história da nossa cidade continua sendo construída por todos e isso envolve a luta dos grupos socialmente marginalizados e excluídos por uma cidade inclusiva e diversa.

REFERÊNCIAS

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Apresentado no XXVI Encontro Nacional FORPROEX (2009: Rio de Janeiro, RJ) e aprovado no XXXI Encontro Nacional em Manaus, AM.

CARVALHO, José Jorge. **Cadernos de Inclusão, n. 8**. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa/UnB, 2016.

ANCESTRALIDADE, PORTO ALEGRE E ENSINO DE HISTÓRIA

Caroline Pacievitch

Professora de história na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: *caroline.pacievitch@ufrgs.br*

Há muito tempo sabemos que ensinar história nas escolas não é o mesmo que recordar o passado. Nós, professores e pesquisadores do ensino de história, temos estabelecido, há mais de quarenta anos, um consenso que rechaça a submissão do conhecimento histórico à criação de uma identidade nacional unívoca e à perpetuação de visões colonizadas, racistas, patriarcais e capitalistas sobre o mundo. De forma paralela, comungamos da crítica freireana sobre a educação bancária, ao tentar nos manter atentos aos rumores do mundo, vivendo a sala de aula como espaço de produção de conhecimentos sobre o passado[1].

Obviamente, o fato de termos esses princípios não significa que conseguimos contemplá-los sempre. Por razões difíceis de avaliar, tais como escassez de recursos físicos e de material didático, excesso de carga horária em sala de aula, cansaço ou falta de formação especializada, em muitas ocasiões predominam cópia, memorização, conteúdos sem problematização e descontextualizados. E, à época de comemorações como o 7 de setembro ou o 15 de novembro, é comum encontrar reportagens nos meios de comunicação denunciando o quanto a população ignora eventos básicos da história nacional, como se a repetição de um conto patriótico fosse garantia de cidadania[2]. O estado do Rio Grande do Sul tem suas peculiaridades quando se trata de comemorações cívicas, considerando a mobilização nas mídias, nas escolas e em outros equipamentos culturais em razão do 20 de setembro. Aliás, o impacto das comemorações do 20 de setembro[3] nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda é um ponto em aberto nas pesquisas sobre ensino de história no estado.

Nas sociedades ocidentais modernas, o passado é algo que está sempre ficando para trás, enquanto avançamos inexoravelmente ao futuro. Em geral, identificamos esse avanço não apenas de forma cronológica, mas também com uma valorização evolutiva: hoje, somos

[1] Coletâneas recentes como “Ensino de História e suas práticas de pesquisa” (ANDRADE; PEREIRA, 2021), “Ensino de História: diferenças e desigualdades” (SCHMIDT; BAUER; PACIEVITCH, 2021); “Cartografias da pesquisa em ensino de história” (MONTEIRO; RALEJO, 2019), além das últimas edições dos Encontros Nacionais Perspectivas do Ensino de História (*https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419*) confirmam essa afirmação.

[2] Significado do FERIADO de 15 de novembro é desconhecido por algumas pessoas. GRTV 1a edição. 15 de novembro de 2018. Disponível em: <*https://globoplay.globo.com/v/7164039/*>. Acesso em: 05 abr. 2022. PESSOAS APROVEITAM, MAS desconhecem significado do 7 de setembro. SBT Brasil. 07 de setembro de 2011. Disponível em: <*https://is.gd/AOtfgh*>. Acesso em: 05 abr. 2022.

[3] É comum que grandes marcas componham peças de publicidade específicas sobre a data. Por exemplo: LOJAS COLOMBO MARCA presença nas comemorações da Semana Farroupilha. Portal da Propaganda. 11 de setembro de 2015. Disponível em: <*https://is.gd/ttlzGO*>. Acesso em: 05 abr. 2022.

mais avançados que no passado. Isso parece uma verdade autoevidente - afinal, ninguém consegue voltar no tempo e corrigir os erros do passado - porém, a cronologia linear progressiva e evolucionista é apenas uma construção social sobre o tempo, insuficiente para dar conta da complexidade das relações humanas e das disputas de poder. Dessa forma, as datas comemorativas são pontos de atualização do passado no transcurso do tempo linear progressivo, trazendo um caráter cíclico, mas nunca repetitivo. As datas a lembrar e a esquecer e, ainda, as formas pelas quais se destacam e se apagam personagens, ações e contradições, dizem muito sobre o papel do ensino de história diante das comemorações.

Para ilustrar essas considerações, recorro à concepção de tempo entre os Kadiwéu, conforme estudado por Giovani José da Silva, que foi professor de história entre esse povo, na escola da Aldeia Bodoquena (Reserva Indígena Kadiwéu - MS). Com seus alunos e com a comunidade, Giovani aprendeu que os Kadiwéu possuem ao menos duas formas de se pensar historicamente. A primeira diz respeito às "histórias de se admirar", aquelas "[...] que não precisam de comprovação, pois são contadas para provocar o espanto, a admiração de quem as escuta" (SILVA, 2012, p. 69). A segunda se refere às "histórias que aconteceram mesmo", isto é, "[...] histórias contadas pelos mais velhos e apenas a confiança na palavra destes seria suficiente para que se acredite nelas" (SILVA, 2012, p. 69). Além dessas duas, os Kadiwéu incluíram recentemente uma concepção de história como disciplina escolar, à qual constroem uma visão crítica muito interessante:

> a característica dessa história escolar seria, segundo os indígenas, a 'obsessão' pelas fontes, por documentos escritos como provas a respeito do passado. A história, contida em livros e manuais, supervalorizaria o escrito e desprezaria aquilo que é transmitido oralmente de uma geração à outra. Os Kadiwéu acreditam ser importante conhecer a história 'inventada' pelos 'brancos' como forma de entenderem melhor as representações construídas pelo Outro sobre tempos pretéritos em outros espaços (a Europa, por exemplo, de onde vieram os portugueses e espanhóis com cavalos e outros animais desconhecidos pelos indígenas) (SILVA, 2012, p. 69).

A avaliação que os Kadiwéu fazem da disciplina História, tal como ensinada nas escolas, é pertinente tanto para as aulas quanto para a produção historiográfica. Temos muito a aprender com esse olhar sobre o nosso trabalho, na busca de construir aulas de história efetivamente contracoloniais (BISPO, 2018) e inclusivas.

Outro aspecto importante da concepção de história dentre os Kadiwéu é a Ancestralidade. As "histórias que aconteceram mesmo" tem sua validade afirmada na sabedoria dos mais velhos que falam e na confiança de quem escuta que, por sua vez, um dia também transmitirá essa história. Os sentidos e significados também se apoiam em perspectivas pouco ouvidas por parte da sociedade ocidental. As "histórias que aconteceram mesmo", sobre a Guerra do Paraguai, indicam que o conflito ainda não teve um fim, pois os Kadiwéu nunca deixaram de ser ameaçados por homens brancos armados. As rupturas e permanências, portanto, sustentam-se em torno de outros pilares e sensibilidades.

A quem pretende ensinar história reforçando o compromisso com uma vida boa para todos, cabe ouvir e aprender, expandindo suas perspectivas e permitindo que a multiplicidade de vozes atravesse as salas de aula e interpele aos estudantes e a si próprio. Foi esse o movimento realizado pelas pessoas que se uniram para construir uma forma subversiva e contracolonial de comemorar o aniversário de Porto Alegre, que, oficialmente, cumpre 250 anos em 2022. Pessoas vinculadas ao Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) e à Associação de Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA), com colaboradores de diversas outras instituições, lançaram o projeto *PoAncestral*. Através de *lives*, manifestações de rua, boletins informativos, publicações em redes sociais e diversas outras expressões, o projeto tem movimentado e contestado as comemorações oficiais sobre o aniversário de Porto Alegre.

O ponto de partida do *PoAncestral* é uma constatação óbvia, mas que, mesmo assim, é ignorada: a de que a data de fundação de Porto Alegre é arbitrária e intencionalmente invisibiliza a presença de pessoas no território que hoje compõe a cidade desde milênios atrás. Afinal, reconhecer isso implicaria em inverter os sentidos da história: do resultado da ação de alguns homens cis brancos e proprietários de terras para a participação de inúmeros seres, humanos e não humanos, organizados em coletivos para sua sobrevivência e para a criação de diversas formas de vida, díspares, dissidentes. Implicaria em reconhecer a pequenez dos tratados assinados por um

punhado de pessoas, dos documentos de posse e dos inventários em nome do pai de família, abrindo espaço para memórias mais distantes, que envolvem muito mais pessoas e que podem não estar registradas em papéis, mas estão inscritas nos corpos, nos territórios, nas crenças e nas lutas (KRENAK, 1992).

Para o ensino de história, implica em transcender o "ponto copiado no caderno", o livro didático e o mapa e derrubar as paredes da sala de aula, efetivamente construindo o ensinar e o aprender em relação dialética com o mundo. Ao invés de embarcarmos em modas pedagógicas que confundem a escuta das vozes discentes com a aplicação de métodos (tal como as ditas "metodologias ativas" e "sala de aula invertida"), que pensemos em outras posturas docentes, mais passivas e acolhedoras, menos centradas nas nossas explicações, nos tempos do currículo, no conteúdo a ser vencido. Afinal, para além de qualquer lista de habilidades, importa o pensar e o viver. Precisamos desconfiar das urgências e dos sensos comuns que repetem que basta ter conteúdos bem estabelecidos e técnicas de ensino racionais que a aprendizagem acontecerá, sendo o fracasso responsabilidade e culpa individual do estudante ou do professor. Que aprendamos, respeitosamente, com os Kadiwéu, com os Yanomami e com todas as experiências e conhecimentos trazidos nas *lives* propostas no *PoAncestral*, a ouvir uma história de Porto Alegre que não cabe no papel.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: <*https://is.gd/3XhSfZ*>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, pp. 44-51, 2018. Disponível em: <*https://is.gd/3rjOQD*>. Acesso em: 31 jan. 2022.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 201-204.

MONTEIRO, Ana Maria F. da C.; RALEJO, Adriana (orgs.). **Cartografias da pesquisa em ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SCHMIDT, Benito; PACIEVITCH, Caroline; BAUER, Caroline. **Ensino de História**: diferenças e desigualdades. Brasília: Capes-ProfHistória; São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: <*https://is.gd/3XhSfZ*>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Giovani José da. Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena. **História Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 59-79, 2012.

O ENSINO DE HISTÓRIA ANTERIOR E PARA ALÉM DOS 250 ANOS

Lúcia Regina Brito Pereira

Historiadora, Professora, integrante da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os/ABPN; do Movimento Social de Mulheres Negras; do Coletivo de Professoras/es de História/CPHIS e do PoAncestral.

Endereço eletrônico: *ymoleayaba@gmail.com*

Porto Alegre para além dos 250 Anos guarda na sua história trajetórias invisibilizadas que pulsam no cotidiano da cidade. Os territórios negros, materiais e imateriais, estão traçados em uma circularidade, são diversos e pulsantes. Assim é preciso visibilizar nesta construção as Histórias dos Povos Originários e da População Negra que marcaram e marcam o desenvolvimento da cidade.

Os negros estão presentes no estado desde antes de sua fundação oficial. Na cidade de Porto Alegre, igualmente, suas marcas estão impregnadas e transbordam para além daquilo que a oficialidade tenta subsumir. Assim, trazemos para a circularidade visível a Irmandade do Rosário, criada para dar auxílio nos enterros de negros, a viúvas e órfãos. E foi responsável pela popularização de santas e santos da igreja católica e também da criação da Escola do Rosário, hoje uma escola de elite da cidade.

A cidade abriga associações longevas, como a Sociedade Floresta Aurora que neste ano de 2022 completa 150 anos de existência

e tem na sua história momentos significativos para a história da cidade e do país. Destaca-se por ter sido criada em 1872, antes da abolição formal em 1888, por integrar pessoas influentes no meio sócio-político e por abrigar grupos e ideias que serão referência em nível nacional. A Associação Satélite Prontidão também marca a sua história há 120 anos na cidade e é palco de inúmeras ações de resistência e defesa da cultura negra porto-alegrense.

Entre os grupos que surgiram e circulavam por estas sociedades, destacamos o Grupo Palmares, integrado, à época, 1971, por estudantes que se reuniam na Rua da Praia, na Universidade Federal do RS ou em suas casas e pensavam em uma data alternativa ao treze de maio. A proposição vingou, e hoje temos o Dia 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi, como data nacional no país. A partir desse grupo, várias outras correntes surgirão: oficialização, no estado, do Movimento Negro Unificado/MNU e do surgimento do Movimento de Mulheres Negras. Assim como a pioneira Sociedade Floresta Aurora, Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, criada em 1987, igualmente, está nesta condição. Sendo responsável por ações em defesa da população negra, contra a violência e na inclusão da pauta racial em diferentes instituições, isto é, as políticas públicas, necessariamente, deveriam atentar para o quesito raça em suas construções.

A pluriversalidade, a interseccionalidade estão presentes na coletividade negra e passam pela territorialidade, pela construção de epistemologias que serão referência no país. Tais ações demarcam a atuação do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro, concretizadas na demarcação das territorialidades negras, no reconhecimento das Comunidades Quilombolas, nas escritas acadêmicas, no surgimento de coletivos, em especial de professoras, cujo objetivo é resgatar e fortalecer a identidade negra, educar para além do recorte seletivo da oficialidade e para uma sociedade/cidade inclusiva, acolhedora e solidária.

A implementação da Lei 10.639 (2003) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e determina a inclusão das História da África e dos Afro-Brasileiros nos currículos da Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004)[1] são frutos das reivindicações do Movimento Social Negro. No decorrer dos anos 2000, planos para a instituição da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e as diretrizes educacionais, Indígenas e Quilombolas, ambas de 2012, também foram criados.

No Estado foi instituído em 2016, o Plano Estadual para a Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, igualmente, a partir da pressão dos Movimentos Sociais, visto a efetivação legal se apresentar bastante tímida nas escolas. As leis, planos e diretrizes, apesar de serem um avanço demonstram a resistência e o desconhecimento da temática no campo educacional.

A lei, primeiramente dirigida à Educação Básica, ao longo do tempo, apresenta entraves por desconhecimento destes temas por parte da docência, principalmente na formação inicial e a lentidão na formação continuada dos profissionais da Educação. O direcionamento para as áreas de História, Linguagens e Artes, limitou a essas áreas a obrigação de implementar a ERER nas atividades escolares. Outra dimensão do problema refere-se ao racismo estrutural e institucional, pois Histórias e Culturas negras e indígenas não contabilizavam como saberes e construções do conhecimento. Desta forma, o epistemicídio funcionou como uma ferramenta eficaz na invisibilização dos conhecimentos construídos por indígenas e negros. Também a parcimônia das mantenedoras e equipes diretivas contribuíram e contribuem para a resistência da inclusão dos temas nos planos curriculares na medida em que não cumprem a lei e, consequentemente, não exigem que a temática esteja presente nos currículos e planos de estudos da docência.

Contudo, e o ensino de História como se apresenta? Ainda vivemos um currículo eurocentrado que apagou cinco mil anos de construção de conhecimentos do continente africano. Lembremos que o país abriga a maior população negra fora da África. Vale-se a máxima de que a Educação transforma, que é ponte para um mundo desenvolvido e democrático, urge que se questione que História é essa que comumente ensinamos na sala de aula? Ela contempla a diversidade das e dos educandos, ela valoriza os saberes dos grupos minorizados?

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais temos que o "*sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, [...] Depende[m] também, de maneira decisiva,*

[1] E posteriormente a Lei 11.645, incluindo a História e as Culturas dos Povos Indígenas nos currículos.

da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações Etnicorraciais" (Parecer CNE/CP nº 03/2004). Assim, é necessário que se tenha presente que houve ao longo da construção do conhecimento e na sociedade brasileira a deliberação legal e institucional de desqualificar os saberes de negras e negros, individualmente não estamos imunes a esta ideia. Portanto, é necessário se fazer um auto exame para se ter a dimensão pessoal da resistência que abarca o nosso fazer docente.

Outra questão diz respeito ao conhecimento acadêmico docente, nele é flagrante a ausência de conteúdos voltados para a temática étnico-racial. Nove anos após a implementação da Lei 10.639, são tímidas as iniciativas da Educação Superior em preencher tais lacunas. Ter presente que a inclusão da ERER nos currículos da História não se limita às e aos docentes e estudantes negros é de fundamental importância. A ERER deve integrar os currículos, planos pedagógicos, planos de aula, pois diz respeito a toda a comunidade escolar. Igualmente, o ensino nas escolas localizadas em regiões onde o percentual de populações indígenas e negras é pequena não pode se furtar a incluir a diversidade da sociedade em seu currículo, pois conhecer as realidades sociais de diferentes grupos deve, pode, levar à mudança de comportamentos e, consequentemente, ao respeito às diferenças.

A metodologia do ensino de História está em processo, portanto, não existe uma fórmula pronta e acabada. Na atualidade, diferente de vinte anos atrás, conta-se com inúmeras possibilidades de trabalho relacionados à ERER além da legislação. Há uma gama de materiais bibliográficos disponíveis como opções para o trabalho em sala de aula. Igualmente, a pandemia da Covid-19 proporcionou a muitas e muitos profissionais mostrarem virtualmente na Internet os seus fazeres e discussões relacionadas à temática o que auxilia e facilita a interação e o aprendizado de metodologias diversificadas das relações étnico-raciais. Na ação docente, a atualização é necessária no que se relaciona à ERER, estudar é preciso! Isto não desqualifica, ao contrário, agrega e fortalece os saberes e mostra mundos novos a serem explorados.

No parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais há a indicação de que no fazer pedagógico "*Dependem, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações Etnicorraciais não se limitam à escola*". Isso significa que o trabalho relativo à ERER não deve ser isolado, não diz respeito à docente ou ao docente que gosta do tema. Não se limita a docentes e estudantes negras e negros. Para o processo de construção do conhecimento se fortalecer, a articulação com as diferentes instâncias torna o processo educativo circular e plural.

O Movimento Social Negro tem grande acúmulo nos processos educacionais, os quais por muito tempo foram desenvolvidos paralelamente ao ensino oficial. Assim, dispõe de conhecimentos e metodologias que vêm em auxílio dos fazeres pedagógicos na escola. Em contraponto ao ensino eurocêntrico e excludente que, até aqui, desqualificou os saberes tradicionais de matriz indígena, africana e afro-brasileira há novas epistemologias que permitem a descoberta e valorização de tais conhecimentos. Assim, a circularidade está presente nas culturas ditas populares e as rodas representam uma outra possibilidade em relação à organização bancária. E também remete às formas de religiosidades e de festas onde o significado remete ao movimento, a um constante começo e um sem fim, à paridade dos integrantes, onde todas/os estão ao mesmo nível do olhar. Na construção do conhecimento, a circularidade não fragmenta, ela congrega as diferentes dimensões de tempo e espaço, mitologia/sagrado e racionalidade, ancestralidade e contemporaneidade.

O conceito de pluriversalidade se opõe ao de universal que se direciona a uma única matriz de conhecimento e exclui os saberes milenares africanos e afro-brasileiros. O ensino baseado na pluriversalidade inclui e valoriza saberes diversos. Renato Noguera enfatiza que, "*a pluriversalidade [figura] como assunção da primazia das particularidades específicas na configuração dos saberes... e o reconhecimento de que todas as perspectivas devem ser válidas*" (2012, p. 62).

Outro modo de "saber, fazer" que orienta na direção de outro ensino de História é destaque na reflexão de Noguera sobre a pluriversalidade. Baseado em Masolo (2010), diz: "*as pessoas monorracionais insistem no uso de um modelo, ao contrário as pessoas polirracionais utilizam as habilidades cognitivas humanas próprio da pluriversalidade do reconhecimento de múltiplas perspectivas para abordar, ler, interpretar, criar modos e organizar a vida*" (Noguera, 2012, p. 66). Nesta linha a subjetividade dos fazeres

histórico-pedagógicos pode manter o modelo excludente até aqui utilizado contribuindo para o epistemicídio das culturas subalternizadas. Ou, vale a desacomodação na perspectiva polirracional que encaminha para a mudança de ação e de paradigmas.

Na perspectiva da pluriversalidade sugerida por Noguera é possível desmistificar a colonialidade e vislumbrar pontos de vista latentes nas histórias existentes pari passu às construções hegemônicas. Assim a metodologia no ensino de História terá a "liberdade" e a "tranquilidade" de resgatar, em que pese as críticas ao tema, as ancestralidades presentes na oralidade dos discursos da parcela da população que tem esta forma de contar suas Histórias, de resgatar as identidades através da trajetória das organizações criadas ao longo dos tempos, de valorizar os seus feitos, de enfatizar que a História é feita por cada uma e cada um, que os processos de conhecimento acumulados estão relacionados aos saberes e fazeres atuais. E se expressam nas formas de organização, nas formas das religiosidades, nos falares, na estética, nas festas, nas formas de trabalho, nas formas de viver, de se expressar e de se identificar que se materializam no acolhimento, de todas as pessoas, na celebração à tristeza e no agradecimento através da festa. Esta potencialidade reverbera em uma potente confrontação aos poderes instituídos, daí a perseguição e a tentativa contumaz de extermínio.

Está posto o desafio, retomando a dimensão de que a Educação transforma e de que a Educação antirracista está na base para uma sociedade diversa, inclusiva e que valoriza todas as matrizes que a compõem. Subjetivamente através de metodologias "universais" e subalternizantes manteremos o *status quo*, ou nos arriscaremos por transitar em epistemologias Anticolonial, Pluriversal e Polirracional que valorizam todas as culturas e seus modos de ser como partícipes orgânicos do processo de construção do conhecimento e da sociedade?

Nesta perspectiva, o ensino de História deve reconhecer a ancestralidade presente na tradução atual que as populações guardam e expressam nas suas formas de existir e re-existir. Identificar a preservação e a defesa das religiosidades como guardiãs da natureza. Entender as maneiras de reafirmar, valorizar a identidade e a estética negra, quilombola. Compreender a reelaboração de lutas pretéritas na busca de direitos e bem viver hoje e para as gerações vindouras.

REFERÊNCIAS

BHABHA. Homi K. **Local da cultura**. Trad. Miriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

EDUCAÇÃO antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

LEI 11.645. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *lei_ndeg_11.645_-_historia_e_cultura_afro-brasileira_e_indigena.pdf*

LEI 10.639/2003 *https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Leis_10.639_2003__inclus%C3%A3o_no_curr%C3%ADculo_oficial_da_Hist%C3%B3ria_e_Cultura_Afrobrasileira.pdf*

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000, p. 151-168.

NOGUERA, Renato. "Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma Pedagogia da pluriversalidade". *In*: **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação** – RESAFE. Número 18: maio-outubro/2012, pp 62-73.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura e Afrodescendência**: Organizações Negras e Suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2008. Tese de Doutorado.

PLANO Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

PLANO Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação/RS. 2017. PEREIRA, L.R.B; SANTOS, A. S. dos; VENZON, R. A. *http://www.educacao-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/21103649-pdf-plano-estadual-das-diretrizes-da-erer-1.pdf*

RESOLUÇÃO nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf*

RESOLUÇAO CNE/CEB nº 05 de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.

RESOLUÇÃO nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares*

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; GOMES, Nilma Lino; ARAUJO, Débora C. Apresentação. Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas. **Educar em Revista**, Curitiba/PR n. 47, p. 35-50 2013.

PORTO ALEGRE, 250 ANOS: MEMÓRIAS EM IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Zita Rosane Possamai

Doutora em História; Professora Associada do Curso de Museologia, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio na UFRGS

E Porto Alegre comemora 250 anos. Porém, os vestígios arqueológicos coletados no sul da cidade indicam datas mais remotas para a presença humana. Os povos guarani aqui estavam, muito antes de chegar o sesmeiro mor ou os casais açorianos impedidos de rumar para as missões, porque lá ocorria, justamente, uma guerra guaranítica contra as metrópoles ibéricas.

No afã comemorativo, contudo, escolher datas e aniversários é imperativo. Em Porto Alegre houve exagero e chegou-se a comemorar, inclusive, duas vezes o bicentenário de fundação, em 1940 e em 1972. Pois é, o presente tem essa capacidade incrível de mudar o passado a seu bel prazer. As celebrações estão sempre a puxar a brasa para certo assado. E será necessário descobrir qual é o prato principal dessa festa. Mas nem tudo é ruim numa comemoração, basta não embarcar na onda ufanista da maioria e tratar essas datas como pretexto para reflexão sobre a cidade que um dia foi e aquela que queremos.

Lugares e sujeitos são tomados aqui como bons desencadeadores para pensar a cidade, suas memórias, seus esquecimentos, suas histórias. Proponho esse exercício através das imagens fotográficas, afinal de contas, elas podem ser expressões, de tempos passados e também do presente, das escolhas para eternizar o visível e o invisível na cidade.

Inicio pela presença indígena, cujo projeto colonizador desejou totalmente apagada da configuração urbana e que raramente aparece nas imagens produzidas e legadas pelos grandes fotógrafos da cidade. Contudo, mais recentemente, retomaram suas terras no Morro do Osso ou em Belém Novo, ao mesmo tempo em que as marcas do artista Xadalu, nos muros, nas placas e nas paredes dos edifícios, certificam que aqui é terra indígena. Além disso, mulheres, homens e crianças, principalmente kaingang e guarani, vindos de diversas regiões do Rio Grande do Sul e até mesmo de outros estados do Brasil fazem de Porto Alegre seu lar temporário, enquanto realizam sua formação na universidade pública. Desejam eles os saberes não indígenas porque precisam dominar as armas dos poderosos para defender seus direitos à terra, à diferença e à cidadania. Hoje, circulam nas ruas, na universidade, nas praças de comércio e

ensinam modos de resistir à exclusão e à invisibilidade imposta pela vida urbana.

Figura 1: Reserva Cantagalo, Tekoá Jataity, autoria desconhecida. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Ao contrário dos povos originários, os afrodescendentes receberam bastante atenção dos fotógrafos que se estabeleceram na cidade ou nascidos aqui. São imagens que oferecem informações sobre os seus ofícios, suas vestimentas, suas expressões culturais e que expressam também o olhar colonizador em busca de tipos exóticos, bastante apreciados pelos consumidores de imagens do século XIX.

Por outro lado, retratos pintados de afrodescendentes são raros nos museus e pinacotecas, a exemplo daquele de Viríssimo de Bittencourt, pertencente ao Museu Júlio de Castilhos. No espaço urbano, também são raros os monumentos que evocam memórias e práticas culturais desses grupos. Felizmente, o Mercado Público, como documento e monumento, tem sido sistematicamente consagrado à religiosidade de matriz africana,

Figura 2: Mercado Público, 4º quartel do século XIX, Irmãos Ferrari. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

ainda que por décadas tenha sido alvo da truculência e das apreensões da polícia. A marca do Bará no ponto central dos quadrantes torna indelével a presença da ancestralidade afrodescendente na cidade e legitima uma prática que fora vítima do racismo estrutural da sociedade brasileira. Esse marco, assim como outros, do Museu de Percurso do Negro, assegura a visibilidade no espaço urbano dessas pessoas que construíram Porto Alegre e continuam a ser excluídas de muitos de seus espaços ou são até mesmo assassinadas, como ocorreu com João Alberto Silveira Freitas no Supermercado Carrefour, em 2020. Que ironia, subsistirem na mesma Porto Alegre um Mercado Público, mantido por ser considerado patrimônio da cidade num determinado tempo, onde os pretos se sentem acolhidos, com uma rede multinacional francesa de supermercados que permite seus funcionários assassinar um corpo negro. No primeiro impera a lógica da cultura e da memória, enquanto no segundo impera a razão mercadológica, assassina e excludente. Difícil escolha?

Como viram já fugi para os lugares. Esses sim por demais fotografados, em todos os tempos da existência desse engenho fabuloso da modernidade, a fotografia. No século XXI, mais que nunca, a cidade é o cenário preferido de milhares de produtores visuais, que com seus smartphones fazem caras, bocas e biquinhos para as *selfies*, sem notar o pano de fundo porto-alegrense: a orla, a Redenção, o museu x, y ou z, o Brique, o monumento tal. E assim, meio sem querer, a cidade entra nos recortes de nosso tempo que (quem sabe?) ficarão para a eternidade.

Seriam muitos os lugares bons para pensar com as imagens fotográficas, nesses anos redondos, se assim quiserem, 250 anos de Porto Alegre. O Cais do Porto é um desses lugares constantemente fotografado e que ainda hoje rende divinas imagens dos artistas da grafia da luz contemporânea. Foi capturado pelas lentes de Sioma Breitman que deixou o registro de um porto efervescente, não apenas parte do nome da cidade.

Seriam necessárias muitas linhas para traçar o percurso percorrido por esse lugarejo ribeirinho, um porto modesto e alegre, até chegar à metrópole distanciada das águas do Guaíba. Contudo, o Cais do Porto e o curso d'água do qual é solidário continuam a fervilhar nas mentes dos porto-alegrenses desejosos de compartilhar os futuros possíveis desta cidade. Alguns poucos desejam também ali a racionalidade mercadológica e excludente, aquela mesma da rede de supermercados

mencionada anteriormente. Entretanto, muitos desejam naquele lugar a efervescência e a criatividade da cultura, das artes, das memórias e dos patrimônios de uma cidade plural, inquieta, risonha, ecológica e (por que não?) alegre.

Figura 3: Cais do Porto, década de 1940, Sioma Breitman. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

Por último, quero fugir dos lugares sem o fazê-lo verdadeiramente, porque não posso deixar de mencionar a censura à exposição *Queer Museum* pelo Santander Cultural, que, inclusive, mudou seu nome para esconder seu ato vexaminoso. Mais uma vez, alguns poucos decidiram por muitos que desejavam visitar a exposição. E nesse aspecto, a cidade mostrou sua face tacanha e provinciana, infelizmente acolhida por uma instituição cultural que, acima de tudo, deveria respeitar as expressões culturais.

Apesar do ar conservador e bolorento desse episódio, Porto Alegre é feita do colorido, da irreverência, das alegrias e também das tristezas dos grupos organizados LGBTs, a exemplo do *nuances* e do *Somos*, e de muitas pessoas que desafiaram o *status quo* para exercer sua livre expressão sexual.

As memórias visuais da cidade, como estas em fotografias, necessitam mais que o sentido da visão para serem compreendidas. Precisamos olhá-las, enquanto elas também nos olham. Perguntam, afinal de contas: que cidade foi esta, que cidade aí está? que cidade desejamos para o futuro das novas gerações? A cidade que já foi não quer passar, pois deixou suas marcas nos corpos, nos corações e nas mentes daqueles que permanecem e são frutos dela. Indígenas em luta nas retomadas de suas terras ocupadas; afrodescendentes desterritorializados pela segregação urbana e vítimas do racismo estrutural; trabalhadores informais em busca de algum bico; mulheres em busca de dignidade e respeito às suas escolhas; grupos LGBT em luta pela vida e por direitos. A lista não tem fim. Mas também não tem fim a esperança e o desejo por uma cidade melhor, menos desigual, boa para se viver e acolhedora das diferenças.

Figura 4: Parada do Orgulho Gay, 2004.
Foto: Adriana Franciosi, Acervo Agência RBS

O que dia em que Paulo Freire *baixou* no terreiro em Porto Alegre

Marco Mello
Professor de História e Filosofia da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 02 de maio de 2022

Sim, isso mesmo. E não foi apenas uma vez, foram muitas, incontáveis vezes. De diferentes formas ele se manifestou. Algumas vezes brevemente, outras mais perenes. Através de seu avatar físico ou em diferentes *cavalos*, metamorfoseado, seu espírito se manifestou, a dizer e testemunhar: “é preciso pronunciar a sua palavra”.

Ele *baixou* aqui em 1963, com o Ministro da Educação do Governo Jango Goulart, Júlio Sambaqui, para junto com Ernani Maria Fiori, como coordenador do Plano Nacional de Alfabetização para organizar o Instituto de Educação Popular, com mais de 600 Círculos de Cultura no RS. Voltou em março de 1964, às vésperas do golpe civil-militar, para uma

concorrida palestra voltada a educadores sobre o método de alfabetização que o fez conhecido em todo o Brasil.

Imagem: Túlio Carapiá e Clara Cerqueira (BA – Brasil). Exposição de Cartazes "Esperançar, 100 anos de Paulo Freire". Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Escolas Paulo Freire e Florestan Fernandes, Ed. Expressão Popular e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A partir de 1984, depois de seu retorno do exílio, algumas vezes se manifestou na capital e em eventos para educadores nas maiores cidades do interior do estado. Dez anos depois, em 1994 veio especialmente para receber o título de *Doutor Honoris Causa*, outorgado a ele pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 1995, no Ginásio Tesourinha, a convite da Secretaria Municipal de Educação, falou para mais de duzentos educadores/as e três mil educandas e educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de outros órgãos da administração municipal e o público em geral. Já adoentado, dois anos depois, partiu para outra dimensão, por certo, a semear novas utopias.

ENCANTAMENTO E ESPERANÇA NO DEVIR

Paulo Freire virou encantado há exatamente 25 anos atrás: um quarto de século, em 2 de maio de 1997. Parece ontem, tamanho é o justo reconhecimento em relação à sua biografia e obra, a inspirar em todo o mundo práticas educativas libertas de lógicas opressivas, alienadoras e redutoras da condição humana, vocacionada ontológica e historicamente a "ser mais".

No ano de 2021 celebrou-se o centenário de seu nascimento com inúmeras homenagens, atividades formativas, encontros e publicações, que em nosso meio se inseriram na Campanha Latino-Americana e Caribenha em Defesa do Legado de Paulo Freire, organizada pelo Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL). Portanto, sob a égide de um resgate do pensamento freireano nos marcos da história da educação popular e das lutas contra-hegemônicas.

Sua obra e experiências como educador, gestor, assessor em políticas educacionais em governos progressistas além-fronteiras, constituem um daqueles esteios indispensáveis para levantar uma edificação. Fundamentos e métodos estão ali presentes, em uma teoria do conhecimento encharcada por um humanismo transcendente e politizado.

DAR PASSAGEM A FREIRE

É preciso *dar passagem* a Freire para reequilibrar nossa energia ancestral, nos conectarmos com os fundamentos e princípios vitais-utópicos e seguirmos nossa jornada como educadores/as críticos, com os pés no chão, mãos na terra e a cabeça no universo.

Sob um contexto adverso e uma correlação de forças desfavorável, na qual a coalizão ultraconservadora ocupa os espaços de poder institucional, com um governante genocida, obscurantista e de caráter fascista, lembremos o essencial, presente na *Pedagogia da Autonomia*: "O mundo não é, o mundo está sendo... Não sou apenas objeto da *História* mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me *adaptar* mas para *mudar*" (FREIRE, 1988, p. 85-86).

Em Freire podemos beber, tal como na fonte que sacia a sede do viajante, de uma educação biofílica, voltada à geração de vida e consciência que se faz práxis, da amorosidade ética que anda junto com a justa ira, a estimular lutas contra injustiças, contra o *epistemicídio*, a favor do diálogo educativo que trança saberes, vivências e vidas em comunidades de aprendizagens. Podemos em Freire buscar o alimento para revitalizar e reconstruir uma educação democrática e crítica em direção à emancipação humana. Mas é preciso, em primeiro lugar, disposição para sintonizar com essa energia e *dar passagem* à Freire, para com ele aprender.

ANCESTRALIDADE INSURGENTE

Antepassados em uma percepção primeira, genealógica, implica em uma referência a quem veio antes, antecede nossa geração, que passou. Ancestralidade desde uma concepção mais ampla, no qual se destaca a formulação do filósofo Eduardo Oliveira, é aquela que se constitui como uma categoria analítica para compreender uma epistemologia que interpreta seu próprio sistema de significados a partir dos sujeitos, de seus territórios e de seus signos culturais e identitários. É, portanto, uma categoria de relação, que não se aparta da alteridade e da dimensão ética.

Há ancestralidades insurgentes que é preciso se reconectar e evocar: ameríndias, africanas, afro-brasileiras, em especial. Elas têm a potência de mobilizar as energias que dão sentido à própria existência e sustenta múltiplas formas de resistência e afirmação da vida durante séculos de colonialismo, escravização, exploração, dominação e tentativas de invisibilização. Freire está nesse panteão, como um dos expoentes da Filosofia da Libertação, operando ao lado de tantas outras/os que tombaram, griots da filosofia africana, caboclas e xamãs desde tempos imemoráveis.

ONDE PAULO FREIRE SE MANIFESTARÁ?

Depende de nós, da sintonia, do ambiente, da grandeza da causa.

Em Porto Alegre ele *baixou* e tem vindo com frequência no Projeto *PoAncestral – muito além de 250*, extraordinária experiência de diálogo e produção de conhecimento entre educadoras/s da rede básica e suas organizações de classe (ATEMPA e CPHIS), ativistas e lideranças de movimentos sociais e pesquisadoras/es acadêmicas/os. Se manifestou recentemente no *Fórum Social das Resistências*, acontecido de 26 a 30 de abril passado, em Porto Alegre. Ele certamente estará, com alegria contagiante no Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, que acontecerá em Santa Cruz do Sul, na UNISC, de 19 a 21 de maio próximo. *https://www.unisc.br/site/forum-de-estudos/index.html*.

Em cada sala de aula na qual uma educadora, um educando, instaurar um diálogo efetivo que parta da investigação e leitura crítica da realidade existente, construa conhecimentos pertinentes e significativos a partir dela e projete as ações necessárias e possíveis para interferir na mudança do estágio inicial, lá estará o espírito *freireano* se manifestando, a revitalizar os saberes ancestrais rebeldes e insurgentes.

REFERÊNCIAS

BORGES, Liana; ALMEIDA, Elmar Soero de. Trinta Anos de Educação de Jovens e Adultos em Porto Alegre. Até quando? Até quando for necessário! *In*: MELLO, Marco; PACIEVITCH, Caroline; VIANNA, Marcus (Orgs.) **Do lado esquerdo do peito, Paulo Freire: Presente!** (Orgs.). Porto Alegre: Editora Fi, ATEMPA, 2021.132-149.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

MORETTI, Cheron Z.; STRECK, Danilo R; PITANO, Sandro. C. (Orgs.). **Paulo Freire no Rio Grande do Sul**: legado e reinvenção. Caxias do Sul: Educs, 2018.

OLIVEIRA, Eduardo David de. A epistemologia da ancestralidade. **Revista Entrelugares** – Revista de Sociopoética e abordagens afins, 2009

UM PORTAL PARA O FUTURO: A AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA POANCESTRAL

Cláudia Porcellis Aristimunha

Historiadora, Técnica do Museu da UFRGS.
Endereço eletrônico: *aristimunha@museu.ufrgs.br*

Melina Kleinert Perussatto

Professora na Faculdade de Educação (FACED/UFRGS).
Endereço eletrônico: *melinaperussatto@gmail.com*

Em janeiro de 2022, servidoras e servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) passaram a compor o grupo de trabalho do projeto *PoAncestral*, idealizado pelo Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS/POA) em parceria com a Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA). Desde então, possibilidades foram gestadas coletivamente. Reconhecendo a importância de firmar-se um compromisso institucional, criou-se uma ação de extensão universitária visando fortalecer o grupo de trabalho e suas iniciativas. A proposta foi aprovada e o avaliador ressaltou em seu parecer que a ação:

> [...] alinha-se à política extensionista de nossa universidade, uma vez que articula um grupo de trabalho formado por diferentes coletivos, setores, pessoas e grupos de pesquisa para debater e disputar narrativas, no contexto de comemoração dos 250 anos de Porto Alegre, a partir de histórias indígenas, negras, quilombolas e periféricas. Trata-se de uma temática extremamente relevante [...].

A ação de extensão *PoAncestral - muito além de 250* vincula-se ao programa de extensão do Laboratório de Ensino de História e Educação da Faculdade de Educação (LHISTE/FACED/UFRGS) e conta com a participação de servidoras e servidores (técnicas e docentes) e estudantes de diferentes unidades, órgãos e núcleos: Faculdade de Educação (FACED), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), Instituto de Geociências (IGEO), Instituto de Física (IF), Instituto de Letras (IL), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Museu da UFRGS, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Observatório Astronômico e Observatório das Metrópoles.

A ação relaciona-se, de modo específico, com a disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial, oferecida pelo Departamento de Ensino e Currículo da FACED a estudantes do sétimo semestre do Curso de Licenciatura em História. Nela, materiais didáticos são produzidos a partir da atuação em instituições culturais, incluindo os citados órgãos da UFRGS, para realizar uma ação educativa com o público escolar. O enfoque da disciplina reside na crítica à colonialidade, portanto, em sintonia com as premissas do PoAncestral. Ao longo de mais de dez anos, registra uma produção de materiais físicos e digitais a serem levantados e disponibilizados no âmbito do presente projeto.

No LHISTE, a ação vincula-se, ainda, ao projeto "Pesquisa-educação no âmbito das relações étnico-raciais – materiais didáticos, ensino de história e educação patrimonial", que visa a produção de materiais didáticos para uma educação e um ensino de história antirracistas, e sua ação de extensão "Imprensa Negra Educadora: materiais didáticos para um ensino de história antirracista". Enfocando o jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, suas produções integrarão o acervo do PoAncestral e suas ações educativas, de modo que algumas delas serão realizadas de forma colaborativa entre as equipes das duas ações de extensão.

Dentre as tarefas previstas pela ação de extensão está a construção e alimentação de um portal (*ufrgs.br/poancestral*), visando a divulgação de conteúdos e materiais que abordem a história da cidade a partir das histórias, memórias e perspectivas das comunidades indígenas, quilombolas e de diferentes periferias. Como exemplo, o presente livro decorrente das *lives*, boletins, materiais didáticos criados no âmbito do projeto e para além dele, como podcasts, documentários, vídeos, planos de aula, bem como pesquisas, experiências pedagógicas e ativismos.

Pretendemos divulgar a plataforma no Portal do Bicentenário (*portaldobicentenario.org.br*). Trata-se de uma iniciativa nacional em rede voltada às disputas acerca do Bicentenário da Independência do Brasil, desde o ponto de vista e as histórias de populações subalternizadas ou invisibilizadas nos discursos oficiais. O GT5 é voltado à curadoria, editoração e produção de materiais didáticos para a sala de aula e conta com integrantes do presente projeto.

Além disso, a ação de extensão será desenvolvida a partir de reuniões sistemáticas com a coordenação do Coletivo PoAncestral e seu grupo de trabalho, que se estende para além da Universidade, abrangendo diferentes coletivos, setores, pessoas e grupos de pesquisa. Serão programados eventos, como seminários, oficinas e atividades culturais, sobre temas que abordem a diversidade das culturas e aspectos que compõem a formação social e histórica de Porto Alegre, bem como atividades específicas que vinculam disciplinas, programações dos espaços parceiros na UFRGS e produções de grupos de pesquisa.

Ressaltamos ainda outro aspecto fundamental para o caráter extensionista da ação: seu estreito vínculo com as diversas atividades de ensino desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino, a partir das parcerias firmadas com os idealizadores do PoAncestral

(CPHIS/POA e ATEMPA). Nessa parceria serão construídas e realizadas as ações educativas que, dentre outros aspectos, contribuirão com a formação inicial e continuada de professoras e professores. Assim, os materiais didáticos também serão criados para servirem de apoio ou disparadores de ações educativas específicas nas escolas e não apenas para a divulgação no portal.

Por fim, destacamos que a Pró-Reitoria de Extensão (Prorext/UFRGS) concedeu-nos duas bolsas com duração de um ano, sendo uma voltada à estudante com benefício da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae). Considerando que o PoAncestral propõe o debate e a disputa narrativa no contexto de comemoração dos 250 anos de Porto Alegre e para além dele, a partir de histórias indígenas, negras, quilombolas e periféricas, as ações afirmativas foram critérios principais de seleção.

Para além do compromisso institucional, esperamos que a ação de extensão e o portal PoAncestral oportunizem e inspirem a criação de mundos e futuros possíveis a todas, *todes* e todos.

10

POANCESTRAL NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

REVELAR A DIVERSIDADE: UM EXERCÍCIO DE NATURALIDADE

As *lives* dentro do projeto PoAncestral

André D. Pares
Professor de Filosofia, jornalista, Mestre em Comunicação

Em tempos de tanto sufocamento vivido no Brasil, poder fazer uma pequena parte de um projeto como o PoAncestral é ter a sorte de receber tubos de oxigênio para reanimação. A metáfora pandêmica, num contexto em que tantes de nós fomos, e seguimos sendo, assassinades por um governo genocida, dá o tom da energia posta – e recebida – em iniciativas cheias de vitalidade como essa, de promover uma versão alternativa e real à comemoração de 250 anos da cidade de Porto Alegre.

Se a data serve, é para contar o tempo em que existências diversas passaram a ser desqualificadas, apagadas, soterradas, numa construção de 'cidades' que se baseia no modo excludente, com a violência como instrumento operador de 'organização social'. Na Porto Alegre que se conhece hoje, por cima, estão submersas histórias de uma diversidade não branca-ocidentalizada. Ainda que os povos originários estejam aqui há mais de dez mil anos; ainda que o povo negro escravizado tenha feito, e faça, tanto ou mais pelo o que hoje é essa (ainda) pequena (ou apequenada) metrópole do que quem o subjugou, explorou, matou e que deteve o poder na quase totalidade desses últimos dois séculos e meio; ambos estão desaparecidos, há tempos, das comemorações oficiais.

PEQUENA, INGÊNUA

Porto Alegre se orgulha, volta e meia, de produzir alguma vanguarda. Invariavelmente ela é, inclusive a olhos exteriores, vista como localizada, fugás, inacabada, exótica, até. Nossos fenômenos são isso apenas: fenômenos nossos. Ou já nem querem ser mais nossos, ou já brilharam e voltam para se reapequenar. De fato, isso não invalida o processo criativo (seja nas artes, nos esportes, nas ciências) por vezes inovador, e respeitado, produzido na aldeia. Mas a falta de clareza (será coragem? Vergonha?) de enfrentar – e resolver: o que implica admitir e fazer justiça – sua própria história segregadora sob a qual a cidade foi erguida, faz com que suas pequenas glórias (que se vêem grandes apesar do que for!) sejam, na gênese, acabrunhadas.

Constate-se: Porto Alegre não tem grandes padarias para se sentar e aproveitar a cidade: elas se tornam ou minimercados para garantir mantimentos de toda (pequena) ordem como se estivessemos em permanente estado de possível guerrilha ou casas de chá para a alta sociedade do laquê deste povo europeu de ultramar. Porto Alegre não prima pelo passeio público de fato público: ou são escassas e escolhidas calçadas da fama ou se caminha por pedras soltas, disputando espaço com containers de lixo. Como está num poema do não-portoalegrense Mário Quintana: "Aqui, não se cria uma terceira via, nem quarta, nem décima quinta; a radicalidade é um orgulho da casa. A bipolaridade é uma valerosa assinatura de autenticidade".

LIVES SOBRE A CIDADE

As seis transmissões ao vivo, pelo canal LUDE Comunicação, no Youtube, na internet,

não deixaram de ser, assim, encontros com essa confusão permanente de auto-sentimentos autóctones. Nelas, reviu-se a cidade sob perspectivas que não povoam o imaginário midiático padrão da sociedade anestesiada pela segregação, hoje, também, da comunicação. Novas (para quem não pôde perceber que sempre estiveram aqui) ideias sobre a cidade estão ali, trazidas por gente que deseja viver num horizonte de justiça social, convidada por gente que trabalha sem parar para que isso seja realizável.

Obrigado, PoAncestral, por sentir o gosto de estar perto dessa realização, como se estivesse, naturalmente, na calçada apenas caminhável de uma padaria apenas agradável numa cidade que, apenas, desse respeito a uma história de diversidade, que é, de fato, a sua. Ou seria demais, na cidade do *alto astral!*, desejar viver, apenas, naturalmente, ainda que isso seja numa sociedade igualitária (inclusive na sua história)?

Será uma alegria ter a visita de *todes* que chegaram até aqui, nas *lives* lá no canal!

POANCESTRAL E AS MULHERES: MUITO ALÉM DE 250 ANOS

Transmitido ao vivo em 7 de mar. de 2022
https://www.youtube.com/watch?v=gDC9NkR5_S0&t=593s

Em todo o mundo milhões de mulheres, neste 08 de março, lutam por seus direitos. Seja em 'tempos de paz' ou em guerras, as mulheres trabalhadoras são sempre umas das principais vítimas de um sistema que coloca o lucro acima da vida.

O Projeto PoAncestral, co-promoção ATEMPA e CPHIS em parceria com o Canal LUDE Comunicação (Programa Professores Diáries), elaborando um calendário alternativo aos 250 anos da cidade de Porto Alegre, faz essa *live* entrevistando mulheres que participam dos movimentos sociais por visibilidade e conquistas de direitos: LGBTQI+, em especial das mulheres trans, as lutas das mulheres negras e um exemplo de organização da casa por acolhimento das mulheres vítimas de violência na Ocupação das Mulheres Mirabal, além do relato do Movimento das Meninas Crespas e a construção de material pedagógico Afrocentrado.

Participantes: PERLA Santos (Professora da rede municipal/ criadora de materiais pedagógicos Afrocentrados); NIKAYA Vidor (Mulher trans, estudante de Ciências Sociais/Ufrgs); LÚCIA Regina Brito Pereira (Historiadora e Militante do Movimento Negro); JÚLIA Foschiera (Ocupação Mirabal - Casa de acolhimento de mulheres vítimas de violência); POANCESTRAL - INÊS Maria Vicentini (Professora de história da rede de POA aposentada), ROSELENA Colombo (Professora de história da rede de POA/aposentada), LUDE Comunicação - ANDRÉ D. Pares (Prof. de filosofia munic. POA/Jornalista).

12 MIL ANOS DE HISTÓRIA, POVOS ORIGINÁRIOS E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Transmitido ao vivo em 14 de mar. de 2022
https://www.youtube.com/watch?v=iaXQ2F1xTN0&t=3802s

Participantes: LUANA Kaigang (Coletivo indígena da UFRGS, graduanda em odontologia); DIEGO Benites/KARAI Popygua (Liderança e Ativista da causa indígena, estudante de história na UFSC); SILVIO Jardim (Membro da Comissão Especial Indígena do CEDH/RS); CAROLINA Llanes, ROBERTO Verna, VANESSA Rodrigues (Estudantes de História UFRGS, participantes do projeto "Um sítio arqueológico a descobrir: Porto Alegre Mbyá-Guarani"); CLÁUDIA Aristimunha (Coord. Projetos Educacionais/Museu da UFRGS e PoAncestral); ANDRÉ Pares (Prof. Filosofia Munic. POA/Jornalista).

ANCESTRALIDADE NEGRA, QUILOMBOS E SEGREGAÇÃO EM PORTO ALEGRE

Transmitido ao vivo em 21 de mar. de 2022
https://www.youtube.com/watch?v=9sUxez5eAkA&t=349s

Participantes: GENECI Flores (Liderança do Quilombo Flores em Porto Alegre/RS, membra da Frente Quilombola RS e da Articulação Nacional de Quilombos); ONIR de Araújo (Membro da Frente Quilombola RS, Advogado); BABA DIBA de Iyemonja (Babalorixá do Ile Ase Iyemonja Omi Olodo, Sanitarista, Coordenador Nacional da Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde – Renafro Saúde, Ativista Social no combate ao Racismo e Racismo

Religioso e um dos Organizadores da Marcha desde sua Origem); LARA Machado (Geógrafa, representante do Atlas Quilombola); MELINA Perussatto (Professora na área de Ensino de História (FACED/UFRGS) e no ProfHistória (IFCH/UFRGS), PoAncestral); ANDRÉ Pares (Prof. Filosofia Munic. POA/Jornalista).

CAMINHOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM PORTO ALEGRE E AS AMEAÇAS DO FASCISMO HOJE
Transmitido ao vivo em 28 de mar. de 2022
https://www.youtube.com/watch?v=QfhVCKhLxHE&t=21s

Participantes: AMANDA Rocha (Licenciada e mestra em História/UFRGS e analista de engajamento social na Survival International); ANITA Natividad Carneiro (Licenciada, bacharela e mestranda em História/UFRGS. Trabalha como Educadora Social); RAUL Ellwanger (Compositor e Cantor); MARCUS Vianna (Prof de História da RME de Porto Alegre, atualmente diretor geral da Atempa); ANDRÉ Pares (Prof. Filosofia Mun. POA/Jornalista).

TERRA LIVRE: O QUE HÁ A APRENDER COM OS POVOS INDÍGENAS, HOJE
Transmitido ao vivo em 4 de abr. de 2022
https://www.youtube.com/watch?v=rt1Qpp4HSgc&t=508s

Participantes: KÜNA Yporä Tremembé / Raquel Tremembé (Pedagoga, Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), Secretaria Executiva Nacional CSP Conlutas, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), JOÃO Maurício Farias (Professor de filosofia e sociologia na Escola Indígena Anhetengua, Indigenista, Mestre e Doutorando em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Produtor e Documentarista, Co-roteirista e diretor do filme Guatá), JACIMARA Machado Heckler (Coordenadora Pedagógica EEIEM Anhetengua, Professora CMET Paulo Freire), JOSÉ Cirilo (Cacique Tekoa Anhetengua - Porto Alegre, Liderança Guarani Mbya), CLAUDIA Aristimunha (Coord. Projetos Educacionais/ Museu da UFRGS e PoAncestral), ANDRÉ Pares (Prof. Filosofia Munic. POA/Jornalista).

POANCESTRAL: A PORTO ALEGRE QUE QUEREMOS E PRECISAMOS CONSTRUIR
Transmitido ao vivo em 11 de abr. de 2022
https://www.youtube.com/watch?v=c99MNlRqoWM&t=4667s

Participantes: RUALDO Menegat (Professor Instituto de Geociências da UFRGS, Geólogo, Dr. Ecologia de Paisagem, Dr. Honoris Causa (UPAB, Peru), Vice-Presidente Científico Foro Latino-Americano de Ciências Ambientais/Cátedra Unesco-Unitwin para o Desenvolvimento Sustentável); JACQUELINE Custódio (Advogada especialista em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP), Coordenadora do Fórum Estadual RS de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro); MAGALI Menezes (Professora de Filosofia na Faced-UFRGS, Coordenadora da Ação Saberes Indígenas na Escola, Diretoria da Seção Sindical do Andes na UFRGS); LUCIANO Fedozzi (Professor Sociologia da UFRGS, Pesquisador do Observatório das Metrópoles); ANDERSON Ferreira (Dr. em Educação pela Faced/UFRGS por "notório saber", graduando em Políticas Públicas na UFRGS, Fundador do MNPR-RS (Mov. Nac. da População de Rua), Integrado do Jornal Boca de Rua há 10 anos); RODRIGO Souza de Santos (Prof. de História no Mun. de P. Alegre, Membro do Coletivo de Profs de História do Mun. de P. Alegre, Cood. PoAncestral); ANDRÉ Pares (Prof. de Filosofia Mun. de P. Alegre, Jornalista).

VEM AÍ, POANCESTRAL! NOSSO VÍDEO DE PRÉ-LANÇAMENTO

Inês Maria Vicentini
Professora aposentada da RME de Porto Alegre, integrante da Coordenação do *PoAncestral*

Tínhamos o título do projeto criado pela professora Roselena Colombo e a logomarca de autoria da Roselena e da artista visual Maia Menna Barreto. Nossos princípios do PoAncestral foram discutidos nas duas primeiras reuniões gerais em novembro e dezembro de 2021. Muito entusiasmo e clareza por parte das/dos participantes da importância desse projeto, contestando a história oficial e enfatizando a contribuição fundamental dos povos originários, afrodescendentes, trabalhadoras, trabalhadores e periféricos na

construção da história de nossa cidade que vai muito além dos 250 anos.

Para ajudar na divulgação desse movimento, decidimos elaborar o vídeo de pré-lançamento para o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Vídeo que foi apresentado na reunião dos Coletivos de Professoras e Professores de Filosofia e de História da Rede Municipal de Porto Alegre (CPHIS). Reunião essa que tinha como pauta encaminhar a luta contra a reestruturação curricular imposta pela Secretaria Municipal de Porto Alegre retirando a Filosofia e diminuindo a carga horária de História e Geografia, entre outros retrocessos. Tanto a luta dos professores da Rede Municipal de Ensino (RME), como essa data histórica simbolizavam o objetivo de nosso projeto: construir uma plataforma de socialização das pesquisas e fazeres pedagógicos das educadoras, dos educadores conectados com os movimentos sociais a fim de dar visibilidade aos setores excluídos da história oficial de Porto Alegre. Portanto, a data era perfeita para a apresentação do vídeo de pré-lançamento do PoAncestral, muito além de 250.

"Outras histórias para nos contar", Roselena Colombo. "Porto Alegre é Preta e é Indígena", Perla Santos. "Reconhecer e valorizar a participação dos povos originários e dos afrodescendentes na construção da história de nossa cidade", Ana Celina Figueira da Silva. "Resgatar as lutas travadas até aqui", Paulo Klein. "Os alunos falarem também o Espanhol", Carla Marlise Silva. "Planejar a cidade para ser democrática", Jussara Martins. "GT aberto a todos que queiram contribuir nessa construção", Maria José da Silva. São algumas falas desse vídeo que nos emocionam e nos fortalecem para participar e dar vida a esse Projeto.

Algumas das fotos presentes no vídeo, registradas em manifestações de rua no Dia da Consciência Negra, em um momento em que já tínhamos nome e sonhos acumulados, nos davam o sinal: a presença Guarani Mbya foi também um abraço entre as comunidades indígenas e quilombolas.

Nos cartazes o dizer profundo: 'O nosso Marco não é Temporal é Ancestral'. Essa frase tem muita força, porque retoma quem são os donos originários dessas terras – "Marco Temporal" é uma tese que o STF irá julgar, na qual os indígenas só poderiam reivindicar os territórios que ocupavam antes de 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Além dessa ação que segue no Supremo Tribunal Federal (STF), os povos indígenas lutam contra os Projetos de Leis que estão tramitando no Congresso Nacional: PL 490/2007, que delimita as terras indígenas; os PLs 2.639/2020 e 510/2021, que regularizam a grilagem de terras; o PL 3.729/2004, que diminui a necessidade de Licenciamento Ambiental; o PL 6.299/2002, que amplia o uso de agrotóxicos e o PL 191/2020, que está tramitando em regime de urgência e permite que as terras indígenas sejam usadas para a exploração de minérios, construção de hidrelétricas e obras de infraestrutura (Brasil de Fato RS).

Há uma pressão fortíssima da bancada ruralista no Congresso Nacional para que seja aprovado o Marco Temporal pelo STF e todos esses PLs. Assim, ficariam excessivamente restritos os territórios indígenas, legitimando o avanço da invasão de suas terras com os consequentes desmatamentos para criação de gado, monocultura e extrativismo mineral. Além de violar o direito dos povos originários, se o STF votar a favor dessa tese e/ou esses Projetos de Leis passarem no Congresso Nacional, teremos o agravamento da crise climática mundial, a piora da qualidade da água com a contaminação dos rios, o envenenamento dos alimentos com o aumento do uso de agrotóxicos com consequências dramáticas para todos nós.

Outra imagem selecionada foi o ritual religioso de matriz Afro, cujos participantes precisam estar nas ruas para lutar por liberdade religiosa diante das perseguições sofridas em Porto Alegre. As fotos das faixas lembrando que há um movimento em curso, em Porto Alegre e no Brasil, que quer a volta da ditadura e a necessidade de estarmos nas ruas lutando por democracia, somando-se ao movimento antifascista e pelo *Fora Bolsonaro!*, em especial, neste ano eleitoral. A importância da imagem de uma pessoa com a bandeira LGBQTIA+, simbolizando nosso desejo de uma Porto Alegre inclusiva. Ao final, a comunidade afrodescendente com suas danças e expressões musicais nos lembram uma das tantas contribuições desse povo para a história de Porto Alegre.

Tivemos a orientação da professora Cláudia Aristimunha, do Museu da UFRGS e uma das coordenadoras do *PoAncestral*, para a escolha da trilha sonora do vídeo. Nos foi disponibilizado o CD: *Yvý Poty, Yva á/ Flores e Frutos da Terra de cantos e danças tradicionais Mbya Guarani*. Escolhemos a música *Xondáro Ruvixá* (O Guardião Mestre) de autoria e executado pelo Grupo *Nhãnderú Papa Tenondé* da *Tekoá Jataitý* (Aldeia Cantagalo, localizada

em Viamão, fronteira com Porto Alegre), em função de suas vivências, lutas e por termos proximidade por meio do projeto de visitas das Escolas em sua Tekoá.

Por fim, contamos com o trabalho artístico de edição da jornalista Caline Gambin, da ATEMPA, sem a qual não seria possível a finalização do vídeo.

No Facebook e Instagram do *PoAncestral* é possível acessar o vídeo: *Vem aí, PoAncestral!* Contamos com cada uma e cada um para participar e ajudar na divulgação desse projeto porque Porto Alegre é Ancestral, é muito além de 250!

Instagram:*https://www.instagram.com/reel/CdwKW2CDh_s/?igshid=YmMyMTA2M2Y=*
Facebook: *https://fb.watch/d6nmdtJIUO/*

REFERÊNCIAS

https://www.brasildefato.com.br/2022/03/22/maior-mobilizacao-indigena-do-pais-acampamento-terra-livre-mira-contra-os-projetos-de-morte. Acesso em 03/05/2022.

PACHAMAMA REVOLUÇÃO

Richard Serraria

Escorre sangue kaingang na sanga da morte
corre sangue tupi no chapéu do sol guarani
dá um tempo malandragem, meu bloco de luta é da laje
Cantagalo charrua na lomba do pinheiro clarão da lua
nem todo menino é deus, nem todo bom é Jesus
nem todo o espírito é santo, nem todo o morro é da cruz
nem toda quarta é de cinza, nem toda sexta é santa
nem todo domingo é de ressurreição
nem toda pedra é redonda
nem toda cidade é baixa, nem toda a vila é brasil
nem todo moinho é de vento,
nem toda a redenção é bom fim
nem toda vila é jardim,
Então se a Ilha é pintada, a minha rua é da praia
a praia já foi de belas e a bela nem sempre é vista
Então se a volta é da cobra, a minha rima é ladaia
o campo novo é da tuca e araribóia é muvuca
Pachamama em chamas, Babilônia destruição!
Pachamama me ch@M@ / Vamuarriba revolução!

O ESPÍRITO DE PORTO ALEGRE E O POETA DA CIDADE ANCESTRAL

Marco Mello, Rodrigo Souza dos Santos, André Pares

Professores na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Integrantes do Projeto *PoAncestral – muito além de 250*

Artigo publicado no Jornal Brasil de Fato RS em 26 de março de 2022

Então se a volta é da cobra,
a minha rima é ladaia
o campo novo é da tuca e araribóia é muvuca

Richard Serraria

Teria uma cidade um espírito? Ou alma, se assim o quisermos? Quantas encarnações, peles ou camadas há sob uma cidade como Porto Alegre? Morada, refúgio, passeio, passagem. Uma capital representa, via de regra, a síntese possível de um estágio de desenvolvimento das forças produtivas, do patrimônio cultural, da vitalidade da sociedade, das qualidades e dos traços atávicos dos habitantes de um dado território.

Uma cidade, qualquer cidade, é feita de pessoas. De *pessoas de verdade*! Sobretudo, pessoas que integram a classe trabalhadora. Pessoas que, literalmente, edificam, abastecem, cuidam, limpam, mantém, educam, guardam, prestam serviço público, transportam, padecem no sofrimento inominável e no infortúnio, mas também sonham e lutam por uma cidade possível e necessária; mais humana, mais solidária, menos violenta, na qual direitos básicos sejam respeitados e a riqueza dividida. Cidades não são tão somente silhuetas de prédios icônicos, um pôr do sol, slogans e propagandas com modelos ensaiados.

Provinciana, mas com pretensão cosmopolita. Conservadora, com ares de descolada. Machista eu racista até a medula, que propaga, como troféu, ter as mulheres (brancas) mais belas do país. Segregacionista com fleuma de plural e diversa, mais negra e indígena que nos faz crer, insiste em apequenar os troncos principais, e ressaltar um ou outro galho da árvore genealógica: portuguesa/açoriana, alemã, italiana e *deslembrar* a relação com os hermanos da Bacia do Rio da Prata. Que difunde aos quatro ventos, como fez na semana passada, o dia de São Patrício, padroeiro da Irlanda e dos cervejeiros do 4º. distrito, mas silencia e nega recursos para subsidiar a festa negra e popular do carnaval no Porto Seco.

Essa cidade celebra, sob a versão oficial, tão eurocêntrica quanto descontextualizada, hoje, 26 de março, 250 anos. Mas, ela é uma cidade enganadora...

nem todo menino é deus
nem todo bom é Jesus
nem todo espírito é santo
nem todo morro é da cruz (...)
nem todo domingo é de ressurreição
nem toda pedra é redonda
nem toda chácara é da fumaça
nem toda cidade é baixa

nem toda vila é brasil
nem todo moinho é de vento
nem toda redenção é bom fim
nem toda vila é jardim

Em verdade o DNA de Porto Alegre está fundado numa guerra de conquista colonialista e etnocida que a historiografia dominante durante muito tempo buscou apagar e, repetida, gerou uma narrativa que se aproxima de uma epopéia mítica. Parece exagero, mas não é. Basta observarmos a reificação incensada dos casais açorianos, com novas homenagens, monumentos e publicações.

Escorre sangue kaingang na sanga da morte
Corre sangue tupi no chapéu do sol guarani
dá um tempo malandragem,
meu bloco de luta é da laje
Cantagalo charrua na lomba do pinheiro
clarão da lua

O POETA DA CIDADE ANCESTRAL

Quem escreve, diz, atua, batuca e canta acerca do tema, de modo arrebatador, com consistência intelectual e ginga, sob o ecoar de um sopapo sampleado é o poeta que representa na atualidade a síntese da melhor tradição de uma Porto Alegre originária e ancestral, periférica, densa, profunda; que bebe dos mestres e mestras dos saberes imemoriáveis, griots da cultura popular e contra-hegemônica: Richard Serraria. Agitador cultural multimídia, pesquisador da cultura afro-gaúcha, músico, roteirista, professor, percussionista e escritor. Um artista inovador, premiadíssimo na nossa aldeia, sapiente na literatura que dá destaque à palavra e a semântica politizada em suas produções, mas não se furta a trazer as gírias das quebradas, o espanholismo fronteiriço, o rap e o yorùbá para a roda. Nele sentimos a presença vívida de Mestre Borel, Giba Giba, Lélia Gonzalez, Mestre Batista, Oliveira Silveira, na melhor tradição que reverencia sua ancestralidade. Batuqueiro e visceralmente ligado à cultura de resistência da cidade, ele já demonstrou de muitas formas ser capaz de agregar-se e fazer *embolamentos*, para gerar vida pensante e pulsante! No Bataclã F.C., no Alabê Ôni, em Poesia para todo Sampler, tantos outros projetos. Na carreira solo os CDs: Vila Brasil (2008), Pampa esquema novo (2011), Mais tambor, menos motor (2017).

Destaco aqui uma produção sua que, sob uma nova roupagem, é absolutamente atual.

NO TOPO DA PLAYLIST: PACHAMAMA REVOLUÇÃO

É inevitável que nesses dias sejamos invadidos por uma trilha sonora sobre Porto Alegre, que se traz algumas preciosidades esquecidas de Bedeu, Hermes Aquino, Da Guedes ou Nelson Coelho de Castro, ou faz sobressair Yano Laitano e Olly Jr, mas será, muito provavelmente, dominada por Fogaça, Kleiton e Kledir. Para alguns Flávio Bicca, para outros Frank Jorge e Marcelo Birck, Bebeto Alves, Vitor Ramil ou Nei Lisboa. Contudo, na playlist de um leitor/leitora do *Brasil de Fato RS* não pode faltar *Pachamama Revolução*. De longe a que se destaca pelo mix criativo-subversivo, na qual poesia, canção, oralidade, imagens das pessoas e lugares de uma Porto Alegre real estão ali a colocar em xeque o neofascismo de lá e daqui. Sintetizado em um clipe maravilhoso, com profundo respeito às autorias e sujeitos, a leitura crítica e multiescalar nos convida a revisitar uma Porto Alegre que precisa questionar a si própria e ao mesmo tempo, e por isso mesmo, se reinventar!

Pachamama em chamas/ Babilônia destruição!
Pachamama me ch@M@ / Vamuarriba revolução!

Simbora então?

A RAPOSA CUIDANDO DO GALINHEIRO

Mais do que buscar uma alma imaginária, uma marca artificial ou um slogan para a cidade em uma prancheta de um design, desde um sistema de crenças metafísico, mercadológico-midiático ou político, é preciso buscar os corpos, mesmo os tombados pela violência e o sofrimento atroz, e a materialidade dessa cidade.

Essa Porto Alegre, sob a gestão bolsonarista de Sebastião Melo (MDB) e Ricardo Gomes (DEM), que vira às costas à centena de milhares de trabalhadores/as e estudantes que dependem de um transporte público de qualidade e taxa acessível para se locomover, à imensa legião de informais, ambulantes, artesãos, recicladoras/es, povos indígenas, imigrantes africanos e da América Latina e Caribenha, às trabalhadoras domésticas, idosos, o povo de axé, comunidades quilombolas, população em

situação de rua, pessoas com necessidades especiais e pescadores.

Sob a logomarca oficial *Porto Alegre, Mais Vida*, o que vemos, como uma chibata a nos fustigar, é o neoliberalismo e necropolítica massacrando, dia a dia, o povo trabalhador, sobretudo periférico, e uma obstinação em sucatear e precarizar os serviços públicos, tentativas de privatizações (DMAE, Carris), arrocho salarial e destruição da carreira dos servidores municipais. De outro lado, aos senhores da casa-grande, verbas polpudas para os conglomerados midiáticos, rapapés aos barões da especulação imobiliária, que se refestelam fatiando a cidade para auferir ainda mais lucros e acumular, cortejo aos fascinados pela *South Sumit*, stands para vender a cidade para investidores estrangeiros e alavancar startups de descolados sem rumo, com pais endinheirados. O "pacto alegre" voltado à "inovação" e uma nova "marca" da cidade, que o atual Prefeito, RBS e a burguesia tentam nos empurrar, sabemos, são somente manobra diversionista da raposa, preocupada em "cuidar" do galinheiro.

TRÊS CAMINHOS, UMA SÓ DIREÇÃO

A todas e todos que em Porto Alegre vivem, viveram um dia, viverão, por aqui transitam ou mesmo passaram breves temporadas, três produções que nos convidam a calibrar o olhar, o ouvido, o saber:

1. O Clipe *Pachamama Revolução*, lançado em janeiro de 2022 (6,15 mins) a partir da música homônima, gentilmente disponibilizado pelo artista Richard Serraria ao Projeto *PoAncestral – muito além de 250*, do qual somos partícipes.
https://fb.watch/b_M6D5iIYK/

2. Para quem quiser conhecer a poesia de Serraria, o convite a adentrar no *Sopaporiki*.(2020), saiu pela Escola de Poesia, e traz a cosmogonia do Sopapo, tambor negro sul-riograndense. Resenha de Ronald Augusto.
https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2021/06/novo-livro-de-richard-serraria-uma-experiencia-de-linguagem-que-remete-a-heranca-amefricana-ckph0a8ze0038018mmx2f6rpc.html

3. E, em especial para colegas educadoras/es, nosso Boletim n. 2, do PoAncestral, no qual nós, trabalhadoras/es em educação, desde nossas organizações, temos a alegria de disponibilizar: mais uma produção coletiva com indicativo de recursos didático-pedagógicos voltados às mais de 350 escolas públicas de nossa capital. Nosso presente aos que lutam, muitas vezes anonimamente, todos os dias, com paixão insurgente, por uma Porto Alegre mais humana, democrática, solidária e justa!

No link, (Versões em .pdf, com conjunto dos materiais e .png (cards).
https://bit.ly/3uNULbl

MÚSICA E MEMÓRIA DA ANCESTRALIDADE EM PORTO ALEGRE

Inês Maria Vicentini
Professora de História aposentada da Rede Municipal de Porto Alegre,
Integrante da Coordenação do Projeto *PoAncestral*

A consciência da importância do passado no presente e do presente no passado para a construção de nosso futuro; "Houve grão e semente/ coração, pão somente". Esse jogo do tempo, da memória, a reverência às pessoas trabalhadoras que nos antecederam; "Antes houve grão perdido, houve passos de gente". A força dessas pessoas que mesmo enfrentando o pior que possa existir para um ser humano que é a escravidão; "Barro, berço e mortalha"; sabem e precisam resistir, sobreviver, re-existir; "Mãe parteira da Preta

Senzala". Sabem criar caminhos de superação e alegria; "Canela preta nos Campos da Várzea". A organização desse povo que cria um campeonato só de negros para se contrapor aos clubes elitistas que não os aceitavam e que depois, com a possibilidade do lucro, os fez mudar, mas nem tanto, porque precisavam dos jogadores negros em seus times.

O avanço do concreto em uma cidade que até pouco tempo era envolta por chácaras de plantação e produção leiteira; "O que hoje é asfalto antes foi chão batido". E a vida que está presente mesmo em uma ponte; "Antes onde a vida insiste árvore nasce sobre a ponte".

Essa relação afetiva entre as pessoas e o meio em que vivem, a consciência que temos um passado que se sustentou no trabalho escravo e que depois permaneceu com seus traços violentos de racismo até nossos dias; "O que hoje é Redenção foi lama do Dilúvio". O nome popular *Redenção* que está nas bocas e corações de todos, que não foi suplantado pelo ufanismo de uma revolta farroupilha que interessava à elite dos fazendeiros, na qual os lanceiros negros foram duramente massacrados na luta por sua liberdade. *Redenção* em homenagem à libertação dos escravos em 1884 em Porto Alegre, quatro anos antes da abolição no país. É a memória do povo que não deixa acontecer o insistente apagamento da história e da identidade dos afrodescendentes pela elite ao renomear o lugar com o traço do "vencedor" branco, parque Farroupilha. Mas o lastro afetivo e de luta é maior na memória do povo. Nesse espaço que popularmente conhecemos como *Redenção*, se faz a luta contra o neofascismo em nossos dias com os atos de protesto e mobilização popular.

Mãe Parteira Preta Senzala é uma música poética cravada de sentimentos de um presente que está no passado e esse passado grita: não podemos continuar priorizando o lucro desses grandes conglomerados imobiliários; "Lá vem, olha a rua subindo o morro vem". Não podemos continuar devastando o pouco de área verde nativa que ainda resta em Porto Alegre. Não podemos continuar priorizando os poucos moradores ricos em seus condomínios cercados de muros, privatizando os bairros ricos, em detrimento da imensa massa de trabalhadoras/es. Política que o atual Prefeito Sebastião Melo (MDB) insiste em dar continuidade. Embora com toda essa realidade privativista de nossa cidade, temos esperança nessa força, nessa resistência, na luta desse povo que cria seus caminhos para poder sobreviver e viver com alegria, "vivo bem".

Agradecemos de todo o coração ao músico, poeta, escritor, pesquisador e instrumentista Richard Serraria que gentilmente cedeu essa música para o projeto PoAncestral. Música que homenageia com emoção a Mãe Parteira da Preta Senzala que simboliza todas/os trabalhadoras/es, invisibilizadas/os que fizeram essa cidade. Música que nos ensina que História é presente, passado e luta por um futuro melhor para todos.

Para acessar a música: *https://youtu.be/Fa9nyuKx-hk*

REFERÊNCIAS

FREIRE, Beatriz Muniz; BENEDETI, Marcus Vinícius (Coord.) **Lanceiros Negros - História, memória e identidades no sul do Brasil**. Realização: Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS. Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Irene (Coord.) **Colonos e Quilombolas**: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: Funproarte, 2010.

https://www.ufrgs.br/ciencia/sujeitos-da-propria-narrativa-os-espacos-das-comunidades-negras-de-porto-alegre/. Acessado em 05/05/2022.

http://richardserraria.blogspot.com/p/ouvir-vila-brasil-codigo-livre.html. Acessado em 04/05/2022.

MÃE PARTEIRA PRETA SENZALA

Richard Serraria

O que hoje é asfalto antes foi chão batido
Antes houve grão perdido, houve passos de gente
Houve grão e semente
Coração, pão somente.

O que hoje é calçamento foi poeira em pensamento
Antes onde a vida insiste árvore nasce sobre a ponte
Sob a ponte água de ontem
Um dia já foi fonte.
O que hoje é Redenção foi lama do Dilúvio
Barro, berço e mortalha
Mão preta nos tempos de várzea
Canela Preta nos Campos da Várzea
Mãe parteira da preta senzala.
Lá vem, olha a rua subindo o morro vem
Lá vem minha rua subindo o morro vem
Lá vem, olha a rua subindo o morro vem
Lá vem minha rua subindo o morro vem,
vivo bem

CANTOS DO SUL DA TERRA E POANCESTRAL

Roselena Colombo

Nossa terra fica num sul que vai além das fronteiras artificiais. Um sul que atravessa as coxilhas da planura sem fim do pampa, e que sente o vento forte arrastando cercas.

Um sul que é Guarani, mas que também escuta os parentes de longe como os Mapuche e tantos outros. Um sul que é negro, que é feito de tambores, que é sopapo e candombe, milonga e samba, tango e lamento nativista sorvendo mate nas beiras de estrada. E tudo isso está no maravilhoso, generoso e resistente Programa radiofônico *Cantos do Sul da Terra*, orquestrado por nosso amigo Demétrio Xavier.

Neste Programa, no dia 28 de março de 2022, Demétrio trouxe como tema as cidades. Entre as que temos - com suas invisibilizações e tristezas - e as que queremos - belas e livres como o vento minuano. *PoAncestral* apareceu lá para dizer que nos cantos do sul da Terra a vida ancestral é hoje, aqui e agora!

Confira no link: *https://www.mixcloud.com/Cultura1077/cantos-do-sul-da-terra-28032022/*

BOLETIM Nº1

BOLETIM N.1

Iniciamos 2022, com a certeza de que só a coletividade organizada e em movimento pode fazer frente aos ataques que temos sofrido nos últimos anos. Nesse sentido, estamos já comprometid@s com uma data importantíssima para a luta das mulheres no mundo todo. O Dia Internacional da Mulher - 08 de Março - surgido nas lutas das trabalhadoras por melhores condições de vida e trabalho, será um momento de denúncia. E também de afirmação de nossas pautas: pela vida das mulheres, por um Brasil sem fome, com emprego, contra todas as formas de opressão e exploração. Fora Bolsonaro! Bolsonaro nunca mais!#

Mas aqui, especificamente, queremos apresentar um novo Projeto - 'PoAncestral - Muito além de 250' - que pretende fortalecer nossos laços e contribuir pedagogicamente, facilitando o intercâmbio de ideias e práticas.

Neste ano de 2022, comemora-se oficialmente os 250 anos de nossa cidade, já que nasce como Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, em 1772, no contexto de disputa por esse território entre portugueses e espanhóis. E esse não era um vazio demográfico. Muito antes pelo contrário. Tal data é matéria de debates e polêmicas historiográficas há um bom tempo e nos somamos àquel@s que consideram essa comemoração descontextualizada e eurocêntrica. Descontextualizada porque superdimensiona um breve momento da cidade, desvinculando-o da conjuntura histórica. Eurocêntrica porque trata-se de uma tradição inventada em que é escandaloso o apagamento da longa história de ocupação humana da cidade por povos originários. Importante salientar aqui que também como parte dessa construção historiográfica de matriz colonialista, invisibilizam-se as formas de ocupação violenta da cidade sob o jugo do trabalho escravo e o legado tecnológico e cultural dos povos afro-americanos que a construíram.

Porto Alegre hoje é uma metrópole, com mais de 1,5 milhões de habitantes. É uma cidade que vive sob um governo que prioriza a lógica da especulação imobiliária, vira as costas para a população empobrecida, precariza todos os serviços, tais como o transporte público e falta até mesmo água na periferia. Ataca os espaços de participação popular, tais como o PL que desmantela o Conselho Municipal de Educação e sonha em transformar as escolas em cívico-militares.

Se por um lado sabemos que tal lógica é a regra não somente em nossa cidade, mas em todo o país, por outro lado há centenas de experiências pedagógicas, projetos, pesquisas e estudos nos mais diversos setores sociais na cidade que se debruçam a desvelar essas relações de poder e dar visibilidade às nossas ancestralidades ameríndias e africanas. PoAncestral pretende ser uma plataforma de socialização de pesquisas, experiências pedagógicas e construção alternativa aos festejos dos '250 anos de Porto Alegre'. Mais que isso, para nós, trata-se de criar um espaço comum, amplo e plural dos diferentes coletivos, setores, pessoas e grupos de pesquisa, educador@s e movimentos que trabalham com as comunidades indígenas, quilombolas e de diferentes periferias. Queremos atuar em 2022 com um calendário de atividades e se constituir num GT permanente envolvendo pesquisas, formações e ações que contam outras histórias da cidade - muito além de 250. De toda forma, será do grau de adesão ao projeto – que está em aberto, para ser construído coletivamente – que dependerá seu raio de ação.

Para um trabalho estrutural, em sala de aula, dentro desses princípios, sugerimos que o foco inicial - na construção de outras cronologias da cidade - se dê em torno da milenar ocupação indígena.

Vejam o trabalho de pesquisa e produção de material didático pedagógico "**12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-história do Rio Grande do Sul**" do Museu da UFRGS, participante do projeto PoAncestral, junto com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS e a Sociedade de Arqueologia Brasileira:

https://www.ufrgs.br/museu/12000-anos/
https://www.youtube.com/watch?v=qgKyUJLbF6k

O olhar de Xunú (25:51min, Josemar Martins, 2021)

Importante vídeo-documentário de autoria do Mbya Guarani Xunú que registra um pouco do modo de vida do seu povo e a solidariedade deles para com os Mbya Guarani do Lami, POA quando da invasão de suas terras em abril de 2021.

https://www.youtube.com/watch?v=Nf04WNyRZJA

Para acesso a mapas, dados e informações sobre a Porto Alegre atual, há um repositório oficial: o Observatório da Cidade de Porto Alegre (**ObservaPOA**), que disponibiliza uma ampla base de informações georreferenciadas sobre o município

http://observapoa.com.br

MIELNICZUK, Luciana; GIRARDI, GIlza Tourinho; TRÃSEL, Marcelo; ROCHA, Rafael Port da; GABRIEL JR.; Rene F.; MENEGAT, Rualdo (Coords.). *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Versão Digital, atualizada. 2018.

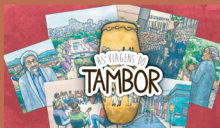
https://www.ufrgs.br/atlas/

Obra magistral que reúne dados históricos, ambientais, populacionais e geológicos a partir de um grande trabalho de pesquisa. O Atlas, que completou 20 anos também está disponível em uma versão online.

Outro trabalho, nesse primeiro momento, de pesquisa e produção didática sobre os invisibilizados na história de Porto Alegre, negros, negras, negres, indígenas e periferias, que destacamos é o **DESAPAGA POA**, um canal de podcast com 10 episódios financiado com recursos da lei Aldir Blanc, às vésperas da cidade completar 250 anos de sua data oficial de fundação.

https://www.matinaljornalismo.com.br/desapagapoa/

Sugestão de contação de história do livro "**O Fio da Memória**" de Fabiana Sasi, com ilustrações de Sandra do Canto, e conta a história de Lia, "uma guriazinha bem perguntadeira", que se surpreende ao perceber que a jovem tia está começando a ficar grisalha e em busca de respostas, Lia recorre à avó, e com a matriarca da família, ela descobrirá o valor de cada fio branco como fonte de sabedoria e memórias preciosas. Disponível em formato digital com acesso gratuito. Há ainda um glossário de palavras da diáspora africana faladas no Brasil. No link, além do livro em PDF há o vídeo da contação dessa história e uma live organizada pela equipe do Museu da UFRGS com as autoras e o autor do jogo "**As viagens do Tambor**":

https://linktr.ee/ofiodamemoria

Em final de 2021, foi lançado um belíssimo trabalho que é um excelente subsídio para o trabalho educativo nas escolas. Trata-se do "**Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS**". Organizado por Cláudia Luísa Zeferino Pires e Lara Machado Bitencourt (UFRGS), ele foi dividido em dois volumes e reúne conhecimentos populares e acadêmicos. O primeiro volume apresenta a trajetória de trabalho desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS) e pelos movimentos sociais junto a nove comunidades quilombolas da capital gaúcha. Já no segundo volume são abordadas as diferentes formas de compreender os quilombos e seus movimentos, permeando questões teóricas e metodologias, trazendo as chamadas "epistemologias quilombolas".

Acesse o e-book:
https://issuu.com/editora_letra1

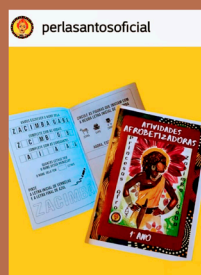
Conheça o Canal do Atlas Quilombos Porto Alegre:
https://www.youtube.com/channel/UClSCaTUZRqNB919Saj64KOg

Kit de Materiais Escolares Afrocentrados e Jogos pedagógicos: Colega professora da RME Perla Santos tem construído uma série voltada para uma aprendizagem que rompe com as referências eurocêntricas e de extrema importância para as crianças afrodescendentes:

- '**Bafo Afro**' - histórias de princesas africanas;
- **Mulheres negras latino-americanas e caribenhas**
- **Kit de materiais escolares** - lápis, cadernos de desenhos, estojos e caderno de atividades para o primeiro ano de alfabetização.

Para aquisição:

051983438499

https://www.instagram.com/perlasantosoficial/

Gentrificação - Minidocumentário (16 mis Sul21, 2017)

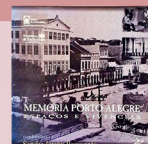
Existem dois tipos de habitantes: os que pertencem e os que não pertencem à cidade. Levados às periferias, os que não pertencem lutam para garantir seu espaço no centro - próximos do trabalho, do comércio e longe do esquecimento. Lutam contra a gentrificação; processo que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Do escravizado Areal da Baronesa à Ilhota da década de 60. Da Vila Tronco com as magníficas "obras da Copa" revelando as redes de esgoto, à Vila Dique cujos moradores caminham 10 km até o posto de saúde mais próximo. Porto Alegre vive os resultados da gentrificação, mascarada como "renovação", que exclui e ignora aqueles que lutam por um espaço ao centro.

https://www.youtube.com/watch?v=V6afxqakGj0

Sugestão de obras para educadoras/es:

1_ PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Coord.). ***Memória Porto Alegre, Espaços e Vivências.*** 2 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1999.

Obra de referência. Com uma visão sintética em grandes períodos da história de Porto Alegre, com ilustrações. Digitalizada e disponivel em:

http://ihgrgs.org.br/biblioteca.html

2_ DORFMAN, Adriana (Org.). ***Territórios e lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre.*** – Porto Alegre: Editora Letra1; Instituto de Geociências/UFRGS, 2015. Cartografia: Isabel Rekowsky; ilustrações: Eloar Guazzelli.

A obra é de linguagem acessível, ótima diagramação, ricamente ilustrada e traz sugestões de atividades pedagógicas. Para leitura e download:

https://vdocuments.com.br/territorios-e-lugares-da-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-5792d28be3116.html

3_ ALCÂNTARA, Ana Paula; DORFMAN, Bia. ***Porto Alegre na palma da mão***: obra infantil conta a história da evolução urbana de Porto Alegre

O livro traz a história de um menino curioso e os inúmeros passeios que realiza com seu cão pelo Centro Histórico da capital gaúcha. Porto Alegre na palma da mão: a evolução urbana da cidade para quem (ainda) não é urbanista pretende ajudar as crianças a conhecer a história da cidade e, assim, despertar o amor e o interesse por Porto Alegre. O livro traz um texto simples e muitos desenhos e mapas para convidar os pequenos a desenvolver seu próprio olhar sobre a cidade. Para conhecer mais e aquisição:

https://www.riodesdeoinicio.arq.br/porto-alegre-na-palma-da-m%C3%A3o

4_ POSSAMAI, Zita Rosane (Org). ***Leituras da cidade***. Porto Alegre: Ed. EVANGRAF, 2010.

A coletânea é dividida em cinco eixos ou percursos, com 16 artigos: os Percursos Históricos e Arqueológicos, os Percursos Etnográficos, os Percursos Artísticos, os Percursos da Cidade Educadora e os Percursos Patrimoniais da cidade de Porto Alegre. É uma acadêmica e que busca dar voz a manifestações esquecidas ou reprimidas no espaço urbano, como aquelas que tem origem na cultura popular, para além dos "monumentos históricos" ou pela chamada "história tradicional".

5_ GUIMARAENS, Rafael. ***20 Relatos Insólitos de Porto Alegre***. Porto Alegre: Libretos Editora, 2017.

É uma obra literária, fruto de trabalho de pesquisa histórica, composta de relatos principalmente final do século 19 e primeiras décadas do séc. 20, que misturam drama, romance, tragédia, memória, jornalismo e teatro, em temáticas muitíssimo atuais e envolvendo personagens reais e cenários, incluindo locais que hoje não existem mais.

6_ Vilasboas, Ilma Silva; Júnior, Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior; Souza, Vinícius Vieira de. *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre.* Ed. Porto Alegre, 2010.

É a reconstrução da trajetória do povo negro no centro de Porto Alegre a partir dos monumentos construídos pelo Progra Monumenta - IPHAN, contribuindo para a visibilidade dessa história.

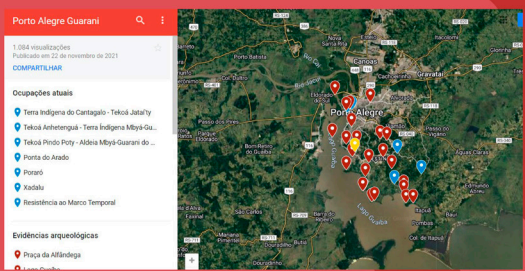
BOLETIM Nº2

BOLETIM N.2

PoAncestral - Muito antes de 26 de março

A memória é, como sabemos, um campo de disputa privilegiada e, sob a lógica dos atuais governantes no Paço Municipal, conglomerados midiáticos e empresariais, Porto Alegre da atualidade é marcada pela inovação e empreendendorismo. Mas a realidade da cidade é outra. Como bem sabemos, a cidade na qual nascemos, migramos e vivemos, é, nesse contexto, uma cidade para poucos. O que vemos, desde nossa labuta cotidiana, como trabalhadoras/es da cidade, nas escolas públicas e outros locais onde estão a maioria da população, são bairros, vilas e ocupações de uma cidade esquecida completamente e que não se vê nas propagandas oficiais.

Oficialmente comemoram-se os "250" anos de Porto Alegre dia 26 de março, apesar dos intensos debates e questionamentos historiográficos que já vêm de longa data. Para nós se evidencia uma comemoração descontextualizada e eurocêntrica, cuja tradição inventada provoca o apagamento de uma longa história de ocupação humana da cidade por povos originários, desde 12.000 anos, pelos menos, como demonstram pesquisas arqueológicas recentes. Importante salientar que essa construção historiográfica de matriz colonialista invisibiliza também as formas de ocupação violenta da cidade – desde a expulsão contínua de comunidades indígenas, quilombolas e periféricas – até a destruição de vestígios dos seus legados tecnológicos e culturais. Tal situação se mantém no tempo presente em que os projetos de "revitalização" desrespeitam tradições e os modos de vida dessas populações. Ao ocultar a ocupação milenar de povos originários (guaranis, kaingangs, charruas, minuanos, xoklengs), se omite o quanto de tecnologias e saberes esses povos nos deixaram de herança. Saberes que usufruímos no dia-a-dia e que ignoramos pelo apagamento intencional por parte das classes dominantes.

Um exemplo do peso da historiografia oficial e de seu discurso pode ser sentido ao ler matéria em jornal local (ZH, 23.03.2022) sobre as antigas polêmicas envolvendo o marco de fundação da cidade. Impressiona a naturalização absoluta do apagamento da história mesma da cidade. Sim, não é algo simplesmente teórico. Ao esconder a nossa história, nos perdemos de nós mesmos, não conseguimos nos entender; muito menos perceber a/o outra/o. Ficamos à deriva num espaço fictício e, destituídos de nosso passado, não conseguimos construir pontes e outras possibilidades de viver a cidade.

Alguns entendem esse debate que ora travamos desnecessário ou secundário; dirão que Porto Alegre sempre foi acolhedora de todos os povos. Tal narrativa se enquadra no discurso de uma diversidade que torna-se empobrecedora porque romantiza o discurso mitificado do gauchismo - que surge para amenizar a violência que se alastrava por todas as querências contra povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Tal tradição inventada sucumbe aos dados - Porto Alegre é a capital mais segregacionista de nosso país. Num esforço de desalienação em relação às paisagens tão nossas, cotidianas, podemos nos perguntar, admirando os espaços verdes que ainda sobrevivem na cidade, o quanto deles se deve aos modos de vidas não predatórios dos povos indígenas.

Por isso, vamos sim celebrar nossa cidade. Mas para fazer jus à sua história, a de todes que a construíram, precisamos trazer à tona as histórias desses povos, que assim como os quilombolas e demais comunidades periféricas, constroem, sustentam e dão vida à Porto Alegre. Precisamos também defender suas lutas - como a legalização definitiva dos 11 Quilombos urbanos e dos territórios indígenas retomados, a construção da escolas indígenas e a Retomada da Casa d@ Estudante Indígena - contra os atuais Governos federal, estadual e municipal – que atacam cotidianamente a população trabalhadora.

Porto Alegre Guarani

Mapa com georeferenciamento que identifica a presença atual da presença Guarani em Porto Alegre e evidências de sua presença em sítios arqueológicos da capital gaúcha.

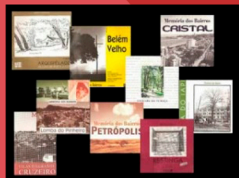
Alfonso Cavagnoli, Carolina llanes, Roberto Verna, Vanessa Fagundes. Profa. Dra. Silvia Cope.

Porto Alegre Guarani
1.084 visualizações
Publicado em 22 de novembro de 2021
COMPARTILHAR
Ocupações atuais
Terra Indígena do Cantagalo - Tekoá Jatai'ty
Tekoá Anhetenguá - Terra Índígena Mbyá-Gu...
Tekoá Pindo Poty - Aldeia Mbyá-Guarani do ...
Ponta do Arado
Poraró
Xadalu
Resistência ao Marco Temporal
Evidências arqueológicas
Praça da Alfândega

Para conhecer: *https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1rhH5FawIdHb74qzzXC5PHOO70h9MqAuN&ll=-30.13001042127613%2C-51.150697449999996&z=10*

Memória dos Bairros de Porto Alegre

No período de 1989 à 2004, período de gestão da Administração Popular em Porto alegre, foi implantado através do CPH – Centro de Pesquisa Histórica, o Projeto Memória dos Bairros na cidade, quando utilizando-se o recurso do Orçamento Participativo as comunidades definiam a demanda de registro e publicação de suas histórias. Tendo como método de trabalho a história oral, privilegiava-se a memória e os relatos de moradores dessas comunidades, para composição de suas histórias. Foram editadas 16 publicações.

https://cphpoa.wordpress.com/category/publicacoes/memoria-dos-bairros/

OuvidoChão - identidades quilombolas

Documentário com direção de Gabriel Muniz (2021, 21 mins.), no qual acompanhamos o Quilombo Família Flores a partir de lembranças das vivências dos irmãos Nara, João da Costa, Gerson e Geneci, destacando seus processos de autoreconhecimento na relação com o território e de fortalecimento da luta coletiva do quilombo junto a outros parceiros e outras comunidades. A Família Flores desde 2014 sofre com a opressão oriunda da prática do crime de esbulho possessório. O crime foi praticado por uma gigante da Rede de Ensino Particular no Estado contra a ancestralidade quilombola dos Flores.

https://www.youtube.com/watch?v=iKrfUNqALQQ&t=0s

Exposição Sioma Breitman, o retratista de Porto Alegre

Mostra reúne mais de 200 fotos feitas pelo icônico fotógrafo Sioma Breitman (1903-1980), incluindo imagens inéditas. Nascido na Ucrânia, Sioma Breitman escolheu o Rio Grande do Sul como casa, retratando histórias, episódios e personagens famosos ou anônimos, nos âmbitos rurais e urbanos em mais de 60 anos de atuação. A exposição tem curadoria de Fernando Bueno e Andrea Pires, com produção da Prana Filmes e acontece no Farol Santander até 24 de abril. Ingressos a R$ 15,00.

Link Fotos: https://bit.ly/3GM0WS0

É possível, ainda assistir **Sioma, O Papel da Fotografia** (15 mins), com Direção de Eneida Serrano e Karine Emerich, que rememora vivências a partir de seus próprios retratos, familiares e pessoas fotografadas.

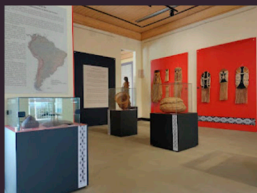
Link: https://www.youtube.com/watch?v=sDMcD-9cbog

Exposição Memória e Resistência - 4º ciclo (Museu Júlio de Castilhos)

O Museu Júlio de Castilhos apresenta a exposição Memória e Resistência onde os visitantes poderão conhecer as máscaras Kalapalo, a cerâmica zoomórfa Wauja, bolsas Yanomani do Museu Antropológico-MARS, Cestaria Nambikuara do Museu Arqueológico – MARSUL e peças Guarani, Kaingang e Fulniô, Wari, dentre outras.

De procedência de diversas regiões brasileiras, as peças expostas conformam um mosaico da cultura desses povos onde diversidade de materiais, formas, utilidade e usos refletem modos de vida, deslocamentos e intercâmbio cultural entre muitos deles.

Mais do que a contemplação, a proposta instiga uma viagem por cada trama, por cada desenho, por cada região representada e demonstra a riqueza presente na sabedoria ancestral dos povos indígenas, no profundo respeito e na conexão destes com a natureza que os cerca.

Fonte: http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/

Exposição Memória e Resistência

Local: **Museu Julio de Castilhos** – Rua Duque de Caxias, 1205, Centro Histórico - Porto Alegre
Quando: 15/02 a 30/12/2022. Terças a sábados das 10 às 17h
Contato: 3221.3959

Caminhos da Ditadura em Porto Alegre

Projeto de mapeamento dos locais que serviram à ditadura civil-militar (1964-1985) iniciado em 2016 por estudantes de graduação de História da UFRGS. Mapa virtual, com mais de 200 pontos identificados aponta espaços de tortura e articulação da repressão – oficial e clandestina, além de lugares ligados à resistência. Ao clicar no local desejado informações são disponibilizadas. Os 39 locais de violação dos direitos humanos citados pela Comissão Nacional da Verdade em 2014 estão lá, mas também territórios como a boate Flower's (que desde 1971 destinada ao público homossexual e travesti, e o Coojornal, célebre periódico alternativo que circulou mensalmente entre os anos 1975-1982.

https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraemportoalegre/

instagram.com/caminhosdaditadura_poa

Exposição Porto Alegre 250 Anos – História e Cultura nos Acervos do DELFOS

A amostra organizada pelos professores da Escola de Humanidades da PUCRS, Charles Monteiro e Gislene Monticelli, apresenta documentação visual e produção literária sobre Porto Alegre através de material do acervo Delfos. A exposição celebra o aniversário de Porto Alegre ao mesmo tempo que propõe uma reflexão sobre a passagem do tempo, a diversidade dos grupos e da produção cultural da cidade ao longo deste período.

Disponível para visitação gratuita até dia 23 de abril na Biblioteca Central do Campus da PUCRS.

Exposição Cidade Oculta - Jornal Boca de Rua

O Jornal Boca de Rua, em circulação há 21 anos é tema da exposição "Cidade Oculta", em cartaz na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ) a partir de 26 de março reunindo ampliações de 20 capas da publicação e todos os exemplares para consulta. A partir do dia 7 de abril o filme "De Olhos Abertos", longa-metragem "De Olhos Abertos", de Charlotte Dafol, entra em cartaz na Cinemateca Paulo Amorim, na Casa de Cultura Mário Quintana. O documentário apresenta entrevistas de integrantes do informativo trimestral e aborda questões como injustiças, violência, drogas, saúde pública e preconceito nas ruas de Porto Alegre.

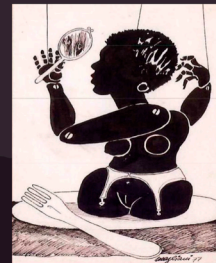
Exposição Memória – 50 anos dos expurgos da UFRGS

O Coletivo Memória e Luta convida para a exposição que retrata um dos períodos mais sombrios da ditadura civil-militar, as décadas de 1960/70, que atingiu as universidades públicas, entre as quais a UFRGS, na forma de expurgos de professores, servidores técnicos e estudantes, por meio de 18 aquarelas de José Carlos Freitas Lemos e textos.

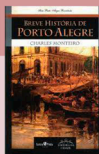
De 28 a 31 de março de 2022, das 8h30 às 20h.
Prédio branco (próximo ao Direito e Engenharia nova).
Campus Central UFRGS

Exposição Magliani | Fundação Iberê

A exposição reúne pela primeira vez mais de 200 obras de María Lídia Magliani (1946- 2012, uma artista para além das fronteiras. Em plena ditadura militar, utilizava a estética neoexpressionista para refletir sobre a situação política do país e sobre a condição da mulher e do corpo feminino na sociedade machista, temática que lhe foi cara até o fim da vida. Como artista negra que frequentava vários espaços, a pelotense rompeu barreiras e foi um dos grandes nomes da cena artística do Rio Grande do Sul nos anos 1960, antes de sair do estado para morar em São Paulo, Minas Gerais e também no Rio de Janeiro. (Ester Caetano - *https://www.nonada.com.br/2021/11/a-trajetoria-de-maria-lidia-magliani-artista-pioneira-que-questionou-as-imposicoes-ao-corpo-feminino/*)

Quinta-feira, Sexta-feira, Sábado, Domingo das 14:00h às 18:00h.
Até 31 de julho.
Os ingressos custam de R$ 10 a R$ 30.
Fundação Iberê Camargo. Avenida Padre Cacique, 2000.

Sugestão de obras:

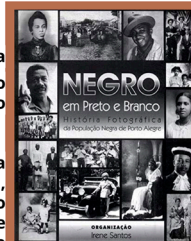
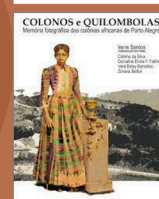
1_ MONTEIRO, Charles. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Cidade; Letras & Vida, 2012.

O autor é professor na PUCRS e nesta obra produz uma síntese histórica baseada em pesquisa original sobre a História de Porto Alegre de sua fundação (1772) aos dias o início da década passada.

2_ GUIMARAENS, Rafael; BONOT, Ivanir. **Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as liberdades democráticas.** Porto Alegre: Libretos, 2008. 256 pgs.

O Brasil ingressou nos anos 1970 sob o signo da repressão. O silencio só era quebrado pela alegre propaganda ufanista que escondia um pais de torturas, perseguições e censura. Durante a década, milhares de jovens enfrentaram a ditadura. Organizaram suas entidades, foram as ruas, radicalizaram seus programas e abriram espaços onde a democracia aos poucos se instalou. Esta história de medos e coragem, disposição e rebeldia e contada no livro Abaixo a repressão, que mostra a saga do Movimento Estudantil do AI-5 a reconstrução da UNE, enfatizando o comportamento e a cultura peculiar da geração dos anos 70, com especial destaque para a realidade na capital gaúcha.

Irene Santos (foto) é fotógrafa, licenciada em História (UFRGS), microempresária, atua com fotografia, programação visual, design gráfico e web design.

Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre/ Irene Santos (organizadora) Porto Alegre: Do Autor, 2005

Com registros fotográficos reveladores da atuação da comunidade negra na cultura, esporte, política e cotidiano no período que vai de 1850 até o final dos anos de 1970, Negro em preto e branco resgatou de acervos particulares e públicos os retratos dos encontros, das festas familiares, das comemorações, viagens, formaturas, o Carnaval, as crenças, o cotidianos das pessoas anônimas. Traz imagens fotográficas reveladoras da beleza, força e dignidade do povo negro

Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre

A obra, de 2009, tem a coordenação editorial de Irene Santos, projeto gráfico da artista plástica e arte-educadora Zoravia Bettiol, pesquisa histórica e revisão da professora Dorvalina Elvira Fialho. Os textos são da historiadora e escritora mineira Cidinha da Silva e da jornalista e ativista do movimento feminista de mulheres negras Vera Daisy Barcellos. A obra apresenta de forma inovadora a história dos "territórios negros urbanos", surgidos em Porto Alegre, no período

posterior à abolição do trabalho escravo. O livro tem o propósito de remover o estigma dessas regiões da cidade como locais de intensa pobreza, vagabundagem, crimes e prostituição. As autoras se valeram da pesquisa iconográfica privilegiando imagens de arquivos particulares, entrevistas e depoimentos de pessoas com mais de 70 anos de idade e de reconhecido saber no que diz respeito a costumes e à territorialidade dos negros portoalegrenses na primeira metade do século 20.

Clipe Pachamama Revolução - Richard Serraria

Lançado em janeiro de 2022 o videoclipe (6 mins , 15 segs) a partir da música PACHAMAMA REVOLUÇÃO, do multiartista @richardserraria, o vídeo clipe contou com edição final de @derivajornalismo e traz imagens de luta na Marcha das Mulheres Indígenas, no Acampamento Luta Pela Vida, manifestação contra o Marco Temporal em Porto Alegre, com presença de indígenas do RS, retomada Kaingang de Canela, Kujà Iracema Gãh Té e presença do maculelê do Quilombo dos Machados; III Assembleia dos Povos, com presença de Ilê de Oxum e Ossanha, de mãe Paty de Oxum. Entre outras imagens: Não fechamento da Escola Porto Alegre, III Assembleia dos Povos, Atos Fora Temer, Ato dos Secundas. Imagens ainda de Cacique Karai Timóteo, da retomada guarani no Arado (Tekoa Yjerê).

Para conhecer: *https://www.youtube.com/watch?v=Gf1X6S1SbnY*

Guardiões do ka'ay (chimarrão) : memória e patrimônio vivo da cultura Mbya Guarani
Autora: Daniela Mei Lipp Nissinen

A investigação evidencia a cultura viva do chimarrão e da erva-mate (Ilex paraguariensis) do povo Mbya Guarani no Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, apresenta a história sociocultural desse hábito sulino, abordando o processo artesanal e ancestral de feitio de erva-mate - o Carijo, o qual se origina da cultura Mbya Guarani. Através de depoimentos e narrativas de representantes Mbya Guarani, coletados em entrevistas e análise audiovisual, aponta os significados e funções atribuídos ao chimarrão e à erva-mate (ka'ay e ka'a, na língua Guarani), defendendo esse elemento como um patrimônio vivo das comunidades indígenas.

https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/229725

Missões Jesuítico-Guarani e protagonismo indígena: inserção de contranarrativas no ensino de História por meio da educação patrimonial
Autora: Victoria Deckmann Santos

A pesquisa investiga a representação indígena no conteúdo escolar do ensino de História do Rio Grande do Sul. Inclui pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas com professores de História com base na metodologia da História Oral. Compara a historiografia oficial sul-rio-grandense com pesquisas recentes, a fim de compreender o desenvolvimento da história indígena missioneira e a formação das ruínas enquanto patrimônio nacional. O produto final da pesquisa é estabelecido através da confecção de uma caixa educativa, que visa a inserção de uma nova visão acerca do indígena através da Educação Patrimonial, para o entendimento do indígena missioneiro enquanto agente histórico e para a desmistificação de preconceitos sobre o indígena contemporâneo.

https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/212491

Resistência ao Marco Temporal

Você sabe o que é o Marco Temporal?

É um projeto de lei defendido por empresas e setores econômicos com interesse em explorar e se apropriar das terras indígenas, restringindo os direitos das populações indígenas em relação aos territórios.

Considerada inconstitucional, com a aprovação desta lei, os povos originários só teriam direito às terras que já tivessem sido demarcadas até o dia 05 de outubro de 1988, data da aprovação da constituição brasileira.

Nos últimos meses, houveram protestos em diversas partes do país, inclusive em Porto Alegre, onde os manifestantes questionaram esta proposta em múltiplos atos pela cidade.

Um exemplo bem perto de nós é a situação da Aldeia da Ponta do Arado, que busca á muitos anos o direito de reocupar a sua "TEKOHA" que significa "o lugar onde somos o que somos".

Abaixo algumas notícias sobre as manifestações contrárias ao Marco Temporal realizadas em Porto Alegre:

https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/08/nos-vivemos-aqui-nessa-terra-muito-antes-de-1988-lembra-cacique-guarani-em-ato-em-frente-ao-trf4/

https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/indigenas-e-quilombolas-se-manifestam-contra-o-marco-temporal-em-frente-ao-trf4

https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/06/protesto-em-porto-alegre-critica-projeto-que-altera-demarcacao-de-terras-indigenas-ckqjx2cj5007q013bbx7ukw9i.html

Campanhas Solidárias:

Abaixo-assinado pela Casa de Estudante Indígena
apresentado por Marciano

Rodrigues (liderança indigena/Arpinsul)

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdUjfoNJG7HFDLgws14GfLk0EQU09By8dHG8QJGgar6_ZM3_A/viewform

Campanha de arrecadação de alimentos p/ Aldeia Tekoá Pindó Mirim

Rifa Solidária para auxiliar na alimentação tradicional da nossa anciã (Kunhã Karai), que é a pessoa mais velha e sábia da Comunidade Indígena Pindó Mirim – Itapuã – Viamão/RS. São alimentos mais naturais, assim evitando o consumo de alimentos industrializados e também para ajudá-la a comercializar o seu artesanato.
Sorteio será através da Loteria Federal das 18h do dia 11/04/2022.
Valor de 10,00 o número para concorrer a três prêmios.
Pagamento através do PIX: 51986104723 (Valdecir Xunu Moreira).

Boa sorte!

1º prêmio 2º prêmio 3º prêmio

Projeto Social Geração Tigres F.C.

Tendo como uma das organizadoras a lider quilombola Geneci Flores, do Quilombo Flores, o Projeto visa desenvolver atividades esportivas para crianças e adolescentes das comunidades Blá Graciliano Ramos, Nossa Senhora de Lourdes e arredores.

Doações para a festa de Páscoa das crianças do projeto
(até dia 12/04/2022)

Precisamos dos seguintes itens:
pão para cachorro quente, salsichas, molho de tomate, bolo, refirgerante, copos plásticos, guardanapos, pipoquinhas, balas, pirulitos, balas, chocolates e todas os tipos de guloseimas em geral.

Contamos com a colaboração de todos!
Telefone para contato: (51) 99199-6341 - Geneci

PROJETO 'POANCESTRAL MUITO ALÉM DE 250'

Ficha Técnica:

Pesquisa e redação: Marco Mello, Roselena Colombo, Claudia Aristimunha, Melina Perussatto, Geneci Flores, Ana Carolina Gelmini de Faria e Ana Celina Figueira da Silva.
Editoração e Arte: Júlia Ramos de Carvalho
Arte PoAncestral: Roselena Colombo e Maia Menna Barreto

Para conhecer o Projeto e suas iniciativas, acesse as redes sociais nos links:

https://www.facebook.com/poancestral

https://instagram.com/poaancestral

Acompanhe nossas redes sociais e nossas próximas publicações:

ATEMPA – Assoc. Trabs. Educação Município de Porto Alegre-RS

https://www.facebook.com/atempa.educadores

CPHIS – Coletivo Profs. História RME/POA

https://www.facebook.com/CPHIS

ATEMPA

CPHIS
Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

BOLETIM Nº3

250 PoAncestral muito além de

PROJETO 'POANCESTRAL MUITO ALÉM DE 250'

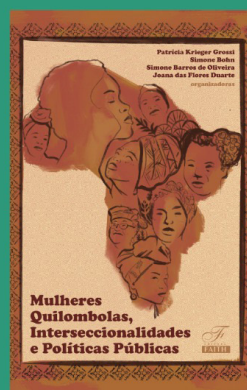
BOLETIM N.3

A que(m) serve o teu conhecimento?

A pergunta está em muros do Centro Histórico da cidade, está em bons livros que instigam o pensamento crítico, está nas consciências de todes que, olhando para trás, para a conjuntura e ao mesmo tempo para si, colocam-se em perspectiva para fazer do conhecimento um instrumento de emancipação humana!

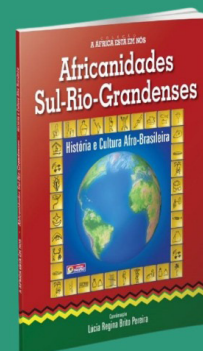
O PoAncestral - Muito além de 250, projeto que ganhou corações e mentes, nasceu para isso! Para questionar o estabelecido, para debater, ouvir e amplificar vozes, olhares, testemunhos, práticas sociais e pesquisas que revelam uma cidade polifônica, das grandes maiorias da periferia urbana, da classe trabalhadora, dos povos originários, do povo negro, das mulheres, da comunidade LGBT, dos artistas, dos esquecidos que vivem em situação de vulnerabilidade social.

As lutas pelo direito à cidade requerem que nos questionemos, sempre: A que(m) serve o meu, o teu, o nosso conhecimento?
Para instigar a reflexão, partilhamos o Boletim n.3, nossa contribuição, sobretudo às/aos colegas educadoras/es das redes públicas, com indicação de recursos didático-pedagógicos para o (re) conhecimento de uma Porto Alegre que não está nos slogans do Governo Melo e das organizações da burguesia local. Uma Porto Alegre profunda, intensa, contraditória e viva, feita por gente de verdade, que sustenta e faz acontecer, todos os dias, isso que chamamos cidade! Boa leitura!

Patricia Krieger Grossi, Simone Bohn, Simone Barros de Oliveira, Joana das Flores Duarte (organizadoras)
Mulheres Quilombolas, Interseccionalidades e Políticas Públicas

A publicação teve por objetivo compreender as experiências sociais de mulheres quilombolas no âmbito de acesso a políticas públicas e as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e geração de renda no Estado do Rio Grande do Sul. Conta com a participação de lideranças quilombolas, representantes de organizações quilombolas de âmbito local, regional e nacional.

Capítulo 2 - História, Perspectivas e Trajetórias de Mulheres Quilombolas no Codene - Lúcia Regina Brito Pereira -
Acesso e download:
http://www.editorafaith.com.br

O livro **Africanidades Sul-Rio-Grandenses** faz parte da coleção A África está em nós. Esta obra trata de forma específica das contribuições dos povos africanos e seus descendentes na formação do povo e na cultura do Estado do Rio Grande do Sul e das características hoje apresentadas pelos negros sul-rio-grandenses.
Conhecer a riqueza da história e cultura dos povos africanos e seus descendentes sul-rio-grandenses reafirma, em toda a população, a identidade e a visibilidade das heranças negras e contribui para o respeito, valorização e elevação da autoestima dos afro-brasileiros e afro-gaúchos.

A África está em nós
Africanidades Sul-Rio-Grandenses
História e Cultura Afro-Brasileira
Lúcia Regina Brito Pereira

Nesta obra os alunos vão descobrir que no Rio Grande do Sul os negros são protagonistas e portadores de história.
https://editoragrafset.com/produto/africanidades-sul-rio-grandenses/

Histórias de batuques e de batuqueiros é um livro pensado desde a sala de aula, por docentes, para ser usado diretamente com os alunos. Escrito por Jovani Scherer (SMED Porto Alegre), e os também professores Vinícius de Oliveira e Denis Gomes, apresenta um texto leve, porém com rigor da discussão de conceitos históricos e o uso de fontes diversas. Permite a abordagem de trajetórias de lideranças da diáspora negra no Rio Grande do Sul como Príncipe Custódio, Mãe Rita e Pai Antoninho, entre outras personalidades. A ideia central do livro é permitir que as tradições de matriz africana sejam entendidas como uma das expressões mais relevantes das comunidades periféricas de Porto Alegre. Incorporar seu estudo, como fenômeno de pertencimento identitário, leva o currículo escolar para dentro de um quadro maior de reparação histórica aos grupos populares e, em especial, afro-brasileiros vítimas de políticas de repressão alicerçadas em preconceitos étnico-raciais.

Histórias de batuques e batuqueiros: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre é gratuito e pode ser baixado diretamente do site do grupo de estudos: *geafro.com*

O príncipe negro Joaquim Custódio de Almeida:
https://www.youtube.com/watch?v=DIer08E_bTE

E-book documenta histórias de batuques e batuqueiros de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre (RS): https://www.brasildefato.com.br/2021/11/19/e-book-documenta-historias-de-batuques-e-batuqueiros-de-rio-grande-pelotas-e-porto-alegre-rs

TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano de Daniele Machado Vieira mostra a presença da população negra na cidade de Porto Alegre/RS desde o período colonial. Contudo, ela não compõe as narrativas oficiais sobre a evolução da cidade, acarretando a invisibilização e o esquecimento dos espaços outrora ocupados pela população negra. Areal da Baronesa, Colônia Africana, Ilhota, Parque da Redenção e Bacia do Mont'Serrat são alguns destes territórios negros.

Disponivel em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177570

Pesquisa sobre o carnaval em Porto Alegre da colega professora de História da RME/POA Caroline Leal.
http://www.aentrudeira.com.br/

Link para documentário:
https://cavalodesantofilme.com.br/

O livro e o posterior documentário objetivou ampliar a forma de preservar e manter viva a memória da cultura imaterial das religiões de matriz africana no estado, mostrando sua beleza e pujança, combater o preconceito racial e a intolerância religiosa, que torna invisível a cultura negra, entre a história oficial dos gaúchos.

Nasceu também da busca para entender melhor os dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da FGV (Fundação Getúlio Vargas), que apontam, há duas décadas, o Rio Grande do Sul, segundo estado mais branco do país, como o estado com mais adeptos declarados e de terreiros no Brasil, proporcionalmente ao número da população.
https://issuu.com/cavalodesanto/docs/livro

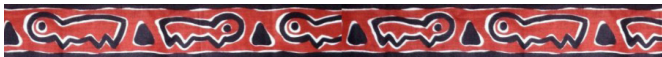
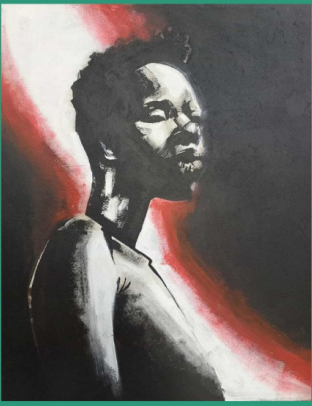
A TRADIÇÃO DO BARÁ DO MERCADO

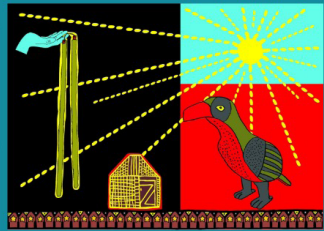
Mãe Norinha de Oxalá

O documentário **A Tradição do Bará do Mercado** traz os relatos de 7 religiosos de matriz africana sobre o fundamento afro-religioso chamado O Bará do Mercado Público, a partir dos percursos e experiências urbanas desses negros na cidade de Porto Alegre. Os entrevistados: Adãozinho do Bará, Mãe Norinha de Oxalá, Mestre Borel, Mãe Maria de Oxum, Mãe Angélica de Oxum, Pai Nilsom de Oxum, Baba Diba de Iemanjá integram a CEDRAB – Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras – fundada em 2004 por Mãe Norinha de Oxalá grande idealizadora do projeto.

Blog.charlesdeocum.com.br

O documentário busca a construção de uma narrativa que permita ao espectador um passeio no tempo e nas transformações da cidade de Porto Alegre, do ponto de vista dos negros. Conforme a tradição, no centro do Mercado, no meio da encruzilhada que o funda está "sentado" o orixá Bará - entidade responsável pela abertura dos caminhos e pela fartura. Uma tradição que remonta o Mercado como um espaço de reconhecimento e reivindicação da população afro-descendente e da cultura negra da cidade de Porto Alegre. **Disponível em:**
https://www.youtube.com/watch?v=79z_tOkwQHI

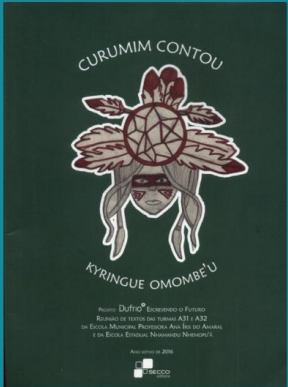
O Museu Antropológico do Rio Grande do Sul convida para a exposição
PALMARES NÃO É SÓ UM, SÃO MILHARES
50 ANOS DO 20 DE NOVEMBRO
DE 30 DE NOV/2021 A 30 DE MAIO/2022
ENTRADA FRANCA
TERÇA A DOMINGO DAS 10H ÀS 18H
SAGUÃO PRINCIPAL DO MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL – PRAÇA DA ALFÂNDEGA – RUA SETE DE SETEMBRO, 1020 – PORTO ALEGRE – RS

EXPOSIÇÃO: PALMARES NÃO É SÓ UM, SÃO MILHARES

Memorial do RS. Até 30/05
A exposição resgata a trajetória de diversas entidades e personalidades do movimento social negro, importantes nas elaborações teóricas e práticas que levaram ao reconhecimento do 20 de Novembro enquanto Dia Nacional da Consciência Negra. A trajetória do militante e pesquisador da identidade afro-gaúcha Oliveira Silveira é o eixo articulador desta mostra e está ligada a todos os módulos da exposição.

PRESENÇA NEGRA NO MARGS

14 de maio a 21 de Agosto

MARGS – Museu de Arte do RS (Praça da Alfândega).Terças a domingos, das 10h às 19h, com entrada gratuita.

Contando com mais de 70 artistas, reunindo 200 obras, a exposição visa trazer a público o debate e a reflexão sobre a representatividade e a presença negra nas artes visuais do RS. Tendo como eixo central o conceito de poética das encruzilhadas cruza diversos saberes em manifestações poéticas e combate aos regimes dominantes na historiografia oficial e na história da arte no RS.

O projeto foi fruto de uma revisão crítica do acervo do museu que conta somente com 2,1% de artistas negros/as. A problematização da representatividade e a necessidade de abrir o diálogo sobre a produção e trajetória dos artistas negros levou a uma proposta de reflexão sobre as ausências, invisibilidades, esquecimentos de sujeitos racializados negros colocada no contexto da produção artística.

ANTES QUE SE APAGUE

Museu Iberê Camargo - Av Padre Cacique, 2000. *De 14 de maio a 31 de julho.* Quinta-feira a domingo, das 14h às 18h (entrada franca às quintas)

Uma exposição que apresenta o imaginário, os sonhos e lembranças de um povo resistente às margens do Rio Ibirapuitã, em Alegrete. O artista Xadalu Tupã Jekupé apresenta 19 obras com técnicas diversificadas e sofisticadas que buscam resgatar a memória de seus antepassados por meio de relatos de sua avó, remanescente do antigo território indígena Ararenguá.

Os mitos originários do povo Guarani e sua cosmologia são transcritos pela sua arte como forma de resistência ao apagamento de suas histórias, ao mesmo tempo que denuncia o paradigma colonial e eurocêntrico que continua a dizimar vidas e culturas dos povos originários.

Acesso: http://iberecamargo.org.br/exposicao/xadalu/

CURUMIM CONTOU KYRINGUE OMOMBE´U

Livro de histórias escritas por alunos/as da EEIEF Nhamandu Nhemopu ã, situada na Tekoá Pindó Mirim, em Itapuã, município de Viamão e por alunas/os da A31 e A32 da EMEF Professora Ana Íris do Amaral, de Porto Alegre, durante o ano de 2016. As crianças Mbya Guarani contam suas vivências e as histórias que escutam dos mais velhos nas rodas em volta do fogo. As crianças da EMEF Ana Íris contam suas ideias e sentimentos com relação à contaminação das águas, a morte dos peixes, a destruição das florestas causadas pelo modo de vida dos não indígenas. Contam também sobre o que aprenderam com os Mbya Guarani. É um livro bilíngue, escrito em português e em guarani. As organizadoras são professoras da Rede Municipal de POA: Ana Cristina Motta da Silva, Patricia Dias Stefanello e Alessandra Teresinha Aguiar dos Santos. O livro contou com o patrocínio da empresa Dufrio.

Aquisição do livro na Livraria Banca do Livro, Av. Bento Gonçalves, 9500, POA, RS.

O CASO DO HOMEM ERRADO

Sob a direção da gaúcha Camila de Moraes, o documentário *O caso do homem errado*, de 2017, relata o episódio do operário negro que foi executado pela Polícia Militar em Porto Alegre em 14 de maio de 1987. A história de Júlio Cesar de Melo Pinto é contada por meio de depoimentos do fotógrafo Ronaldo Bernardi cujas imagens tornaram o caso conhecido; da viúva do operário, Juçara Pinto; de nomes respeitados da luta pelos Direitos Humanos e do Movimento Negro no Brasil.

- ***Trailler:*** *https://www.youtube.com/watch?v=hawkVUcKbxw*
- ***Streaming:*** *https://www.looke.com.br/filmes/o-caso-do-homem-errado*

JOGO "CASO X: INVESTIGANDO UM CRIME DA DITADURA EM PORTO ALEGRE"

Produzido e emprestado pelo Arquivo Público do Estado do RS (APERS).
https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraemportoalegre/wp-content/uploads/2018/07/Poster-ANPUH-2018-VERS%C3%83O-FINAL.pdf

O podcast **A HORA DO TRAMPO** que integra o projeto "História do Trabalho na Escola", com coordenação da professora Clarice Gontarski Speranza, do Departamento e do PPG em História da UFRGS. A docente também produz o programa com o auxílio de Willian Cândido Mengue, graduando em História/UFRGS e bolsista do projeto. O projeto tem como objetivo produzir atividades educativas em formato digital para a rede escolar de Educação Básica do Rio Grande do Sul contemplando pesquisas no campo da história do trabalho.

Os Podcasts estão disponíveis tanto no Youtube quanto no Spotify:

Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=jTRmgs4vnrk&list=PLPHj3coEjacqI81pbjb0SxXYiS7CkkWgx
Spotify: https://open.spotify.com/show/0hEsuzbMqQFqyXXhAbd9ZM?si=cd516df5619744e3

CAMINHOS OPERÁRIOS EM PORTO ALEGRE

Existente desde 2015, visa chamar atenção para os diversos lugares relacionados à História, memória e patrimônio da classe trabalhadora e de suas organizações em Porto Alegre. Ancorado em página no Facebook, fonte de pesquisa atualizada com frequência, realiza periodicamente o Curso de Extensão, gratuito, "Caminhos Operários: história, memória e patrimônio da classe trabalhadora em Porto Alegre" especialmente em seu período formativo (1887-1937), a partir de aulas e percursos guiados pelo Doutor em História e Técnico em Assuntos Educacionais, Frederico Duarte Bartz, da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura em parceria com o Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS (LHISTE).

https://www.facebook.com/CaminhosOperarios/photos/?ref=page_internal

OS DONOS DA TERRA

Terra, teto e liberdade pautam a luta nos 522 anos da chegada dos brancos - Quatro lideranças denunciam o descaso e a violência contra os povos originários remanescentes no Rio Grande do Sul - Indígenas chegam à universidade trazendo outra forma de ver o mundo - Indígenas, quilombolas e camponeses enfrentam avanço da grilagem sobre territórios tradicionais - No Acampamento Terra Livre, povos originários lutam por retomada de políticas abandonadas por Bolsonaro - Povos originários contam a sua própria história nas telas do cinema, na literatura, na música e nas artes plásticas - Dicas de literatura indígena – Editorial: A vergonha que pertence a Bolsonaro

A edição impressa do **Jornal Brasil de Fato RS,** de 20 de abril de 2022, (ed. 34), traz como tema principal a luta indígena no Brasil

https://issuu.com/brasildefators/docs/bdfrs_34_20_abril_2022

TCHAU, YANO!
A OPERAÇÃO CONDOR EM PORTO ALEGRE

História em quadrinhos de Ramiro Reis e Rafael Costa sobre o episódio conhecido como "sequestro dos uruguaios", Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Diaz, acontecido em Porto Alegre, no ano de 1978, dentro do marco da chamada Operação Condor, uma rede de terrorismo de Estado financiada pela CIA/Estados Unidos, que reuniu as ditaduras do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia e permitiu a troca de informações e livre trânsito para perseguir, torturar e matar opositores da ditadura no continente.

Link: https://bit.ly/3wGDxxv

NOITE DOS MUSEUS
21 de maio (sab), das 19h à 1h

Com cerca de cem atrações artísticas gratuitas para o público. será possível conferir as exposições e os acervos das 20 instituições culturais que estarão abertas para visitação com entrada franca, além de dezenas de apresentações que envolvem música, cinema, performance, artes visuais e literatura. O projeto, terá ainda nesta edição, além de músicos já consagrados, reunindo nomes de protagonismo feminino, presença negra, grandes formações de rua e jovens cantautores em shows que passam pelo rock, o pop, o jazz e a música instrumental regionalista. Haverá ainda performances cênicas, projeções de cinema com intervenções, roda de slam e diversas programações pensadas para o público curtir a cidade e os seus espaços culturais à noite.

https://www.turbinado.art.br/site/artigos/noticia/noite-dos-museus-prepara-sua-maior-edio-para-este-ano-com-quase-cem-atraes-artsticas

https://noitedosmuseus.com.br/

16ª FESTIVAL PALCO GIRATÓRIO 22 PORTO ALEGRE

De 12 a 29 de maio, evento com 44 apresentações presenciais de espetáculos de diversas regiões do país e do estado. Em diversas salas da capital, além de teatro de rua e atividades formativas. Ingressos a partir de 15,00 e gratuitos para estudantes da EJA mediante agendamento.

https://www.sesc-rs.com.br/palcogiratorio/

Faísca D'Água: O Encontro da Natureza com a Humanidade

Grupo Ueba Produtos Notáveis (RS) 29/5 (Dom),14h, Parque Farroupilha /Expedicionário. **Gratuito**

Sinopse: Aborda a importância da preservação dos saberes e fazeres do povo brasileiro, iniciando pelas tradições dos povos originários, a chegada dos europeus e dos africanos, até os atuais imigrantes. Tem como mote o embate entre natureza e humanidade, uma vez que, no enredo, a natureza resolve tirar a água da humanidade.

Deus e o Diabo na Terra da Miséria (Oigalê/RS)

29/05 (Dom), 11h, Parque Farroupilha/Cancha de Bocha. **Gratuito**

Sinopse: O espetáculo, que estreou em 1999, é baseado no Capítulo XXI do Livro Dom Segundo Sombra, de Ricardo Güiraldes. Essa é uma farsa gaudéria que aborda o universo de Miséria, um gaúcho dono de uma ferraria que certo dia recebe a visita de Nosso Senhor e São Pedro. É agraciado com três pedidos, com os quais engana os diabos. Mas Miséria, por ter enganado Deus e o Diabo, não entrou no céu e nem no inferno, por isso se diz que desde então a miséria ficou vagando pelo mundo.

PROJETO 'POANCESTRAL MUITO ALÉM DE 250'

Ficha Técnica:
Pesquisa e redação: Inês Vicentini, Jovani Scherer, Lucia Brito Pereira, Marco Mello, Rafael Vieira Pires, Rodrigo Santos, Roselena Colombo.
Editoração e Arte: Caline Gambin
Arte PoAncestral: Maia Menna Barreto e Roselena Colombo

Para conhecer o Projeto e suas iniciativas, acesse as redes sociais nos links:

 https://www.facebook.com/POAancestral

 https://instagram.com/poaancestral

Acompanhe nossas redes sociais:

ATEMPA – Assoc. Trabs. Educação Município de Porto Alegre-RS

CPHIS – Coletivo Profes. História RME/POA

 https://www.facebook.com/CPHIS

AGRADECIMENTOS

"Nós temos que ter solidariedade entre os que têm os mesmos sonhos.
Esta solidariedade implica em esperança, e sem esperança
e sem solidariedade é impossível lutar."
Paulo Freire. Pedagogia da Solidariedade

Agradecemos a todes que acreditam na importância do Projeto *PoAncestral - muito além de 250*, que participam e que - nesses poucos, mas intensos meses - têm construído conosco, das mais diversas formas, os encontros entre pesquisa, militâncias sociais e pedagógicas para contar e construir outras histórias de nossa cidade. Encontros que têm tudo para ter continuidade - muito além de 250 - incorporando gentes e histórias. Das primeiras reuniões no final de 2021 à participação e apoio nas lives de março e abril organizadas junto ao Canal Lude Comunicação (Programa Professores Diaries), sob a ancoragem de André Pares, vieram falas e escritas, vídeos e fotos, dicas para nossos primeiros boletins e tantos outros textos que chegaram até nós transformando este livro num grande abraço. Nossa gratidão à *todes* que dedicaram parte de seu tempo para assistir, refletir e propor questões nesses encontros – assim como compartilharam essas questões com seus contatos a fim de ampliar a extensão desse projeto.

Enquanto constatamos estarrecidos o descomprometimento do Estado com a pesquisa, a educação, as políticas sociais, o Governo Municipal a gastar somas exorbitantes com publicidade para perpetuar uma história da cidade que, deliberadamente, ignora o povo que faz a cidade existir e funcionar, nós reafirmamos o contrário. Com a participação generosa neste roçado, este grande mutirão do PoAncestral divulga e espraia a memória das lutas coletivas de uma Porto Alegre profunda, longe dos moinhos que ventam desigualdades.

Por fim, agradecemos imensamente a cada uma, a cada um dos abaixo citados por sua espontânea contribuição financeira que permitiu a edição desse livro num momento em que nem pensávamos ser possível tê-lo também impresso. Apesar de não ser possível tê-los/as nominados/as aqui, agradecemos a cada um/a que solicitou antecipadamente a aquisição desta obra coletiva e insurgente. Juntas e juntos somos mais fortes!

Gratidão pelo apoio recebido:

Adriana Ávila Bleggi, Amanda Angélica G. Cardoso, Amanda Eccel Dornelles, Ana Amália Barreto, Ana Celina Figueira, Ana Claudia Dall Agnol, Ana Teresa Dalcin, Anália Martins de Barros, Andrea Dias Ayres, Anelise Neu, Artur Duarte Peixoto, Camila Silva, Carla Adriana F. Januário, Carlos Machado, Caroline Viana da Silva,

Caue Aires da Silva, Claudia P. Aristimunha, Davi T. Dietrich, Débora S. Ferreira, Elaine Rosner Silveira, Eliane Rosa Garcia, Ellen Louise, Elmar Soero de Almeida, Erica Helena da S. Cocolicchio, Fabiana Borges Meira, Geovani Machado da Rocha, Helena Beatriz Carvalho, Itaara Gomes Pires, Jacimara M. Heckler, Janderson Gonçalves, Janice Jandrey dos Santos, João Kunz, José Romari D. da Fonseca, Jovani Scherer, Laura Bonani Cunha, Lucia R. Brito Pereira, Marcelo Regius G. Bastos, Marcia R. Apolo Ferreira, Marcia Ramos de Oliveira, Marco Mello, Marcus Vinicius M. Vianna, Maria Helena Gravina, Maurício Reali Santos, Melina K. Perussatto, Raul Federico Giacobone, Rita Viero, Rodrigo Souza dos Santos, Roselena L. Colombo, Rubem Penz, Sandra da Silva Careli, Silvana Moraes Tabor, Silvio Guido F. Jardim.

Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre